

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Economia solidária na 10ª Região Administrativa do
estado de São Paulo: possibilidades, limitações e
contradições**

NILDO APARECIDO DE MELO

PRESIDENTE PRUDENTE – DEZEMBRO DE 2013

NILDO APARECIDO DE MELO

**Economia solidária na 10ª Região Administrativa do
estado de São Paulo: possibilidades, limitações e
contradições**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente UNESP, para obtenção do título de Doutor em Geografia (Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental).

Orientador: Prof. Dr. Marcio Rogério Silveira.

PRESIDENTE PRUDENTE

DEZEMBRO - 2013

Mas, o que fizeram com os nossos sonhos?

No passado: utopia, mundo imaginário

Respondíamos: utopia, sonhos possíveis

Mas, o que fizeram com os nossos sonhos?

Trocaram por um pedaço de pão, por luxúria e por enganação

Ao povo somente migalhas, para que não sinta

o corte das navalhas: nas ruas, nas urnas eleitorais,

nas fábricas e nos pedestais

Mas, o que fizeram com os nossos sonhos?

Foram trocados por dinheiro, glória e poder financeiro

Trocaram por cargos no Planalto Central, por passagens de avião pelo espaço nacional,
triste glória de quem mudaria nossa história

Com isso transformaram nossos sonhos em pesadelos, em lamúrias de quem quer
esconder o que vem primeiro: os problemas do povo brasileiro

Do nosso país de pessoas poderosas, esqueceram-se de retirar

todos os espinhos de nossas rosas

Mas, o que fizeram com os nossos sonhos?

Nossos sonhos, ah nossos sonhos, lisonjeiros, lutamos até com nós mesmos

Viraram pó diante do poder, da vaidade e do dinheiro, pelos homens esquecidos de vossas
missões: mudar a vida do povo brasileiro

Hoje não se pode falar a verdade, que dizem que é maldade

Como no passado, quando cantávamos o hino com a mão no peito

Não podendo colocar um único defeito

Mas não se esqueça jamais: teu grito pode acordar o mundo inteiro,
então seja o primeiro

Lutar, agora; muda, mundo; mudo, nunca mais

Gritar, mudar; calar, jamais,

Acorde seus sonhos, desperte nossos sonhos,

Grite bem alto e estremeça os montes, construa novas pontes

Seja a mudança, não entre na dança

Seja você parte da esperança

Nildo Aparecido de Melo.

Para todos aqueles que não desistiram de seus sonhos.....e que nunca deixaram de lutar
por eles....

AGRADECIMENTOS

Ao técnico em desenvolvimento agrícola do ITESP de Presidente Bernardes, Daniel pelo apoio logístico e pelos esforços despendidos para a realização das entrevistas e visitas de campo.

Aos técnicos em desenvolvimento agrícola Edson, Alex Brigati e João Ferrari do ITESP de Mirante do Paranapanema, pelo apoio logístico e pelo bate papo descontraído sobre as mais triviais questões da vida.

Ao técnico Orlando do ITESP de Presidente Venceslau, pelo apoio logístico para as entrevistas de campo.

Ao técnico em desenvolvimento agrícola Zé Roberto, do ITESP de Euclides da Cunha Paulista, pelo apoio logístico para a realização das entrevistas de campo.

A Diretora de Artesanato da Prefeitura de Santo Anastácio, Sônia Stelato, pela entrevista descontraída e pela motivação pessoal em torno do trabalho desenvolvido na escola de artesãos do município.

Ao Presidente da Associação de Produtores Assentados na Fazenda Rodeio, de Presidente Bernardes, o senhor Claudécir e aos associados pelas informações valiosas para a consecução dos trabalhos desenvolvidos nessa tese de doutorado.

Ao senhor Celso, a senhora Carmélia e a senhora Vanessa pelas informações sobre a economia solidária no município de Presidente Prudente.

Agradecimentos ao senhor Ricardo Kenji da Associação dos Produtores Rurais da Região de Pirapozinho e aos associados, pela contribuição para a realização da pesquisa.

Aos trabalhadores familiares do assentamento Tupanciretã, do assentamento Primavera e da cooperativa de costura de Presidente Venceslau, em especial ao senhor José Lima e às senhoras Isabel e Denise pelas informações e pela luta em torno da sobrevivência.

Aos senhores José Claudio, Ademir e Falconieri e às senhoras Maria José e Maria Aparecida, protagonistas da luta diária em torno da sobrevivência nos assentamentos da reforma agrária do município de Mirante do Paranapanema.

A senhora Neide, pelas informações sobre os serviços educacionais desenvolvidos no município de Teodoro Sampaio.

Agradecimentos aos senhores Sebastião, Antônio, Luís e Adeilson das associações dos assentamentos de reforma agrária de Euclides da Cunha Paulista, pelas informações fornecidas sobre o funcionamento da economia solidária no município.

Aos amigos de pós-graduação Nelsinho, Ronaldo, Cristhian, Márcio Freitas, Leda, José Roberto, Paulinho, Fernando, Renan, Rodrigo Giraldi, Alessandra, Bianca, Raquel, Elivelton, entre outros, pelos momentos prazerosos e divertidos e pelas contribuições valiosas a pesquisa.

Um fraterno abraço ao amigo de todas as horas e das caminhadas no Parque do Povo, recanto dos angustiados e paraíso para o cérebro exausto de tantas reflexões. Carlão um grande, demorado e inaudito abraço.

Aos educadores da EE Prof^a. Marieta Ferraz de Assumpção pela força, pela torcida e pela amizade.

Ao Prof. Dr. Marcio Rogério Silveira, pela orientação, pelo esforço e pela amizade que emergiu desses quase seis anos de trabalho de orientação. Meu agradecimento especial e um abraço fraterno e carinhoso.

À minha princesinha, “meu pão de mel”, Bela até no nome a qual penso em todos os momentos e que serviu sempre de alento e estímulo nos momentos de angústia e dúvida sobre as coisas mais triviais da vida.

Para a minha querida e amável esposa (minha preta), um abraço apertado e um beijo amoroso, retribuição ao sentimento indescritível e inaudito que compartilhamos nesses quinze anos de convívio e aliança matrimonial (não é fácil me aturar).

Ao meu querido e saudoso pai (*in memoriam*), pela educação e pelo caráter que me legou. Uma única frase: somos vencedores da vida.

Às bibliotecárias da Unesp, pelo apoio técnico e pelas dúvidas sanadas com relação às normas técnicas da ABNT.

Aos trabalhadores da seção de pós-graduação, Márcia, Erynati, Cinthia, André, Karina e Ivonete, pelo atendimento e pelo apoio técnico dispensado aos pós-graduandos em geral.

Aos professores doutores Everaldo Santos Melazzo e Roberto França da Silva Júnior pelas contribuições valiosas no exame de qualificação de doutorado.

Agradecimento aos Profs. Drs. que participaram da banca de defesa final da tese de doutorado.

“Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras. O que importa é transformá-lo”

Karl Marx

RESUMO

As premissas teóricas da economia solidária sustentam outra forma de desenvolvimento econômico e de combate ao desemprego, através da associação, da cooperação e da solidariedade entre os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou com dificuldades de reinserção profissional, apresentando-se articuladas ao desenvolvimento local, ao desenvolvimento sustentável e aos socialistas utópicos do século XIX, todo esse conjunto teórico omitindo a contradição essencial do capitalismo contemporâneo, representada pela tensa relação entre o capital e o trabalho, exacerbada pelo acelerado desenvolvimento das forças produtivas e as contradições com as relações de produção subjacentes, que determinam a posição das classes sociais e o estágio da luta de classes. No Brasil, os empreendimentos econômicos solidários se consolidaram a partir da adoção dos princípios da reestruturação capitalista, assentados essencialmente nas políticas neoliberais e na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, tendo como resultante desse processo a crise do mundo do trabalho e a precarização/desestruturação das condições e relações de trabalho no país, no governo de Fernando Collor de Mello e nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo da década de 1990. A ampliação dos projetos solidários pelo território nacional ocorreu no âmbito da institucionalização das práticas solidárias no Ministério do Trabalho e Emprego, no início do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da república, no bojo da criação de políticas públicas de combate a exclusão social, mas mantendo-se algumas políticas de cunho neoliberal. O conhecimento e a análise das formas, das estruturas e da organização funcional das iniciativas solidárias nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, possibilitaram o questionamento das possibilidades, das limitações e das contradições da economia solidária desenvolvida na região, confirmando a hipótese de que a mesma não tem a capacidade de gerar trabalho e renda para fazer frente ao desemprego e à precarização do trabalho, nem engendrar medidas de desenvolvimento econômico, sendo apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda, que não tem a capacidade de se generalizar para toda a economia e nem representar uma nova forma de organização econômica e social. Destarte, a economia solidária regional serve primordialmente a contenção das tensões sociais entre o capital e o trabalho no capitalismo reestruturado em seu movimento de exacerbção da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, tendo em vista a exploração do trabalho sob novas e variadas formas, direcionada para a acumulação de capital em tempos recentes.

Palavras-chave: crise do mundo do trabalho, economia solidária, desenvolvimento econômico, economia regional.

RESUMEN

Las premisas teóricas de la economía solidaria contrario sostener el desarrollo económico y la lucha contra el desempleo, por la asociación, la cooperación y la solidaridad entre los trabajadores excluidos del mercado laboral o las dificultades de readaptación profesional, presentando articulado al desarrollo local, el desarrollo sostenible y los socialistas utópicos del siglo XIX, todo este conjunto teórico omitiendo la contradicción fundamental del capitalismo contemporáneo, representado por la tensa relación entre el capital y el trabajo, exacerbada por el desarrollo acelerado de las fuerzas productivas y las contradicciones en las relaciones de producción subyacentes que determinan la posición de las clases sociales y la etapa de la lucha de clases. En Brasil, las empresas económicas solidarias se han consolidado con la adopción de los principios de la reestructuración capitalista, se establecieron principalmente en las políticas neo-liberales y de la tercera revolución industrial y la tecnología, y como resultado de este proceso, la crisis del mundo del trabajo y precarización/alteración de las condiciones y las relaciones laborales en el país, el gobierno de Fernando Collor de Mello, y el gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso, a través de la década de 1990. La expansión de los proyectos de solidaridad en todo el país se produjo en el seno de la institucionalización de las prácticas de solidaridad en el Ministerio de Trabajo y Empleo, en el comienzo del primer gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva en la presidencia, en medio de la creación de políticas públicas para combatir la exclusión sociales, pero manteniendo algunas de las políticas neoliberales. Conocimiento y análisis de formas, estructuras y organización funcional de iniciativas conjuntas en los municipios que conforman la Región Administrativa 10 de São Paulo, permite el cuestionamiento de las posibilidades, limitaciones y contradicciones de la economía social desarrolladas en la región, lo que confirma la hipótesis de que no tiene la capacidad de generar empleos e ingresos para hacer frente al desempleo y la precariedad laboral , ni las medidas de desarrollo económico generan, con iniciativas sólo ocasionales y localizados para generar puestos de trabajo e ingresos, que no tienen la capacidad de generalizar a toda la economía y no representan una nueva forma de organización económica y social. Por lo tanto, la economía solidaria sirve principalmente contención regional de las tensiones sociales entre el capital y el trabajo en el capitalismo reestructurado en su movimiento de la exacerbación del conflicto entre el desarrollo de las fuerzas productivas y las relaciones de producción, en vista de la exploración del trabajo en la nuevas formas variadas, dirigidas a la acumulación de capital en los últimos tiempos .

Palabras clave: crisis del mundo del trabajo, la economía solidaria, el desarrollo económico, la economía regional.

RÉSUMÉ

Les prémisses théoriques de l'économie solidaire soutiennent autrement le développement économique et le lutte contre le chômage, soit per l'association, la cooperation et la solidarité entre les travailleurs exclus du marche du travail ou avec les difficultés de réadaptation professionnelle, en se représentant articuleés au développement local, au développement durable et aux socialistes utopiques siècle XIX, tout ce ensemble théorique en omettant la contradiction essentielle du capitalisme contemporain, représentée par les relations des tendues entre le capital et le travail, exacerbée par le développement accéléré dès forces productives et les contradictions dans les rapports de production sous-jacentées qui déterminent la position dès classes sociales et l'étage de la lutte dès classes . Au Brésil, les entreprises économiques solidaires onte été consolidées avec l'adoption dès princípies de le reestructuration capitaliste, installés principalement dans les politiques neo-libérales et dans la Troisième Révolution Industrielle et Tكنولوجique, et en résultant de ce processus il'y a la crise du monde du travail et la précarisation/déséstructuration dès conditions et de relations de travail au pays, au gouvernement de Fernando Collor de Mello et au gouvernement du président Fernando Henrique Cardoso, dans les années 1990. L'ampliation dès projets de solidarité parmi le tэрretoire national s'est donné avec l'institutionnalisation dès pratiques de solidarité au sein du Ministère du Travail et de l'Emploi, du début du premier gouvernement de Luiz Inácio Lula da Silva à la présidence de la republique, au milieu de la création des politiques publiques pour la lutte contre l'exclusion sociale, em gardant des certaines politiques néolibérales. La connaissance et l'analyse des formes, des structures et l'organisation fonctionnelle des initiatives solidaires dans les municipalités, qui composent la 10e Région Administrative de l'état a São Paulo, a pérmis le quэstionnement des possibilités, des limitations et des contradictions de l'économie solidaire développé à la région, confirmant le hypothэse de qui elle même n'a pas la capacité pour gérer des emplois et des révenues pour se contraponner au chômage et à la précarité du travail et au engendrement des mesures au développement économique soyant à peine des initiatives ponctuelles et localisées de génération du travail et des revenues, sans obtenir la capacité de se généraliser partout l'économie et de la représenter sous une nouvelle forme d'organisation économique et sociale. Ainsi, l'économie solidaire regionalitée sert principalement à contenir les tensions sociales entre le capital et le travail dans le capitalisme restructuré sous la forme du mouvement d'exacerbation de la contradiction du développement des forces productives et des rapports de production devant l'exploitation du travail sous des nouvelles et des différents formes, destinées à l'accumulation du capital em la récent période.

Mots-clés: crise du monde du travail, l'économie solidaire, le développement économique, l'économie régionale.

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Taxa Real de Variação do PIB Total e “Per capita” (1980/1995).....	84
Gráfico 2: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil – janeiro de 1997 a dezembro de 1999.....	90
Gráfico 3: Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro por grandes setores de atividade econômica – 2006.....	91
Gráfico 4: Remuneração média por grau de instrução e por gênero – 2005.....	92
Gráfico 5: Tipo e classificação dos empreendimentos econômicos solidários...	101
Gráfico 6: Formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários por ano de início – período de 1979 a 2005.....	102
Gráfico 7: Motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.....	105
Gráfico 8: Participação por gênero nos empreendimentos econômicos solidários.....	106
Gráfico 9: Escala de abrangência das trocas/vendas dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários.....	107
Gráfico 10: Resultados financeiros dos empreendimentos econômicos solidários – 2006.....	108
Gráfico 11: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Riqueza – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 2008/2010.....	127
Gráfico 12: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Longevidade – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 2008/2010..	128
Gráfico 13: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Escolaridade – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 2008/2010..	128
Gráfico 14: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na 10ª Região Administrativa – 1996-2002.....	131
Gráfico 15: Tipo e classificação dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo – 2012.....	135
Gráfico 16: 10ª Região Administrativa – participação por gênero nos empreendimentos econômicos solidários – 2012.....	137
Gráfico 17: 10ª Região Administrativa – Resultados financeiros nos empreendimentos econômicos solidários – 2012.....	139

Gráfico 18: 10ª Região Administrativa – motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.....	141
Gráfico 19: Região Nordeste – Motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.....	142
Gráfico 20: Região Metropolitana de São Paulo – motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.....	143
Gráfico 21: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na 10ª Região Administrativa – 2003 a 04/2012.....	182
Gráfico 22: Admissões e desligamentos por período na 10ª Região Administrativa – 2003 a 04/2012.....	183
Gráfico 23: Rotatividade no mercado de trabalho regional por grandes setores de atividade econômica – média das admissões e desligamentos em relação ao estoque total de 2011.....	184

Índice de Quadros

Quadro 1: 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: empreendimentos de economia solidária por município e por ano de criação.....	130
Quadro 2: 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: evolução dos empreendimentos econômicos solidários entre os anos de 2010 e 2012..	146

Índice de Tabelas

Tabela 1: Evolução do emprego formal por subsetores da atividade econômica Brasil – 1989/1996 (base 1990 = 100).....	89
Tabela 2: Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários por Unidades da Federação – 2006	103
Tabela 3: Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários por Regiões Administrativas do estado de São Paulo - 2006.....	117
Tabela 4: Abrangência dos Empreendimentos Econômicos Solidários por municípios e por Unidades da Federação – 2006.....	120

Índice de Mapas

Mapa 1: Regiões de Governo e Municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.....	37
Mapa 2 : Brasil – Empreendimentos Solidários por Unidades da Federação, 2006.....	104
Mapa 3: Empreendimentos Econômicos Solidários por Regiões Administrativas – estado de São Paulo – 2010.....	118
Mapa 4: Brasil – Municípios com empreendimentos solidários por Unidades da Federação, 2006.....	121
Mapa 5: Empreendimentos Econômicos Solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo – 2013.....	134

Lista de Siglas

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
 ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão
 Banerj – Banco do estado do Rio de Janeiro
 Banespa – Banco do estado de São Paulo S.A.
 Banestado – Banco do estado do Paraná S.A.
 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
 CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
 Cosipa – Companhia Siderúrgica Paulista
 CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DAP - Declaração de Aptidão
 Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
 Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações
 FBB – Fundação Banco do Brasil
 FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
 FEBISA - Feira do Bordado Industrial de Santo Anastácio
 FEJUPI - Festa Junina de Pirapozinho

FMI – Fundo Monetário Internacional
FSM – Fórum Social Mundial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITESP - Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PACS – Projeto Alternativo do Cone Sul
PEA - População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNB – Produto Nacional Bruto
PPAIS – Programa Paulista de Agricultura Familiar de Interesse Social
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI - Serviço Nacional da Indústria
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SIM - Selo de Inspeção Sanitária Municipal
SIMPLES - Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
SUTACO – Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista
Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
VTI – Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

	17
Introdução	
1. Economia Solidária e o problema do desenvolvimento: limites, possibilidades e contradições da construção de um “novo” modelo de desenvolvimento econômico.....	26
1.1. Economia Solidária, geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico.....	27
1.2. Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária – novas possibilidades para o desenvolvimento econômico?.....	38
1.3. Desenvolvimento Local e Economia Solidária.....	48
1.4. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção como força motriz do desenvolvimento.....	56
1.5. Crise do modelo fordista/taylorista e reestruturação capitalista, como expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.....	61
1.6. Considerações Finais ao Capítulo 1.....	70
2. Desenvolvimento econômico e mercado de trabalho: objetivos e possibilidades da economia solidária no Brasil.....	71
2.1. Industrialização, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico no Brasil.....	73
2.2. Reestruturação econômica, crise do modelo desenvolvimentista e transformações no mundo do trabalho.....	80
2.3. Governo Lula e a institucionalização da Economia Solidária.....	93
2.4. Economia Solidária: distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários e impactos na geração de trabalho e renda.....	98
2.5. Considerações Finais ao Capítulo 2.....	113
3. Perfil socioeconômico e a economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.....	115
3.1. A Economia Solidária no estado de São Paulo.....	116
3.2. Perfil socioeconômico da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e os problemas para o desenvolvimento econômico.....	122

3.3. Economia Solidária na 10ª Região Administrativa – caracterização e perfil dos empreendimentos econômicos solidários.....	129
3.4. Evolução e criação de empreendimentos com características solidárias na 10ª Região Administrativa.....	145
3.5. Considerações Finais ao Capítulo 3.....	147
4. Economia solidária regional: para além do discurso, as possibilidades, as limitações e as contradições do associativismo e do cooperativismo solidário.....	148
4.1. Os empreendimentos econômicos solidários em Presidente Prudente.....	149
4.2. A Economia Solidária em Santo Anastácio.....	156
4.3. Empreendimentos Econômicos Solidários em Presidente Bernardes.....	157
4.4. As atividades em economia solidária no município de Pirapozinho.....	159
4.5. Associações solidárias no município de Presidente Venceslau.....	162
4.6. A Economia Solidária no município de Teodoro Sampaio.....	165
4.7. A solidariedade e o associativismo rural em Mirante do Paranapanema.....	167
4.8. Solidariedade e associativismo no município de Rosana.....	172
4.9. Empreendimentos econômicos solidários e o associativismo no município de Euclides da Cunha Paulista.....	175
4.10. Economia solidária regional, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico – superação dialética da tese central da economia solidária.....	180
4.11. Considerações Finais ao Capítulo 4.....	196
Considerações Finais.....	197
Referências Bibliográficas.....	206
Anexo 1.....	220
Anexo 2.....	222
Anexo 3.....	224

INTRODUÇÃO

Nos estertores da crise do modelo de acumulação fordista/taylorista do início da década de 1970 e das transformações estruturais daí resultantes, expressas na globalização/mundialização do capital, no advento e fortalecimento das políticas neoliberais de liberdade irrestrita das forças de mercado e da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica de base microeletrônica, além do questionamento das políticas keynesianas de Bem Estar Social nos países desenvolvidos e da forte participação do Estado no crescimento econômico com igualdade na distribuição dos rendimentos, o mundo do trabalho passou a ser impactado fortemente, apontando para profundas transformações nas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, diretamente desfavoráveis aos trabalhadores e às suas organizações políticas e sindicais.

O movimento de reestruturação capitalista, expressão do desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações de produção estabelecidas até então sob a regulação social de base fordista/taylorista, resultou na desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho, no aumento dos índices de desemprego e na informalidade do trabalho, no Brasil e na economia regional a partir da década de 1990, através da adoção dos princípios que permearam a retomada do processo de acumulação de capital, sob novas formas tecnológicas, financeiras, organizacionais, produtivas e, primordialmente, da intensificação da exploração do trabalho, considerada a fonte única de rendas capitalizáveis.

Colocada sob essa perspectiva analítica, a economia solidária se consolida e se amplia no Brasil, caracterizando os empreendimentos pela associação, pela cooperação e pela solidariedade entre os trabalhadores excluídos do movimento de reestruturação capitalista das últimas décadas, sendo permeada também pelos preceitos do socialismo utópico do século XIX e pelas teorias do desenvolvimento local e do desenvolvimento sustentável, que lhes dá suporte e fundamentação teórico-metodológica.

Nesta tese de doutorado, o âmago da investigação científica recai sobre a análise e a compreensão dos impactos das políticas públicas, relacionadas

à economia solidária, no enfrentamento da precarização/desestruturação do mercado de trabalho regional e na geração de trabalho e renda. A análise também compreende as possibilidades, os limites e as contradições dessas novas relações para o desenvolvimento econômico, nos municípios que fazem parte da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, no período do início da década de 1990 até os dias atuais.

De tal modo, o objeto de estudo foi delimitado levando em conta o recorte **temático** (economia solidária, geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico), **espacial** (10ª Região Administrativa e demais escalas geográficas interconectadas) e **temporal** (do início da década de 1990 até os dias atuais e outros momentos históricos apreendidos), com a proposição dos seguintes objetivos específicos a serem analisados durante a pesquisa.

- a) reflexão crítica acerca da economia solidária e das teorias que lhes dá suporte teórico-metodológico (desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável e socialismo utópico do século XIX) e a apresentação da teoria estruturadora da análise empreendida na tese;
- b) análise histórica e dialética do movimento de conformação do desenvolvimento econômico nacional e da estruturação do mercado de trabalho, como forma de apontar o surgimento da economia solidária no país;
- c) investigação do processo histórico de formação da economia regional e apresentação da economia solidária em âmbito regional;
- d) compreensão dos impactos dos projetos de economia solidária no enfrentamento do desemprego, na geração de trabalho e renda e no desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico nos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Com base no materialismo histórico e dialético, como método de análise e investigação científica, as reflexões foram permeadas, primordialmente, pela categoria central de movimento da matéria, envolvendo as demais categorias dialéticas desse movimento espacial e temporalmente determinado, tomando-se como referência Cheptulin (1982):

- da aparência do fenômeno para a apreensão de sua essência (da economia solidária como superação do sistema vigente, como geradora de trabalho e renda e estruturante do desenvolvimento econômico, para suas reais possibilidades de existência concreta);

- do geral (empreendimentos econômicos solidários no Brasil e em outras escalas interconectadas) para o singular (economia solidária no espaço regional)
- da passagem da quantidade para a qualidade do movimento, através da análise do repouso relativo de suas formas concretas de existência (investigação da quantidade de empreendimentos solidários nas escalas analisadas e reflexão sobre suas estruturas, funções e contradições);
- negação do fenômeno e da sua aparência externa (do movimento dialético da matéria, emergem as contradições como negação da teoria central, da aparência a essência do fenômeno);
- desenvolvimento como uma passagem do nível inferior para o superior, do simples ao complexo e do menos perfeito ao estágio mais perfeito, com base na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção hegemônico (capitalista) e as relações de produção subjacentes.

A partir desse método de investigação científica, as teorias constituintes da análise foram permeadas pela economia solidária, pelo socialismo utópico, pelo desenvolvimento local e sustentável e pelo desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações de produção capitalistas, utilizando-se de conceitos, tais como: desenvolvimento econômico, precarização das condições e relações de trabalho, flexibilização das relações, fordismo/taylorismo, reestruturação produtiva do capital, neoliberalismo, globalização/mundialização do capital e Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, para explicitar o método e a estrutura da análise proposta na tese apresentada.

Através desse método de abordagem, das teorias e dos conceitos explicativos, os procedimentos metodológicos necessários à compreensão dos objetivos gerais e específicos levantados foram os seguintes:

- revisão bibliográfica, através do levantamento de autores e de obras que discutem a temática do desenvolvimento local, do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento das forças produtivas, da crise do fordismo/taylorismo, da reestruturação capitalista e da economia solidária;
- atualização dos dados sobre mercado de trabalho e desemprego nas escalas geográficas analisadas, destacando-se a economia regional, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED);

- pesquisas em órgãos públicos, geradores de informações sobre projetos de economia solidária nas escalas geográficas analisadas (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e Ministério do Trabalho e Emprego);
- levantamento e mapeamento dos empreendimentos econômicos com características solidárias desenvolvidos em Presidente Prudente e na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo;
- entrevistas com autoridades e trabalhadores envolvidos com projetos de economia solidária na escala local e regional e conhecimento *in loco* dessas iniciativas;
- elaboração de cartogramas, diagramas, gráficos, mapas e textos preliminares que deem conta de sintetizar os dados e análises empreendidas;
- sistematização e organização dos dados/informações coletados nos levantamentos de campo e nas instituições mencionadas;

O levantamento e o mapeamento dos empreendimentos com características solidárias na região foram precedidos de análise de dados e informações constituintes do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, através do *site* oficial sobre a economia solidária no Brasil. A partir daí foi analisado o perfil dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e empreendeu-se o trabalho de campo, através do conhecimento *in loco* dos mesmos, de entrevistas com presidentes e trabalhadores das associações, das cooperativas e dos grupos informais e da participação em reuniões e em encontros dos grupos solidários, empreendendo-se ainda entrevistas e conversas informais com diretores de sindicatos (Sindicato Rural de Euclides da Cunha Paulista e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo Anastácio) e de órgãos públicos estaduais, tais como o Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

De forma complementar, observou-se a existência de várias associações de produtores rurais familiares, formadas a partir de 2011 para a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste no fornecimento de alimentos da agricultura familiar para entidades assistenciais do espaço local e comunitário, através de compra subsidiada pelo governo federal e da doação simultânea, sendo apenas uma das modalidades do Programa em questão,

além de outras modalidades configuradas pela formação de estoque, pela compra institucional e pela compra direta, por meio do PAA leite. A formação dessas associações pôde ser constatada na página virtual do Ministério do Trabalho e Emprego, no *link* sobre a economia solidária e no registro do empreendimento econômico solidário pelo próprio presidente da iniciativa. Essas associações aguardam reconhecimento legal e cadastro no Programa para iniciar o fornecimento para as entidades e possuem as mesmas características funcionais e operacionais das que já existem nos municípios de Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

Do mesmo modo, observou-se a criação de outras associações de trabalhadores nas áreas de artesanato, de comunicação alternativa, de feirantes e de comunidades ecológicas em assentamentos rurais. Por conseguinte, todas elas foram utilizadas para fundamentar a constatação da expansão da economia solidária na região nos últimos anos.

Vale ressaltar que a análise da economia solidária regional está diretamente relacionada às reflexões, conclusões e desdobramentos dos estudos realizados no mestrado, acerca da evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente e nas demais escalas geográficas interconectadas: local, regional, estadual, nacional e global. A partir daí tornou-se premente a necessidade da compreensão das possibilidades e limitações dos empreendimentos econômicos com características solidárias na economia regional, como forma de entendimento sobre seus impactos na geração de trabalho e renda e sobre o processo de desenvolvimento econômico, pelo viés da ciência geográfica, direcionando a pesquisa de doutorado para a análise crítica da realidade local e regional, com base na temática, no recorte temporal e espacial, no método de análise, nos procedimentos metodológicos e nos objetivos que permeiam a realização desta pesquisa científica.

O conhecimento das características gerais e do conjunto teórico que fundamenta a economia solidária e do processo histórico do desenvolvimento econômico na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo suscitou como **problematização** do objeto de pesquisa em seu recorte temporal e espacial, reflexões acerca da necessidade de investigação da economia solidária na escala geográfica analisada e nas demais escalas interconectadas, a saber:

- ✓ a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo é considerada a segunda mais pobre do estado, em termos de produção de riqueza e participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual desde o início da década de 1990;
- ✓ o mercado de trabalho regional passou por um intenso processo de desestruturação a partir do final da década de 1980 até aproximadamente meados dos anos 2000, como resultado da reestruturação capitalista no Brasil;
- ✓ nos últimos anos, no entanto, verificou-se a recuperação gradativa do emprego formal na região, no bojo da retomada do mercado de trabalho nacional, a partir de políticas de incentivo ao consumo, por meio do crédito barato e subsidiado pelo governo federal;
- ✓ os empreendimentos econômicos solidários aparecem concentrados nas proximidades da capital paulista e região metropolitana, região mais impactada pelo movimento de reestruturação capitalista no estado de São Paulo nas últimas décadas;
- ✓ todavia, observou-se um crescimento da economia solidária na região após a institucionalização e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal;
- ✓ desvendar as motivações da economia solidária na 10ª Região torna-se latente e imprescindível;
- ✓ se a teoria do desenvolvimento local apregoa a defesa das potencialidades locais do desenvolvimento, como a economia solidária reflete essas práticas na região analisada e qual a fonte de investimentos das associações, cooperativas e grupos informais regionais?;
- ✓ como a teoria do desenvolvimento sustentável perpassa e fundamenta as práticas solidárias na região e suas articulações com o desenvolvimento local;
- ✓ existem possibilidades de desenvolvimento econômico a partir das práticas solidárias e de geração de trabalho e renda nos empreendimentos econômicos solidários regionais?

Nessa perspectiva, questionam-se as possibilidades, os interesses e as contradições da economia solidária na região em questão, levantando-se a hipótese de que os empreendimentos econômicos solidários não representam fatores consideráveis de desenvolvimento econômico e social na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, representando apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda, que não têm o poder de se generalizar

para toda a economia e nem representar significativamente uma nova forma de organização econômica e social.

No decorrer da pesquisa, tais hipóteses foram analisadas, tomando-se por fundamento as premissas teórico-metodológicas adotadas e os dados e informações obtidos nos trabalhos de campo e na coleta de dados junto a órgãos públicos sobre a economia solidária na escala nacional, estadual, regional e local.

Assim sendo, o primeiro capítulo da tese está permeado pela análise crítica dos preceitos teóricos e conceituais da economia solidária nos aspectos relacionados à geração de trabalho e renda, ao combate ao desemprego e às possibilidades e limitações relacionadas à formação e estruturação de uma nova forma de desenvolvimento econômico, assentado na associação, na cooperação e na solidariedade entre os trabalhadores. Do mesmo modo, discutir-se-á a economia solidária a partir do conjunto teórico que lhe dá sustentação e fundamentação, através da análise crítica da teoria do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento local e das discussões do socialismo utópico do século XIX como gênese histórica da economia solidária.

Ainda nesse capítulo, discutir-se-ão os princípios teórico-metodológicos do desenvolvimento das forças produtivas e as contradições com as relações de produção subjacentes como contraponto às demais teorias e conceitos que fundamentam as práticas solidárias, apresentando essa forma de desenvolvimento como estruturante do pensamento empreendido nas discussões subsequentes, representado na estrutura da análise proposta, que permeia toda a investigação, análise e discussões ao longo do trabalho.

No segundo capítulo, discutir-se-á o processo histórico de conformação do desenvolvimento econômico nacional e da formação do mercado de trabalho, notadamente, a partir da institucionalização das relações de trabalho no Brasil, empreendidas por Getúlio Vargas, na década de 1930. Em seguida, a análise recairá sobre a crise econômica dos anos de 1980 e o advento do neoliberalismo econômico no início da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello e nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, articulando tais discussões ao desmonte das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico e à crise do mundo do trabalho, representada pelo aumento do desemprego e pela precarização das condições e relações de trabalho no Brasil desde então. A partir daí, a discussão será permeada pela consolidação e ampliação

da economia solidária no país, após a institucionalização da mesma, em meados dos anos 2000, através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, articulada ao Ministério do Trabalho e Emprego, nos interstícios da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) e da constituição de um governo de base “popular”, sob o comando do Presidente Luís Inácio Lula da Silva

Também neste capítulo serão apresentadas e discutidas as características intrínsecas, os objetivos e as possibilidades da economia solidária no que diz respeito à recuperação do mercado de trabalho, à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento econômico nacional, por meio da análise dos dados e informações do primeiro mapeamento oficial dos empreendimentos econômicos solidários, assentado na compreensão dos mesmos no que tange a sua distribuição geográfica e territorial, às formas de organização funcional, aos motivos e perspectivas de criação, a participação por gênero, a escala de abrangência dos produtos e/ou serviços prestados pelos trabalhadores solidários e às dificuldades enfrentadas para a permanência nessas iniciativas com características solidárias nos estados da República Federativa do Brasil.

Em seguida, no terceiro capítulo da tese, a análise recairá sobre a problemática do desenvolvimento econômico na região analisada, tendo como base as discussões sobre o movimento de interiorização da industrialização no estado de São Paulo, levado a cabo a partir da década de 1960 e seus impactos na escala local e regional, expresso, sobretudo nos índices baixos de produção de riqueza nas últimas décadas e à perda de dinamismo industrial verificado tanto em Presidente Prudente, como nos municípios que fazem parte da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Nesse capítulo também serão apresentadas as características dos empreendimentos econômicos com características solidárias na região em termos quantitativos, como forma de apreensão e de descrição dos mesmos, de sua funcionalidade, operacionalidade e aspectos endógenos das iniciativas solidárias na região em análise.

No quarto capítulo, será realizada uma análise qualitativa da economia solidária desenvolvida na região, através das entrevistas com presidentes e trabalhadores das associações de produtores rurais familiares e dos empreendimentos urbanos (trabalhadores artesãos e de costura industrial, de materiais recicláveis, de ensino e aprendizagem e de produtos derivados do couro),

configurando um instrumento de problematização das hipóteses levantadas sobre a economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

A discussão das problematizações realizadas na parte introdutória da tese e as discussões sobre as hipóteses serão permeadas pela análise do desenvolvimento local, do desenvolvimento sustentável e das possibilidades de desencadeamento do desenvolvimento econômico na região a partir dos empreendimentos econômicos solidários regionais, tendo como base a análise crítica e o materialismo histórico e dialético como método de investigação científica e de apreensão da realidade estudada.

CAPÍTULO 1

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO: LIMITES, POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES DA CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“Á medida que a crise se prolonga, a concepção de um ‘terceiro caminho’ progride cada vez mais no plano social: é uma ideologia segundo a qual nem o capitalismo nem o socialismo correspondem às verdadeiras aspirações da humanidade.(...) Mas assim como o ‘terceiro caminho’, na teoria do conhecimento tinha por missão readmitir diretamente em seus privilégios, o idealismo filosófico, não mais defensável, o ‘terceiro caminho filosófico’ está investido da missão social que consiste em impedir a ‘intelligentzia’ de tirar da crise a conclusão socialista. Por ser indireto, o ‘terceiro caminho’ não deixa de ser uma apologia do capitalismo”.

George Lukács, “Introdução a uma estética marxista”

A economia solidária é apresentada pelos seus defensores e teóricos, como instrumento de saída para os problemas relacionados ao desemprego e ao processo de desenvolvimento econômico, sendo assentada em um conjunto teórico representado pelo socialismo utópico do século XIX, pelo desenvolvimento sustentável e pelo desenvolvimento local, expressando a associação, a cooperação e a solidariedade dos trabalhadores em empreendimentos econômicos com características solidárias.

Assim sendo, neste primeiro capítulo da tese empreender-se-á uma análise crítica dos preceitos teóricos e conceituais da economia solidária nos aspectos relacionados à geração de trabalho e renda, ao combate ao desemprego e às possibilidades e limitações relacionadas à formação e estruturação de uma nova forma de desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, discutir-se-á a economia solidária a partir do conjunto teórico que lhe dá sustentação e fundamentação, analisando criticamente o desenvolvimento a partir das potencialidades locais e em associação com a preocupação com o meio ambiente, o associativismo e o cooperativismo como possibilidades de superação social e como gênese histórica da economia solidária.

O contraponto dessas teorias e da tese central da economia solidária será expresso pela teoria do desenvolvimento das forças produtivas e as contradições com as relações de produção subjacentes, considerando essa forma de pensamento do desenvolvimento econômico como estruturante do método histórico e dialético que permeia o trabalho e as reflexões e discussões empreendidas ao longo dessa investigação científica.

1.1. Economia Solidária, geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico

O capitalismo como forma de organização da vida social e das atividades econômicas, baseadas na propriedade privada e nas liberdades individuais é considerado um modo de produção historicamente estruturado a partir da dissolução do feudalismo e tido por diversas linhas de pensamento e correntes econômicas como um fenômeno natural, tendo, por consequência, a desigualdade e a competição consideradas como naturais ao espírito humano e ao desenvolvimento social e econômico da humanidade.

A aplicação dos princípios capitalistas de produção econômica e social enseja a divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas: os proprietários dos meios de produção (que acumulam todo o excedente da produção na forma de lucro ou mais-valia) e os detentores apenas da força de trabalho. O resultado natural desta divisão antagônica e contraditória da sociedade em classes sociais é a competição e a desigualdade social, expressa na acumulação de vantagens e ganhos em capital, por parte dos vencedores, e a acumulação de perdas e desvantagens aos perdedores ou derrotados do jogo econômico da economia de mercado.

Em contraposição ao capitalismo competitivo e produtor de desigualdades sociais e segundo seus teóricos e defensores, a economia solidária¹ parte do princípio de que a igualdade seria possível apenas com a organização da sociedade em termos de solidariedade e cooperação entre os participantes das atividades econômicas, em substituição à competição e a concorrência como pressupostos naturais do modo capitalista de produção. Logo, a compreensão do que vem a ser um empreendimento solidário parte da premissa de que a economia solidária

(...) é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2006, p. 10).

Por conseguinte, a economia solidária² parte do princípio de que a organização da atividade econômica de forma solidária está permeada pela democracia e pela cooperação, assentada na autogestão do processo produtivo, isto é, na economia solidária não existem patrões e nem empregados, pois o empreendimento pertence igualmente a todos os integrantes. Dessa forma,

¹ Constata-se uma diversidade de terminologias sobre a economia desenvolvida sob os princípios da solidariedade, tais como: economia social, economia popular, economia solidária, economia popular solidária, economia social e solidária, socioeconomia solidária, economia do trabalho e terceiro setor.

² A denominação de economia solidária será a utilizada neste trabalho, por se tratar da forma como são reconhecidos os empreendimentos econômicos solidários no Brasil e como aparece comumente na literatura especializada sobre o assunto.

todos os associados ou cooperados são, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores dos empreendimentos solidários (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Em outras palavras, a economia solidária, segundo seus postulados teóricos, apregoa a substituição da competição baseada no contrato entre desiguais, segundo a lógica de concorrência capitalista, pela associação cooperativa entre iguais, isto é, a organização das atividades econômicas permeada pela igualdade de condições entre todos os participantes do jogo econômico, através das lacunas deixadas pelas contradições do próprio modo de produção dominante.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação (SINGER, 2006, p 112).

Segundo Singer (2006), em seus primórdios, a economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo, “por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor” (SINGER, 2006, p 114). Também segundo o autor, a economia solidária surgiu como resposta às contradições do capitalismo e ao movimento ininterrupto da eterna competição entre todos os participantes do jogo econômico do livre mercado, que produz a divisão antagônica da sociedade em classes sociais e as desigualdades e exclusões daí resultantes.

A gênese da economia solidária está fundamentada nos socialistas utópicos do século XIX, destacando-se o britânico Robert Owen e o francês Charles Fourier, expoentes do denominado cooperativismo ou associativismo como formas de enfrentamento e superação do modo capitalista de produção. Segundo Singer (2006), nessa fase, as iniciativas cooperativistas tomaram a forma de um “cooperativismo revolucionário”, tornando “nítida a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista ao capitalismo” (SINGER, 2006, p. 35).

Owen propôs ao governo britânico, em 1817, um plano de distribuição de terras e construção de Aldeias Cooperativas, para a produção da

própria subsistência de 1.200 trabalhadores, como resposta à depressão econômica do período, causada pelo fim das guerras provocadas pela Revolução Francesa e a baixa demanda e consumo que se seguiram a esse processo político e econômico. Porém, ficou claro que o plano de Owen apontava inexoravelmente para “uma mudança completa do sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista” (COLE, 1944, p. 20), fazendo com que o mesmo fundasse nos Estados Unidos e não na Grã-Bretanha, em 1825, no estado de Indiana, em New Harmony, uma Aldeia Cooperativa. O empreendimento de Owen sobreviveu até meados de 1829, devido a várias cisões e ao fracasso de tal iniciativa.

No entanto, as proposições cooperativas de Owen começavam a multiplicar-se pela Europa, assumindo vários formatos e ações concretas, como por exemplo, a formação de uma comunidade de jornalistas e gráficos em Londres, que possibilitou a publicação, entre 1821 e 1822, do jornal *The Economist*, sendo considerado o primeiro jornal cooperativo que se tem notícia, apesar do fim da associação após um ano de sua fundação. Outro exemplo de cooperativismo inspirado nas ideias de Owen pode ser relatado pela constituição do *National Equitable Labour Exchange* (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo), entre outros exemplos que associam o nome do britânico ao cooperativismo solidário.

No caso de Charles Fourier, a formação de falanstérios permeou todo seu pensamento de estruturação de formas alternativas de produção e consumo no período analisado. Preservando a propriedade privada e a liberdade individual, o falanstério era uma comunidade formada por 1.800 pessoas trabalhando para oferecer a cada uma ampla escolha entre trabalhos diversos. Por conseguinte, “o principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção” (SINGER, 2006, p 36).

O sistema proposto por Fourier, segundo Singer (2006), pode ser considerado como um “socialismo de mercado”, mesclando a liberdade individual da livre escolha pelo trabalho a ser exercido, com a propriedade privada dos meios de produção, através de cotas acionárias e com uma renda mínima para a sobrevivência em sociedade, além do convívio em comunidades de produção e consumo, diferentemente da proposta de Owen, centrada num coletivismo e

cooperativismo revolucionário e alternativo ao capitalismo. Fourier, através de discípulos como Muiron, Considerant, Godin, Mme. Vigoureux fundou a denominada “escola associativa”, que ganhou grande impulso após sua morte em 1837 e com a publicação da revista de divulgação *Le Phalanstère* (SINGER, 2006).

Em suma, o cooperativismo de Owen e o associativismo de Fourier, conjuntamente aos esforços utópicos de Saint-Simon, fundamentaram todo o processo de formação histórica da economia solidária ao longo do tempo. Por conseguinte, “a economia solidária foi concebida pelos utópicos como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2006, p. 115).

Se a economia solidária depende inexoravelmente da exacerbação das contradições do capitalismo, multiplicando-se nas lacunas e tensões do modo de produção dominante, o processo de crise do modelo de desenvolvimento fordista/taylorista, a partir da década de 1970 e o movimento de reestruturação capitalista desencadeado desde então, fragilizando as relações tradicionais de trabalho e o pacto de classes subjacente a aplicação dos preceitos keynesianos de intervenção estatal na economia e incentivo ao desenvolvimento econômico, possibilitou o ressurgimento e o fortalecimento dos empreendimentos solidários, como possibilidades de contraponto ao desemprego em massa, ao fechamento e falência de empresas e a exclusão social de parcelas significativas da população da economia de mercado competitiva.

Do mesmo modo desses acontecimentos contextuais, a derrocada do “socialismo realmente existente” no Leste Europeu e na União Soviética (culminando com o fim do modelo soviético de planejamento central da economia em 1991) e a derrota de governos social-democratas na Europa, desencadearam e culminaram na desestruturação do mundo do trabalho, resultando na perda de conquistas históricas da classe trabalhadora, especialmente nos países desenvolvidos, com o desmonte parcial do Estado de Bem Estar Social do tipo keynesiano, que vigorou entre as décadas de 1940 e de 1970.

A partir daí observa-se o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho através da associação e cooperação entre os trabalhadores

no combate ao desemprego e como forma de geração de renda e de sobrevivência no capitalismo contemporâneo, configurando-se como possibilidades de enfrentamento da crise do mundo do trabalho e ao processo de reestruturação capitalista das últimas décadas do século XX e início do século XXI (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Segundo os estudiosos dos empreendimentos solidários, a economia solidária aponta para uma nova lógica econômica e produtiva, baseada no desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, implicando na contraposição e reversão da lógica capitalista permeada na exploração do trabalho e dos recursos naturais, visando apenas o lucro e a acumulação de capital numa sociedade tornada mais competitiva ainda diante das transformações estruturais do capitalismo e da exacerbação da economia de mercado e do neoliberalismo como o único instrumento possível e viável para o desenvolvimento econômico e social.

Sob a ótica da organização das atividades econômicas segundo os princípios da economia solidária, os associados se unem para produzir solidariamente, com divisão igualitária dos rendimentos, sendo que o objetivo dos mesmos se baseia na promoção “da economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2006, p. 16).

Diferentemente da lógica capitalista de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, baseados intrinsecamente na heterogestão do sistema produtivo nas empresas, com a hierarquização de funções e a ampla divisão do trabalho manual, técnico e mental, sobrepujando a competição e a desigualdade entre os trabalhadores, a economia solidária, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, aponta para a gestão democrática e participativa da produção, com as decisões sendo tomadas por todos os sócios dos empreendimentos solidários, através de assembleias gerais ou por delegação de poder por seções ou departamentos, quando se trata de empresas de grandes dimensões ou quando há dificuldades para a reunião e discussão coletiva dos problemas administrativos do interior do processo produtivo. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Em síntese, a economia solidária, segundo os seus postulados teóricos, tem como características fundamentais os valores de produção econômica permeados pelos princípios da solidariedade (entre os trabalhadores na produção de bens e serviços e na justa distribuição dos rendimentos), da cooperação (propriedade coletiva dos meios de produção, partilha dos resultados e esforços comuns na produção de bens e serviços) e da autogestão (participação democrática e igualitária nas discussões e decisões dos empreendimentos solidários e na distribuição dos rendimentos e excedentes de produção) considerados pressupostos para a articulação e formação de outro modo de produção.

A economia solidária, em termos de desenvolvimento econômico e social, de acordo com Singer (2006), defende uma forma alternativa de desenvolvimento, contrário aos princípios capitalistas de progresso econômico assentado na concentração de renda, na desigualdade social, na degradação ambiental e na intensa exploração do trabalho e dos recursos naturais. Ainda segundo o autor, esse tipo de desenvolvimento forja a construção de noções e conceitos estritamente fundamentados pelos aspectos econômicos, expressos em práticas sociais de competição, individualismo exacerbado, fragmentação social e cultural, exploração intensiva dos recursos naturais e do trabalho, dominação econômica, política e cultural e hegemonia de um tipo de cultura e de civilização, entre outros fatores específicos da sociedade capitalista reestruturada e globalizada dos tempos recentes.

Ainda segundo o autor, na economia solidária, pelo contrário, o desenvolvimento econômico deve acontecer em articulação e em conformidade com os valores da democracia, da solidariedade, da preservação ambiental e dos direitos humanos, engendrando um novo jeito de produzir a partir do local e dos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental, expressos na produção sustentável, no comércio justo e no consumo solidário.

Portanto, o desenvolvimento nos empreendimentos econômicos solidários está inextricavelmente associado à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) e às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo (desenvolvimento sustentável), como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária (socialistas utópicos), produzida através da cooperação, da associação e da solidariedade entre os trabalhadores nos empreendimentos e iniciativas solidárias de produção, troca e consumo.

Dessa análise conclui-se que a economia solidária, fundamenta-se em um paradoxal conjunto de teorias e correntes de pensamento, a partir da fusão das teorias do desenvolvimento sustentável e local e dos princípios socialistas utópicos do século XIX, assentados na conformação do socialismo a partir do associativismo e do cooperativismo dos trabalhadores. Nessa fusão teórica e ideológica, a economia solidária configura-se como um conjunto teórico híbrido, fugaz e escorregadio, que pode servir a inúmeros interesses e ideologias políticas, sejam elas revolucionárias do modo de produção, reformistas do capitalismo contemporâneo ou ainda conformadoras da ordem social, através da contenção das contradições sociais para o livre funcionamento dos mercados, da exploração intensiva e renovada da força de trabalho e da acumulação de capital sem limites e reestruturada por processos tecnológicos e geográficos de evolução das forças produtivas capitalistas contemporâneas.

Essas premissas teóricas e conceituais colocam a economia solidária no mesmo patamar das teorias sobre o desenvolvimento econômico, que evitam a discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção e as contradições resultantes desse processo, ao mesmo tempo, que suprimem de suas análises e reflexões toda a discussão histórica sobre o principal elemento de transformação da base social de exploração capitalista, qual seja, a tensa relação entre o capital e o trabalho no processo de produção do excedente econômico ou de produção de trabalho excedente como fundamento da formação de valor na sociedade capitalista contemporânea.

Colocando a problematização fundamental da tese sob essas condições de análise e de investigação científica, a compreensão do que vem a ser o desenvolvimento econômico neste trabalho, contrapondo os princípios solidários de desenvolvimento apresentados anteriormente, parte da premissa de que o mesmo é um processo extremamente complexo, produzido por transformações profundas em toda a estrutura econômica e social, “ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e a qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção” (RANGEL, 2005, p. 133). Logo, o processo de desenvolvimento econômico não se esgota e nem se confunde com o crescimento econômico, expresso pelo aumento da produção e da renda *per capita* de uma economia nacional.

Dito de outra forma, o conceito de desenvolvimento aqui adotado, está em sintonia com a categoria universal dialética do movimento da matéria do nível inferior para o superior, do menos perfeito ao mais perfeito, descrito por Cheptulin (1982), representando o progressivo caráter qualitativo das mudanças e tomado como postulado pelos clássicos do marxismo. Mas, somente onde as condições apresentam-se como adequadas, há necessariamente mudança dos níveis de qualidade de uma formação material para outra, como por exemplo, o observado na própria história humana, através da passagem de uma sociedade mais primitiva ao regime escravagista, deste ao feudal e do capitalista ao socialista, sempre tendendo para um movimento progressivo e em espiral das formações materiais, isto é, o desenvolvimento e a mudança qualitativa da formação material, como superação dialética da mesma e preservação dos seus aspectos positivos na nova formação material constituída através da negação da anterior e de sua transformação histórica e dialética (CHEPTULIN, 1982).

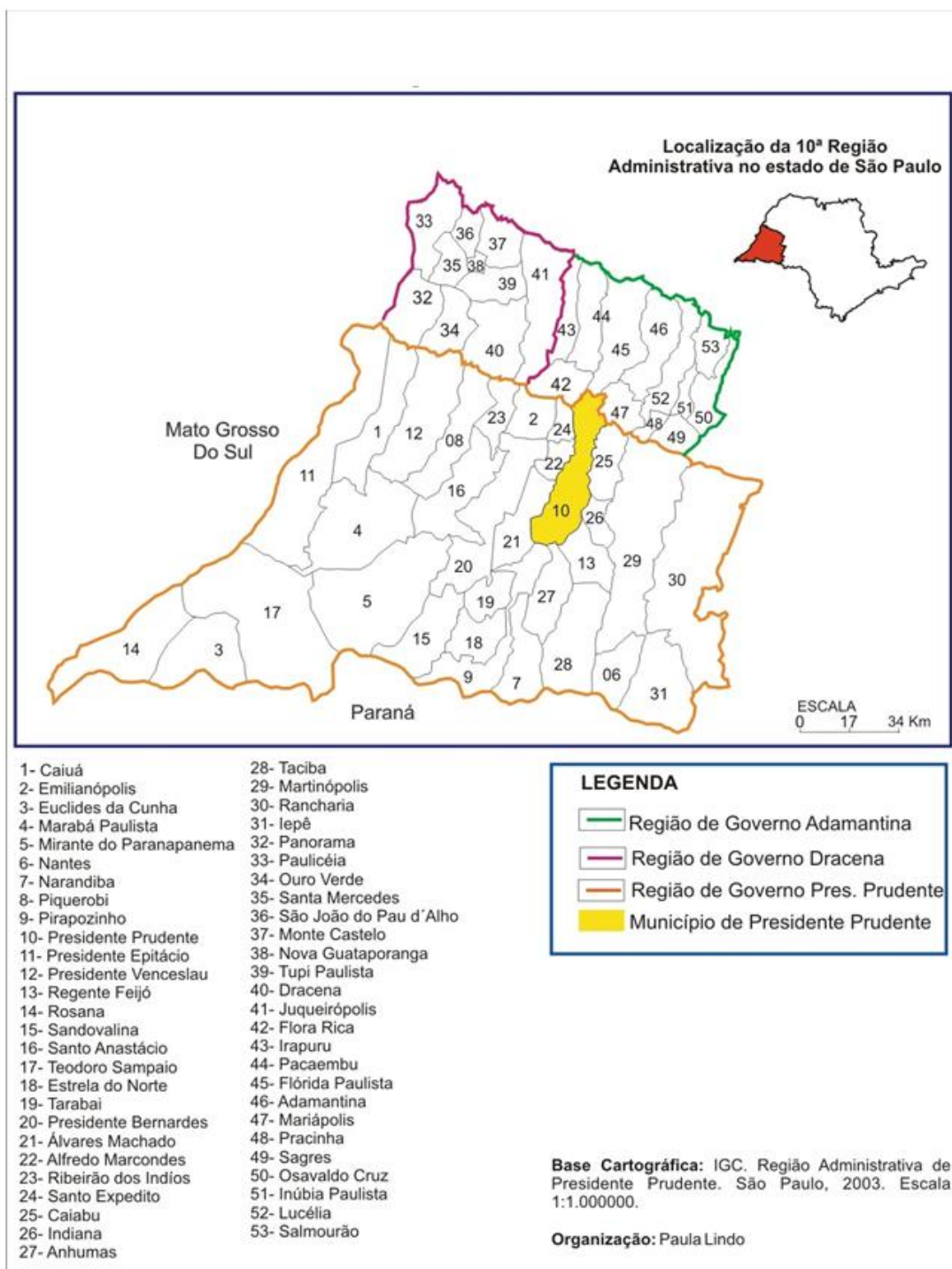
O exemplo dado por Rangel (2005), para o caso brasileiro, ilustra bem a dialética do desenvolvimento como a passagem de um nível inferior para um superior de qualidade e a transformação de uma formação material, através da passagem do complexo rural brasileiro, que estava umbilicalmente articulado a uma economia natural e ao abastecimento do comércio exterior com produtos agrícolas, (sendo que a fazenda se bastava a si mesma, através da produção de tudo o que a mesma precisava internamente), para a constituição e consolidação de uma economia de mercado, permeada pelo aumento da divisão social do trabalho e o conseqüente desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico, possibilitando mudanças profundas e irreversíveis nas estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas nacionais a partir do final do século XIX.

Tomando como parâmetro de análise e investigação científica esse conceito de desenvolvimento econômico, cabe questionar os impactos dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, no período compreendido entre o início da década de 1990 até os anos recentes, levando-se em consideração a concentração dos mesmos na Região de Governo de Presidente Prudente (conforme mapa 1 da página 37) e tendo como características fundamentais o funcionamento baseado em alguns aspectos solidários, na heterogeneidade das

formas estruturais de composição e participação dos trabalhadores e a interligação das atividades desenvolvidas com as teorias do desenvolvimento local e sustentável.

Do mesmo modo, a maioria das iniciativas está associada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, através da criação de associações de produtores rurais familiares, concentradas a partir de meados dos anos 2000, nos assentamentos de reforma agrária dos municípios de Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Mapa 1: Regiões de Governo e Municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo



Em resumo, como a economia solidária possibilita diversas leituras e análises sobre o seu papel no processo de desenvolvimento econômico, ao contrário do que pressupõe suas implicações ideológicas que apontam para a formação de

outra lógica de desenvolvimento, superior e “alternativo” aos ditames dos princípios capitalistas produtivos, cabe analisar e questionar as teorias que fundamentam as próprias práticas produtivas, associativas e cooperativas dos empreendimentos econômicos solidários, como forma de apontar as possibilidades, as limitações e as contradições das mesmas e da economia solidária para o processo de desenvolvimento econômico e social, tomado aqui como o movimento de passagem do nível inferior para o nível superior de qualidade e de transformação econômica e social.

1.2. Desenvolvimento Sustentável e Economia solidária – novas possibilidades para o desenvolvimento econômico?

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970, as teorizações e as políticas de desenvolvimento econômico subjacentes predominaram nas ações econômicas para o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a elevação das taxas de crescimento da economia, medida e quantificada pelo aumento da produção e pela produtividade, expressos em termos de Produto Interno Bruto, representando o valor da produção e da riqueza gerada ao longo do ano nas economias nacionais.

Assim sendo, o desenvolvimento ficava atrelado e subordinado essencialmente à racionalidade econômica da produção e acumulação de capital, não levando em conta os imperativos da natureza, vista somente como simples fonte de recursos para a produção de bens, fundamentada nos valores de troca ou nos valores monetários da economia capitalista de mercado, mesmo que isso representasse a degradação ambiental, a deterioração dos recursos naturais e a exclusão social, derivada da exploração da força de trabalho, realizada intensamente pelo capital desde seus primórdios.

Nesse período de predomínio das políticas denominadas desenvolvimentistas, a economia mundial apresentou forte ciclo expansivo das atividades produtivas, derivadas, nomeadamente, do extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico, aplicados às atividades econômicas, com ênfase para as atividades industriais. A expansão da atuação das empresas multinacionais sobre os espaços econômicos dos países desenvolvidos e a grande atratividade exercida pela abundância de matérias-primas e mão-de-obra barata nos países

subdesenvolvidos, permeou o crescimento econômico, baseado na matriz energética derivada do petróleo. Com as crises do petróleo a partir da década de 1970, o crescimento da economia mundial foi duramente afetado, intensificando-se também a preocupação com os problemas ambientais resultantes do crescimento econômico desenfreado, em busca da lucratividade a qualquer custo, tais como a exaustão dos recursos naturais, a poluição atmosférica e a devastação de áreas florestais essenciais à sobrevivência de espécies e de ecossistemas em várias partes do planeta (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Contudo, segundo Héctor Ricardo Leis (1996), a preocupação ambiental com os resultados ou externalidades negativas do crescimento econômico (conforme os pressupostos da corrente neoclássica da economia ambiental), surgiu em meados dos anos de 1960, com a revolução ambiental norte-americana e o crescimento da preocupação de parcelas significativas da população com a degradação ambiental advinda das atividades econômicas. Nos anos de 1970, “tal preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 80, quando essa preocupação atinge a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Sul e Leste da Ásia” (LEIS, 1996, p. 90).

A expansão da preocupação ambiental, por sua vez, fez surgir um movimento ambientalista global, através da proliferação de diversos atores e processos tais como as organizações pela proteção do meio ambiente, as agências governamentais reguladoras de processos de preservação ambiental, grupos de cientistas pesquisadores de temas ambientais, o aumento de grupos de consumidores de produtos “verdes”, com a elevação da demanda pelos mesmos no mercado, entre outros grupos constituintes do movimento global em defesa do meio ambiente.

Leis e D’Amato (1995), procuram definir tal movimento ambientalista desde seu surgimento até sua constituição em um movimento global, conforme o predomínio de certos atores e processos, periodizando-o em décadas, sendo a emergência de um significativo mercado verde, através da valorização ou imposição ao produtor do cuidado ambiental, com a entrada dos empresários nesse potencial mercado consumidor, características da década de 1990. A partir daí, segundo os autores, o movimento ambientalista torna-se complexo e multidimensional, apresentando “grande iniciativa e capacidade, de ação ética e comunicativa, que o

habilita para se constituir em um eixo civilizatório fundamental, na direção de uma maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos” (LEIS; D’AMATO, 1995, p. 17).

Com a constituição do movimento ambientalista global, tomou forma uma intensa crítica ao reducionismo econômico e ao desenvolvimentismo, vistos pelos ambientalistas como responsáveis pelos problemas sociais e ambientais do crescimento econômico capitalista, como Sachs (1986), que propôs uma revisão conceitual na análise da problemática do desenvolvimento, denunciando ao mesmo tempo seu atrelamento ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico das últimas décadas.

Para o autor, os países industrializados, imbuídos da ideologia do crescimento econômico, não conseguiram resolver os problemas sociais derivados das altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* dos “anos gloriosos” do capitalismo, não obstante o conforto material trazido pela civilização industrial. Da mesma forma, esses países precisavam “enfrentar problemas sociais, psicológicos e ecológicos novos, recaídas negativas desse crescimento tão rápido e do progresso técnico que disparou, escapando ao controle social” (SACHS, 1986, p. 96).

Sachs (1986) realizou a mesma crítica com relação ao denominado “socialismo real”, que pouco a pouco teria se engajado na corrida do crescimento econômico, tentando superar as taxas dos países industrializados, privilegiando, o conjunto formado pela acumulação-investimento, em detrimento do consumo consciente, levando indubitavelmente a uma via mimética do desenvolvimento econômico.

Para se combater o crescimento perverso deveria se evitar a hipertrofia do setor de produção de bens de produção e de consumo não-essenciais, determinados pela lógica do mercado e da acumulação de capital, incentivando a produção de bens e serviços essenciais e destinados a satisfação das necessidades fundamentais da população. Assim, “a seleção dos objetivos, obtida subordinando-se o processo de crescimento à lógica das necessidades, deveria permitir a satisfação das necessidades fundamentais da população a um nível modesto de renda *per capita*” (SACHS, 1986, p. 59).

Esse redirecionamento das prerrogativas do desenvolvimento deveria estar inexoravelmente articulado a um contexto histórico, social, econômico e ecológico específico e determinado pelas novas funcionalidades da ciência e da tecnologia, com vistas a equilibrar o crescimento e a eficiência econômica, por meio da resolução dos problemas sociais e ambientais advindos do desenvolvimento econômico contemporâneo, ou seja, tem-se a necessidade “de maior crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente transformados, atendendo às necessidades das pessoas buscando uma distribuição mais justa da renda, a conservação dos recursos e enfatizando técnicas mais limpas de produção” (SACHS, 1993, p. 21).

Dessas discussões, toma forma o conceito de ecodesenvolvimento, termo introduzido por Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência da ONU para o meio ambiente, em Estocolmo em 1972. A partir de Ignacy Sachs (1993), o termo foi desenvolvido e disseminado, passando a significar um novo padrão de desenvolvimento baseado nas potencialidades internas de um país ou região (desenvolvimento endógeno), sem criar dependência externa e tendo por função “responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (SACHS, 1993, p. 07).

Com a exacerbação dos problemas sociais e ambientais derivados do rápido crescimento econômico do pós-guerra, a Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), criou em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com os seguintes objetivos:

(...) reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, P. 4).

Percorrendo os cinco continentes em audiências públicas, a Comissão se concentrou nas perspectivas do desenvolvimento, expressos na formação de um número cada vez maior de excluídos do processo e de problemas

relacionados ao meio ambiente. Essa constatação por um lado, direcionou as análises para a ampliação do conceito de desenvolvimento, que pudesse manter o progresso humano em todo o planeta e em todos os lugares e de forma permanente. Por outro lado, esse tipo de desenvolvimento, sustentável em sua essência, deveria ser objetivo não só das nações em desenvolvimento, mas, também e necessariamente, dos países industrializados.

Nesse novo olhar para a problemática do desenvolvimento, as questões relacionadas ao meio ambiente e ao crescimento econômico apareceram articuladas e entrelaçadas em uma teia de inter-relações e interdependências que determinaram e consubstanciaram o pensamento de que “meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 40).

Dessas discussões sobre a problemática do desenvolvimento sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, o Relatório final da Comissão, denominado Relatório Brundtland, de 1987, definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

Nota-se uma redefinição do conceito de desenvolvimento, apontando para uma nova articulação das relações humanas com relação ao meio ambiente e a sustentabilidade respondendo a equidade intrageracional e intergeracional do processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Faz-se necessário frisar também o caráter instrumental do conceito de desenvolvimento sustentável, no que tange a premência de políticas ambientais, a responsabilidade global com o meio ambiente e com as futuras gerações, diferentemente do conceito de ecodesenvolvimento voltado para o “atendimento das necessidades básicas da população, através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente e partindo do mais simples ao mais complexo” (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 51).

Em termos conclusivos, o conceito de desenvolvimento sustentável, consiste essencialmente em um “processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento

tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49), ou seja, a articulação da eficácia econômica, com a justiça social e com os imperativos de sustentabilidade da natureza, acrescentadas da preocupação com as gerações presentes e a manutenção das possibilidades de reprodução social, econômica e ambiental das gerações futuras.

Todavia, da mesma forma que os países desenvolvidos estão “chutando a escada” pela qual chegaram ao topo e se tornaram hegemônicos, a partir da negação das políticas intervencionistas e protecionistas e da imposição de instituições globais de boa governança aos países em desenvolvimento, como analisado por Chang (2004), o discurso ambientalista direciona todo o conjunto de problemas do mundo atual para as questões ambientais, relegando para segundo plano a questão do crescimento nos países em desenvolvimento que devem seguir uma nova agenda diferente e antagônica dos caminhos trilhados no passado pelas nações desenvolvidas em seu processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais sob o modo capitalista de produção.

Ao impor uma nova forma de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico e à preservação ambiental, as organizações multilaterais obstaculizam o crescimento econômico dos países em desenvolvimento e os impede de resolver seus problemas mais imediatos, tais como a expansão da rede de saneamento básico para toda a população, a adoção de políticas de redução da fome e da miséria, a implementação de políticas e de investimentos públicos de incentivo à indústria, visando a geração de empregos e a resolução do desemprego em massa que assola nomeadamente os países periféricos, entre outras questões que já foram relativamente resolvidas nos países desenvolvidos, mas que, invariavelmente permanecem nos países em desenvolvimento, dificultando o alcance dos mesmos patamares de qualidade de vida das nações mais desenvolvidas do planeta.

Fundamentado em premissas críticas da realidade e em uma profunda análise de dados e de estatísticas oficiais sobre qualidade de vida e questões ambientais, Lomborg (2002), conformou a “real situação do mundo”, em

contraposição às afirmações de catástrofe e colapso iminente alardeado pelo movimento ambientalista global.

Segundo o autor, a humanidade está “realmente legando um mundo melhor do que aquele que recebeu (...) a condição da humanidade melhorou muito em todas as áreas importantes mensuráveis e tende a continuar melhorando” (LOMBORG, 2002, p. 421). Segundo o autor, com o desenvolvimento tecnológico, a produção de alimentos deve aumentar cada vez mais, sendo capaz de alimentar mais pessoas; as florestas não foram erradicadas, apesar do desmatamento das florestas úmidas, 80% das mesmas continua intacta; a água é um recurso abundante e renovável e o problema da escassez é localizado e resultante do mau uso e do desperdício, entre outras questões que contrariam veementemente as previsões pessimistas dos ambientalistas que não se confirmaram nas últimas décadas (LOMBORG, 2002).

Esse progresso nas condições de vida e ambientais, resultaram da capacidade e da criatividade humana, a partir do desenvolvimento tecnológico que possibilitou a Revolução Verde, a descoberta de novas fontes de matérias-primas, o combate da poluição ambiental, melhorias significativas na qualidade de vida, o surgimento e aprimoramento de novos produtos (como analisado por Schumpeter (1988) na explicitação do papel da tecnologia no processo de desenvolvimento econômico), o combate a doenças e o aperfeiçoamento da medicina preventiva e curativa, entre outras (LOMBORG, 2002).

Se a definição do conceito de desenvolvimento sustentável partir do pressuposto empregado pelo Banco Mundial que esse tipo de desenvolvimento é o que dura, a sociedade atual, segundo os próprios dados oficiais, aponta inexoravelmente para a sustentabilidade. Essa afirmação não indica que não há problemas ambientais, mas tão somente que se faz necessário “ver o meio ambiente como uma parte importante – mas não a única parte – dos muitos desafios que precisamos enfrentar para criar um mundo cada vez melhor e progredir ao máximo pelo resto do século” (LOMBORG, 2002, p. 418).

Colocado em outros termos, se não há possibilidade de crescimento econômico sem preservação ambiental e vice-versa, como destacado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) e reforçado por Sachs (1986), torna-se fundamental a articulação entre o crescimento e a

preservação ambiental para assegurar o desenvolvimento sustentável e permanente, a questão da superação da pobreza e da baixa qualidade de vida nos países em desenvolvimento é altamente relevante para a proteção ambiental, pois “é razoável esperar que, a medida que alcançam patamares mais altos, os países em desenvolvimento optem e lutem pela preservação ambiental – como fizeram os países desenvolvidos” (LOMBORG, 2002, p. 252).

Desse modo, os países desenvolvidos só passaram a se preocupar com a questão ambiental no momento em que se tornaram suficientemente “ricos” e sustentáveis, no que toca ao desenvolvimento de longo prazo e permanente. Seguindo essa mesma lógica, a piora dos níveis de poluição atmosférica nos países em desenvolvimento nas últimas décadas, atreladas ao crescimento econômico, deve ser analisada numa perspectiva histórica, já que “na verdade, os países em desenvolvimento estão apenas fazendo os mesmos *trade-offs* que os países desenvolvidos fizeram há 100-200 anos” (LOMBORG, 2002, p. 252), isto é, estão trilhando os mesmos caminhos do passado para a superação dos problemas sociais e do crescimento econômico, sem o qual torna-se impossível e dispendioso despertar para a questão da preservação ambiental para as gerações futuras.

Logo, os problemas ambientais devem ser analisados racionalmente e com base em dados e em estatísticas de longo prazo, para que a priorização dos gastos dos escassos recursos direcione as ações, pensando a questão ambiental como mais um dos imensos desafios que preocupam a humanidade neste limiar de século XXI. Para Lomborg (2002), a prioridade deve ser “tornar os países em desenvolvimento ricos e dar aos cidadãos dos países desenvolvidos ainda maiores oportunidades” (LOMBORG, 2002, p. 389), pois o iminente colapso natural e as catástrofes daí resultantes não ocorreram, desacreditando os ambientalistas que baseiam suas análises e observações em estatísticas de curto prazo e em mitos, para tornar a questão ambiental o cerne das atenções contemporâneas, relegando para segundo plano, outros desafios e problemas da humanidade na atualidade.

Em vista disso, a questão ambiental tem sido utilizada politicamente para impor uma nova agenda nas relações internacionais, impossibilitando os países em desenvolvimento de trilhar os mesmos caminhos dos países desenvolvidos e alcançar patamares de riqueza e de qualidade de vida que os torne aptos a repensar a preservação do meio ambiente para as futuras gerações. É imprescindível

repensar o desenvolvimento econômico a partir das relações desiguais estabelecidas no mundo atual e controladas pelas nações desenvolvidas, colocando os problemas ambientais nos mesmos patamares de outros desafios da humanidade. Vale ressaltar que existem limites físicos e estruturais ao capitalismo e, portanto, à própria capacidade do mesmo em aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável: conceito amplo, impreciso e passível de apropriação por todas as escolas de pensamento – clássica, neoclássica, marxista, neoliberal, entre outras, como demonstrou Montibeller-Filho (2001).

Nesses termos, o desenvolvimento sustentável, utilizado politicamente por grupos de interesses e orientado para uma nova agenda internacional de desenvolvimento e manutenção do *status quo*, analisado na perspectiva marxista, impede a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas nos países em desenvolvimento, nos mesmos patamares dos países desenvolvidos, impossibilitando os países em desenvolvimento de atingir níveis superiores de crescimento econômico e de qualidade de vida, isto é, o foco na preservação ambiental como o principal e único desafio da humanidade, impossibilita que as contradições do capital sejam explicitadas, pelo contínuo e irreversível processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Ademais, a bandeira da preservação ambiental anula as discussões sobre as contradições do capitalismo e a análise do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, apontando para a abolição das investigações e reflexões científicas da contradição inexorável do sistema capitalista, fundamentada no desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que obstruem esse processo.

Por conseguinte, a economia solidária permeada pelo desenvolvimento sustentável e entrelaçada também pelas teorias do desenvolvimento local e do socialismo utópico do século XIX, exerce a mesma função de esquecimento ou omissão na discussão da real contradição do sistema capitalista contemporâneo, expresso na tensa relação entre o capital e o trabalho em tempos de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, estando a serviço da recolocação no mercado de trabalhadores excluídos do processo produtivo ou dos párias do capitalismo globalizado e competitivo da contemporaneidade, possibilitando a exploração do trabalho nas cooperativas de materiais recicláveis,

onde o trabalhador é subordinado indiretamente ao capital, que dita às formas de coleta e venda dos resíduos sólidos reaproveitáveis, os preços pagos ao longo do ano (de acordo com as necessidades do mercado) e os materiais aceitos no mercado de transformação de novos produtos.

Isso é o que pode ser observado na cooperativa de produtos recicláveis de Presidente Prudente, onde a renda obtida pela venda dos materiais é baixa e a cooperação ocorre pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, devido ao baixo nível de escolaridade dos trabalhadores da cooperativa. Dito de outra forma, a sustentabilidade ambiental fica relegada ao segundo plano, sobressaindo a necessidade social de resgate de trabalhadores outrora ocupados no “lixão” do município, onde as condições de trabalho eram insalubres e desumanas.

A despeito de a cooperativa funcionar como um instrumento de resgate social desses trabalhadores, a economia solidária atrelada a essa lógica de preocupação com os recursos naturais, não coloca em discussão a exclusão social derivada do desenvolvimento acelerado das forças produtivas no capitalismo contemporâneo e as contradições daí resultantes, tendo como expressão desse processo desigual e complexo, a condição social desses trabalhadores excluídos, vítimas de um capitalismo tornado competitivo, globalizado e excludente nas últimas décadas. Nesse caso, a economia solidária e o desenvolvimento sustentável que lhe dá suporte teórico e ideológico evitam as discussões da real determinação da exclusão social e da posição das classes sociais sob a lógica do capital em tempos de desenvolvimento acelerado e complexo das forças produtivas materiais da economia.

A sustentabilidade ambiental fica atrelada a lógica do mercado capitalista, através da subordinação direta da venda dos materiais às empresas compradoras, que ditam os preços pagos durante o ano e os materiais aceitos, sempre tendo em vista a variação do mercado, a oscilação dos preços e as possibilidades de lucro com a transformação do “lixo” reciclável em novos produtos, isto é, o que está em evidência é a possibilidade explícita e inequívoca de obtenção de lucros e não a preocupação direta com o esgotamento dos recursos naturais utilizados nas embalagens descartadas diariamente pela população prudentina.

Não é demais afirmar que os trabalhadores da cooperativa são subordinados indiretamente ao capital, através da determinação pelo mercado dos

preços dos materiais reciclados ao longo do ano, da aceitação ou não de determinados materiais (de acordo com as necessidades do mercado) e pela renda baixa auferida pelos trabalhadores, sempre levando-se em consideração a oscilação de preços e a aceitação dos materiais, não dependendo, assim, da seleção e separação diária e permanente do “lixo” pela população e do montante de materiais colocado à venda pela cooperativa de reciclagem de Presidente Prudente.

Portanto, a economia solidária e os preceitos da sustentabilidade ambiental, omitem que a contradição essencial continua sendo a tensa relação entre o capital e o trabalho, assentada no desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, que determinam a posição das classes sociais e o estágio da luta de classes, além da premissa da necessidade histórica destacada por Marx (1988) da superação do moderno sistema produtor de mercadorias.

1.3. Desenvolvimento Local e Economia Solidária

Da mesma forma que o desenvolvimento sustentável surge e se consolida no âmago da crise das políticas de intervenção estatal na economia e do planejamento regional como instrumento de resolução das desigualdades territoriais do processo de desenvolvimento econômico, como explicitado na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967) e Boudeville (1973) e na teoria da Causação Circular Cumulativa de Myrdal (1965), a teoria do desenvolvimento local toma forma como um possível paradigma do desenvolvimento, assentado nas possibilidades locais de evolução das forças produtivas e atrelado ao desenvolvimento sustentável e às atividades econômicas solidárias.

Assim, até a década de 1960, era comum a associação entre crescimento e desenvolvimento econômico, através da hegemonia das políticas macroeconômicas para medir o crescimento econômico, com base em dados sobre a produção de riqueza nacional. Também se destacava o pensamento vigente baseado na ideia de que aos países periféricos cabia trilhar os caminhos das nações industrializadas e consideradas desenvolvidas para atingir o pleno desenvolvimento das forças produtivas.

A tentativa de se generalizar o desenvolvimento econômico para todas as nações do sistema capitalista passou a ser amplamente questionada com a publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pela ONU (Organização

das Nações Unidas) no início da década de 1990. O IDH tendeu a relativizar o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* como medida suficiente do desenvolvimento e passou a incorporar outras variáveis, tais como a taxa de mortalidade infantil, a expectativa de vida e o analfabetismo, malgrado os problemas metodológicos inerentes a essa forma de aferição do desenvolvimento.

Com o desencadeamento do processo de reestruturação produtiva do capital, ganharam força propostas e alternativas ao modelo clássico de desenvolvimento, exigindo-se, da mesma forma, novos indicadores para medi-lo. Entre essas perspectivas destaca-se o desenvolvimento local, permeado pelas potencialidades dos agentes locais e pelas possibilidades endógenas de crescimento econômico, com distribuição de renda, melhoria das condições de vida da população e de sustentabilidade ambiental (MILANI, 2005).

Dessas transformações surgiram questionamentos sobre a viabilidade do desenvolvimento enquanto etapas a serem seguidas pelos países subdesenvolvidos e a permanência das desigualdades sociais, expressas em uma nova agenda de discussão permeada por temas relativos “a descentralização, a governança local, a participação, a emergência da sociedade civil e, mais recentemente, o capital social integram o envelope de novos projetos do sistema de cooperação do desenvolvimento” (MILANI, 2005, p. 09). Todas essas temáticas e projetos colocam em evidência as diversidades e particularidades locais, passando a exigir medidas de políticas públicas diferenciadas e orientadas para o desenvolvimento local.

No contexto de esgotamento do padrão desenvolvimentista e do desencadeamento do processo de reestruturação capitalista, torna-se evidente que o tema do desenvolvimento local

(...) vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder, no plano político com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa e no plano cultural com a folclorização trabalhada pela “indústria-cultural” como exotismo (...) (OLIVEIRA, 2000, p. 25).

As mudanças estruturais das últimas décadas forjaram o enfraquecimento do Estado enquanto regulador de interesses econômicos e mediador de conflitos sociais, estimulando processos de descentralização administrativa, que colocaram o poder local assumindo responsabilidades e passando a atuar como agente do desenvolvimento econômico. Segundo Buarque (1999), o desenvolvimento local surge como uma alternativa ao processo de desenvolvimento econômico baseado em fatores de produtividade, rentabilidade e índices externos de ampliação da capacidade produtiva, representando

(...) uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

Segundo Milani (2005, p. 1), o desenvolvimento local deve englobar outras variáveis e outros fatores do desenvolvimento, sendo considerado “como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local”.

Para Sen (2000), o desenvolvimento local está relacionado diretamente à confiança das pessoas no futuro individual e da comunidade a que pertencem, enfatizando-se a necessária melhoria da vida social, em detrimento do particularismo do crescimento econômico enquanto promotor do bem estar social por si só. Por conseguinte, o desenvolvimento não é uma consequência irrestrita e ampla do crescimento econômico, sendo necessária a ampliação das atividades livremente escolhidas por cada sujeito no processo de desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento considerado como instrumento de transformação social, sendo na escala local que se realiza a possibilidade de surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios e novas utopias, diante das tentativas de uniformização e padronização engendradas pelo processo de globalização/mundialização do capital (SEN, 2000).

Para Santos (1996), os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, consideradas como “os domínios da contigüidade, daqueles

lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 1996, p. 226), em contraposição aos modelos e padrões impostos pela globalização (“as verticalidades (...) formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (...), sendo possível reconstruir “a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 1996, p. 227), possibilitando a criação de novas solidariedades, através da sobreposição dos recortes e da simultaneidade das forças locais.

O desenvolvimento local, sob a ótica da instrumentalização política e jurídica, por sua vez, requer autonomia na tomada de decisão e uma reorientação das funções políticas e administrativas do Estado, pressupondo

(...) a existência de um aparelho de Estado e de estruturas institucionais que assegurem ao mesmo tempo o jogo democrático indispensável à elaboração permanente do projeto nacional, a gestão descentralizada dos negócios locais e o controle pelo Estado, ele mesmo submetido ao controle social, de pelo menos quatro alavancas de comando: os investimentos produtivos, o comércio exterior e os movimentos internacionais dos capitais, o equilíbrio entre a oferta e a demanda dos principais gêneros alimentícios e os fluxos tecnológicos (SACHS, 1986, p. 85).

Apesar disso, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, recebendo pressões, incentivos e oportunidades externas, apontando para a necessidade de integração econômica com as escalas regional e nacional, orientando as atividades econômicas para a especialização e a competitividade, isto é, a necessidade de internalização das decisões e oportunidades vindas das demais escalas espaciais na estrutura econômica, social e cultural, visando o pleno desenvolvimento a partir das potencialidades locais para a satisfação das necessidades internas.

A reestruturação capitalista, a reorganização e o redimensionamento do processo produtivo a partir das transformações tecnológicas resultantes da revolução técnico-científica atual, com a redefinição da concorrência internacional e da competitividade econômica entre nações e regiões sob a economia globalizada, provocam a redefinição da organização do espaço, apontando, de um lado, para a uniformização e padronização dos mercados, como movimento essencial para a competitividade entre os lugares e, de outro lado e contraditoriamente, para a

“diversificação e flexibilização das economias e dos mercados locais [criando e reproduzindo] diversidades, decorrentes da interação dos valores globais com os padrões locais, articulando o local ao global” (BUARQUE, 1999, p. 13).

A valorização do local emerge da tentativa de uniformização desse paradigma de desenvolvimento resultante do movimento de reestruturação capitalista e da globalização/mundialização do capital, apontando para novas oportunidades de desenvolvimento a partir das potencialidades e possibilidades produtivas internas a cada comunidade, lugar ou município, dependendo do recorte territorial e das interações interescares forjadas nesse processo de formulação de outra forma de desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento local.

No entanto, o movimento de globalização/mundialização e reestruturação do capital pode conduzir a um processo contraditório, permeado pela possibilidade de desestruturação e desorganização da economia local ou da abertura de novas possibilidades de desenvolvimento, recriando espaços de competitividade e novas e variadas formas de participação na economia globalizada. Assim, o sucesso dos empreendimentos produtivos locais depende da mobilização dos atores locais e da formulação de um projeto coletivo de desenvolvimento, com o desenvolvimento local no contexto da globalização sendo

(...) resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica de recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica (BUARQUE, 1999, p. 15).

No ínterim do movimento de globalização/mundialização do capital, o neoliberalismo, como ideologia deste processo, engendrou a descentralização das políticas públicas, através do repasse de funções dos órgãos centrais para os estados e municípios e destes para a sociedade civil organizada, representando um redirecionamento do conceito de Estado, que passa necessariamente a reduzir sua capacidade de intervir na economia, como produtor de bens e serviços públicos, passando a desempenhar o papel de simples provedor de bens essenciais (através da compra/subsídio de bens públicos para a sociedade) ou regulador das atividades econômicas desenvolvidas pelas empresas privadas, isto é, o Estado passa a ser

regulador do mercado nas atividades em que este se mostre inconsistente para a plena satisfação das condições de vida da população e para a sustentabilidade ambiental.

Mas, a despeito da valorização do local como possível paradigma do desenvolvimento, por trás e permeando esse conjunto de medidas políticas e administrativas, coloca-se a ideologia neoliberal que “ao defender a descentralização, defende também a importância do mercado, a redução do papel do Estado como provedor de demandas sociais e a competitividade entre os locais” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 22).

A partir daí, no bojo do neoliberalismo e da descentralização, observa-se a transferência ao poder local da gestão de conflitos e de demandas sociais básicas, tais como educação, saúde, lazer, segurança, entre outras funções públicas essenciais, ou seja, ocorre a individualização de problemas e conflitos de interesses para a escala local. Nesse ínterim, a sociedade civil passa a se responsabilizar também pela resolução dos seus conflitos, através da organização em associações de moradores, organizações não-governamentais, conselhos participativos, entre outras formas de organização descentralizada da sociedade na luta por interesses e pelo desenvolvimento baseado nas potencialidades e possibilidades locais.

Se antes o poder local tinha de se organizar para conseguir repasses e investimentos públicos do poder central para obras de infraestrutura e atendimento de demandas sociais básicas, agora a necessidade recai para a dependência de atratividade do capital privado, através da apresentação de dados de qualidade e de indicadores de excelência econômica, resultando na exacerbação da competitividade entre os lugares na articulação do desenvolvimento sobre novas bases.

Esse processo levou ao surgimento da denominada guerra fiscal entre estados e municípios brasileiros, a partir da década de 1990, para atrair indústrias e investimentos produtivos através da isenção de impostos, doação de terrenos e realização de infraestruturas para a efetivação e escoamento da produção, diante do processo de desregulamentação estatal, verificando-se também a municipalização de serviços outrora fornecidos e controlados pelo poder central, com destaque para as áreas de saúde e de educação. Não é demais observar que

esses serviços se tornam problemáticos com a gestão municipal, resultando, na maioria dos casos, na precariedade funcional e organizacional, assim como na precarização das condições e relações de trabalho devido aos recursos escassos e limitados repassados pelo governo federal e estadual para a esfera local de governo.

No que tange aos recursos produtivos estatais, o local continua a depender dos repasses de verbas federais e estaduais para os investimentos necessários em infraestrutura, saúde, educação, segurança, entre outros serviços públicos. A dependência de repasses financeiros de outras escalas de decisão é explícita também no caso das iniciativas solidárias desenvolvidas pelos trabalhadores nos municípios da região de Presidente Prudente, destacando-se os assentamentos de reforma agrária, onde se observa a formação de associações de produtores rurais familiares que fornecem alimentos para entidades assistenciais locais, comunitárias ou municipais, através do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

Na mesma linha de análise, os preços pagos pelos alimentos fornecidos pelos produtores rurais familiares são determinados através de listas fundamentadas pela cotação no mercado nacional e não com base nas oscilações diárias ou semanais dos preços nos mercados locais ou regionais, apontando para a dependência da escala nacional, conquanto o fornecimento seja realizado necessariamente em escalas locais, comunitárias ou municipais de localização das entidades assistenciais. Da mesma forma, no empreendimento econômico solidário dos trabalhadores cooperados de materiais recicláveis de Presidente Prudente, os incentivos financeiros também advêm da esfera federal, através de empréstimos com juros subsidiados dependentes de bancos estatais de financiamento (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e da expansão das linhas de crédito subsidiadas oficiais, que são definidas pelo Banco Central.

Seguindo a mesma linha de raciocínio crítico, não é no nível local que se definem os principais instrumentos de política macroeconômica, determinantes do desenvolvimento econômico e que impactam sobremaneira as iniciativas locais de desenvolvimento, tais como as taxas básicas de juros da economia, o sistema de crédito subsidiado, a conversão da moeda em um sistema de câmbio flexível ou rígido, o comércio exterior, as alíquotas alfandegárias, a remessa de capitais para fora do país, a entrada de investimentos externos diretos (IED), a resolução de

conflitos internacionais, entre outros instrumentos indutores do investimento e multiplicadores da demanda efetiva, da propensão ao consumo e da geração de emprego e renda na economia local, como destacado por Keynes (1989) em sua teoria geral do emprego, do juro e da moeda e descrito por Dillard (1989), em suas considerações sobre o keynesianismo nos “anos dourados do capitalismo” do pós Segunda-Guerra Mundial.

O recorte territorial e administrativo adotado no caso brasileiro é o dos municípios, considerados como instrumentos de fomento do desenvolvimento local. Entretanto, os mesmos não estão preparados

(...) para ocupar o papel de promotor do desenvolvimento municipal e local e para a inserção nas novas condições socioeconômicas e institucionais do Brasil. Carecem de tradição e instrumentos de planejamento e de base técnica para assumir as novas responsabilidades e uma posição ativa na promoção do desenvolvimento local. Além disso, os passos efetivos de descentralização das decisões e dos recursos são muito insuficientes e, muitas vezes, ilusórios (...) não permitindo a liberdade financeira necessária à implantação de uma estratégia de desenvolvimento municipal (BUARQUE, 1999, p. 21).

Em síntese, o desenvolvimento local prega uma nova forma de desenvolvimento baseado nas potencialidades e possibilidades locais, em conformidade com o ideário neoliberal de liberdade irrestrita das forças de mercado e da redução do papel do Estado como indutor do processo de desenvolvimento econômico, apontando, ao contrário do que postula, para a fragilização dos serviços públicos prestados à comunidade e a precarização das condições e relações de trabalho que acompanha o movimento de descentralização financeira e operacional do Estado nacional, concomitante ao processo de reestruturação produtiva do capital em tempos recentes.

As teorias do desenvolvimento local e sustentável permeiam as atividades econômicas solidárias, formando um tripé calcado no crescimento econômico baseado nas possibilidades locais de produção e reprodução material da sociedade, na preocupação com a preservação ambiental (em detrimento dos graves problemas sociais que assolam as economias nacionais, principalmente a dos países em desenvolvimento) e na constituição e conformação de formas associativas e cooperativas de produção ou de prestação de serviços por parte de

trabalhadores vulneráveis socialmente ou excluídos do mercado de trabalho formal pelas transformações estruturais do capital das últimas décadas. Esses princípios de produção e reprodução social se entrelaçam e determinam as possibilidades, as limitações e as contradições do desenvolvimento econômico nos empreendimentos solidários, colocando em segundo plano as discussões sobre o desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações de produção subjacentes.

1.4. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção como força motriz do desenvolvimento

Segundo os postulados materialistas dialéticos como método de análise, o desenvolvimento econômico advém da incorporação e difusão de novas técnicas ao processo produtivo numa sociedade onde predomina a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho, isto é, o desenvolvimento é compreendido como a expansão do sistema produtivo que serve de base estrutural para toda a configuração social existente.

Esse desenvolvimento, por um lado, depende do processo de acumulação de capital, engendrado pelo controle sobre a utilização do produto social e a formação de nova capacidade produtiva, através do controle privado dos meios de produção por meio de uma minoria dirigente, que procura limitar o consumo da coletividade e forjar, com isso, seu poder sobre a mesma, determinando e orientando toda a destinação e utilização de tal produto social. Esse processo se expressa nas desigualdades na distribuição da renda e na concentração de recursos nas mãos dos capitalistas (FURTADO, 1964).

Essa foi a orientação do capitalismo nas suas primeiras fases de desenvolvimento, historicamente determinadas pela formação de novas classes dirigentes contra a influência de grupos apoiados em estruturas pré-capitalistas. Nesse período, predominava elevada oferta de mão-de-obra advinda da eliminação da economia artesanal pré-existente, sem a pressão das massas trabalhadoras sobre o processo de utilização do produto social, tendo o impulso dinâmico partindo muito mais da luta da nova classe dirigente capitalista para afirmar sua dominação e a expansão de suas bases econômicas em toda a sociedade e contra as antigas classes dirigentes, assentadas nos antigos modos de produção (FURTADO, 1964).

Porém, o desenvolvimento depende também do impulso à melhoria das condições de vida “que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como no de elevação e diversificação do seu padrão de consumo” (FURTADO, 1964, p. 64), com o impulso ao desenvolvimento se deslocando para o lado dos trabalhadores nas fases avançadas do capitalismo.

Passada a fase de grande oferta de mão-de-obra, pela absorção do excedente gerado pela destruição das formas pré-capitalistas e artesanais de produção e cuja oferta passa a depender do crescimento vegetativo da população, a classe trabalhadora passa a exercer forte pressão sobre o aumento na participação na renda social. Logo, a pressão da classe trabalhadora sobre a ampliação da participação na renda social (pondo em risco a acumulação de capital e as altas taxas de lucro da classe capitalista), nas fases avançadas de desenvolvimento do capitalismo, constitui-se na força motriz do desenvolvimento das forças produtivas.

Marx (1988), partindo da afirmação de que toda produção tem caráter social e que o trabalho é a única fonte criadora de valor, explicitou as relações sociais contraditórias e constituintes dos antagonismos de classe no capitalismo: a produção é realizada coletivamente, através da venda da força de trabalho aos detentores dos meios de produção e do uso das técnicas disponíveis em determinado período histórico, mas contraditoriamente, a apropriação do produto é realizada de forma privada, fundando e configurando as relações sociais básicas da economia capitalista.

Contudo, os antagonismos de classe (ou a luta de classes) e a pressão da classe trabalhadora, suscitam investimentos no ramo da ciência e da pesquisa científica, com a conseqüente formação e difusão de inovações tecnológicas incorporadas ao processo produtivo, que tendem a reduzir a quantidade de trabalho necessária por unidade de produto, mantendo-se, assim, por um lado, uma elevada oferta de mão-de-obra e um exército de reserva disponível a qualquer tempo ao capital. Por outro lado, os investimentos em ciência e tecnologia, levados a cabo pela classe capitalista, permitem a manutenção da posição de classe na estrutura social e a conservação de elevadas taxas de acumulação de capital.

Em outros termos analíticos, Marx (1988, p. 621), via no avanço das técnicas “a alavanca mais poderosa da acumulação”, o instrumento mais engenhoso

e poderoso das classes capitalistas para engendrar uma oferta de mão-de-obra sempre constante e em elevação, sendo o desemprego inerente ao próprio desenvolvimento capitalista. Do mesmo modo, no pensamento econômico clássico, já se observava o papel das técnicas na manutenção dos lucros e da acumulação de capital, constituindo-se o progresso técnico como poderosa arma contra a pressão da classe trabalhadora e contra o aumento nos custos da mão-de-obra. Assim, nas palavras de Ricardo (1988), argumentando contra os privilégios dos donos de terra e a favor do emergente capitalismo industrial inglês do século XIX:

À medida que o capital e a população de um país aumentem, a produção, torna-se mais custosa, e os preços das subsistências geralmente se elevam. Ora, a alta dos alimentos provoca a elevação dos salários, e a alta dos salários tende a orientar mais ativamente o capital para o emprego de máquinas. As forças mecânicas e as humanas estão em perpétua concorrência e frequentemente ocorre que as primeiras não são empregadas senão quando se eleva o preço das segundas (RICARDO, 1988, p. 214).

Mas, os antagonismos de classe estão inexoravelmente articulados à contradição imanente do capitalismo que determina os rumos da história e a própria posição das classes sociais no interior desse modo de produção, isto é, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, determinantes do próprio estado da luta de classes, de acordo com o desenvolvimento material e produtivo no modo de produção capitalista.

No famoso prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, de 1859, Marx (1982), ao explicitar sua visão materialista e dialética sobre a história da humanidade, caracterizou o decurso histórico como uma sucessão de modos de produção, ou seja, a história conformada a partir das relações dos homens com suas bases materiais de produção determinando todo o progresso social e as relações subjacentes. Dessa forma, “na produção social de sua própria existência, os homens entram em relações determinadas, indispensáveis, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (...)” (MARX, 1982, p. 82).

Assim sendo, as forças produtivas são caracterizadas como a base material da sociedade, aonde se desenvolve a produção especificamente capitalista, permeada e determinada pela divisão da sociedade em duas classes sociais

antagônicas. A propriedade econômica das forças produtivas corresponde, por sua vez, às relações de produção estabelecidas na sociedade e determinadas inextricavelmente pela exploração da força de trabalho como fonte de formação e ampliação do capital posto em movimento no processo de produção de mercadorias sob o modo capitalista de produção (MARX, 1982).

A contradição assumida pelas forças produtivas e as relações de produção em determinado período histórico, explicitaria o poder de explicação dessas relações como motor da história, pois “em um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes, dentro das quais até então funcionaram” (MARX, 1982, p. 83), passando a se caracterizar como entraves ao próprio processo de desenvolvimento econômico. Com base nisso, teria ocorrido a substituição do modo feudal de produção pelo capitalista, por meio do impedimento das restrições feudais ao pleno desenvolvimento e emprego das forças produtivas em seu interior, como no caso da manufatura, que exigia a concentração de um grande número de trabalhadores em um só lugar, entrando em contradição com os laços feudais ou semifeudais de ligação umbilical dos produtores a seus mestres e senhores em locais de produção isolados e dispersos (COHEN, 2010, p. 79).

Sob o modo capitalista de produção, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre articulado à aplicação da ciência e da tecnologia ao processo produtivo, desde o desenvolvimento da maquinaria na grande indústria moderna, que foi a resposta capitalista a proibição do prolongamento ilimitado da jornada de trabalho e do uso extensivo de mão-de-obra infantil e feminino no processo produtivo, que se constituía em formas de extração de mais-valia absoluta por meio da exploração incessante e desumana da força de trabalho (MARX, 1988).

No contexto da proibição da intensa exploração da mão-de-obra pelo capital e da extração de mais-valia absoluta naquele momento histórico dos primórdios do modo capitalista de produção, a burguesia, na grande indústria, articulando ciência e tecnologia, passou a intensificar a jornada de trabalho, através do aumento constante da produtividade do trabalho em um mesmo período de tempo. Isso ocorreu com a aceleração das máquinas (desenvolvimento das forças produtivas) ou da supervisão de um número cada vez maior de máquinas por parte dos trabalhadores. O aperfeiçoamento das máquinas, por sua vez, aumentou a

tensão do trabalho e a extração de mais-valia relativa em um período de tempo cada vez mais curto, determinando com isso, a posição das classes sociais no processo de produção, acumulação e ampliação do capital (MARX, 1988).

As descobertas e as inovações técnicas se consubstanciam como formas de aceleração da acumulação de capital, por meio da incorporação de capitais adicionais e da mudança da composição técnica do capital, com o aumento da sua parte constante (máquinas, instrumentos de trabalho, etc.) em detrimento da diminuição da sua parte variável (força de trabalho), isto é, o desenvolvimento das forças produtivas determina as relações de produção e a posição de classe no moderno modo de produção de mais-valia ou de trabalho excedente, num contexto de centralização crescente de capitais, primordial para a continuação da reprodução ampliada do capital.

(...) Os capitais adicionais constituídos no transcurso da acumulação normal servem preferencialmente como veículo para a exploração de novas invenções e descobertas, sobretudo de aperfeiçoamentos industriais. Mas, também o velho capital alcança com o tempo o momento de sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. (...) Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele (MARX, 1988, p. 189).

Mesmo que a luta de classes engendre transformações políticas, econômicas e sociais profundas, somente com transformações na base material da sociedade ou nas relações de produção que o proletariado encontrara êxito na substituição do capitalismo por outro modo de produção, como o próprio Marx afirma na seguinte passagem: “Se o proletariado derrocar o domínio político da burguesia, sua vitória será apenas temporária, enquanto as condições materiais ainda não tiverem sido criadas para tornar necessária a abolição do modo burguês de produção” (MARX, 1988, p. 205).

De forma conclusiva, o desenvolvimento do capitalismo se dá historicamente através da elevação da parte constante do capital em detrimento da parte variável, representando a constituição de um exército de reserva que pressiona os trabalhadores ocupados a intensa exploração e produção de

sobretalho excedente para o capital, enquanto os trabalhadores repelidos do processo produtivo são produto desse mesmo trabalho excedente que os obriga a se manter na ociosidade por causa do incremento técnico constante de capitais adicionais que possibilitam a acumulação ampliada através do desenvolvimento das forças produtivas sob o modo capitalista de produção.

No atual estágio do capitalismo contemporâneo é inexoravelmente esse desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (determinantes da posição da classe trabalhadora na luta política e ideológica de emancipação social) e as contradições daí subjacentes no que diz respeito às relações de produção, que mais interessa a investigação científica e a análise empreendida neste trabalho sobre as determinações teóricas do desenvolvimento econômico com o movimento de reestruturação capitalista dos tempos recentes, articulando as discussões à posição e ao papel da economia solidária nesse processo, isto é, quais os impactos das atividades econômicas solidárias no desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes no modo de produção capitalista contemporâneo?

1.5. Crise do modelo fordista/taylorista e reestruturação capitalista, como expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção

Sob o modo capitalista de produção, o modelo de acumulação gestado durante a Segunda Revolução Industrial, tornou-se predominante até meados da década de 1970, sendo considerado como uma forma de extração de mais-valia através da produção de bens industriais em larga escala (fordista) e de controle científico e gerencial do trabalho inserido no processo produtivo (taylorista).

Fordista porque derivado da implantação de esteiras rolantes de montagem para a fabricação do Modelo “T” na indústria automobilística de Henry Ford em 1914, com a proposição da jornada de oito horas e o pagamento de cinco dólares por dia de trabalho, como forma de incentivar a demanda efetiva por produtos de consumo das indústrias da época (BRAVERMAN, 1987, p. 130).

O fordismo passou a ser considerado um modelo de acumulação baseado na intrínseca articulação entre produção em massa, através da standardização e da padronização dos produtos e equipamentos de produção, dos ganhos de economia de escala e da configuração de um conjunto de medidas

institucionais, econômicas e sociais que possibilitaram a consolidação e ampliação desse modelo de acumulação no pós-guerra, intrinsecamente articulado às políticas keynesianas de incentivo à demanda efetiva, no sentido de manutenção da acumulação de mais-valia relativa naquele período histórico do capitalismo.

Já o taylorismo deriva de seu inventor, o engenheiro Taylor (1865-1915), no decorrer do modo de produção capitalista em sua fase industrial e baseia-se no radical aumento da “produtividade do trabalho através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (HARVEY, 1996, p. 121).

Dito de outra forma, o taylorismo caracteriza-se pelo rigoroso controle social do trabalho no processo produtivo, como forma de extrair o máximo de mais-valia e produtividade do trabalhador sob as condições e relações capitalistas de produção e consumo, configurando-se como “a mais decisiva medida simples na divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção. Inerente a esse modo de produção desde os inícios, e se desenvolve, sob a gerência capitalista, por toda a história do capitalismo”. (BRAVERMAN, 1987, p. 112).

Assim, o taylorismo é compreendido como um método de organização do trabalho permeado pela estrita separação entre as atividades de concepção e execução de tarefas, engendrando a parcelização do trabalho. Cabe ao trabalhador realizar apenas alguns gestos simples e rotineiros no processo produtivo, comandados pela gerência científica do trabalho, isto é, todo o processo de trabalho passou a ser controlado pela administração capitalista através da elaboração científica de um conjunto de normas, regras e fórmulas a serem seguidas pelo trabalhador no processo produtivo (BRAVERMAN, 1987).

Contudo, como bem destacou Braverman (1987), o taylorismo representa muito mais que o controle dos movimentos dos trabalhadores no processo de extração de mais-valia relativa, constituindo-se em uma teoria representativa da configuração e consubstanciação do próprio modo capitalista de produção ou da natureza do processo de trabalho capitalista. Da mesma forma, o taylorismo é a realização ampliada das características descritas por Marx (1988) sobre a natureza do trabalho no capitalismo, representadas pela parcelização de tarefas, especialização de funções, incorporação do saber técnico no maquinismo, o

homem tornado apêndice da máquina, o caráter despótico da direção, entre outras formas de controle do trabalho e de extração ampliada e permanente de mais-valia relativa no processo produtivo.

Ao contrário do postulado e tido como verdade absoluta, derivada da interpretação equivocada da literatura sobre a produção industrial e a incorporação da maquinaria na grande indústria, o taylorismo não pode ser considerado estritamente como uma forma de organização e de gerência do trabalho dentro das fábricas, em detrimento do fordismo que é associado com a ideia da construção de uma nova sociedade, conformando-se mesmo como o modelo de acumulação hegemônico no pós-guerra. Ambos são complementares e funcionais ao processo de extração de mais-relativa, através da intensificação do trabalho no interior do processo produtivo. Segundo Braverman (1987), o fordismo representa o aprofundamento e a aplicação privilegiada dos princípios tayloristas, tratando-se de um desenvolvimento historicamente crucial dos métodos formulados por Taylor, levados a cabo na produção em massa e na standardização da produção fordista para o consumo em massa.

Assim sendo, os princípios complementares e articulados do taylorismo e do fordismo (tido como modelo de acumulação do pós-guerra) representaram a intensificação do trabalho no interior do processo produtivo, através do emprego de inúmeros trabalhadores, possibilitando a acumulação ampliada de capital, articulada a aplicação das políticas keynesianas de regulação da demanda efetiva, sem a necessidade do aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas, no período do pós-guerra com a “aliança” de classes que engendrou “os anos dourados do capitalismo”.

Tal modelo de acumulação entrou em crise no início da década de 1970, desencadeando um movimento de reestruturação capitalista, colocando em xeque o “pacto” e a “aliança de classes sociais” forjados durante os “os anos dourados” no pós-guerra, que proporcionaram taxas de crescimento econômico sem precedentes na história do capitalismo. Além disso, passou a ser amplamente questionada a orientação, o controle e o planejamento do mercado pelo Estado, as políticas de Bem Estar Social e o pesado ônus das leis trabalhistas e garantias de emprego sobre a acumulação de capital, nos países capitalistas avançados. Do mesmo modo, foi posto em questão o modelo de incentivo a demanda efetiva por

bens e serviços, baseado nos princípios keynesianos de funcionamento da economia capitalista e do amplo papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social (DILLARD, 1989).

Noutros termos, o desenvolvimento das forças produtivas entrou em contradição com as relações de produção, engendrando transformações profundas nas formas de regulação social, cujo pilar era o assalariamento e as proteções sociais aos mais vulneráveis economicamente, nas formas de produção, de base fordistas/tayloristas e, nas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho na sociedade e na economia, mediadas pelo Estado keynesiano, cuja aliança de classes possibilitava a extração de mais-valia sem a necessidade de transformações profundas no modo de produção, isto é, no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Essa contradição do capitalismo teve como expressão intrínseca um movimento político e ideológico direcionado contra o trabalho organizado, contra a rigidez das leis trabalhistas de proteção e “pleno-emprego” e contra a representação sindical, todos esses fatores considerados como obstáculos à acumulação de capital e ao crescimento econômico, engendrando a crise do mundo do trabalho, expressa no aumento do desemprego, na diminuição do poder de compra dos assalariados (que era um dos pilares do antigo modelo de regulação das relações capital/trabalho sob o fordismo) no (re)surgimento de formas atípicas de trabalho (trabalho parcial, temporário, por tempo determinado, entre outras formas atípicas de trabalho) e na desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho.

A formação de empreendimentos econômicos solidários é produto desse movimento contraditório entre a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, baseadas nas antigas formas de regulação social do trabalho sob os desígnios capitalistas da produção, expressa na formação de um exército de reserva abundante e necessário ao movimento de reestruturação das relações de produção, como pode ser observado no caso da cooperativa dos trabalhadores em produtos derivados do couro de Presidente Prudente. Nesse caso, os trabalhadores excluídos do processo produtivo e caracterizados pela baixa escolaridade e pelas dificuldades de reinserção profissional e de sobrevivência individual, familiar e social, passaram por requalificação profissional e se uniram na cooperativa. Todavia, os mesmos

continuam dependentes do fornecimento da matéria-prima por um curtume local, da produção individual dos produtos derivados do couro, da compra dos mesmos por uma fundação social e do apoio de uma entidade assistencial para a continuidade das atividades do empreendimento solidário.

No que concerne ao movimento histórico de reestruturação capitalista desencadeado a partir da crise do modelo fordista/taylorista do início da década de 1970, o mesmo foi permeado pela globalização/mundialização do capital, pelo neoliberalismo econômico e financeiro e pelo advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica de base microeletrônica, determinando a crise do mundo do trabalho, expressa no aumento do desemprego e na precarização das condições e relações de trabalho.

Nessa perspectiva, nos estertores da constituição de uma economia global/mundial como articulação da unicidade técnica do capital, da convergência dos momentos, da formação do motor único e da cognoscibilidade do planeta, explicitando esse processo como uma globalização perversa (SANTOS, 2001) e da mundialização do capital, como uma fase específica do movimento de internacionalização do capital e de sua valorização (CHESNAIS, 1996), as pesquisas e análises apontam para o crescimento significativo do desemprego, para o aumento da pobreza, da fome e do desabrigo e para o alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados, como resultado da flexibilização e da desregulamentação das relações de trabalho sob a globalização/mundialização do capital e do neoliberalismo como modelo político/ideológico desse processo.

Nas mesmas condições, segundo o neoliberalismo, a desestruturação do mundo do trabalho seria expressão do questionamento dos sistemas de proteção social baseados em políticas keynesianas e da reorientação das políticas econômicas para a livre concorrência como regra básica das relações sociais e para a efetivação das condições favoráveis para o aumento da lucratividade e da acumulação de mais-valia, engendrando a desregulamentação e a flexibilização das relações e condições de trabalho, colocando como premissa a ideia de que o crescimento do desemprego seria necessário para a eficiência de qualquer sistema baseado na economia de mercado (ANDERSON, 1995) e na neutralidade econômica do Estado que devia apenas “limitar-se a fazer respeitar regras muito gerais do jogo, garantindo a ordem social e a segurança da

propriedade, pano de fundo do livre funcionamento dos mercados” (BRUNHOFF, 1991, p. 40).

No que tange a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (configurada por um novo paradigma tecnológico determinado pelo complexo eletrônico e pelas tecnologias da informação), as transformações no mundo do trabalho caracterizam-se pela substituição crescente do trabalho humano pelo uso intensivo do computador, pela ruptura com os padrões rígidos da produção fordista através da adoção do *just in time* (gestão de fluxos) em contraposição ao *just in case* do modelo fordista/taylorista e pelo paradoxo representado pela deterioração das condições e relações de trabalho, através do aumento do trabalho parcial (*part time*) em detrimento do emprego em tempo integral (*full time*), de um lado e, por outro lado, pela exigência cada vez maior de trabalhadores polivalentes, poliativos, criativos e flexíveis às mudanças do processo produtivo tornado dinâmico e instável (COUTINHO, 1992).

Por conseguinte, a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, representa a retomada do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, caracterizando-se pela constituição de um novo paradigma tecnológico permeado pelo complexo eletrônico e por tecnologias da informação, tendo na formação de um amplo complexo eletrônico em diversos segmentos econômicos e produtivos nas principais economias avançadas durante a década de 1980, destacadas por Coutinho (1992), a gênese desse processo, baseado fundamentalmente na aplicação de processos contínuos de produção, nos processos de automação discreto-interrompíveis, na substituição de operações manuais por robôs dedicados, através da incorporação de equipamentos digitais e controles computadorizados, nos processos de automação fragmentada e a introdução de comandos numéricos (CN) e comandos numéricos computadorizados (CNC), nos processos de produção do tipo manufactureiro-artesanal, para a produção de bens de capital sob encomenda.

A aplicação (ou criação por meio dela) da microeletrônica de uma base tecnológica comum a uma constelação de produtos e serviços agrupou um conjunto de indústrias, setores e segmentos na forma de “complexo eletrônico”, densamente intra-articulado pela convergência intrínseca da tecnologia da informação. A formação desse poderoso *cluster* de inovações capazes de penetrar amplamente, direta ou indiretamente, todos os setores da economia configura a formação de novo paradigma tecnológico (...) (COUTINHO, 1992, p. 70).

A aplicação dessas novas tecnologias sobre o mercado de trabalho engendra impactos determinados pela substituição do trabalho humano pelo uso intensivo do computador ou pela transferência de serviços para o próprio usuário. O auto-serviço ou auto-atendimento difundido pelo uso de caixas eletrônicas pelos bancos, com saque automático, pagamento de contas, depósitos, transferências de valores e outros serviços, é um exemplo disso. Também a transferência dos atendimentos bancários nas próprias agências para o sistema de atendimento eletrônico, através da Internet e de sistemas de *homebanking*³ e a progressiva substituição do tradicional papel-dinheiro pelo cartão magnético, são exemplos de inovações tecnológicas em curso no capitalismo contemporâneo, apresentando-se também o exemplo da compra de passagens aéreas pela Internet e o comércio eletrônico (o *e-commerce*), que caracterizam as transformações do mundo do trabalho pelo uso de novas tecnologias.

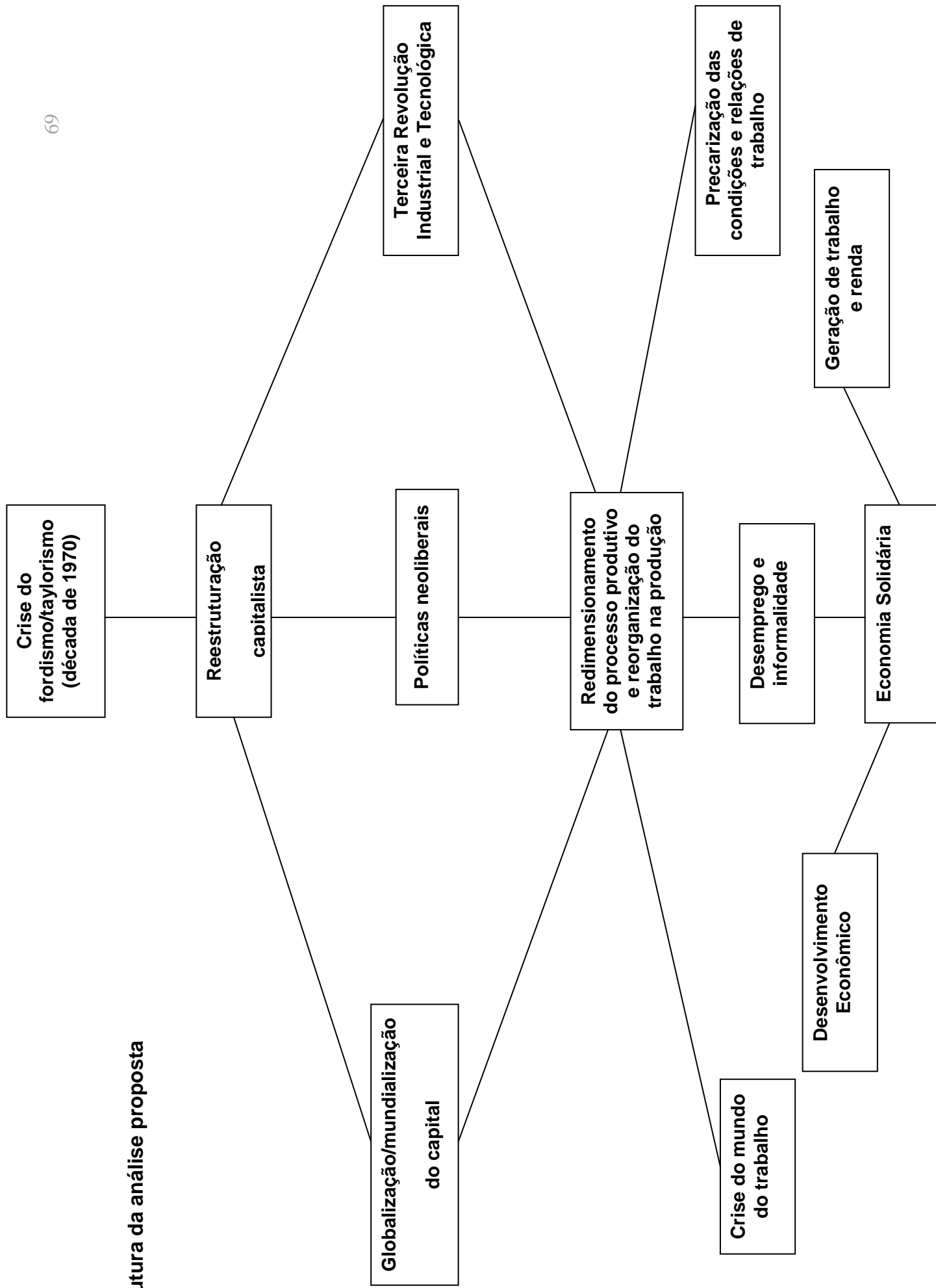
Logo, as transformações estruturais do capitalismo, concomitantes e complementares, estão em consonância com a retomada do processo de acumulação de capital, através da intensificação da exploração da parte variável do capital ocupada na produção e da repulsão de grande parcela dos trabalhadores do próprio processo produtivo, possibilitada pela substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto incorporado às máquinas, através do amplo desenvolvimento das forças produtivas das últimas décadas e da articulação crescente entre ciência e tecnologia aplicadas ao circuito produtivo, com vistas ao aprofundamento da extração de mais-valia relativa sob os desígnios do capitalismo contemporâneo.

A compreensão do movimento da economia solidária como possibilidade de superação dos problemas relacionados ao mercado de trabalho e ao processo de desenvolvimento econômico na contemporaneidade, deve ser

³ Sistemas eletrônicos que possibilitam a realização de operações bancárias *on-line*, como a consulta de saldos e extratos e a transferência de valores de uma conta para outra, através da conexão do computador do cliente ao do banco.

direcionada a partir desse ponto de vista, qual seja, o da crise do modelo fordista/taylorista em concomitância com o desmonte das políticas keynesianas de estímulo a demanda efetiva e consolidação do Estado de Bem Estar Social nos países capitalistas avançados e, o conseqüente desencadeamento da reestruturação capitalista assentada na globalização/mundialização do capital, no neoliberalismo e na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, representando a crise do mundo do trabalho e as exclusões daí resultantes, conforme pode ser constatado na estrutura de análise proposta para a investigação científica neste trabalho, apresentada a seguir.

Estrutura da análise proposta



1.6. Considerações Finais ao Capítulo 1

A economia solidária, ao contrário do que postula ao defender outra forma de desenvolvimento econômico e social, baseado na solidariedade, na associação e na cooperação entre os trabalhadores, tem a função de redimensionar e reorientar as discussões sobre o desenvolvimento, recolocando a problemática sobre outras bases teórico-conceituais, evitando debater a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas na contemporaneidade e as relações de produção anteriores, que perderam espaço e foram relativizadas sob as novas formas de produção, reprodução e acumulação de capital, excluindo milhares de trabalhadores do processo produtivo e precarizando as condições e relações de trabalho em tempos recentes.

Deste modo, a economia solidária é funcional a reprodução do capital, articulada às teorias do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento local e aos teóricos do socialismo utópico do século XIX (superados historicamente por outras formas de pensamento social e de ação política, como o próprio marxismo revolucionário representou a partir das críticas a essas formas de pensamento). Essas teorias omitem a discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e engendram a estagnação da luta de classes, de acordo com o estágio das relações sociais sob o capitalismo globalizado e mais excludente ainda neste início de século XXI.

Cabe analisar o contexto do (re)surgimento e da consolidação da economia solidária no Brasil e a distribuição territorial dos empreendimentos econômicos solidários no país, como medida para se investigar quais as possibilidades e os impactos dessas iniciativas sobre o processo de desenvolvimento econômico e a constituição de uma nova forma de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, como será analisado no capítulo seguinte da tese.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO: OBJETIVOS E POSSIBILIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

“O núcleo da questão social hoje seria, pois, novamente a existência de “inúteis para o mundo”, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa (...). É no momento em que a “civilização do trabalho” parece impor-se definitivamente sob a hegemonia da condição de assalariado que o edifício racha, repondo na ordem do dia a velha obsessão popular de ter que viver “com o que ganha em cada dia”.

Robert Castel, “As metamorfoses da questão social”.

O movimento histórico de estruturação do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho nacional, configurado desde a década de 1930, com forte participação do Estado na conformação do capitalismo no país, passou a ser questionado a partir da crise fiscal do Estado em meados da década de 1980, abrindo precedentes para a adoção do processo de reestruturação capitalista em curso nas principais economias avançadas, a partir da crise do modelo fordista/taylorista e da exacerbação do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas desde então.

Isso ocorreu com a chegada ao poder de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, representando a adoção de medidas neoliberais no país, conformando o movimento de desmonte do parque industrial nacional e a desestruturação do mercado de trabalho. Esse processo foi exacerbado nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, através da aceleração do movimento de redução da participação do Estado na economia, representado pelas privatizações, concessões ao capital privado e as reformas institucionais.

Na perspectiva dessas políticas neoliberais, o mercado de trabalho foi fortemente impactado e os trabalhadores passaram a sentir as agruras do desemprego e da precarização do trabalho. Assim, a economia solidária (re)surge como proposta de organização social e econômica, a partir da ação dos movimentos sociais e de entidades representativas dos trabalhadores.

A institucionalização e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego, representaram uma possibilidade de expansão para a economia solidária no país. O mapeamento oficial dos empreendimentos solidários, realizado em 2005, apontou a localização e a concentração geográfica dessas iniciativas solidárias e demonstrou a heterogeneidade das mesmas, representada pela diversificação dos produtos e serviços, pelas formas de organização e funcionalidade, pelas motivações de formação e desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores e pela característica fundamental de abrangência apenas local e/ou comunitária da comercialização e troca dos produtos, associada à dependência de políticas públicas de apoio para a sobrevivência desses empreendimentos diante da concorrência

capitalista em tempos de globalização/mundialização do capital e de aumento da exclusão social e econômica.

2.1. Industrialização, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico no Brasil

A inserção do Brasil no conjunto de transformações estruturais do capitalismo, desencadeadas a partir da crise do modelo fordista/taylorista de acumulação, no início da década de 1970, atendeu aos interesses dos mercados internacionais, representando a ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico configurado em bases industriais e estruturado sob a formalização das relações de trabalho, mormente com a emergência ao poder de Getúlio Vargas na década de 1930.

Colocado em retrospectiva, com a crise da economia cafeeira, em concomitância a crise da economia mundial desencadeada em 1929 com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York e com a profunda queda no nível de atividades nos países desenvolvidos que perdurou por quase toda a década de 1930, o Brasil teve seu processo de industrialização impulsionado, através da implantação de indústrias de consumo corrente e de indústrias do segmento metal-mecânico, direcionadas para a produção de peças de reposição do maquinário existente no país, através do processo de substituição de importações (DEDECCA/BRANDÃO, 1993).

Segundo Rangel (1986), sendo o Brasil, na origem, um país exportador de produtos agrícolas e, importador de bens de consumo, naquele momento histórico (década de 1930), a contração da capacidade de importar da economia brasileira direcionou o movimento de substituição de importações para a industrialização, com forte participação do Estado na conformação do desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, a industrialização impulsionada pela substituição de importações, atingiu gradualmente todos os setores industriais, com base na dialética da capacidade ociosa, isto é, nos momentos de crise, a economia passa a ser contrabalançada por um setor com excesso de capacidade e outro com insuficiência de investimentos e de capacidade para produzir, sendo os investimentos redirecionados para outros setores industriais, ocorrendo à renovação da economia nacional pelo movimento de substituição de importações e com forte

participação do Estado na constituição do capitalismo no Brasil e no processo de desenvolvimento econômico nacional.

Dessa maneira, a partir de 1930, sob o Governo Vargas, o Estado passa a desempenhar papel preponderante no processo de desenvolvimento econômico, primeiramente, através de uma política de gastos públicos que assegurou a rentabilidade dos produtores de café, diante da queda do preço do produto no mercado internacional e da dependência da economia brasileira às oscilações do mercado externo, depois, com a conjuntura desfavorável para as atividades baseadas na economia primário-exportadora, o Estado empreendeu esforços significativos para integrar a economia, através da expansão da fronteira agrícola (Marcha para o Oeste) e da abertura de vias de circulação.

A presença marcante do Estado desde 1930, constitui o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro. Sustentáculo principal do processo de industrialização, o Estado acabou sendo uma condição *sine qua non* para a unificação do espaço econômico nacional que, até então, se caracterizava pela fragmentação em enclaves exportadores para o mercado internacional (DINIZ; LEMOS, 1989, p. 163).

Esse período compreendido entre 1930 e 1954 destaca-se como a primeira fase da industrialização brasileira, vinculada às oscilações da economia exportadora, apresentando forte dependência da exportação do café e da demanda externa pelo produto, evidenciando-se também a fase política conformada por duas presidências de Getúlio Vargas, entre 1930-1945 e entre 1950-1954.

No tocante ao mercado de trabalho, nesse mesmo período, o Estado “promoveu” a regulação das relações de trabalho, através da estruturação de uma legislação trabalhista e da concessão de um conjunto de direitos consubstanciados no estabelecimento da jornada diária de oito horas de trabalho, no descanso semanal remunerado, na estabilidade do emprego após dez anos de permanência em uma mesma empresa, entre outras formas de regulação do mercado de trabalho nacional, com todas essas medidas vinculadas impreterivelmente à obrigatoriedade de filiação dos trabalhadores ao novo sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

As ações do Estado, no sentido da legalização do movimento sindical e da institucionalização do mercado de trabalho ficaram restritas aos trabalhadores

urbanos, quando, paradoxalmente e não por acaso, a maior parte da força de trabalho brasileira estava localizada no campo. Isto posto, por um lado, Vargas atendeu aos interesses da classe latifundiária, ao manter atrelada e subordinada a ela o trabalhador do campo e, por outro lado, promoveu uma divisão e um distanciamento dos interesses entre os trabalhadores urbanos e os rurais, ficando estes últimos relegados aos ditames do latifúndio, tendo sua força de trabalho explorada indiscriminadamente e sujeitos à violência como principal forma assumida pela relação desigual entre capital/trabalho, enquanto os primeiros se abrigavam numa legislação trabalhista estatal e articulada ao projeto de industrialização nacional.

A não realização de reforma agrária no Brasil, bloqueando o acesso à terra aos trabalhadores rurais e provocando a expulsão dos mesmos para as cidades, contribuiu para a formação de um exército industrial de reserva abundante, necessário e condizente à formação do capitalismo no Brasil, favorecendo a extração de mais valia e os altos lucros da burguesia industrial, através das múltiplas formas de superexploração da força de trabalho e da manutenção dos salários sempre baixos, barateando os custos de produção e das mercadorias produzidas.

A partir da segunda metade dos anos de 1950, a industrialização nacional ganhou novo impulso, configurando a segunda fase da implantação/consolidação das atividades industriais, por meio da instalação no país, precipuamente na cidade de São Paulo, da indústria pesada (aço, equipamentos, etc.) como as indústrias de bens de capital e as indústrias de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, tratores etc.), devido à aliança entre o capital transnacional, o capital estatal e o capital privado nacional, sob orientação do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (CARDOSO DE MELLO, 1984).

Por conseguinte, nesse período, a atuação do Estado é decisiva no processo de introdução do capital internacional no país, sob uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, através, dos investimentos “na ampliação e no aperfeiçoamento da infraestrutura, principalmente de energia, para aumentar a capacidade de produção, e dos transportes, para colocar os produtos nos centros de consumo e a matéria-prima nos centros produtores” (CARDOSO DE MELLO, 1984, p. 118).

Esse novo salto no processo de industrialização ocorreu num contexto de um novo período de internacionalização do capital, diante de uma nova divisão internacional do trabalho, restabelecendo as relações centro-periferia. A partir daí, as economias centrais passaram a deslocar para a periferia do capitalismo mundial seus aparelhos industriais, para além do incremento dos circuitos de mercadorias e de capitais para as economias dependentes até então estabelecido (CARDOSO DE MELLO, 1984).

Assim sendo, se no capitalismo o Estado direciona o processo de desenvolvimento econômico, agindo no sentido de corrigir as distorções e contradições inerentes ao caráter essencialmente mercantil do capital, que privilegia determinados espaços econômicos em detrimento de outras áreas e regiões, sendo concentrador de renda e promotor da exclusão social, no Brasil:

(...) o Estado teve uma importante ação estruturante, atuando, contudo, não para corrigir as distorções geradas pelo processo de desenvolvimento, mas sim para atrair investimentos e para reduzir os riscos dos agentes privados, sobretudo das grandes empresas nacionais e multinacionais (HESPANHOL, 1999, p. 21).

Portanto, não obstante às contradições do desenvolvimento econômico nacional⁴, como decorrência histórica do movimento de industrialização a partir do processo de substituição de importações, estruturou-se no Brasil, no início da década de 1960, um setor industrial relativamente integrado e complexo, assentado no desenvolvimento do segmento industrial tradicional.

Esse movimento histórico de industrialização nacional apontou para a estruturação do mercado de trabalho nacional em torno da evolução dos empregos formais e regulares e para o aumento do setor organizado da economia sem, todavia, representar a homogeneização das relações formais de trabalho, como resultado da manutenção dos “problemas tradicionais do mercado de trabalho em

⁴ O movimento de industrialização e modernização econômica concentrou-se fortemente no Sudeste brasileiro, mormente no Estado de São Paulo, mais precisamente na capital paulista e na região metropolitana de São Paulo, tendo como consequência o aprofundamento das desigualdades regionais de desenvolvimento, provocando uma redivisão territorial do trabalho em âmbito nacional e do próprio Sudeste, mesmo com o Estado atuando, a partir da década de 1960, para reduzir as disparidades de desenvolvimento regional, através das superintendências de desenvolvimento, tais como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), entre outras e, os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, como, por exemplo, o POLOCENTRO (Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados), entre outros. (OLIVEIRA, 1981).

economias subdesenvolvidas, tais como a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos” (POCHMANN, 1999, p. 70).

A terceira fase da industrialização brasileira, entre os anos de 1967 e 1973, foi caracterizada pelo auge das indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) num cenário de crescimento vertiginoso da economia brasileira, que ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro”, sob a Ditadura Militar estabelecida no país em 1964.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, os governos militares determinaram uma relativa flexibilização das relações de trabalho em substituição a estabilidade no emprego estabelecida na década anterior, através da alteração da legislação trabalhista, representada pela instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no ano de 1966, através da aprovação da Lei nº. 5.106/66 estabelecendo a opção entre o fundo e o direito à estabilidade. Vale sublinhar que diante da repressão às forças representativas dos trabalhadores e de supressão dos direitos civis, o trabalhador foi praticamente “convidado a optar” pelo Fundo de Garantia, que prevaleceu sobre a estabilidade no emprego, sendo definitivamente suprimida pela Constituição de 1988.

Nessa mesma linha de ação política, os militares promoveram o enfraquecimento e o esvaziamento da representatividade dos trabalhadores, através da repressão aos sindicatos e aos partidos políticos, assim como a política de arrocho salarial, em consonância com as exigências das empresas transnacionais implantadas no país em meados da década de 1950. A repressão aos movimentos sociais e a todas as formas de organização popular, a superexploração da força de trabalho, a reconcentração de capitais nas mãos dos grandes grupos empresariais e o redirecionamento da produção para a exportação e para as altas esferas do consumo, possibilitaram um novo ciclo expansivo da economia brasileira.

Por conseguinte, a despeito do novo surto industrial, permaneciam os problemas estruturais no mercado de trabalho brasileiro, refletidos no aumento da pobreza, na ampliação do excedente de mão-de-obra nas cidades (devido a não-realização de uma ampla reforma agrária no campo e o conseqüente êxodo rural⁵),

⁵ Pelo contrário, houve no país uma modernização conservadora no campo, através da transformação da base técnica da agricultura, privilegiando os grandes produtores rurais e os grandes proprietários de terras, os produtos vinculados aos setores exportadores ou ao setor agroindustrial e as regiões

na queda dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e no aumento da jornada de trabalho.

Como não houve a implantação de um Estado de Bem Estar Social no Brasil, nos moldes da consolidação dessa forma de regulação social nos países desenvolvidos, fez-se necessária a repressão aos movimentos dos trabalhadores e a supressão dos direitos políticos para possibilitar a extração de mais-valia e a acumulação de capital, fundamentada na intensa e brutal exploração da força de trabalho, sem a necessidade de estabelecer novas relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas no país.

A modernização da base técnica industrial e o processo de internacionalização da economia brasileira, iniciado na década de 1950 e intensificado nas décadas seguintes, sob os auspícios dos governos militares, foram realizados através de forte endividamento externo (possibilitado pela liquidez encontrada no mercado financeiro internacional nas décadas de 1960 e de 1970), para o pagamento das importações de bens de produção dos países capitalistas centrais, necessários para a consolidação e ampliação do setor de produção de bens de consumo no mercado interno.

A contradição no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, permeada por uma industrialização vinculada ao mercado interno, mas determinada pelo capital internacional sob uma nova etapa da economia capitalista mundial, determinaria os limites para o crescimento da economia, conquanto que “no período de 1968-1973, a expansão das importações de bens de capital (e intermediários) cresceu muito mais do que a produção interna, ocasionando a tradicional crise da balança de pagamentos” (ALVES, 2000, p. 110).

Ao mesmo tempo, verificou-se uma crise também na conta serviços, com o incremento na remessa de lucros, dividendos, juros e empréstimos para o exterior, exigindo uma nova expansão da dívida externa para suprir o *déficit* da balança comercial, através de novos empréstimos no mercado financeiro internacional (ALVES, 2000).

Nesse ínterim, a tentativa de solucionar o problema da balança de

mais desenvolvidas do Brasil (Sul e Sudeste) em detrimento dos pequenos produtores, da agricultura familiar e das regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), após o golpe militar de 1964, como resposta às reivindicações dos movimentos sociais no campo e a exigência de uma ampla reforma na estrutura fundiária brasileira (GONÇALVES, 2005).

pagamentos e garantir a reprodução e a acumulação interna de capital, se deu com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1976 durante o governo Geisel, redirecionando a produção industrial para o setor de bens de produção (fundamentalmente a produção de aço para exportação) voltado para o mercado externo, como forma de gerar meios de pagamento internacionais.

Essa tentativa de impulsionar o setor industrial de bens de produção encontrou limitações na própria capacidade de endividamento do Estado brasileiro, nos marcos de uma nova crise da economia capitalista mundial, representada pelo questionamento do modelo de acumulação fordista a partir da década de 1970, que redirecionaria a acumulação/reprodução de capital para além das bases fordistas/tayloristas tradicionais de desenvolvimento, tendo como objetivo a retomada do processo de acumulação de mais-valia através do movimento de reestruturação capitalista.

No início dos anos de 1980, a crise econômica eclodiria com força, caracterizada pela deterioração das condições históricas de acumulação de capital no Brasil, configurando um cenário marcado por hiperinflação, recessão econômica, crise da dívida externa entre os anos de 1981 e 1982, deterioração do setor público e o agravamento dos problemas sociais brasileiros ao longo da década.

A exacerbação dos problemas sociais e a exclusão de parcelas significativas de trabalhadores do processo produtivo nacional levaram a conformação das primeiras experiências de economia solidária no Brasil, especificamente através da cooperação agrícola realizada e difundida nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo da década de 1980 e nos Projetos Alternativos Comunitários desenvolvidos pela Cáritas Brasileira⁶ (SINGER, 2003).

Contudo, mesmo com a deterioração das condições sociais no país, segundo Antunes (2006), no final da Ditadura Militar e durante o governo civil e de transição para a democracia, representado pelo presidente José Sarney, o Brasil se encontrava distante das transformações produtivas, organizacionais e tecnológicas em curso nos países capitalistas centrais, caracterizadas como uma reestruturação

⁶ A Cáritas Brasileira, entidade ligada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) mantém desde o início dos anos de 1990, um conjunto de incubadoras de cooperativas de trabalhadores, apresentando uma forte concentração no Sul do país, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul.

produtiva do capitalismo mundial. Entretanto, já eram evidentes os primeiros sinais das alterações na base técnica produtiva nacional, em consonância com a nova divisão internacional do trabalho engendrada com a crise de acumulação de capital no início da década de 1970.

Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just in time*; germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se, também, o início ainda de modo preliminar, da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuram o “envolvimento” (na verdade a adesão e sujeição) dos trabalhadores com os planos das empresas (ANTUNES, 2006, p. 17).

Essas mudanças na base técnica do trabalho e na gerência das fábricas apontaram para a ampliação do desemprego urbano e para a intensificação do processo de deterioração das condições e relações de trabalho, expressas no aumento da informalidade e na tendência de relativa desestruturação do mercado de trabalho nacional (POCHMANN, 1999). O desemprego e a precarização do trabalho, tendiam a acompanhar as oscilações do ciclo econômico durante a década e o processo inflacionário daí resultante, apresentando crescimento com a retração das atividades econômicas (como no período entre 1981/1983), redução, com a recuperação parcial da economia nacional (período compreendido entre os anos de 1984/1986) e estabilização do desemprego, com a estagnação e tendência a hiperinflação da economia, entre os anos de 1987 e 1989.

Assim sendo, no final dos anos de 1980, o cenário econômico estava caracterizado pela hiperinflação, pela estagnação das atividades econômicas e pela relativa desestruturação do mercado de trabalho nacional, representando a crise do Estado Nacional e o agravamento dos problemas sociais históricos do país, abrindo precedentes para a implementação na economia nacional dos procedimentos e métodos da reestruturação produtiva do capitalismo em curso nos países desenvolvidos.

2.2. Reestruturação econômica, crise do modelo desenvolvimentista e transformações no mundo do trabalho

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, resultado de eleições diretas para a presidência da república pós-abertura

política, com o fim da Ditadura Militar e dos governos baseados em regimes de exceção, foi posto em marcha um conjunto de medidas liberalizantes para dar conta da crise econômica dos anos de 1980, subjacente ao discurso direcionado para a necessidade da modernização da economia brasileira como forma de inserção no grupo dos países desenvolvidos, optando-se por um ajuste macroeconômico pelo viés do mercado, através da redução da participação estatal na economia e pelo estabelecimento da livre-concorrência como princípio norteador das relações sociais e econômicas.

Araújo (1993), afirma que o desmantelamento das políticas de planejamento regional no Brasil foi consequência e resultado da grave crise econômica dos anos de 1980, representando a reorientação das políticas públicas para novas bases, bem como o processo de derrocada do estado desenvolvimentista brasileiro.

(...) A crise abre a discussão de novos rumos a seguir, enquanto o planejamento (que exige projeto, visão de médio prazo) é desmontado, cedendo espaço para a gerência da crise. Sem norte minimamente claro, instala-se o 'salve-se quem puder'. Como a economia estava integrada, a crise atinge todas as regiões. Como existem particularidades nas estruturas produtivas dos diversos espaços, alguns são atingidos primeiro ou com mais intensidade (ARAÚJO, 1993, p. 92-93).

Nessa conjuntura de crise econômica e social, com reflexos espaciais nas desiguais condições de desenvolvimento das regiões e diversos espaços econômicos nacionais, tentou-se, sem sucesso, por um lado, um ajuste econômico pelo viés da modificação do nível de remuneração do trabalhador, já representando sinais de precarização do trabalho e de aumento dos índices de desemprego. Por outro lado, o desemprego, segundo Rangel (1986), resultou também do estabelecimento de um moderno Departamento I⁷ industrial no Brasil, associado à produção de bens de produção e desenvolvido ao longo dos anos de 1970 em substituição ao antigo e precário setor produtor de bens destinados à produção industrial, levando inexoravelmente à formação de capital a engajar muito menos mão-de-obra que na fase anterior, sendo possível observar transformações na composição da classe trabalhadora, já no início da década de 1980.

⁷ O Departamento I corresponde às atividades produtivas supridoras dos bens de produção para o restante da economia e o Departamento II produz diretamente para o consumo (RANGEL, 1986).

Como exemplo concreto desse fenômeno, Rangel (1986) apontou mudanças significativas na construção civil, apresentando traços bem visíveis de reestruturação desde o início da década de 1980:

(...) Os próprios canteiros de obras da construção civil deixaram de operar à base dos formigueiros humanos de antigamente. O pré-moldado, as guias de montagem, o transporte mecanizado de concreto deu a essa indústria uma função de produção muito diferente da de outrora. Tudo isto em vista do surgimento do novo Departamento I, industrial, moderno (RANGEL, 1986, p. 60).

Portanto, nos estertores da crise econômica e social e das transformações iniciais desencadeadas na década precedente, no início da década de 1990, com base num conjunto de medidas elaboradas pelo Banco Mundial em Washington (o Consenso de Washington) e direcionada aos países periféricos do capitalismo mundial, Collor promoveu a adoção dos princípios neoliberais de funcionamento da economia capitalista, através da promoção das seguintes medidas macroeconômicas, determinantes de transformações estruturais do capitalismo no país e do desencadeamento de mudanças significativas no processo de desenvolvimento econômico liderado pelo Estado brasileiro.

- abertura comercial e financeira indiscriminada da economia;
- eliminação de barreiras não-tarifárias;
- abolição das restrições à importação de determinados bens;
- rápida redução de tarifas.

Essas medidas liberalizantes, por sua vez, acompanhando as diretrizes de política monetária estabelecida no Consenso de Washington, possibilitaram a ampliação da mobilidade dos fluxos de capitais no mercado financeiro nacional (ALVES, 2000).

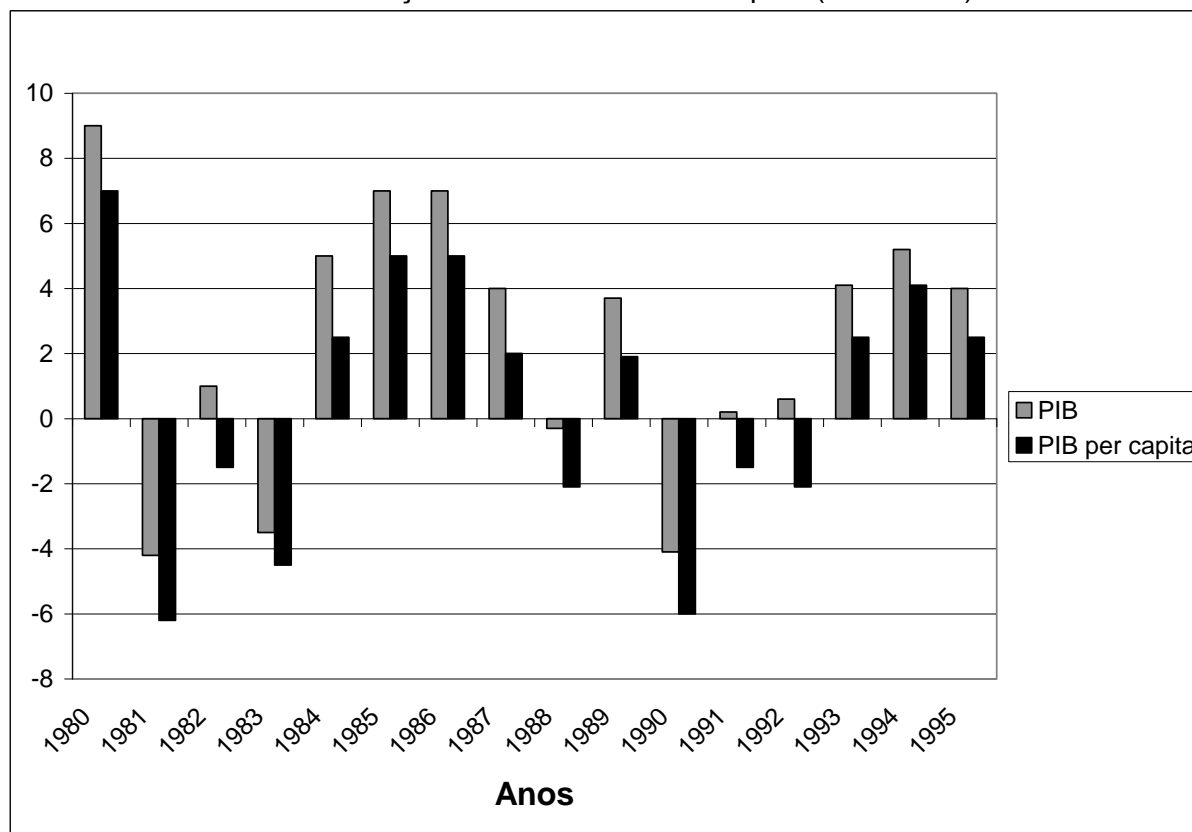
Tais modificações estruturais em termos macroeconômicos direcionaram a economia nacional para uma nova estratégia de desenvolvimento, baseadas na estabilidade de preços como determinante e suficiente para possibilitar o crescimento econômico, seguindo as prerrogativas de política econômica neoliberal, a saber:

(...) a estabilidade de preços cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; a maior abertura comercial impõem disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; as privatizações removeriam gargalos de oferta na indústria e na infra-estrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência; e, a abertura da conta de capital, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia poupança externa em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente. (BELLUZO; CARNEIRO, 2004, p. 01).

No bojo da aplicação do receituário neoliberal, por um lado, aprofundou-se o comportamento negativo da economia, representado pela forte recessão que se abateu sobre o novo governo, através da redução do PIB (Produto Interno Bruto) em torno de 4% no ano de 1990 e o desempenho negativo do setor industrial, que apresentou redução de 7,4% do PIB no mesmo ano, mantendo-se estagnado no ano seguinte (DEDECCA; BRANDÃO, 1994).

Por outro lado, como resultado da abertura indiscriminada da economia nacional à concorrência internacional e ao aumento das importações de bens industriais, observou-se um processo de desindustrialização e desmonte do parque industrial nacional, representando à redução dos estoques de empregos formais e regulares e o aumento do setor terciário, tendo como consequência a exacerbação dos problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro e a precarização das condições e relações de trabalho.

Em outras palavras, a recessão econômica do país, que se repetiu ao longo dos anos de 1991 e de 1992, reproduzindo o ambiente socioeconômico da década de 1980, quando o país apresentou oscilações no crescimento das atividades produtivas e resultados negativos na produção de riquezas nos anos de 1981, 1983, 1988 e 1990, no contexto da crise da dívida externa, associada a um crescente processo inflacionário e às políticas de ajustes resultantes das tentativas de re-equilibrar a economia nacional, representadas pelos sucessivos Planos Econômicos postos em prática ao longo da década de 1980 (Plano Cruzado, Plano Bresser, entre outros), conforme pode ser observado no gráfico a seguir, que apresenta a variação do PIB total e *per capita* do país entre os anos de 1980 e de 1990 na economia nacional.

Gráfico 1: Taxa Real de Variação do PIB Total e “Per Capita” (1980/1995)

Fonte: Brasil/Ministério da Fazenda, 1995.

A implementação do neoliberalismo no Brasil representou ainda a redução da intervenção estatal na economia, representada pela privatização ou concessão de empresas estatais ao capital privado (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Banespa, Banerj, Cosipa, Usiminas, entre outras), fechamento de empresas, a demissão de funcionários públicos e a adoção de políticas públicas de ajuste fiscal (BIONDI, 1999), que representaram a desestruturação do mercado de trabalho nacional e, combinado com políticas econômicas recessivas, o aumento dos índices de desemprego, “representando a destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos 1990/92 em todo o país” (POCHMANN, 1999, p. 88).

O movimento de ruptura com o modelo de desenvolvimento nacional a partir da década de 1990, redirecionou as ações do Estado nacional não no sentido de assegurar o desenvolvimento econômico via ações e projetos públicos, mas, antagonicamente e atrelado a outro modelo de desenvolvimento, foi determinante para assegurar as bases econômicas para a atuação mais significativa

das forças do mercado e para a consolidação do processo de reestruturação do capitalismo em curso nos países desenvolvidos e em inúmeros países em desenvolvimento da própria América Latina (governos de Pinochet, Menem, Salinas, entre outros).

Nesses termos, o enfraquecimento das políticas de bem-estar social, principalmente na Europa, levou ao desencantamento e a destruição das perspectivas de implantação de políticas públicas de seguridade social e de assistência aos mais vulneráveis da população, no Brasil, segundo Silveira (2008). Assim, afirmando que no país nunca houve Estado de Bem-Estar Social, nos moldes das políticas praticadas, sobretudo nos países europeus, o autor conclui que o país apenas saiu de um estágio de colônia para permanecer na situação de periferia do sistema capitalista. Como nunca houve plena democracia, também não houve nenhuma política de social-democracia, ou seja, vivemos às voltas com *pseudos* sistemas políticos.

O movimento político e ideológico direcionado para a implementação do neoliberalismo no Brasil, representou a exacerbação da contradição fundamental do capitalismo no país: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas (representadas pela adoção dos princípios tecnológicos em voga nos países desenvolvidos e da flexibilidade do trabalho como forma de extração de trabalho excedente em maior grau de intensidade ainda) e as relações de produção (desemprego, informalidade e precarização do trabalho), sendo a crise do mundo do trabalho resultante desse processo, como pode ser observado no esquema analítico a seguir.

desenvolvimento das forças produtivas ≠ relações de produção = intensificação do trabalho na produção (extração de mais-valia relativa ampliada), repulsão dos trabalhadores do processo produtivo (pressão sobre a parte ocupada do trabalho), crise do mundo do trabalho (exasperação da contradição histórica fundamental)

A exasperação da contradição histórica fundamental do capitalismo no país, representando a crise do mundo do trabalho e a exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo, levou a expansão e a consolidação das

experiências de economia solidária, iniciadas ao longo da década de 1980 nos assentamentos de reforma agrária espalhados pelo território brasileiro. Esse impulso ocorreu a partir da criação de organizações de incentivo aos empreendimentos solidários, na década de 1990, a saber: criação da ANTEAG em 1994 (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão), com o objetivo de articular as iniciativas autogestionárias; criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, através da participação no Projeto Alternativo do Cone Sul (PACS); surgimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares nas Redes ITCPs, coordenadas pela Rede Unitrabalho, dando apoio universitário aos empreendimentos solidários; a adesão do movimento sindical à economia solidária, por meio da criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e; através das experiências de governos municipais e estaduais com relação aos projetos de economia solidária, entre eles os municípios de Porto Alegre, Belém, Santo André, Recife e São Paulo, mas também do governo estadual do Rio Grande do Sul, ao longo da década de 1990, que implementou diversas políticas públicas estaduais de apoio a economia solidária no estado.

Data desse período a criação de associações e cooperativas de trabalhadores na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, tanto no meio rural como nos centros urbanos dos municípios da região, como no caso da Associação dos Produtores Rurais da Região de Pirapozinho (formada a partir de 1993) e da Cooperativa de Trabalho e Ajuda Mútua (constituída no ano de 1990 e desativada atualmente, devido a problemas técnicos, financeiros e operacionais). Também se observa nesse período a configuração da Cooperativa de Trabalho Educacional de Teodoro Sampaio, formada no início da década de 1990 e da Associação dos Produtores Assentados na Rodeio, do município de Presidente Bernardes, operando desde o início dos anos de 1990 sob bases econômicas solidárias e cooperativas.

O processo de reestruturação capitalista no Brasil sofreu um relativo refluxo com a crise política que se abateu sobre o governo do presidente Collor, sendo retomado e revigorado com a aplicação do Plano Real, em 1994, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, através da aplicação das seguintes medidas macroeconômicas:

- intensificação da abertura comercial e financeira;
- sobrevalorização cambial;
- ancoragem do real ao dólar (como forma de financiar a economia brasileira, diante da liquidez financeira internacional);
- juros elevados (para atrair o capital financeiro internacional, altamente volátil e especulativo, diante da financeirização da economia mundial, destacada por Chesnais (1996).

Promoveu-se o atrelamento da economia nacional ao capital financeiro internacional, através da “hegemonia do capital financeiro no conjunto da economia e uma financeirização do Estado brasileiro, que vive em função do pagamento dos juros de suas dívidas” (SADER, 2003, p. 138).

Num contexto histórico mais amplo, a hegemonia do capitalismo industrial no Brasil, dentro de uma aliança de classes com a classe latifundiária nacional para o exercício do poder⁸, em que o primeiro seria o sócio hegemônico e mandatário das principais decisões político-econômicas do país, levou ao desenvolvimento de um novo aparelho de intermediação financeira, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990, como forma de estimular a utilização do acúmulo de excesso de capacidade industrial, sendo “o desfecho natural desse processo o surgimento de um capitalismo financeiro, estágio supremo do desenvolvimento do nosso capitalismo” (RANGEL, 1986, p. 60), através do atrelamento desse novo e complexo ramo do capitalismo industrial aos ditames do capital financeiro internacional, altamente especulativo e volátil, ao longo dos anos de 1990 e início dos anos 2000 na economia brasileira.

No que reporta a intensificação da reforma do Estado, Fernando Henrique Cardoso continuou o processo de privatização do aparato estatal, a concessão de empresas estatais ao capital privado e as reformas institucionais, com destaque para a reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa, representando a reorientação da intervenção estatal, no sentido de dar suporte a

⁸ Desde a Independência do Brasil o poder do Estado é exercido por uma coalizão de duas classes sociais (dualidade), de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, mudando a classe dominante de acordo com as transformações econômicas do país, ou seja, com os avanços das forças produtivas, muda-se a dualidade, com o poder político nunca sendo exercido por uma só classe, mas pela alternância de um dos sócios hegemônicos no poder (RANGEL, 1986).

livre-iniciativa do mercado, consubstanciando um distanciamento do Estado na promoção dos direitos fundamentais propostos na Constituição de 1988, quais sejam: educação, saúde, moradia, segurança pública, entre outras.

O movimento de reestruturação capitalista no Brasil, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi permeado também por um baixo crescimento do PIB, pelo endividamento público (que saltou de 29% do PIB brasileiro em 1994, para mais de 50% em 2006) e pela ausência de políticas públicas de crescimento econômico, representando a aplicação das prerrogativas do Fundo Monetário Internacional para o Brasil, através da formulação do Plano Real de combate à inflação por meio de políticas monetaristas neoliberais. Com isso, “ao invés de saldo positivo de U\$ 1,5 bilhão nas transações totais com o exterior em 1987, observou-se dez anos depois déficit de U\$ 36,7 bilhões em um único ano (1997) (...) a pretexto de “conter a inflação e estimular a concorrência”, incluindo importações de banana (Equador), suco de laranja (Canadá), coco (Tailândia), etc. (MAMIGONIAN, 2006, p. 8).

Todas essas transformações da economia nacional e o desmantelamento do nacional-desenvolvimentismo (1930-1980) representaram, em termos de mercado de trabalho, a intensificação do processo de desestruturação, com a “explosão” das taxas de desemprego (sem precedentes na história do país, segundo POCHMANN (2006), a precarização das condições e relações de trabalho, mudanças na estrutura do emprego formal, aumento da informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores desempregados e o desassalariamento nos setores estratégicos da economia.

O processo de desassalariamento ocorreu em praticamente todos os setores de atividade econômica, desde o governo Collor/Itamar Franco até a primeira metade do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1990 e 1996, apresentando uma concentração mais significativa no setor industrial e nos subsetores correspondentes: redução de 34% nas indústrias de material elétrico e de comunicação, 27,1% (em cada setor) nas indústrias têxteis e de materiais de transporte, 26,9% nas indústrias mecânicas e 22,5% nas indústrias metalúrgicas, conforme tabela a seguir.

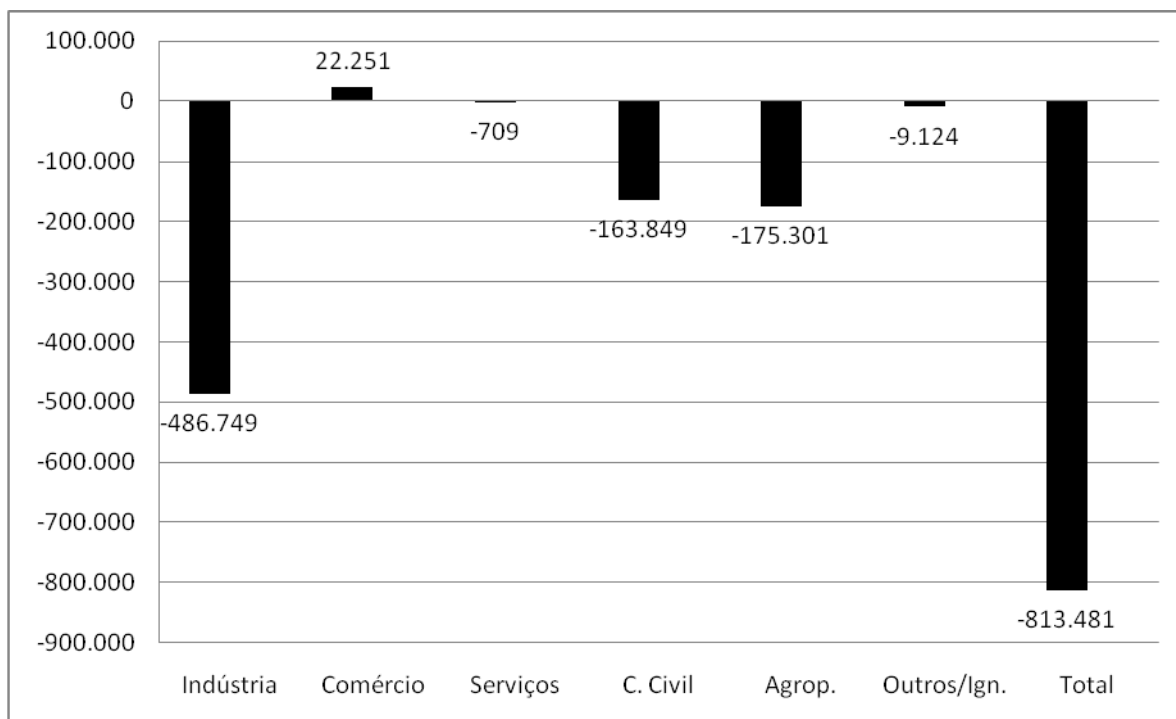
Tabela 1: Evolução do emprego formal por subsetores da atividade econômica Brasil - 1989/1996 (base 1990 = 100)

Subsetores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	-
Total	99,7	96,1	93,5	93,1	94,2	91,5	90,3	-
Indústria de transformação	97,8	91,3	86,5	85,8	87,1	82	79,7	-
Indústria Metalúrgica	88,3	79,4	72	71,2	72,6	67,7	65,8	-
Indústria Mecânica	87,4	77,4	67,3	65,9	68,3	64,1	60,5	-
Indústria de Material Elétrico e Comunicação	92,8	80,2	68,1	62,7	63	60,6	58,8	-
Indústria Material de Transporte	93,1	82,2	77,7	76,4	77,2	69,8	66	-
Indústria Química e Produtos Farmacêuticos	92,9	85,3	81,1	78,5	79,9	74,8	73,9	-
Indústria Têxtil	95,5	83,3	75,3	76,8	78,5	70,6	68,4	-
Indústria de Calçados	89,5	82,4	91,2	95,1	92,9	87,8	86,3	-
Construção Civil	97	91	90,3	86,3	84,9	83,7	82,9	-
Comércio	102	97,6	93,1	93,9	96,1	93,5	93,3	-
Instituições Financeiras	96,9	89,1	85	83,1	79,2	75,4	69,8	-
Transportes e Comunicações	101	98,4	97	96,4	96,3	95,8	95,2	-
Alojamento, alimentação, reparação e diversos	102	102,7	102,1	103	107	106	107	-

Fonte: MTE/CAGED e RAIS, *apud* MATTOSO, 2000, p. 18.

Na segunda metade do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro ano do segundo mandato, observou-se a continuidade do processo de desassalariamento no país, decorrente das medidas de ajuste neoliberal, ancoradas na moeda sobrevalorizada, nas altas taxas de juros no mercado interno e nos baixos investimentos na produção e no consumo, inibindo a geração de empregos formais no período. Verificou-se a eliminação de 813.481 postos de trabalho em praticamente todos os setores de atividade econômica, no período de janeiro de 1997 a dezembro de 1999. A indústria foi responsável pela maior parte dos postos eliminados (486.749 empregos formais a menos no estoque total do setor), acompanhada da construção civil e da agropecuária, que eliminaram 163.849 e 175.301 empregos formais respectivamente, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil - janeiro de 1997 a dezembro de 1999



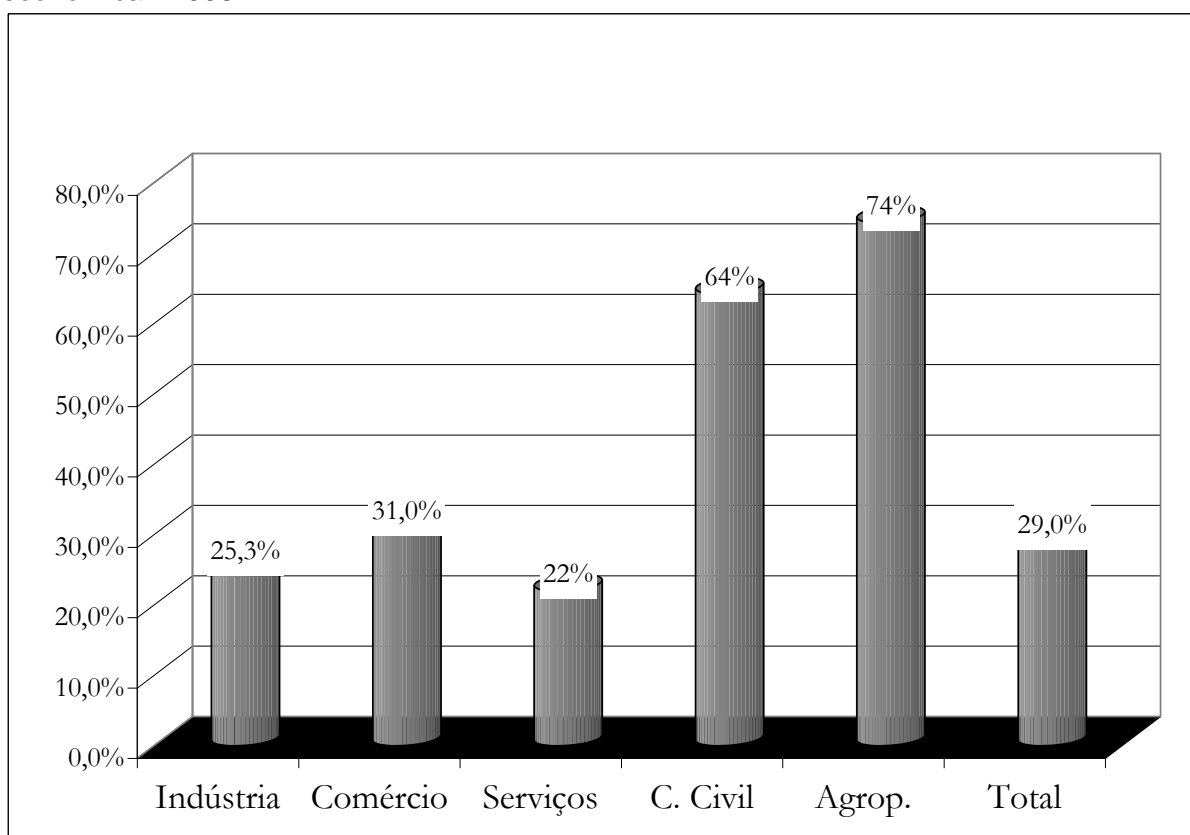
Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1997 – 1999

Obs. Outros/Ignorados (empregos cuja classificação não é recomendada em nenhum dos grandes setores de atividade econômica).

Elaboração e organização do autor.

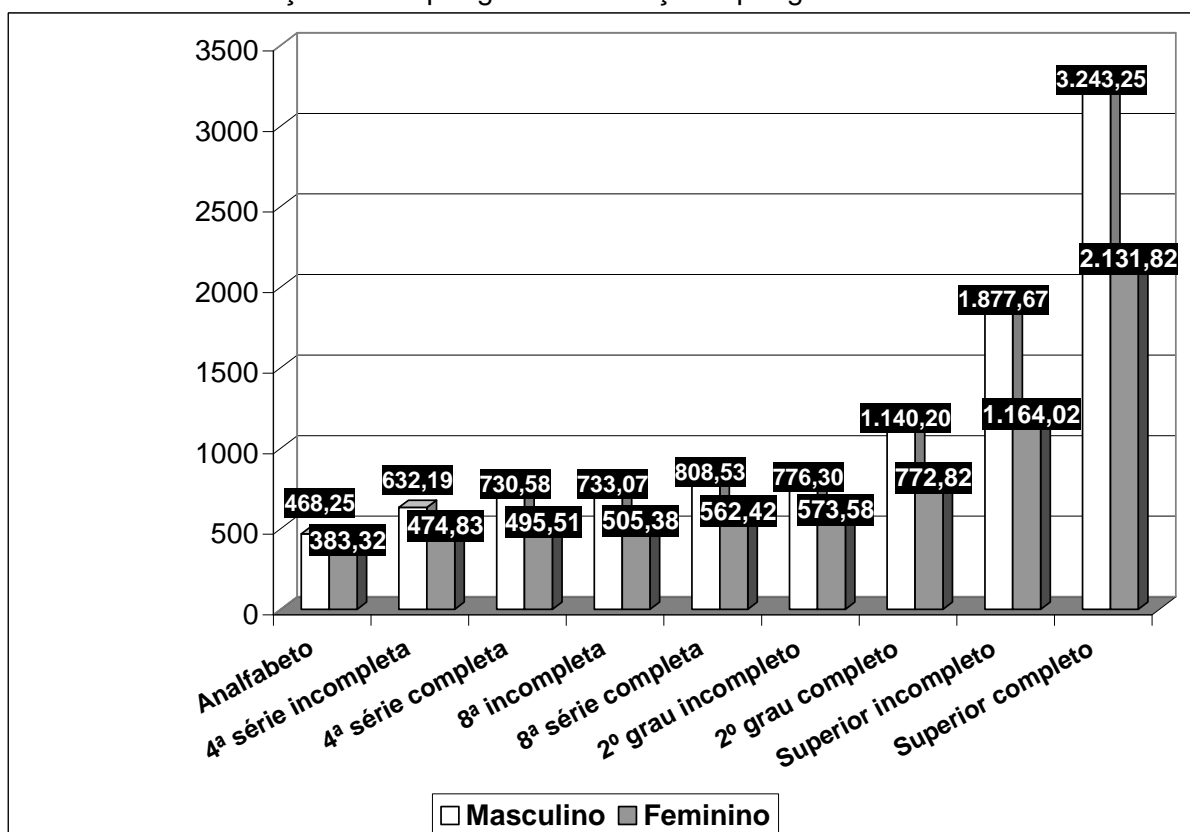
A despeito da recuperação do emprego formal na segunda metade do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (geração de 2.287.638 empregos entre 2000 e 2002), resultado de mudanças na política econômica do governo federal, nomeadamente no regime cambial em 1999, num contexto de crise de liquidez internacional e de fuga de capitais, fazendo com que o governo brasileiro tivesse de recorrer aos empréstimos do FMI nos anos de 1999, 2001 e 2003, permaneceram os problemas históricos e estruturais do mercado de trabalho nacional, fundamentados na alta rotatividade da mão-de-obra empregada (conforme gráfico 3, da página 91), nos altos índices de desemprego, na precarização das condições e relações de trabalho, na desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores e na intensificação da informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores diante da crise do emprego formal e da desestruturação das condições e relações de trabalho.

Gráfico 3: Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro por grandes setores de atividade econômica - 2006



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2006.
Elaboração e organização do autor.

Com relação às desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores, observa-se a continuidade do processo histórico de distanciamento salarial entre os níveis de escolaridade mais baixos e aqueles representados pelos níveis superiores de graduação, configurando, porém, por mais paradoxal que seja uma maior diferenciação de rendimento entre os homens e as mulheres conforme aumenta o nível de escolaridade, de tal maneira que no nível de escolaridade compreendido pelos analfabetos, as mulheres recebem em média 18% menos que os homens ou uma diferença salarial de R\$ 84,93. Essa diferença salarial e de rendimentos do trabalho aumenta para cerca de 32% para as trabalhadoras com 8ª série completa, chegando a 35% no nível de escolaridade compreendido pelo grau superior completo de instrução ou uma diferença de remuneração de R\$ 1.111,43 entre ambos os sexos, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – séries históricas) do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, informadas no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Remuneração média por grau de instrução e por gênero - 2005

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS 2005.
Elaboração e organização do autor.

Em suma, perante o movimento de reorientação do processo de desenvolvimento econômico rumo à determinação das forças do mercado como estruturantes da evolução do capitalismo no país e do processo de desestruturação/precarização do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e parte da década de 1980 (associado às oscilações da economia nacional, tendo como característica básica a estagnação do processo de geração de empregos com carteira assinada), o neoliberalismo, expresso na livre-iniciativa, deixou marcas profundas na estrutura social do país, aprofundando os problemas sociais históricos: bastou pouco mais de uma década para se destruir toda uma história de industrialização, conformação de um modelo de desenvolvimento econômico nacional, de estruturação e de formalização das relações de trabalho no Brasil, constituindo-se um cenário caracterizado pelo baixo crescimento econômico, pela explosão do desemprego em massa, pela informalização das relações de trabalho e pelo surgimento de formas precárias de ocupação e da ampliação das desigualdades de rendimento entre os trabalhadores.

Assim sendo, no contexto da crise do mundo do trabalho que assolou a economia brasileira desde meados da década de 1980, observa-se o surgimento, a expansão e a consolidação das experiências de economia solidária no Brasil, através da atuação dos movimentos sociais e de instituições de base civil, tais como a Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base), as universidades, os sindicatos e os partidos políticos.

2.3. Governo Lula e a institucionalização da Economia Solidária

Nas últimas décadas, observou-se um desmonte das práticas de desenvolvimento fundadas no planejamento centralizado da economia na ex-União Soviética e nos países de “socialismo real” do Leste Europeu, na China e no Vietnã, no continente asiático e, um recuo das políticas macroeconômicas keynesianas de estímulo à demanda efetiva e maior participação do Estado no desenvolvimento econômico e social.

O advento e a consolidação do neoliberalismo solaparam estas práticas macroeconômicas e tornaram hegemônico o capital financeiro internacional, configurando uma sociedade de mercado que promove a exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo, isto é, a liberdade irrestrita das forças de mercado na constituição de novas forças produtivas e outra forma de desenvolvimento. Esse movimento abriu precedentes para o questionamento das contradições do capitalismo e o renascimento da economia solidária na Europa, através do resgate das experiências de cooperativismo e de associativismo dos séculos XVIII e XIX.

Também se observou o surgimento da economia solidária em diversas nações latino-americanas, como resposta às crises econômicas e do trabalho, por parte dos setores populares e marginalizados do processo de flexibilização do trabalho, desregulamentação do Estado, privatização do aparato estatal e da prerrogativa das forças do mercado na condução do progresso econômico.

No Brasil, a economia solidária surgiu da cooperação agrícola realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos assentamentos de Reforma Agrária e pelas ações desenvolvidas pelo grupo ligado a CNBB, se expandido na década de 1990 com a criação de diversas entidades de incentivo aos

empreendimentos econômicos solidários em todo o Brasil, como resultado da exacerbção dos problemas sociais, advindos da reestruturação da economia nacional, especialmente através da adoção e da consolidação de políticas neoliberais de flexibilização e de desregulamentação das condições e relações de trabalho no país, tendo como resultado desse processo, o aumento do desemprego, a informalidade e a precarização do mundo do trabalho ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000 na economia e no mercado de trabalho brasileiro (POCHMANN, 1999).

Dessa maneira, frente à criação das organizações de apoio e do aumento das experiências solidárias no país, em 2001, no I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, constituiu-se um marco reivindicatório em torno da institucionalização da economia solidária no Brasil. Naquela ocasião, como medida para articular a participação nacional e internacional e a manifestação de interesses no Fórum, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, reunindo representantes diversos, agentes de práticas associativas do segmento popular solidário, a saber: agentes dos meios rurais e urbanos, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, agentes de práticas governamentais em torno de políticas sociais, de apoio ao crédito e redes de informação e vínculos às redes internacionais (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Com base na formação desse grupo de trabalho, várias entidades e redes nacionais participaram da elaboração do documento síntese da constituição e institucionalização da economia solidária no país. Essas entidades foram representadas da seguinte maneira: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB), Agência de Desenvolvimento Solidário, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão, Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE), entre outras. Conjuntamente com alguns gestores públicos, essas entidades constituíram, logo em seguida, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Colocado em outros termos, pensando e refletindo sobre a economia solidária como um instrumento social que atravessa e permeia o marco institucional,

político e econômico mais amplo, segundo seus teóricos e defensores, esses grupos chegaram à conclusão de que a economia solidária, para se fortalecer, se consolidar e se expandir necessitava de atividades constantes e permanentes de discussão, participação comunitária, deliberação de políticas, formulação e implementação de ações, entre outras iniciativas, destacando-se ainda a necessária institucionalização e participação legal dentro das estruturas do Estado nacional, isto é, os esforços deveriam convergir para a demarcação de posição e disputa de espaços dentro da estrutura governamental.

Como forma de divulgar, caracterizar as atividades e constituir uma articulação nacional em torno dos empreendimentos solidários, o grupo enviou para a realização de plenárias nacionais e a configuração de um Fórum Nacional de discussão e teorização do movimento da economia solidária. Como resultado dos trabalhos e discussões desse grupo e do Fórum Nacional, foi encaminhado um documento ao Governo Lula, que saiu vitorioso das eleições presidenciais de 2002.

Nesse documento, intitulado “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, foram apresentadas as diretrizes da Economia Solidária e a reivindicação da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Durante a III Plenária de Economia Solidária, realizada em junho de 2003, foi efetivada a denominação do fórum de discussão dos empreendimentos solidários no Brasil, recebendo a denominação de Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). No mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou a vinculação das iniciativas solidárias ao Ministério do Trabalho e Emprego, através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária foi realizada num contexto de adoção de medidas de cunho social (sob a perspectiva de formação de um governo supostamente de base “popular”), representadas pela aplicação de políticas de combate à pobreza (o Programa Fome Zero) e pela ampliação do Programa Bolsa Família em todo o território nacional, como parte de um conjunto de políticas públicas de erradicação da fome e da miséria no país (SOARES, 2004). Todavia, as medidas de política macroeconômica do governo Lula também foram caracterizadas pelas metas anuais de inflação, pelas políticas de controle das taxas de juros para inibir a alta de preços, pela necessidade de geração

de *superávits* primários anuais, pela manutenção da abertura das contas comercial e financeira, pelo estímulo às exportações para gerar divisas, pela política de responsabilidade fiscal e de câmbio flexível (SOARES, 2004), representando a manutenção de algumas políticas neoliberais no Estado brasileiro⁹, apesar da promoção de políticas sociais de combate à miséria e às desigualdades sociais ao longo da década na economia nacional.

No que tange a SENAES, a mesma surgiu com a função de elaborar e executar políticas de fomento e fortalecimento dos empreendimentos solidários em todo o país, através de projetos interdisciplinares, transversais e intersetoriais, mormente no âmbito do marco legal, das finanças solidárias, clubes de troca, redes de produção, comercialização e consumo solidários e democratização do acesso ao conhecimento e tecnologias solidárias.

Já a incumbência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária recai sobre a necessidade de configuração da Economia Solidária como um movimento social amplo, com base estrutural nacional e de se constituir como um espaço de debate e articulação entre diversos atores engajados na construção da economia solidária, representando, segundo os princípios teóricos que permeiam as práticas solidárias no Brasil, o fundamento e o âmago de outro desenvolvimento econômico para o país no século XXI, partindo-se da realidade local e tendo como característica básica a solidariedade econômica e a sustentabilidade ambiental, além da promoção internacional da economia solidária, através do engajamento na Rede Intercontinental de Promoção de Economia Social e Solidária e do Espaço Mercosul de Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é integrado pelos três segmentos do campo da economia solidária: empreendimentos solidários, entidades/agências de fomento e gestores públicos.

Os empreendimentos de economia solidária são iniciativas coletivas, com características diversas, representadas por associações, cooperativas,

⁹ Entende-se nesse trabalho que ao longo dos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, permaneceram resquícios de políticas neoliberais no Estado Nacional, podendo ser observadas até os dias atuais, como atestam as medidas de cunho monetaristas de metas anuais de inflação, de políticas de controle das taxas de juros da economia e da manutenção do *superávit* fiscal anual sobre o PIB (Produto Interno Bruto), em detrimento de transformações estruturais que possibilitem a retomada do desenvolvimento econômico e social.

empresas recuperadas e autogestionárias, clubes de troca, bancos comunitários e redes produtivas de produção e consumo solidários. A característica fundamental desses empreendimentos recai sobre a solidariedade, a cooperação, a autogestão dos empreendimentos, o engajamento na sustentabilidade ambiental e o respeito ao trabalho (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Já as entidades e agências de fomento solidário, são organizações que desenvolvem ações de apoio para os projetos colocados em prática no âmbito das atividades solidárias, tais como: capacitação, incubação, assessoria técnica e administrativa, pesquisa e extensão, entre outras. No que tange aos gestores públicos, os mesmos são responsáveis pela elaboração, execução e coordenação de políticas de economia solidária em prefeituras e em governos estaduais em todo o Brasil, sendo o mais importante e estratégico gestor público a representação materializada pela SENAES do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Em agosto de 2004, como resultado da realização de fóruns estaduais e regionais de economia solidária e da articulação do Fórum Nacional com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, foi realizado o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, contando com representações de trabalhadores de todas as unidades da federação e culminando, quatro anos depois, na configuração da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que tem como objetivo a delegação de instrumentalizar o Estado brasileiro para a ampliação do desenvolvimento atrelado a Economia Solidária e o fortalecimento desse segmento na elaboração e aplicação de políticas públicas no país.

O FBES realizou a IV Plenária Nacional, em março de 2008, reformulando as metas para o triênio de 2009/2011, como forma de ampliar a divulgação e fortalecer os empreendimentos solidários. As novas metas foram configuradas da seguinte maneira:

- I. Fortalecimento político e organização dos Fóruns Estaduais, consolidação/constituição de Fóruns microrregionais e municipais para maior integração e interiorização do FBES e articulação macrorregional entre Fóruns Estaduais; II. Fortalecimento dos empreendimentos solidários como atores econômicos nos territórios, buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias

como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento; III. Proposição, mobilização e incidência para políticas públicas de reconhecimento e fomento da economia solidária como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento. Também como incidência regional; IV. Divulgação da Economia Solidária junto à sociedade pela construção de outro modelo de desenvolvimento; V. Articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada, alinhados na construção de outro modelo de desenvolvimento e criação de espaços de articulação e alianças internacionais para o fortalecimento da Economia Solidária mundialmente, especialmente na América Latina; VI. Estratégia para a sustentabilidade e autonomia financeira dos Fóruns Nacional e Locais, nas dimensões: auto-financiamento, captação de recursos públicos e cooperação internacional (FBES/RELATÓRIO FINAL DA IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 15).

Em termos conclusivos, partindo de um conjunto de iniciativas solidárias difundidas nos movimentos populares, passando pelo processo reivindicatório no I Fórum Social Mundial até sua institucionalização em 2003, a Economia Solidária propõe como sugerem os estudiosos dessas iniciativas, uma “alternativa” de combate a exclusão social e ao desemprego que assolou o país nas últimas duas décadas do século XX, pretendendo se constituir como um modelo de desenvolvimento baseado na cooperação, na solidariedade e na associação dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal. Assim, nesses dez anos de institucionalização da Economia Solidária no país, vários são os projetos desenvolvidos em diversos estados da federação e em inúmeros municípios, através do fortalecimento desse movimento dentro da estrutura legal do Estado Nacional, representado pela SENAES do Ministério do Trabalho e Emprego e seu secretário executivo, o professor Paul Israel Singer.

2.4. Economia Solidária: distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários e impactos na geração de trabalho e renda

O crescimento das práticas solidárias no Brasil, pôde ser observado notadamente após a criação da SENAES e a implementação do “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, através da constituição e integração dos projetos solidários por meio de políticas públicas que visam o desenvolvimento com geração de trabalho e renda e inclusão social, ou seja, somente com a institucionalização e a participação do Estado na regulamentação e apoio aos empreendimentos solidários, os mesmos puderam crescer e se fortalecer no âmbito

das unidades da República Federativa do Brasil, contrariando o postulado de que esses empreendimentos surgem de iniciativas espontâneas dos trabalhadores excluídos do processo produtivo e da necessidade de reemprego/reinserção no circuito capitalista de trocas contemporâneo.

Entre os anos de 2005 e de 2006, no primeiro mapeamento oficial dos empreendimentos econômicos solidários, constatou-se a existência de 14.954 iniciativas solidárias em todo o território nacional, abrangendo 2.274 municípios (41% do total de municípios do país), gerando trabalho¹⁰ para cerca de 1 milhão e 250 mil trabalhadores associados e movimentando mais de 500 milhões de reais ao ano. Essas informações passaram a constituir um banco de dados nacional, estruturado e organizado sob a denominação de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, conformando um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos solidários em território nacional e das entidades de apoio e fomento da economia solidária, sendo instituído a partir da Portaria do MTE, nº 30, de 20 de março de 2006.

Com relação ao período de formalização das iniciativas, 70% dos empreendimentos solidários foram criados entre a década de 1990 e o ano de 2005, período esse que coincide com a crise econômica e social que atingiu o Brasil ao longo dos anos de 1990, apresentando reflexos negativos também por boa parte do início dos anos 2000. Tal período foi representado pela reestruturação da economia nacional e a adoção de medidas de cunho neoliberal que provocaram desindustrialização, desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho, o aumento da informalidade do trabalho e mudanças nas formas de empregabilidade dos trabalhadores, confirmando invariavelmente às críticas sobre os empreendimentos econômicos solidários como uma saída efêmera para a crise do sistema capitalista e para a crise do mundo do trabalho (CASTEL, 2009).

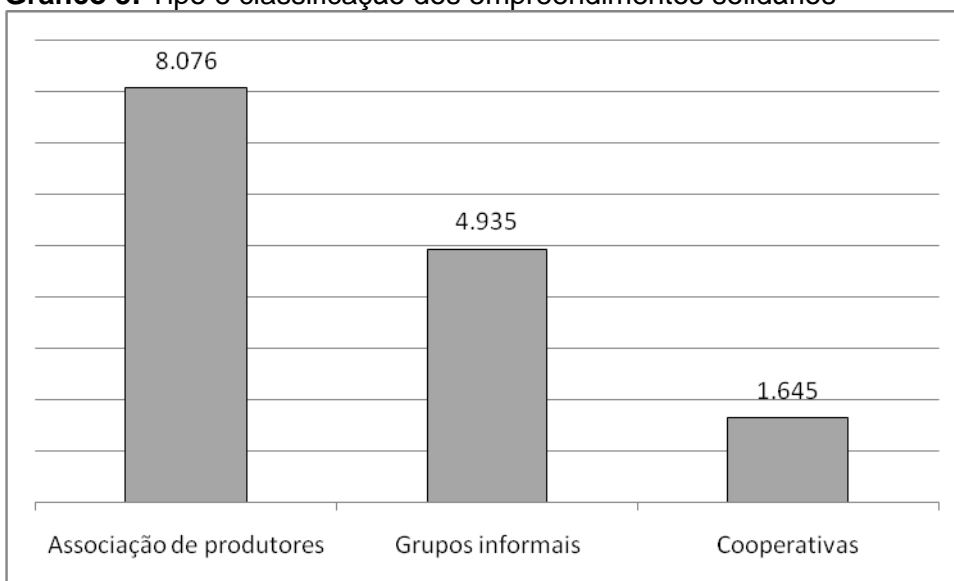
Segundo Castel (2009, p. 275), as realizações de atividades em economia solidária “tendem a se autonomizar numa esfera independente, do mercado de trabalho, que têm sua utilidade numa conjuntura catastrófica.

¹⁰ A Economia Solidária deslocou a noção de emprego formal para o de trabalho, substituindo a prerrogativa da geração de emprego com carteira assinada para o de trabalho autônomo, democrático e participativo, deslocando também a ideia de empregabilidade para a de trabalhabilidade, pois o trabalhador passa a ser responsável por seu próprio autoemprego, se tornando inexoravelmente um empreendedor.

Entretanto, só como eufemismo é que se pode chamá-las de “políticas de emprego”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, contrariamente às prerrogativas de que os empreendimentos solidários são alternativos às forças de mercado, a economia solidária, para sobreviver, acaba se inserindo na lógica econômica predominante, ou seja, no jogo hegemônico das forças de mercado e das trocas monetárias, através da inserção em redes comerciais e financeiras no mundo empresarial e capitalista (QUIJANO, 2002), isto é, dependem inexoravelmente das forças de mercado para vender seus produtos e serviços, enfrentando, ademais, a concorrência com as mercadorias das grandes empresas, subordinando-se, assim ao jogo e às regras do mercado capitalista de trocas mercantis e financeiras para sobreviver.

No que tange às formas de organização nos empreendimentos solidários, os mesmos tem como características fundamentais a heterogeneidade na composição, funcionalidade e estruturação interna, sendo constituídos por associações de produtores e prestadores de serviços diversos (54% do total), grupos informais¹¹ (33%) e organizações cooperativas (11%), além de outras formas de organização solidária (2% do total), conforme gráfico da página 101. Esse perfil nacional é reproduzido nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, assumindo um caráter diferenciado no Sul e no Sudeste, onde predominam os grupos informais em detrimento das associações, que apresentam participação menor do que às das regiões anteriores (SIES/MTE, 2006).

¹¹ Os grupos informais caracterizam-se pela inexistência de registro legal ou de formalização junto aos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, diferentemente das associações e das cooperativas, que são formalizadas ou registradas de acordo com a natureza jurídica das mesmas.

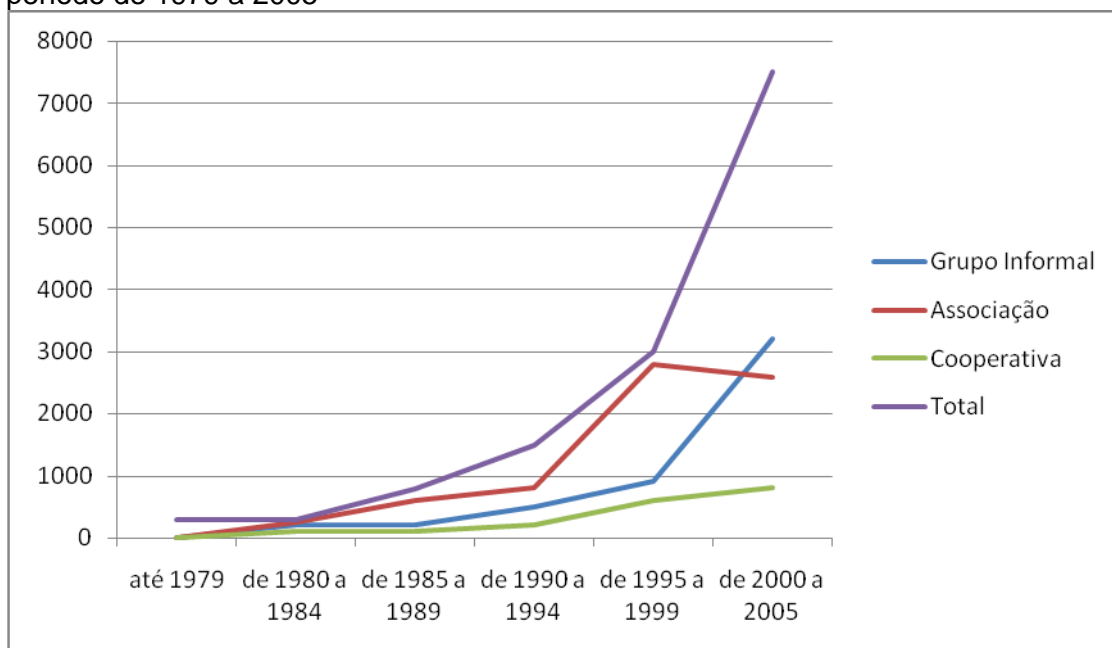
Gráfico 5: Tipo e classificação dos empreendimentos solidários

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

Vale ressaltar que esse perfil predominante no Sudeste vem sofrendo modificações profundas com a expansão do PAA, criado em 2003 pelo Governo Federal para o fortalecimento da agricultura familiar. Isso pode ser observado em alguns municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, como em Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana, onde se verificou nos últimos anos a formação e consolidação de inúmeras associações de produtores rurais familiares assentados da reforma agrária. Essas associações representam a obrigatoriedade de legalização das organizações dos trabalhadores solidários para o fornecimento de alimentos às entidades assistenciais locais (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Quanto à trajetória dos empreendimentos econômicos solidários, observa-se um aumento do número de empreendimentos no grupo informal a partir da segunda metade da década de 1990, em contraposição à diminuição das associações e um movimento de estabilidade na criação de organizações cooperativas no período (SIES/MTE, 2006), podendo ser constatado no gráfico a seguir.

Gráfico 6: Formas de organização dos empreendimentos solidários por ano de início – período de 1979 a 2005



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

A distribuição territorial desses empreendimentos solidários caracteriza-se por uma concentração dos mesmos nas áreas rurais do país, representando 50% do total de empreendimentos, enquanto 33% são urbanos e 17% são formados por atividades econômicas solidárias desenvolvidas tanto no meio rural como nas áreas urbanas, apresentando também forte concentração geográfica na região nordeste do Brasil, perfazendo 44% do total das atividades solidárias desenvolvidas no país em 2005, seguido da região Sul (17%), Sudeste (14%), Norte (13%) e Centro-Oeste (12%) (SIES/MTE, 2006).

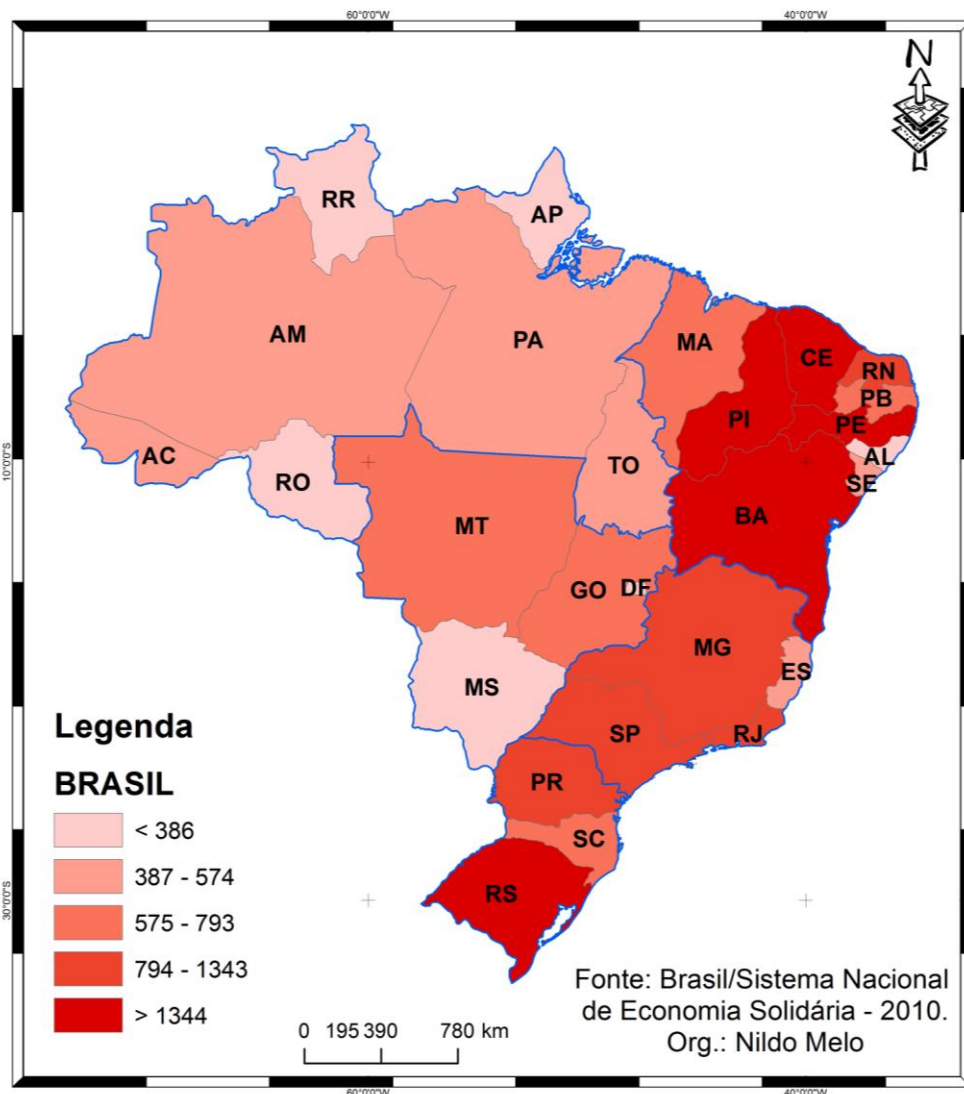
Os empreendimentos solidários rurais se destacam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto os empreendimentos especificamente urbanos se concentram nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Das Unidades Federativas, as que apresentam maior número de empreendimentos solidários são respectivamente: Rio Grande do Sul (2.085), Ceará (1.854), Bahia (1.611), Pernambuco (1.526), Piauí (1.472), Rio de Janeiro (1.343) e Rio Grande do Norte (817), entre outras, como pode ser observado na tabela e no mapa a seguir:

Tabela 2: Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários por Unidades da Federação - 2006

Unidades da Federação	Nº de empreendimentos solidários
Acre	543
Alagoas	284
Amazonas	461
Amapá	157
Bahia	1.611
Ceará	1.854
Distrito Federal	386
Espírito Santo	520
Goiás	737
Maranhão	793
Minas Gerais	1.236
Mato Grosso do Sul	340
Mato Grosso	747
Pará	574
Paraíba	670
Pernambuco	1.526
Piauí	1.472
Paraná	808
Rio de Janeiro	1.343
Rio Grande do Norte	817
Rondônia	293
Roraima	126
Rio Grande do Sul	2.085
Santa Catarina	690
Sergipe	471
São Paulo	813
Tocantins	502
Total	21.859

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

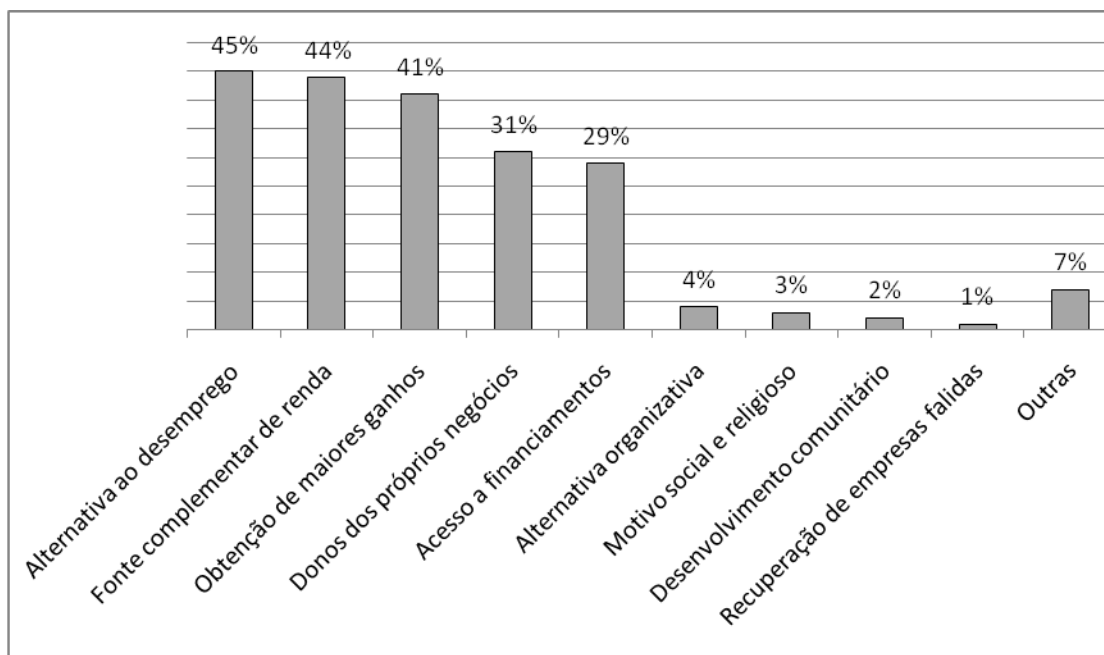
Mapa 2: Brasil - Empreendimentos solidários por Unidades da Federação, 2006



Dos motivos apresentados para a criação dos empreendimentos solidários, sobressai a alternativa ao desemprego (45%), forma complementar de renda aos sócios ou membros dos empreendimentos (44%), possibilidade de obtenção de maiores ganhos (41%), gestão coletiva das atividades produtivas e econômicas (31%) e melhores condições para acesso a crédito (29%). Dessas possibilidades e motivos de criação dos empreendimentos, observa-se uma diferenciação regional, sendo a alternativa ao desemprego mais citada na região Sudeste (58%) e Nordeste (47%), em comparação com a possibilidade de obtenção de maiores ganhos, por exemplo, na região Sul do Brasil (48%) e a perspectiva de

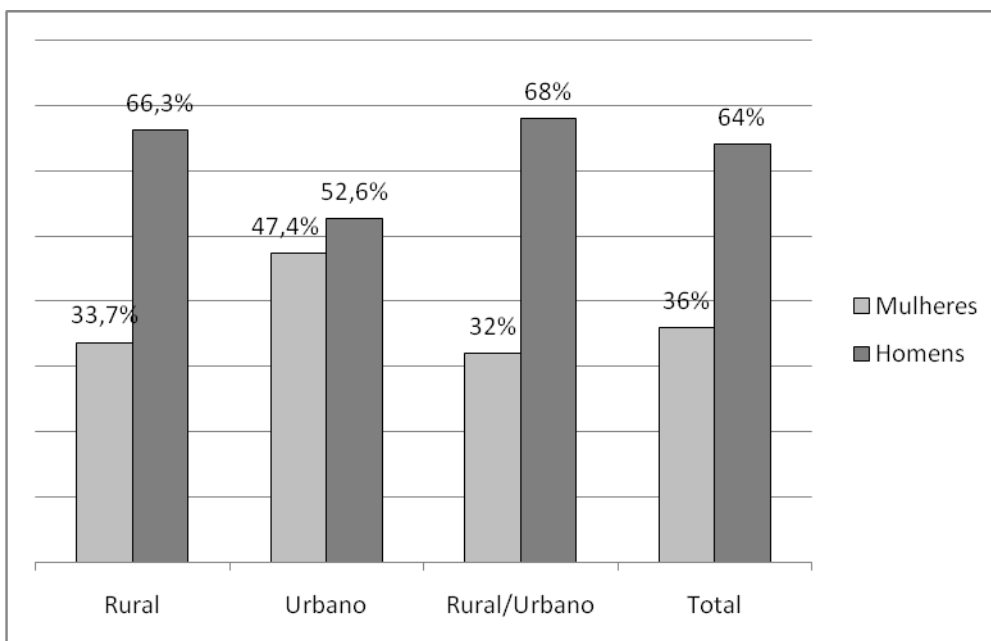
complemento de renda, nas regiões Norte e Centro-Oeste, apresentando 46% e 53% respectivamente do total das respostas aos motivos de criação dos empreendimentos econômicos solidários (SIES/MTE, 2006), conforme informações representadas no gráfico abaixo.

Gráfico 7: Motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

Com relação à participação por gênero nos empreendimentos solidários, observa-se a presença mais significativa dos homens, perfazendo 64% ou aproximadamente 800.000 trabalhadores associados, enquanto as mulheres apresentam participação de 36% do total ou aproximadamente 450.000 trabalhadoras solidárias no Brasil, no período mencionado. Dessa distribuição por gênero, a maior diferença entre homens e mulheres ocorre nos empreendimentos classificados como rural/urbano (68% a 32% do total) e a maior igualdade entre ambos encontra-se nos empreendimentos urbanos (52,6% a 47,4% do total), conforme dados constantes no gráfico a seguir.

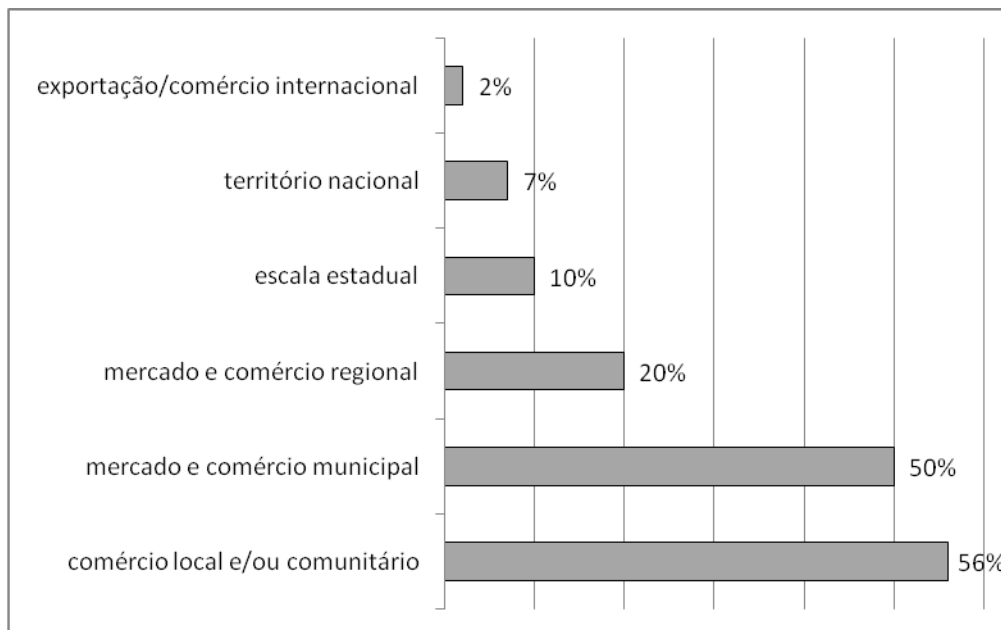
Gráfico 8: Participação por gênero nos empreendimentos econômicos solidários

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

Os produtos e serviços solidários são trocados ou vendidos nos espaços locais e/ou comunitários, perfazendo 56% das trocas comerciais dos empreendimentos em todo o Brasil. No que tange ao comércio municipal, essas trocas atingem 50% e, no âmbito regional, perfazem 20% do total das trocas e vendas dos produtos e serviços (SIES/MTE, 2006).

Quando a escala de análise se torna mais abrangente, nota-se que as trocas e as vendas não são tão significativas, atingindo 10% na escala estadual, 7% no território nacional e apenas 2% na escala internacional ou no nível das exportações e comércio com outros países (SIES/MTE, 2006), podendo ser observado no gráfico 9 da página 107. Portanto, a economia solidária é um fenômeno inexoravelmente local ou comunitário, cuja abrangência ou funcionalidade segue a tendência da exploração das potencialidades e possibilidades locais, sem se integrar a um projeto de desenvolvimento nacional ou a outros fatores de crescimento econômico mais abrangente, como por exemplo, a associação da economia solidária com políticas de investimentos em infraestrutura, educação, saúde, previdência social, entre outras (LIMA; SIMÕES, 2010).

Gráfico 9: Escala de abrangência das trocas/vendas dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

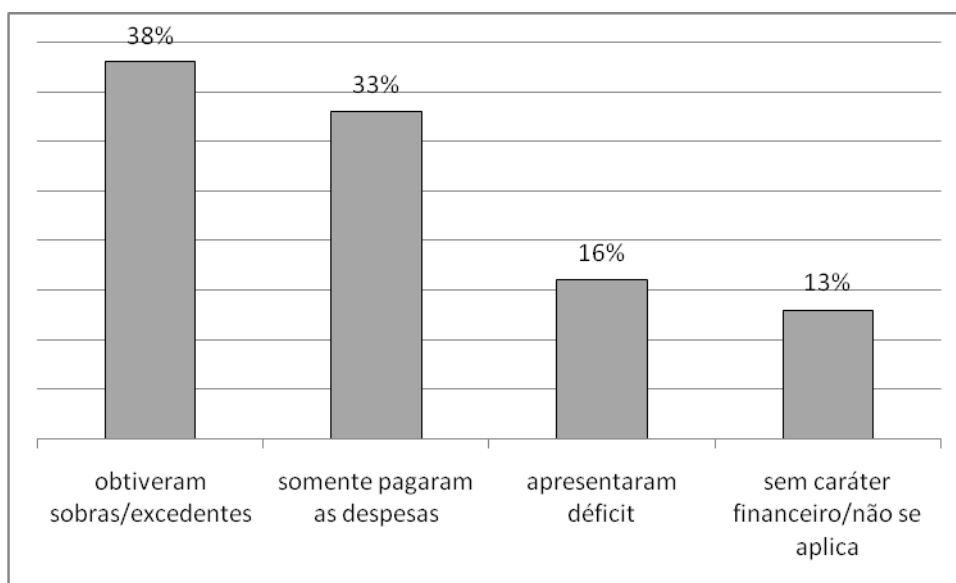
A escala local e municipal de abrangência e alcance dos produtos e serviços solidários torna essas iniciativas problemáticas quanto ao grau de inserção produtiva e dificulta a expansão das atividades, dependendo do Estado como financiador desses empreendimentos e de mercados cativos locais/municipais para os produtos e serviços dos mesmos. Paradoxalmente, o apoio na forma de crédito subsidiado, juros baixos e mercados cativos advêm da esfera estadual e federal de governo, enquanto o “sucesso” dos empreendimentos é creditado às atividades desenvolvidas na esfera local ou comunitária.

Isso é o que ocorre nas associações de produtores rurais familiares dos assentamentos de Reforma Agrária de alguns municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, que foram formadas com o objetivo de fornecer alimentos às entidades assistenciais locais ou comunitárias cadastradas no PAA. O financiamento para o desenvolvimento das atividades solidárias vem da esfera federal, através da compra da produção dos associados, abrangendo valores até R\$ 5.500,00 anuais. No entanto, toda a circulação de produtos e mercadorias acontece na escala local ou municipal, não obstante a maioria dos empreendedores solidários não conseguir ampliar a abrangência de suas atividades e fornecer em

escalas geográficas regionais, estaduais, nacionais ou internacionais e não conseguir competir com as empresas capitalistas formalizadas, nem em quantidade, muito menos em preço e em qualidade dos produtos (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

No que diz respeito à manutenção e aos resultados financeiros dessas trocas/vendas de produtos e prestação de serviços dos empreendimentos solidários, 38% deles conseguiram obter sobras em suas atividades, enquanto 16% dos empreendimentos são deficitários, ou seja, os resultados financeiros não foram suficientes para pagar as despesas referentes à produção ou a prestação de serviços. 33% dos empreendimentos somente conseguiram pagar as despesas não obtendo sobras ou “lucros” em suas atividades e, 13% não são organizados com vistas à obtenção de ganhos financeiros ou de lucros ou não informaram os resultados para os recenseadores do mapa da economia solidária no Brasil no período analisado (SIES/MTE, 2006), conforme gráfico abaixo.

Gráfico 10: Resultados financeiros dos empreendimentos econômicos solidários - 2006



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

Esses dados revelam que metade dos empreendimentos solidários passa por dificuldades de funcionamento e permanência nas atividades produtivas e de prestação de serviços específicos, apontando que a economia solidária é um

fenômeno em formação, apresentando características de dependência tanto das regras das forças de mercado para continuar se desenvolvendo (venda dos produtos e serviços nos mercados mais próximos), quanto de políticas públicas de crédito e assistência para os empreendimentos solidários (esses empreendimentos são fortemente dependentes do Estado para sobreviver), bem como o fato de que, em sua grande maioria, são originários de grupos informais de organização econômica e produtiva, formados como alternativas ao desemprego ou para a obtenção de rendimento complementar.

Seguindo outra linha de raciocínio, cujo objetivo se consubstancia em chegar às mesmas conclusões críticas, ao aceitar as forças de mercado como a realização da liberdade humana, através das escolhas e iniciativas individuais e de afirmar que “o mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual” (SINGER, 1998, p. 113) e de que o que o socialismo “tem a mais é que, depois que o jogo do mercado é feito, depois que os ganhadores estão definidos, deve existir uma instituição que tira uma grande parte dos bens materiais dos ganhadores e dá para os perdedores” (SINGER, 1998, p. 114), a economia solidária, ao aceitar tanto as forças de mercado, quanto as formas estatais de intervenção nas desigualdades produzidas pelo capitalismo, aponta muito mais para a configuração de formas pontuais e isoladas de combate às desigualdades sociais, do que para um movimento revolucionário de superação do modo capitalista de produção e sua substituição pelo socialismo, como preconizam seus defensores, particularmente Singer (1998).

Torna-se de suma importância também ressaltar que esses empreendimentos se caracterizam essencialmente pela tendência de complementação de renda, sendo a remuneração extremamente baixa na maioria deles, atingindo até meio salário mínimo em cerca de 50% dos empreendimentos e uma remuneração de até um salário mínimo em 26,1% dos mesmos (SIES/MTE, 2006). Esse é o caso dos produtores rurais familiares assentados nos municípios de Mirante do Paranapanema e de Euclides da Cunha Paulista, que produzem para o PAA, recebendo R\$ 5.500,00 anuais pelos produtos fornecidos às entidades assistenciais locais ou comunitárias. Se os mesmos fornecerem todos os meses, a renda auferida será de aproximadamente R\$ 458,33 mensais, isto é, um rendimento extremamente baixo, sendo que os rendimentos precisam necessariamente ser

complementados por outras atividades, como por exemplo, a venda dos produtos em feiras livres ou a entrega individual para laticínios e fecularias¹² da região.

Ademais, a maioria dos associados não consegue produzir durante todo o ano, devido às condições naturais de estiagem nos meses de junho, julho e agosto na região, sendo que parte significativa dos mesmos fornece para o Programa no início do ano (as entregas se concentram, fundamentalmente, nos seis primeiros meses do ano), ficando o restante do tempo ocioso ou complementando a renda através de outras atividades econômicas que não as de cunho solidárias, como forma de sobrevivência individual e familiar (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Esses dados indicam que a economia solidária é um movimento residual e complementar para a maioria dos associados/cooperados, em contraposição às formas de organização caracterizadas pelo desenvolvimento comunitário, alternativo e motivado por razões sociais, filantrópicas e/ou religiosas. A alternativa ao desemprego também fica comprometida, pois a razão para a formação e participação nesses empreendimentos é a complementação de renda, sendo necessárias outras formas de sobrevivência diante da remuneração baixa proporcionada pelas atividades desenvolvidas nos mesmos.

Dito de outro modo, se a renda é baixa e a opção pela participação nos empreendimentos reside exatamente na possibilidade de complementação dos rendimentos, os trabalhadores precisam necessariamente do exercício de outras funções em atividades produtivas que lhes proporcionem rendimentos maiores que aqueles auferidos nos empreendimentos econômicos solidários.

Esse é o caso, por exemplo, de uma associação de produtores rurais familiares de um assentamento localizado no município de Euclides da Cunha Paulista, onde o rendimento obtido através da entrega do leite para um laticínio da região e da venda de hortifrutigranjeiros nas feiras livres locais, não é suficiente para a sobrevivência familiar, levando muitos associados ao emprego com carteira assinada em uma destilaria de álcool do município vizinho de Teodoro Sampaio. O mesmo é observado em outra associação de um assentamento do município de

¹² Agroindústrias processadoras de mandioca, tendo como resultado a produção de alimentos como a farinha de mandioca, o polvilho, entre outros.

Mirante do Paranapanema, onde os jovens não querem trabalhar diretamente na terra, sendo assalariados formais em uma usina de açúcar e álcool da região analisada (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Portanto, a participação na economia solidária se torna apenas complementar e residual, uma forma de aumentar os rendimentos do trabalho, com base em uma atividade de abrangência reduzida (local/municipal), caracterizada pelas dificuldades de expansão dos empreendimentos, fortemente dependentes do Estado como financiador e das forças de mercado para a sobrevivência econômica e produtiva.

Essas afirmações contrariam as palavras de Singer (2003), de que “nem todos os trabalhadores rejeitam o capitalismo, mas a maioria o faz e por isso, quando se associa para produzir, comprar, vender ou consumir, o faz sob formas solidárias” (SINGER; SOUZA, 2003, p. 15). Nesse sentido, a economia solidária, supostamente uma forma não capitalista de organização do trabalho, não oferece alternativas aos trabalhadores, pois os mesmos são obrigados a complementar a renda nesses empreendimentos, fazendo da atividade capitalista seu principal instrumento de inserção no mercado de trabalho e de sobrevivência pessoal e familiar.

As dificuldades enfrentadas pelos associados/cooperados recaem sobre a comercialização dos produtos ou prestação de serviços, perfazendo 61% do total dos empreendimentos, enquanto em 49% deles as dificuldades estão voltadas para o acesso ao crédito, ao acompanhamento, apoio e à assistência técnica (27% do total) (SIES/MTE, 2006).

Dessas informações, fica explícito que os empreendedores solidários ficam à mercê da venda ou troca dos produtos e serviços nos mercados comunitários ou municipais, enfrentando também a concorrência capitalista e as regras mercantis para sobreviver, dependendo, além disso, de acesso ao crédito e a assistência técnica para se manter ou se desenvolver. O desenvolvimento das atividades solidárias ou a expansão da escala de comercialização desses empreendimentos depende inexoravelmente de políticas públicas de fomento e acesso a linhas de crédito subsidiados, ou seja, o Estado deve ser o financiador da

economia solidária no Brasil, sem o qual essas iniciativas tendem a solapar diante da concorrência no mercado capitalista e da ausência de condições de expansão das atividades para mercados mais distantes, como forma de sobrevivência diante das condições de extrema competitividade e exclusão do capitalismo globalizado/mundializado das últimas décadas.

Como exemplo do exposto acima, a cooperativa de trabalhadores em costura industrial do município de Presidente Venceslau, sucumbiu diante da ausência de incentivos públicos estaduais ou federais e da falta de condições operacionais, financeiras ou técnicas para continuar funcionando, entrando em derrocada devido à concorrência com outras oficinas de costura da região ou do estado vizinho do Mato Grosso do Sul. Atualmente, a maioria dos cooperados trabalha formalmente em outros setores de atividade econômica e costumam por encomenda nas horas vagas, sem a solidariedade e a cooperação em suas atividades profissionais (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Torna-se de fundamental importância uma análise dos incentivos dos governos municipais aos empreendedores solidários, como por exemplo, o tipo de assistência técnica e fomento aos mesmos, facilidades de comercialização, compras direcionadas, políticas tributárias, entre outras políticas públicas de incentivo e apoio a economia solidária nos espaços locais e/ou comunitários. Contudo, esses empreendimentos não podem prescindir de políticas estaduais e federais¹³, direcionadas para o acompanhamento, assistência técnica, política de compras, taxas de juros subsidiadas, mercados protegidos, entre outras, para que os mesmos não sucumbam diante da concorrência capitalista e possam expandir a comercialização/troca dos produtos para mercados mais abrangentes, sem o que esses empreendimentos tendem a reproduzir a característica original de surgimento e formação, sendo apenas residuais e complementares à lógica capitalista de

¹³ O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um exemplo de política pública voltada para a aquisição de alimentos dos empreendimentos solidários e da agricultura familiar, através da obrigatoriedade de 30% dos gêneros alimentícios virem das iniciativas populares, a partir de 2009. Porém, trata-se de política pública de incentivo ao desenvolvimento local vinda do governo federal, isto é, as iniciativas solidárias locais dependem fortemente de decisões realizadas em escalas de abrangência superiores, como as de ordem estadual ou federal.

mercado e fortemente dependentes das ações do Estado para continuar sobrevivendo e se desenvolvendo.

Da mesma forma, a caracterização e a classificação dos empreendimentos solidários apresenta-se problemática, ao incorporar ao rol da economia solidária uma gama infindável de atividades de fins econômicos, associadas supostamente aos princípios ou benefícios na esfera social. Como o mapeamento da economia solidária no Brasil é realizado por órgãos oficiais, através das informações prestadas pelos próprios empreendedores locais, permanece a dúvida sobre o alcance real da associação ou cooperação dos trabalhadores no país, sobre a quantidade de empreendimentos e dos seus impactos sobre a geração de trabalho, renda e combate ao desemprego.

Um exemplo disso é a heterogeneidade de trabalhadores participantes desses empreendimentos e as formas de inserção na economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São de Paulo, que apresentou nos últimos anos a criação de inúmeras associações de produtores, como exigência para a participação no PAA. Não é demais afirmar que todas as associações, independentemente da forma e do conteúdo de suas atividades e dos trabalhadores envolvidos, são classificadas como empreendimentos solidários, funcionando, na maioria dos casos, de forma precária e sem um mínimo de organização interna, assistência técnica e planejamento de médio e longo prazo, como será analisado no próximo capítulo.

2.5. Considerações Finais ao Capítulo 2

A economia solidária se caracteriza, no Brasil, pela heterogeneidade dos empreendimentos, quanto à funcionalidade, organização, motivação de criação das associações, cooperativas e grupos informais, a diferenciação regional quanto ao desenvolvimento dos princípios aos quais estão associados e ao alcance apenas local e/ou comunitário das trocas/comercialização dos produtos.

Essas informações do Atlas da Economia Solidária no país revelam e apontam para a característica residual e complementar dessas iniciativas solidárias, sendo fortemente dependentes do Estado para expandir a produção e a prestação de serviços e aumentar a escala de abrangência e alcance dos produtos oriundos da

solidariedade entre os trabalhadores, como forma de permanecer no mercado e fazer frente à concorrência capitalista, exacerbada nas últimas décadas com o movimento de reestruturação do capital e remodelação da economia mundial, por meio da globalização/mundialização do capital e das políticas neoliberais que lhes dá suporte.

Faz-se necessária a análise das características da economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, desvendando os impactos dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico, em conformidade com as discussões teóricas e metodológicas apresentadas nos capítulos anteriores, o que será apresentado e discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PERFIL SOCIOECONÔMICO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*“...A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer...”
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer para aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro.
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade...”*

Arnaldo Antunes/Marcelo Fromer/Sérgio Brito

A economia solidária apresenta-se como um fenômeno pouco expressivo no estado de São Paulo, quando comparada em termos percentuais com outros estados da federação, sendo fortemente concentrada geograficamente na Região Administrativa da Capital Paulista e arredores, considerada a mais impactada pelo processo de desestruturação/precarização do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 na economia estadual.

Nesse íterim, mesmo com o desencadeamento de ações políticas relativas ao processo de desconcentração das atividades produtivas industriais, iniciado na década de 1960 no estado de São Paulo, não foram observadas significativas mudanças no processo de desenvolvimento econômico estadual e na correção das desigualdades regionais, ficando o processo relegado a apenas algumas áreas do estado em contraposição a outros espaços econômicos, como a 10ª Região Administrativa, considerada como a segunda mais pobre em termos de produção de riqueza estadual nos últimos anos, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), mesmo apresentando participação intermediária nas dimensões sociais que compõem as variáveis do Índice.

Nas teias dessas determinações e fortemente associados com a transformação na base técnica e produtiva da região ao longo da década de 1990, a economia solidária é inserida na estrutura econômica regional, sendo representada pelas associações, pelas cooperativas e pelos grupos informais, concentrados nos assentamentos de reforma agrária e articulados à consolidação e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal e as possibilidades apresentadas pelo fornecimento de alimentos às entidades assistenciais no espaço local, comunitário ou municipal de atuação dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

3.1. A economia Solidária no estado de São Paulo

No estado de São Paulo constata-se a existência de 813 empreendimentos solidários, apresentando uma forte concentração geográfica na Região Administrativa da Capital Paulista, perfazendo um total de 356

empreendimentos ou aproximadamente 43% do total do estado. Em seguida sobressaem-se respectivamente a Região Administrativa de Campinas (96) e a Região de Itapetininga (60). As Regiões Administrativas com as menores quantidades de empreendimentos solidários são: Piracicaba (9), Marília (16) e a Macrometrópole¹⁴ Paulista (16) (SIES/MTE, 2006), como pode ser observado na tabela 3 e no mapa 3 a seguir.

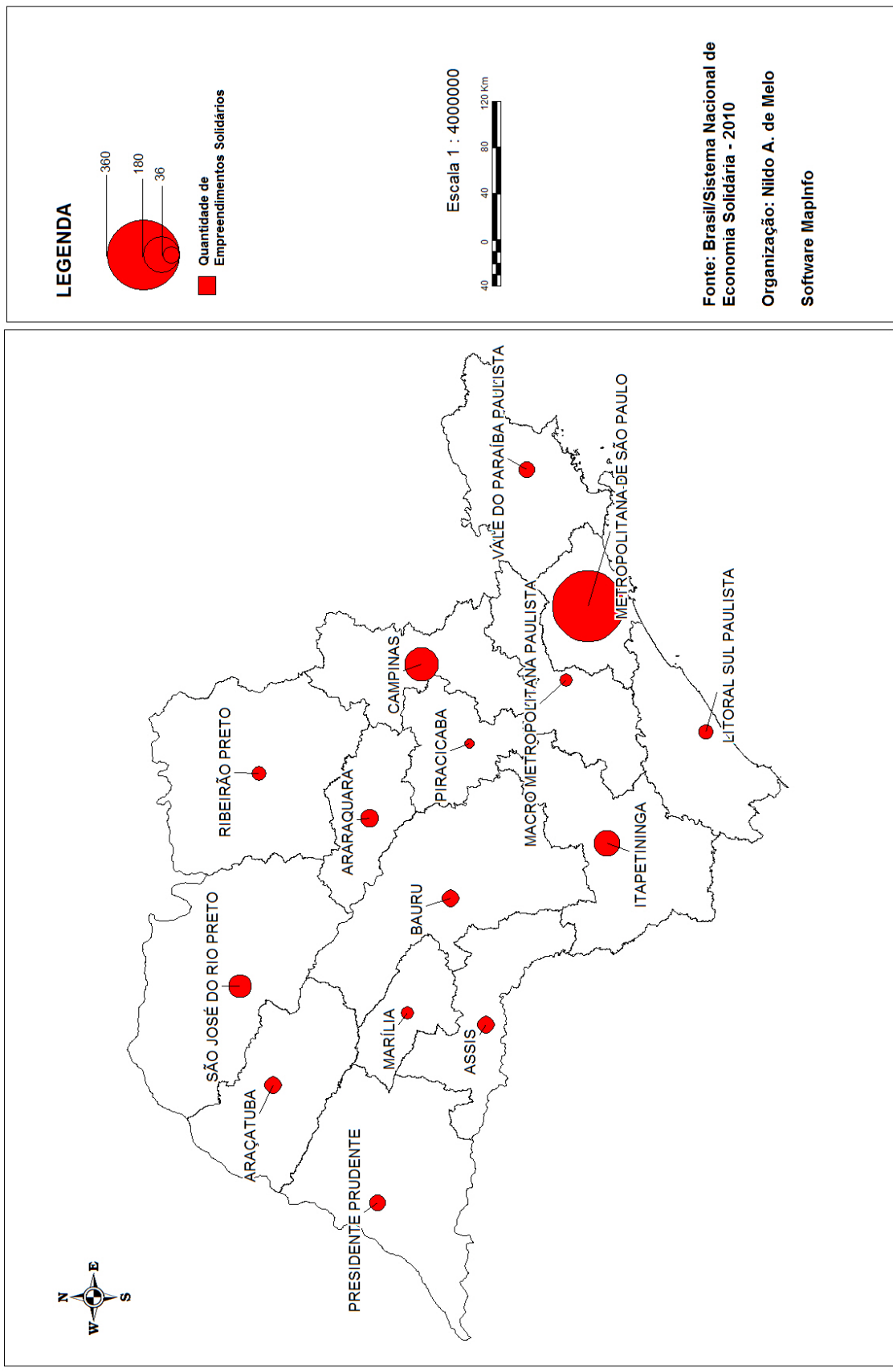
Tabela 3: Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários por Regiões Administrativas no estado de São Paulo - 2006

Regiões Administrativas	Quantidade
São Paulo	356
Campinas	96
Itapetininga	60
São José do Rio Preto	48
Araraquara	32
Bauru	29
Araçatuba	28
Assis	28
Presidente Prudente	26
Vale do Paraíba	25
Litoral Sul	23
Ribeirão Preto	21
Marília	16
Macro Metrôpole SP	16
Piracicaba	9
Total	813

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006
Elaboração e organização do autor

¹⁴ A Macrometrópole Paulista se caracteriza pela expansão do espaço metropolitano paulista e a criação de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada pela dispersão de suas atividades industriais e a centralização das decisões na capital paulista e arredores (LENCIONE, 2002).

Mapa 3: Empreendimentos Econômicos Solidários por Regiões Administrativas – estado de São Paulo – 2010



Já os municípios que apresentam maior participação nas iniciativas de economia solidária são: São Paulo (169 empreendimentos), São Bernardo do Campo (59), Campinas (38), Santo André (29), Americana e São Carlos (24 cada um), Hortolândia (22), Diadema e Botucatu (17 cada um) e Osasco (16), entre outros municípios do estado de São Paulo no período analisado (SIES/MTE, 2006).

Essas informações indicam que a concentração dos empreendimentos econômicos solidários coincide com os índices mais elevados de desemprego e informalidade, isto é, os empreendimentos estão fortemente localizados nas regiões do estado onde os impactos negativos do movimento de reestruturação capitalista foram mais significativos, representados pela desestruturação/precarização do mercado de trabalho e pela exclusão dos trabalhadores do processo produtivo, localizados essencialmente na macrometrópole paulista e seu entorno, considerada uma área caracterizada pela “criação e reiteração de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada” (LENCIONI, 2002, p. 207).

Contudo, o estado de São Paulo apresenta uma abrangência muito baixa em termos de cobertura dos empreendimentos solidários por município. No estado, a economia solidária está presente em apenas 147 municípios ou uma abrangência de 23% do total, ficando à frente apenas de Minas Gerais (12% do total dos municípios) entre todos os estados da federação (SIES/MTE, 2006), como pode ser constatado na tabela 4 e no mapa 4 a seguir.

Tabela 4: Abrangência dos Empreendimentos Econômicos Solidários por municípios e por Unidades da Federação - 2006

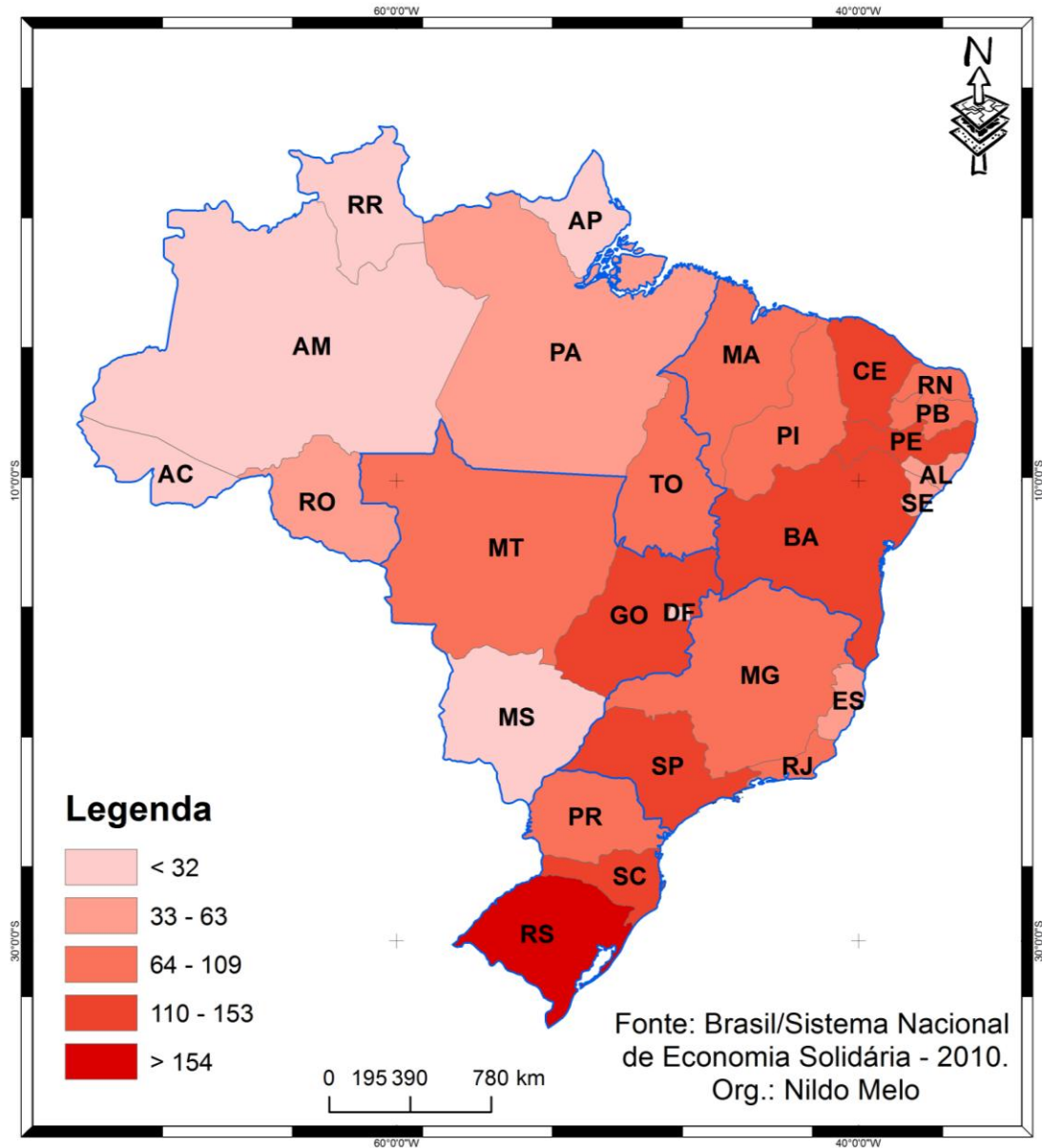
Unidades Federativas	Nº de municípios com EES*	% total dos municípios
Rondônia	40	75%
Acre	20	87%
Amazonas	32	51%
Roraima	14	88%
Pará	51	35%
Amapá	13	76%
Tocantins	84	60%
Norte	254	56%
Maranhão	73	33%
Piauí	83	37%
Ceará	134	72%
Rio Grande do Norte	77	46%
Paraíba	101	45%
Pernambuco	129	69%
Alagoas	48	47%
Sergipe	63	83%
Bahia	153	37%
Nordeste	861	48%
Minas Gerais	101	12%
Espírito Santo	59	75%
Rio de Janeiro	82	88%
São Paulo	147	23%
Sudeste	389	23%
Paraná	109	27%
Santa Catarina	133	45%
Rio Grande do Sul	270	54%
Sul	512	43%
Mato Grosso do Sul	25	32%
Mato Grosso	91	65%
Goiás	127	51%
Distrito Federal	15	83%
Centro-Oeste	258	53%
Total – Brasil	2.274	41%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2006

Elaboração e organização do autor

* EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

Mapa 4: Brasil - Municípios com empreendimentos solidários por Unidades da Federação, 2006



3.2. Perfil socioeconômico da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e os problemas para o desenvolvimento econômico

A 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo está localizada no extremo oeste do estado, abrange 53 municípios divididos entre as regiões de governo de Presidente Prudente, Dracena e Adamantina e situa-se próxima às divisas com o estado do Paraná e com o estado do Mato Grosso do Sul, conforme pode ser observado no mapa 1, da página 37, do capítulo 1.

A Região ocupa 10% do território paulista e concentra 2,1% da população estadual, apresentando também a terceira menor taxa de urbanização do estado, com aproximadamente 86% da população residindo em áreas urbanas. Com uma população estimada em torno de 800 mil habitantes, a região tem no município de Presidente Prudente seu principal polo de crescimento e sua sede regional, concentrando 24% da população da Região Administrativa e representando apenas 0,25% da riqueza produzida no estado (IBGE/SEADE, 2009). Ao lado de Presidente Prudente, os municípios de Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Dracena e Adamantina concentram aproximadamente 40% da população regional, apresentando também os maiores índices de crescimento econômico da 10ª Região Administrativa.

Mesmo com o processo de desconcentração industrial desencadeado a partir da década de 1960, pelo governo estadual, sendo um desdobramento das discussões em torno da forte concentração industrial na metrópole paulista e dos problemas sociais daí advindos (violência, trânsito caótico, questão ambiental, entre outros), apontando para a necessidade da elaboração de políticas públicas estaduais que levassem a um processo de interiorização da indústria como forma de estimular o desenvolvimento econômico do interior do estado de São Paulo (AZZONI, 1986), os dados sobre os índices de crescimento econômico regional apontam para a permanência das desigualdades de desenvolvimento econômico entre as Regiões Administrativas do estado.

Em vista disso, em detrimento do processo de desconcentração industrial, na 10ª Região Administrativa desde a década de 1960, não foram constatadas mudanças significativas na base produtiva, notadamente nas atividades industriais, num contexto de estímulo ao deslocamento das atividades industriais da metrópole para o interior do estado de São Paulo, com os investimentos ficando

concentrados em algumas regiões do interior do estado, tais como Campinas, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba, que representavam em 1980, 42,8%, 11,9% e 14% respectivamente do Valor de Transformação Industrial (VTI), em contraste com a participação muito menor de outras Regiões Administrativas, como Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, por exemplo, que apresentavam 1,8%, 1,2% e 1,0% do VTI estadual respectivamente, segundo dados do Censo Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período compreendido entre a década de 1960 e a década de 1980.

Esse processo levou Azzoni (1986), a denominar esse relativo deslocamento da atividade industrial para o interior do estado como uma forma de “desconcentração concentrada”, conformada pelo deslocamento industrial em torno de algumas áreas num raio de 150 Km da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, evidenciando também a importância dos eixos rodoviários relacionados ao desenvolvimento industrial paulista ao longo das rodovias Castelo Branco, Anhaguera e Dutra.

Assim, segundo o autor “as evidências indicam que, longe de constituir-se em um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país” (AZZONI, 1986, p. 221), com a Grande Metrópole reforçando a concentração do poder de comando e de gestão do processo de valorização do capital, por meio do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informação das últimas décadas, associadas ao desencadeamento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica dos tempos recentes.

Todavia, esse processo, segundo Lencioni (2002), (concordando apenas em parte com as afirmações sobre a desconcentração concentrada da atividade industrial no estado de São Paulo), abrange um movimento de centralização de capitais a partir da capital paulista. Tal processo de centralização, por sua vez, “consolida a hegemonia do grande capital e subordina os outros capitais à organização oligopolista e utiliza mecanismos de dispersão espacial como forma estruturante do espaço, e não mais mecanismos concentradores” (LENCIONI, 2002, p. 207), consubstanciando a “criação e reiteração de uma região metropolitana

mais complexa, fragmentada e hierarquizada” (*ibidem*, p. 207), tendo como expressão desse movimento a expansão do espaço metropolitano paulista, configurando a “macrometrópole” pela dispersão das suas atividades industriais, no bojo da configuração de um novo paradigma tecnológico e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e a possibilidade de transferência de plantas industriais para outras áreas do estado, sem a necessidade de mudanças nas esferas administrativas e financeiras das grandes empresas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Sposito (2002), afirma que as transformações econômicas verificadas no capitalismo mundial nas últimas décadas, determinaram mudanças estruturais na economia nacional, com a desigualdade de desenvolvimento permanecendo e sendo aprofundada pela

(...) redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil e, especialmente, no Estado de São Paulo, gerando ampliação dos papéis econômicos das áreas melhor dotadas de infra-estrutura e equipamentos, mas, ao mesmo tempo, aumento das disparidades territoriais, econômicas e sociais (SPOSITO, 2002, p. 27).

Da mesma forma, Silveira (2010), discutindo os termos do desenvolvimento da logística de transportes no estado de São Paulo, destaca a seletividade das grandes empresas no espaço paulista, através da determinação da Região Metropolitana da capital paulista e das Regiões Administrativas de Campinas e de Sorocaba como os espaços de maiores fluxos econômicos pelas rodovias que se iniciam em São Paulo e interligam todo o território paulista e nacional. Com isso, a seletividade do grande capital em detrimento do planejamento nacional e regional, aponta para o fato de que

(...) O estado de São Paulo e algumas de suas regiões foram nomeados pelas corporações para serem os novos espaços produtivos, de consumo e de fluidez e, assim, diferenciam-se dos demais, ampliando ainda mais as desigualdades regionais. Todas essas imposições do capital só foram colocadas em prática porque o neoliberalismo econômico e seu sistema de desregulamentações, de enfraquecimento do Estado, de eliminação do planejamento para o desenvolvimento nacional e regional e outras estratégias da globalização foram implementados com sucesso. Assim, o fim do planejamento nacional e regional para o conjunto da sociedade foi substituído pelo planejamento de interesse exclusivamente do capital (SILVEIRA, 2010, p. 15).

A determinação dos fluxos de transportes e da logística, engendra o

desenvolvimento econômico e os investimentos a partir da metrópole paulista em articulação com a macrometrópole, ao longo dos eixos de circulação das rodovias Anhanguera e Presidente Dutra, em detrimento das demais Regiões Administrativas do estado de São Paulo, como no caso da Região Administrativa de Presidente Prudente e seus municípios componentes, que ficou relegada ao segundo plano, sendo desnecessária ao processo de reprodução ampliada do capital em seu movimento de reestruturação e desenvolvimento acelerado das forças produtivas desde então.

Nas últimas décadas, não está configurada e implementada uma política de desenvolvimento econômico para o interior do estado de São Paulo, notando-se o aprofundamento do processo de “reconcentração” das atividades industriais em torno da Região Metropolitana de São Paulo, concentrada nos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano e Guarulhos (SEADE, 2009). Esse movimento dificulta o desenvolvimento da 10ª Região Administrativa e provoca, por conseguinte, até mesmo um esvaziamento produtivo, com a transferência de unidades industriais para outras áreas do estado e para outros estados da federação, como no caso do frigorífico Bordon que foi transferido de Presidente Prudente para Presidente Epitácio e posteriormente para o estado do Mato Grosso do Sul. O mesmo ocorreu com a unidade da indústria de produtos para festas de Presidente Prudente, Regina Festas Ltda, que também se transferiu para o estado do Mato Grosso do Sul, atraída pelos incentivos fiscais oferecidos por aquela unidade da federação, principalmente os referentes ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

A transferência dessas empresas e a redução das atividades industriais na Região resultam da recusa por parte do governo do estado de São Paulo de participar da chamada “Guerra Fiscal”¹⁵, para atrair investimentos produtivos e empresas do setor industrial, provocando a transferência de plantas industriais para outros estados da federação. A proximidade geográfica da região com os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, por sua vez, explicam a atratividade exercida pelos incentivos fiscais e creditícios oferecidos por aqueles

¹⁵ Não se defende aqui a Guerra Fiscal para atrair investimentos produtivos, mas apenas constata-se a adoção de tal instrumento na conjuntura econômica nacional, no bojo da redução do papel do Estado na economia e do fortalecimento de políticas de desenvolvimento local, em detrimento do planejamento estatal visando o desenvolvimento econômico regional articulado a um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo.

estados e a facilidade de deslocamento das plantas industriais para os mesmos nas últimas décadas.

Outros fatores logísticos, operacionais e organizacionais, obstaculizam o desenvolvimento econômico regional, a saber: a distância geográfica dos grandes centros consumidores e dos principais portos exportadores, a precariedade da infraestrutura para o escoamento da produção, conformada pela malha ferroviária sucateada ao longo dos anos de 1990 e a subutilização do transporte hidroviário, o transporte aéreo e rodoviário deficiente, com poucas rotas e empresas aéreas operando e a necessidade premente de duplicação da Rodovia Raposo Tavares, tida como principal rota rodoviária de acesso à região. Todos esses fatores dificultam o investimento produtivo na região de Presidente Prudente, o processo de geração de emprego e renda e a recuperação dos estoques de empregos formais eliminados ao longo da década de 1990.

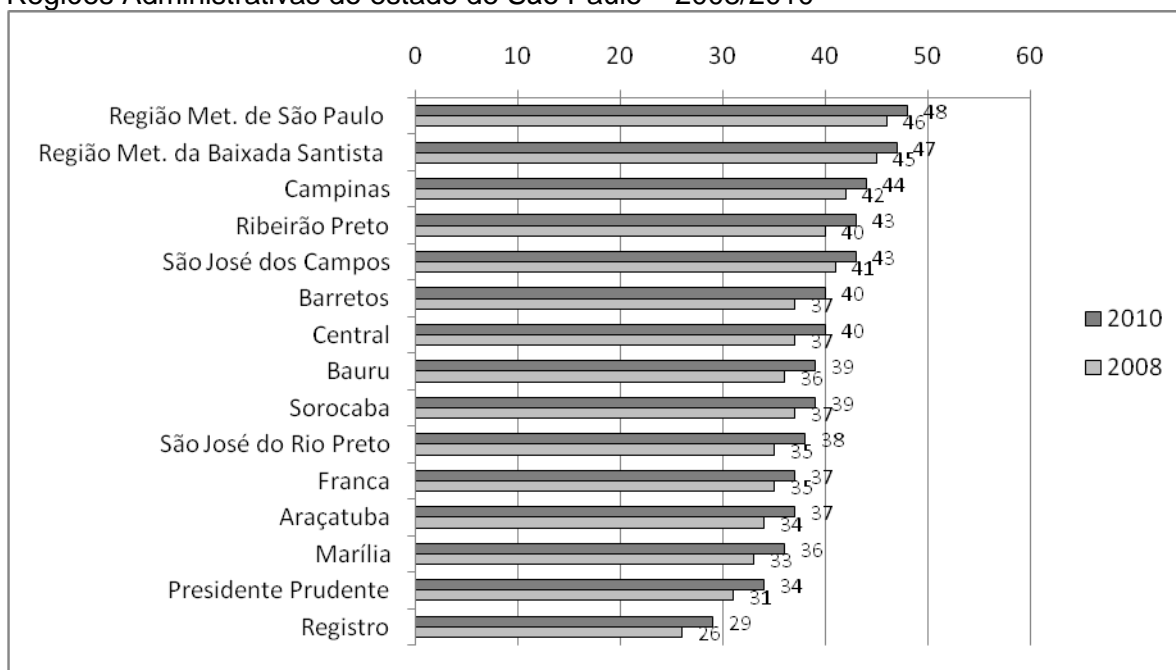
O porto trimodal de Presidente Epitácio (que oferece inúmeras possibilidades de utilização através da interligação do transporte ferroviário, fluvial e rodoviário para o escoamento da produção regional) constitui-se o caso mais emblemático da falta de planejamento e de projeto de desenvolvimento regional. O porto possui toda a infraestrutura necessária para o transporte de mercadorias e para o escoamento da produção regional e interestadual, mas funciona precariamente desde sua construção no final do século XX, entrando parcialmente em funcionamento somente em abril de 2008, após mais de uma década de ociosidade.

Esses fatores são agravantes para o processo de desenvolvimento econômico regional, dificultando todo o conjunto da economia, que passou a ter uma participação muito baixa na produção de riqueza estadual, ficando em penúltimo lugar, à frente apenas da Região Administrativa de Registro no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) nos últimos anos, conforme pode ser observado no gráfico a seguir que destaca a participação das Regiões Administrativas do estado na dimensão riqueza¹⁶, mesmo com os dados expressando o avanço de todas as

¹⁶ Variáveis que compõem esta dimensão no período entre 2008 e 2010: consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços; consumo de energia elétrica por ligação residencial e; rendimento médio do emprego formal e o valor adicionado *per capita*.

regiões do estado nessa dimensão do IPRS e uma pequena variação positiva da participação da 10ª Região na produção de riqueza estadual.

Gráfico 11: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Riqueza – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 2008/2010



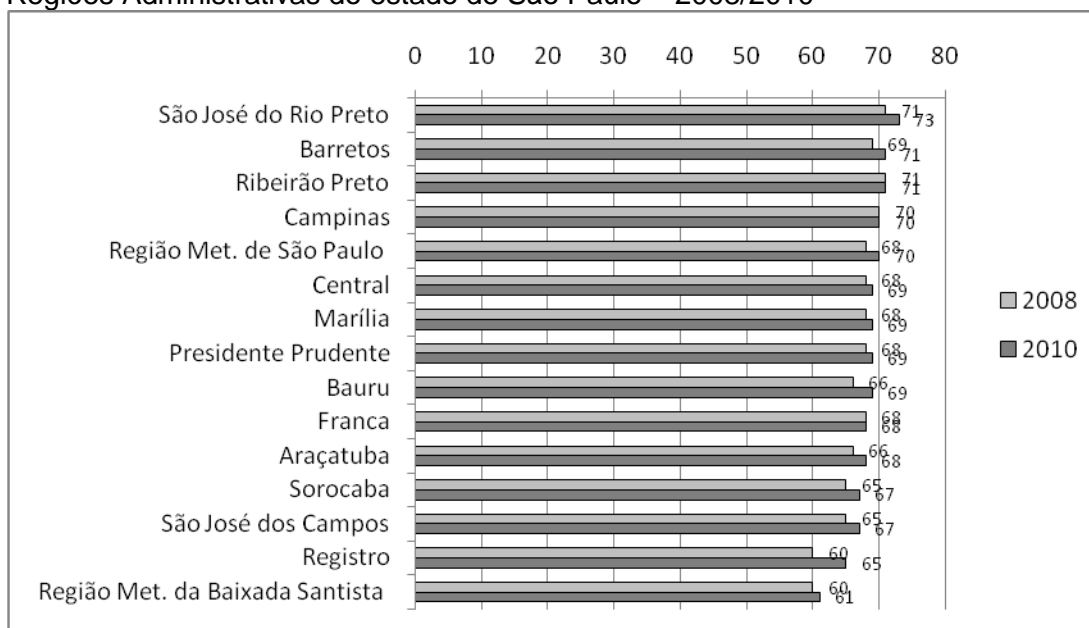
Fonte: Fundação Seade – Índice Paulista de Responsabilidade Social IPRS – 2008/2010. Elaboração e organização do autor.

Vale destacar que nas outras duas dimensões do Índice Paulista de Responsabilidade Social, a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo ocupa uma posição intermediária, ficando em 8º lugar em longevidade¹⁷ e em 9º lugar na dimensão escolaridade¹⁸, mesmo apresentando significativos avanços nas duas classificações entre os anos de 2008 e de 2010, conforme pode ser observado nos gráficos da página 128.

¹⁷ Variáveis que compõem esta dimensão no período entre 2008 e 2010: taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos); taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos vivos); taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) e; taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes).

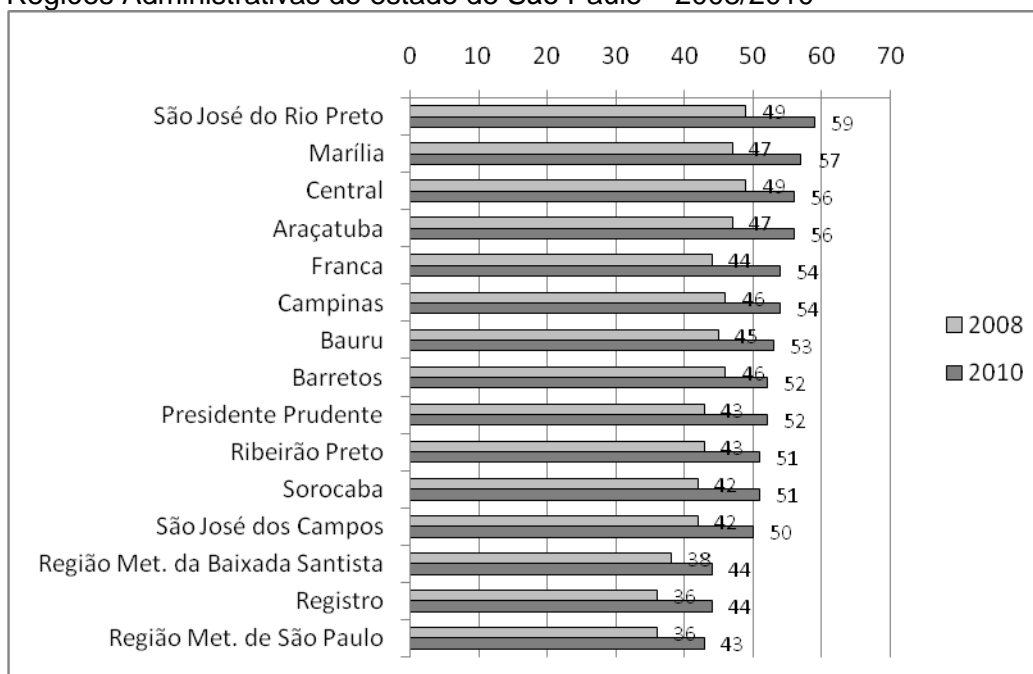
¹⁸ Variáveis que compõem esta dimensão no período entre 2008 e 2010: taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos; média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e; percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio.

Gráfico 12: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Longevidade – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 2008/2010



Fonte: Fundação Seade – Índice Paulista de Responsabilidade Social IPRS – 2008/2010. Elaboração e organização do autor.

Gráfico 13: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Escolaridade – Regiões Administrativas do estado de São Paulo – 2008/2010



Fonte: Fundação Seade – Índice Paulista de Responsabilidade Social IPRS – 2008/2010. Elaboração e organização do autor.

Nesse contexto de estagnação relativa das atividades produtivas na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, com ênfase para as atividades relacionadas ao setor industrial, caracterizando a região como uma das mais atrasadas do estado em termos de participação na produção de riqueza estadual, além de fatores logísticos, operacionais e organizacionais que dificultam o processo de desenvolvimento econômico, que a economia solidária é explicitada e analisada à luz das teorias delineadas no primeiro capítulo da tese. Dessa maneira, problematiza-se a existência dos empreendimentos econômicos solidários na região com relação à geração de trabalho e renda no contexto socioeconômico descrito acima e a prerrogativa de que os impactos da desestruturação do mercado de trabalho e do aumento dos índices de desemprego foram maiores na região metropolitana de São Paulo e não na 10ª Região Administrativa.

Desvendar as motivações da economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, explicitando seus interesses e posicionamentos ideológicos, portanto, torna-se latente e imprescindível, o que será realizado a partir da análise dos dados sobre os empreendimentos econômicos solidários na região, a seguir.

3.3. Economia solidária na 10ª Região Administrativa – caracterização e perfil dos empreendimentos econômicos solidários

No íterim da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, pelo governo federal, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a economia solidária apresentou uma pequena participação na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, nomeadamente entre os anos de 2001 e 2007, período de criação da maioria dos empreendimentos solidários na região, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1: 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: empreendimentos de economia solidária por município e por ano de criação

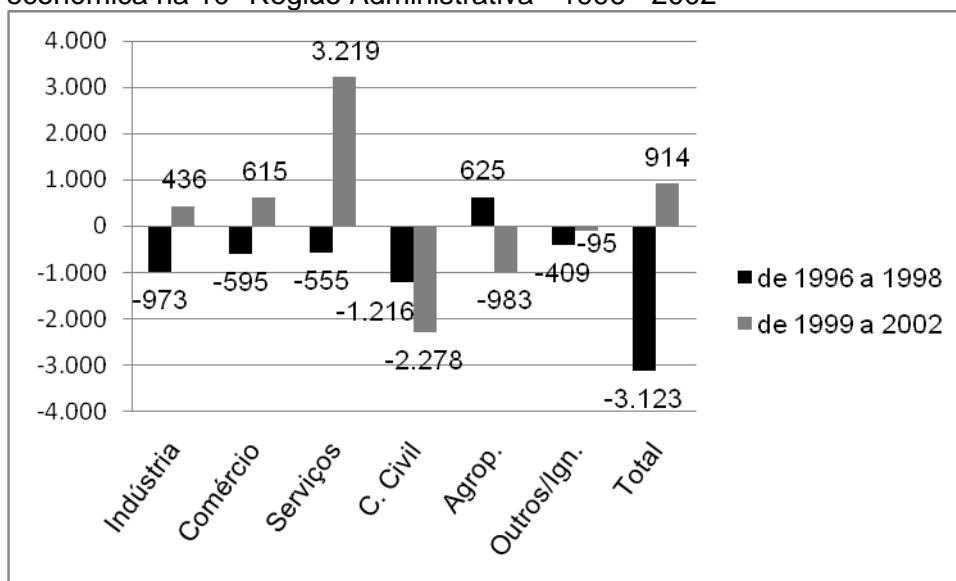
Municípios	Empreendimentos Solidários	Ano de criação
Pirapozinho	2	entre 2001 e 2007
Euclides da Cunha Paulista	4	entre 2001 e 2007
Mirante do Paranapanema	5	1991 (1) e entre 2001 e 2007 (4)
Presidente Bernardes	1	1991
Presidente Prudente	3	entre 2001 e 2007
Presidente Venceslau	4	entre 2001 e 2007
Rosana	5	1990 (1) e entre 2001 e 2007 (4)
Santo Anastácio	1	entre 2001 e 2007
Teodoro Sampaio	1	1991
Total	26	-

Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - 2012.

Elaboração e organização do autor.

O processo de criação dos empreendimentos econômicos solidários, fortemente concentrados entre os anos de 2001 e 2007, está inexoravelmente relacionado à estagnação econômica pela qual passou a região, representada pela redução das atividades industriais e pelas mudanças verificadas na base produtiva do campo no período analisado, tendo como resultante a desestruturação e a precarização do mercado de trabalho regional ou a estagnação na geração de empregos formais entre os anos de 1996 a 2002. Esse movimento negativo do emprego formal atingiu praticamente todos os setores de atividade econômica no período entre 1996 e 1998 e apresentou estagnação no período entre 1999 a 2002 (os estoques de empregos formais só apresentaram uma pequena recuperação a partir de meados do ano 2000). Nesse segundo período a reduzida geração de empregos formais não deu conta de absorver todos os trabalhadores desempregados do período anterior e nem incorporar os jovens que passaram a fazer parte da PEA, passando a buscar uma vaga no mercado de trabalho formal e aumentando substancialmente o exército industrial de reserva no período analisado (MELO, 2008).

Gráfico 14: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na 10ª Região Administrativa - 1996 - 2002



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 2002.
Elaboração e organização do autor.

Esse processo de precarização do mercado de trabalho regional, por sua vez, deve ser entendido também nos estertores das transformações estruturais do capital das últimas décadas, assentado na globalização/mundialização econômica e financeira, na adoção dos princípios neoliberais na economia nacional e na consolidação dos métodos e funcionalidades de um novo paradigma tecnológico, representado pela Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Como consequências desse movimento do capital rumo às novas formas de extração de mais-valia, produtividade e acumulação, através inexoravelmente da exploração intensiva da força de trabalho no interior do processo produtivo, o mundo do trabalho passou a ser atingindo radicalmente, engendrando a crise das condições e relações de trabalho no Brasil e no mundo.

Em outras palavras, como resultado do próprio processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo e seu movimento atual de reestruturação produtiva, econômica e financeira, entendido como um movimento de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, com todas as formas de precarização daí resultantes (reflexos das contradições engendradas ao longo do processo), em pouco mais de três décadas (a partir de 1970 a economia regional passou a apresentar reduções significativas na produção de riqueza), a 10ª Região Administrativa se caracterizou pelo processo de desestruturação do mercado de

trabalho formal no período, representado pelo elevado número de trabalhadores desempregados, pela instabilidade no emprego, pela precariedade das ocupações, dada pela associação brutal entre desemprego elevado e a informalidade do trabalho (o trabalho temporário e por tempo determinado e os “bicos”, tem sido uma marca inexorável dos trabalhadores desempregados, como forma de sobrevivência diante das dificuldades de inserção profissional) e pela alta rotatividade dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal (MELO, 2008).

Assim, conforme quadro 2, os empreendimentos econômicos solidários implementados na região foram resultado desse movimento desigual e contraditório do capital na escala global, nacional, estadual e regional, representado por reflexos negativos na economia regional até o início dos anos 2000, apresentando impactos negativos também em sua base produtiva e nas condições de empregabilidade dos trabalhadores. Conforme Castel (2009), colocando em termos críticos, as iniciativas solidárias foram implementadas em um momento de crise do emprego formal na região, devendo ser compreendidas somente nesta perspectiva social e não como uma alternativa ao próprio modo de produção capitalista (SINGER, 2006), como quer o conjunto de seus defensores e teóricos da economia solidária no Brasil.

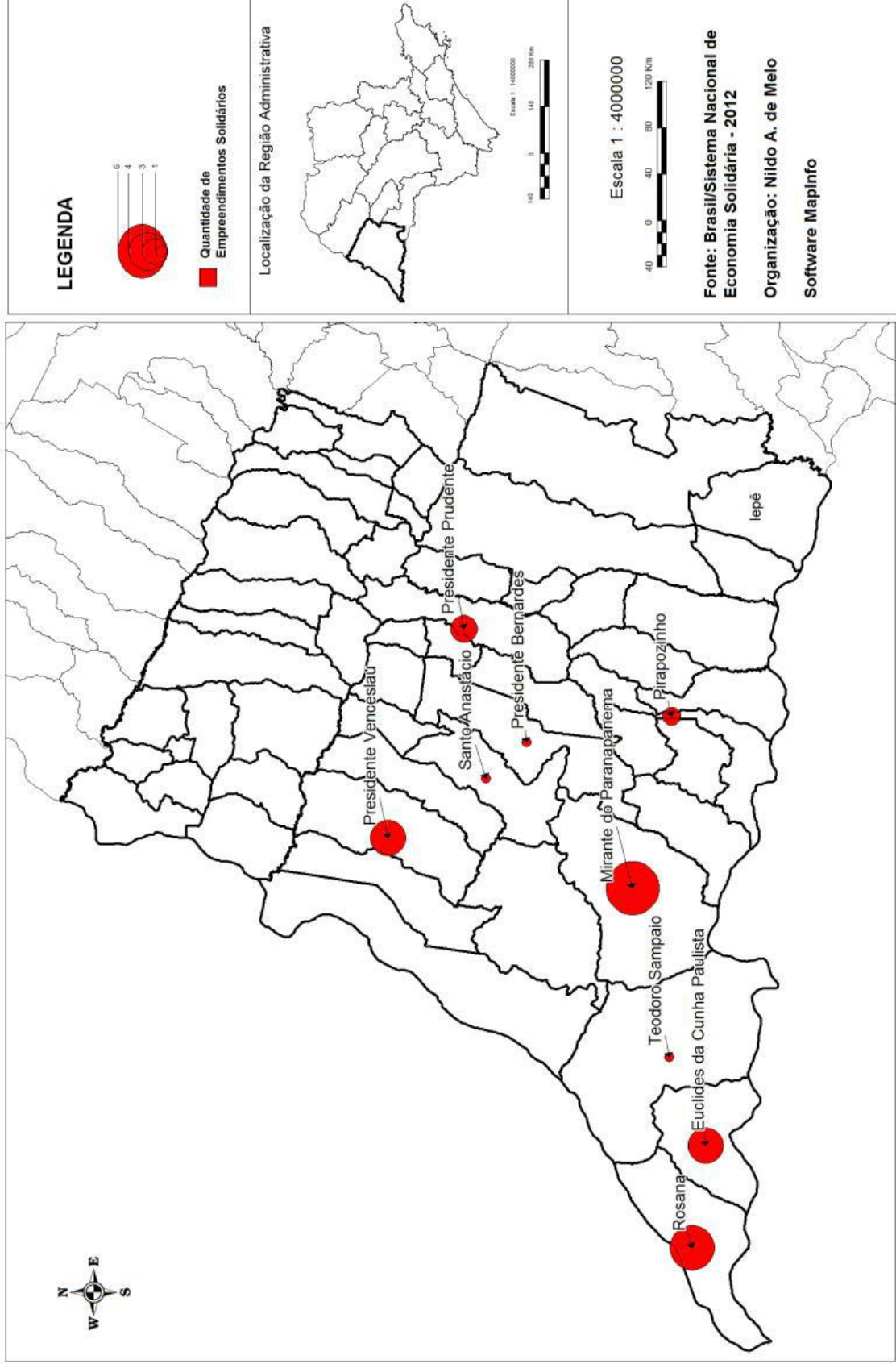
Ademais, os empreendimentos analisados não desenvolvem todos os princípios relacionados à economia solidária, principalmente a autogestão da produção e a distribuição igualitária dos rendimentos, apontando para a premissa de que as atividades solidárias investigadas na 10ª Região Administrativa devem ser consideradas não como organizações autogestionárias, como fazem Guimarães; Salomão (2006), mas sim, organizações com características autogestionárias, devido ao fato indubitável e inelutável da “impossibilidade de experiências autogeridas plenas no modo de produção capitalista” (GUIMARÃES; SALOMÃO, 2006, p. 138). Portanto, para a confirmação das hipóteses sobre a economia solidária regional, os empreendimentos solidários analisados serão considerados a partir de um conjunto de características autogestionárias, partindo-se da impossibilidade de considerá-los totalmente solidários ou autogeridos pelos trabalhadores, devido, inexoravelmente, às suas próprias características organizacionais, funcionais e associativas de cooperação entre os trabalhadores.

A participação da economia solidária na 10ª Região Administrativa, contudo tem se mostrado pouco significativa, apresentando poucos

empreendimentos econômicos solidários (perfazendo 26 iniciativas de solidariedade entre os trabalhadores) e abrangendo apenas nove municípios, dos cinquenta e três que compõem a Região (conforme pode ser observado no mapa a seguir), não obstante a grave crise do emprego formal verificado a partir da década de 1990, concomitante às transformações na base produtiva do campo¹⁹ e da redução das atividades industriais na produção de riqueza estadual e regional, como reflexos do processo de reestruturação capitalista no país, representada, sobretudo, pela abertura econômica e financeira e pela adoção de medidas neoliberais na economia nacional.

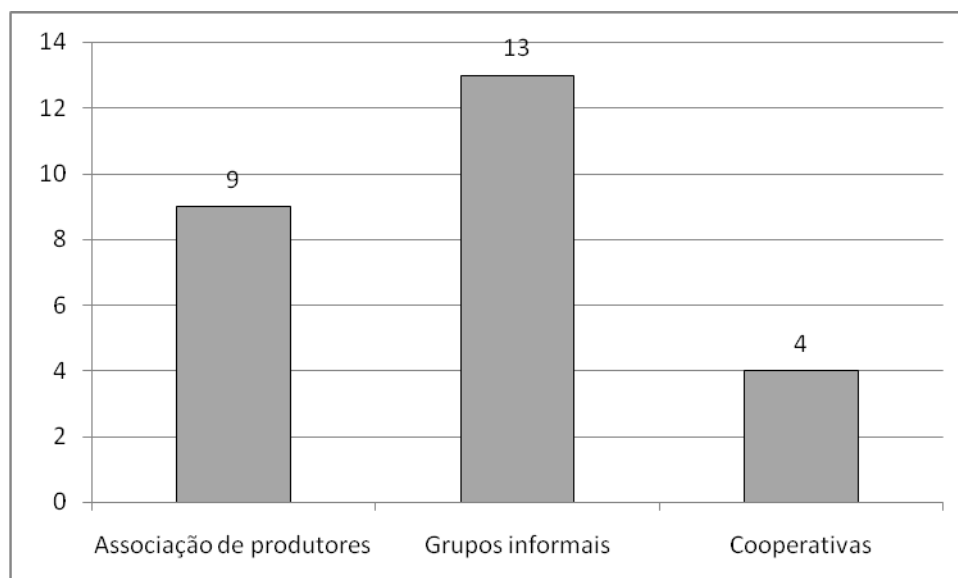
¹⁹ Os frigoríficos (associados a base técnica produtiva da pecuária no campo) exerceram um importante papel na geração de empregos formais e no processo de desenvolvimento econômico até a década de 1990, quando se observa uma nova mudança na base produtiva regional, expressa pelo advento e crescimento do agronegócio da cana-de-açúcar e pela decadência da pecuária de corte na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Mapa 5: Empreendimentos Econômicos Solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo - 2013



No que tange à organização interna desses empreendimentos e às formas de inserção institucional, nos marcos reguladores jurídicos, os mesmos são constituídos majoritariamente por grupos informais, perfazendo catorze empreendimentos ou aproximadamente 51,8% do total, seguidos das associações de produtores, com nove iniciativas ou 33,3% do total e as cooperativas de trabalhadores, que apresentam quatro organizações solidárias ou 14,9% do total de empreendimentos solidários na Região. As associações sobressaem-se nos assentamentos²⁰ de Reforma Agrária e de produção agrícola familiar, nos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Bernardes e de Rosana, enquanto os grupos informais estão presentes em praticamente todos os municípios, devido às facilidades de organização e inserção comunitária, advindas da não exigência de registro legal e de formalização junto aos órgãos reguladores locais, estaduais ou federais.

Gráfico 15: Tipo e classificação dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo - 2012



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2012 – Entrevistas de Campo – Outubro/Novembro de 2011.

Elaboração e organização do autor

²⁰ Assentamentos resultantes dos conflitos pela posse da terra na região, perfazendo um total de 110 projetos de Reforma Agrária e aproximadamente 6.248 famílias assentadas (DATALUTA, 2013), além de inúmeros movimentos sociais que lutam contra o latifúndio e pela distribuição de terra ((FERNANDES, 2000), decorrência do histórico de ocupação e concentração fundiária na região, caracterizados pelos grilos e pelas falsificações de títulos de propriedade e da forma violenta e predatória de expropriação de imensas áreas desde meados do século XIX (LEITE, 1998).

Torna-se de fundamental importância sublinhar que as associações de produtores apresentaram um crescimento significativo nos últimos anos, associadas à implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo governo federal, através da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, através do artigo 19, tendo como exigência legal para o fornecimento de alimentos às entidades que atendem populações em situações de insegurança alimentar ou em estado de vulnerabilidade social, a constituição e formalização de associações²¹ de agricultores familiares. Em contrapartida, observa-se a estabilização da participação dos grupos informais e das cooperativas de trabalhadores, sendo que muitas delas encerraram suas atividades parcial ou totalmente, devido à ausência de incentivos fiscais e creditícios ou à concorrência com produtos e mercadorias mais baratas e com maior competitividade no mercado (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO 2011).

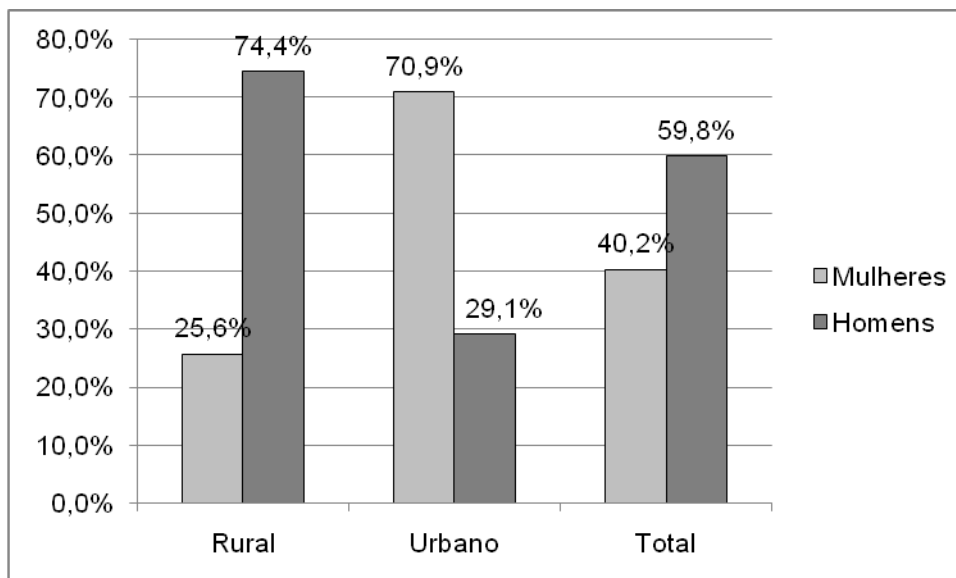
Com relação à distribuição territorial dos empreendimentos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, observa-se a caracterização da economia solidária essencialmente concentrada nas áreas rurais dos municípios, representando 74% dos empreendimentos, enquanto as iniciativas urbanas perfazem apenas 26% do total dos projetos de economia solidária na região. A maioria dos empreendimentos solidários rurais é formada por associações de produtores rurais familiares e está concentrada nos assentamentos de reforma agrária dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau e Rosana. Já os empreendimentos caracteristicamente urbanos se concentram nos municípios de Santo Anastácio, Presidente Prudente e Teodoro Sampaio.

A participação por gênero nesses empreendimentos é caracterizada pela presença majoritária de homens, conformando 332 participantes e representando 59,8% do total, enquanto as mulheres apresentam 223 participantes ou 40,2% do total. A maioria de participantes do gênero masculino é encontrada nos empreendimentos rurais (74,4% do total rural) e o gênero feminino, concentra-se nas

²¹Nos municípios de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana há um número relativamente grande de associações, formadas entre o final de 2010 e o início de 2011, aguardando o parecer jurídico do Ministério do Trabalho e Emprego para que possam fornecer alimentos para o PAA. No entanto, as mesmas ainda não podem ser consideradas associações da economia solidária, pois não entraram em funcionamento pleno e não fornecem para as entidades assistenciais da região, através do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO 2011).

iniciativas urbanas (70,9% do total urbano), conforme gráfico a seguir (BRASIL/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SIES, 2012 – ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Gráfico 16: 10ª Região Administrativa - participação por gênero nos empreendimentos econômicos solidários - 2012



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2012 – Entrevistas de Campo – Outubro/Novembro de 2011.
Elaboração e organização do autor

No que tange à escala de abrangência da economia solidária nos municípios da 10ª Região Administrativa, observa-se que os produtos e serviços solidários são comercializados ou trocados nos espaços locais e/ou comunitários e na escala do próprio município, nomeadamente no caso das associações de produtores familiares dos assentamentos de reforma agrária, em que os produtos são fornecidos para entidades de apoio às famílias em situação de insegurança alimentar no espaço local e municipal.

Alguns empreendedores solidários expõem seus produtos em feiras estaduais e nacionais, de forma esporádica, em períodos curtos e pré-determinados, como nos casos das associações e grupos informais artesanais de Presidente Prudente, Santo Anastácio e de Porto Primavera (Distrito de Rosana). Em Presidente Prudente, a cooperativa de couro e de artesanato, formada por ex-alunos do curso de bordado industrial, mantido pela Prefeitura Municipal em parceria com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), expõe seus produtos em uma feira nacional em Brasília uma vez por ano, porém, a maior parte dos negócios é realizada nos

espaços locais e comunitários de atuação dos cooperados (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO 2011).

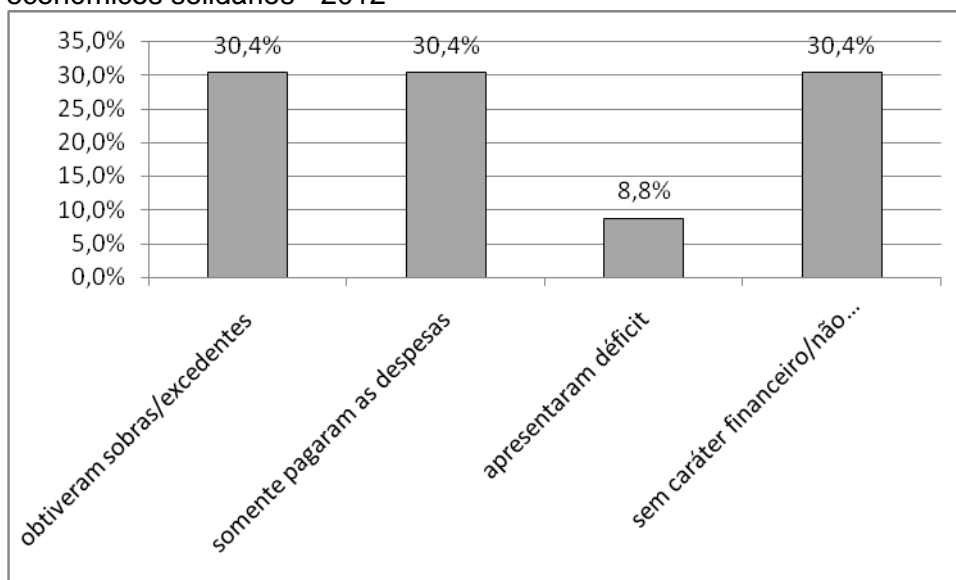
Paradoxalmente os espaços de distribuição ou prestação de serviços estão situados na escala local, comunitária ou municipal, enquanto os financiamentos dos empreendimentos econômicos solidários de base estritamente rural advêm da escala de governo nacional, apontando para a problemática do atrelamento dos princípios solidários com o desenvolvimento local. Esse tipo de desenvolvimento atinge somente o nível de sobrevivência familiar e fica restrito às associações que fornecem para as entidades assistenciais, enquanto os demais empreendimentos urbanos, sem financiamento público, passam por dificuldades de funcionamento e inserção no mercado, sendo que alguns deles até mesmo encerraram suas atividades pela ausência de apoio público seja federal, estadual ou municipal.

Esse é o caso da Cooperativa de Ajuda Mútua de Pirapozinho (da área de reciclagem de resíduos sólidos) e da Cooperativa dos Trabalhadores da Costura Bel-Mar de Presidente Venceslau, que encerraram suas atividades solidárias por não contar com estímulos e financiamentos públicos municipais, estaduais e federais, apontando para o fato de que o desenvolvimento fundamentado nas potencialidades locais necessita inexoravelmente de outras escalas geográficas, explicitando sua interdependência e articulação funcional, organizativa e operacional com os espaços econômicos estaduais, nacionais e globais para sua sobrevivência dentro dos cânones da economia solidária, quiçá até mesmo a subordinação direta a essas escalas geográficas de intermediação e de investimentos diretos nos empreendimentos.

No que diz respeito à manutenção e aos resultados financeiros obtidos com a venda/troca dos produtos e serviços, essencialmente realizados nos espaços locais/comunitários e municipais, os empreendimentos solidários apresentaram as seguintes características organizacionais, financeiras e administrativas: 30,4% conseguiram pagar as despesas e obter alguma sobra ou conseguiram somente pagar as despesas e, o mesmo percentual, não declarou fins lucrativos em suas atividades econômicas. Somente 8,8% dos empreendimentos declararam que os recursos financeiros não deram para pagar as despesas, apresentando-se como iniciativas solidárias deficitárias, sendo esses dados informados no gráfico a seguir (BRASIL/MINISTÉRIO DO TRABALHO E

EMPREGO/SIES, 2012 – ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Gráfico 17: 10ª Região Administrativa - Resultados financeiros nos empreendimentos econômicos solidários - 2012



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2012 – Entrevistas de Campo – Outubro/Novembro de 2011.
Elaboração e organização do autor

A situação da sede ou local de funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários aponta para a ausência de um lugar para as reuniões do grupo ou para a operacionalização das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores associados ou cooperados. Dos 26 empreendimentos solidários analisados, somente 06 deles possuem sede própria para as reuniões dos trabalhadores, sendo que a grande maioria funciona de forma precária, com as reuniões sendo realizadas na residência de algum trabalhador ou na casa do presidente da associação, no barracão onde são guardados os equipamentos de produção ou ainda em locais cedidos ou emprestados para a operacionalização das atividades dos empreendimentos econômicos solidários.

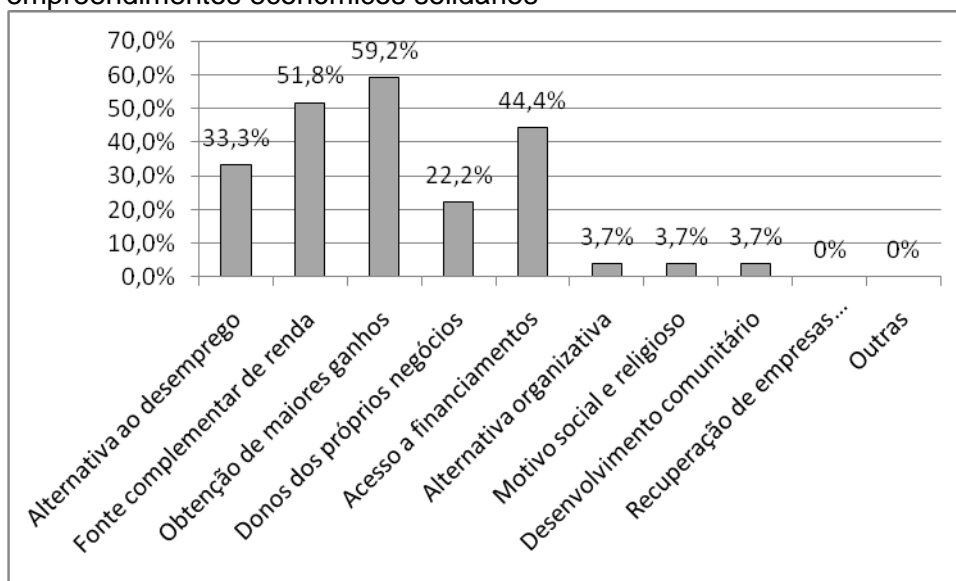
A existência de sede ou local de funcionamento próprio é mais comum nos empreendimentos urbanos (Santo Anastácio, Presidente Prudente, Teodoro Sampaio, Presidente Venceslau e o Distrito de Porto Primavera), sendo precário ou inexistente nos empreendimentos solidários das associações de produtores rurais familiares dos assentamentos de reforma agrária.

No que reporta às atividades coletivas desenvolvidas pelos trabalhadores, o uso comum de equipamentos (implementos agrícolas, tratores, ferramentas, maquinários em geral, entre outros) e as compras coletivas de insumos, matérias-primas, adubos, defensivos agrícolas, etc., permeia todos os empreendimentos econômicos solidários analisados. Em contrapartida, a produção é realizada individualmente pelos associados, com ênfase para o caso das associações dos assentamentos de reforma agrária, o que torna esses empreendimentos caracteristicamente pragmáticos, distantes da associação como forma de organização social e econômica alternativa ou superior aos ditames das regras capitalistas de funcionamento da economia.

Em consonância com essa informação, a motivação para a criação dos empreendimentos solidários nos municípios da 10ª Região Administrativa apresenta características diversas e heterogêneas na gênese da associação ou cooperação entre os trabalhadores. Assim, a alternativa ao desemprego está presente em 33,3% das respostas dos trabalhadores associados, a solidariedade como forma complementar de renda representa 51,8% dos empreendedores e a possibilidade de obtenção de maiores ganhos através da cooperação, aparece em 59,2% dos empreendimentos. Já a gestão coletiva dos negócios, através da propriedade comum dos meios de produção representa 22,2%, a possibilidade de melhores condições para o acesso a crédito e financiamento público, representa 44,4% e a alternativa organizativa, motivação social e religiosa e a cooperação para o desenvolvimento comunitário foram citadas por apenas 3,7% dos empreendedores de economia solidária.

Dessas perspectivas de criação dos empreendimentos solidários as possibilidades de obtenção de maiores ganhos, através da configuração de empreendimentos onde todos são donos e do acesso aos financiamentos públicos, destacando-se ainda a possibilidade de complementação de renda, permeiam praticamente todos os empreendimentos, sendo mais explícito para o caso das associações de produtores dos assentamentos da reforma agrária, conforme dados do gráfico a seguir (BRASIL/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SIES, 2012 – ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Gráfico 18: 10ª Região Administrativa - motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários



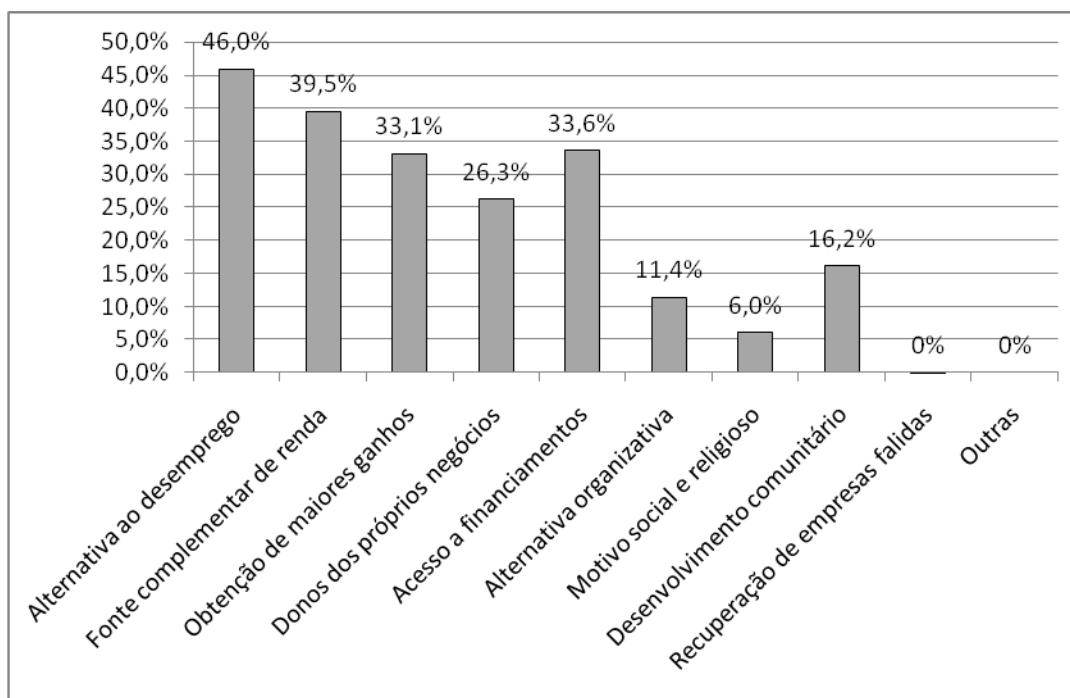
Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2012 – Entrevistas de Campo – Outubro/Novembro de 2011.

Elaboração e organização do autor

Essas informações apontam inexoravelmente que a motivação para o estabelecimento dos empreendimentos solidários nos municípios pesquisados, ocorre invariavelmente como forma de complementação de renda ou obtenção de maiores ganhos, através da formação e organização de associações de produtores rurais familiares, a partir das quais o acesso ao financiamento oficial, por meio do PAA, leva à participação em um mercado cativo, onde a renda é certa e permanente, bastando apenas a produção e a entrega dos alimentos às entidades assistenciais locais, comunitárias ou municipais.

Observa-se uma diferenciação com relação aos empreendimentos econômicos da Região Nordeste do país, onde a alternativa ao desemprego aparece associada à complementação de renda, as possibilidades de maiores ganhos financeiros e ao acesso aos financiamentos públicos de apoio e fomento a solidariedade entre os trabalhadores, com base nas informações constantes no gráfico 19, apresentado na sequência.

Gráfico 19: Região Nordeste - Motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários

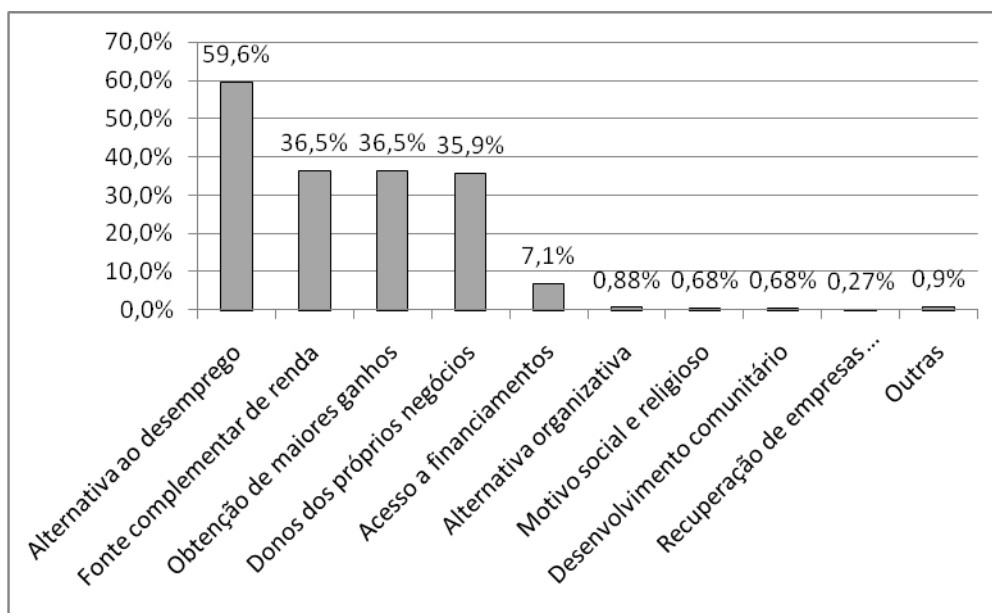


Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2012 – Entrevistas de Campo – Outubro/Novembro de 2011.

Elaboração e organização do autor

Também se constata uma diferenciação no que diz respeito aos empreendimentos econômicos solidários localizados na Região Metropolitana de São Paulo, onde os mesmos foram criados majoritariamente como alternativas ao desemprego, resultado dos impactos do movimento de reestruturação capitalista dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Essa variável corresponde à aproximadamente 59,6% dos empreendimentos, tendo articulação secundária com a fonte complementar de renda, às possibilidades de maiores ganhos financeiros e a configuração de grupos, associações ou cooperativas, onde todos são donos dos empreendimentos, conforme pode ser constatado no gráfico 20 da próxima página.

Gráfico 20: Região Metropolitana de São Paulo - motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/SIES, 2012 – Entrevistas de Campo – Outubro/Novembro de 2011.

Elaboração e organização do autor

A partir dessas constatações e comparações com outras realidades regionais, questiona-se os reais motivos de existência da economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, respondendo a primeira problematização sobre o objeto de pesquisa. Se os empreendimentos econômicos solidários foram configurados para a complementação de renda e para a obtenção de maiores ganhos financeiros, através invariavelmente dos financiamentos públicos federais, em contraste a alternativa ao desemprego e a quase inexistência de financiamento para os empreendedores urbanos, a economia solidária regional funciona como um instrumento de recolocação no circuito produtivo dos excluídos do mercado de trabalho e dos trabalhadores subordinados diretamente ao movimento atual do capital no que tange ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas, desempenhando uma função diferente da preconizada pelos teóricos da solidariedade entre os trabalhadores associados ou cooperados.

Conseqüentemente esse tipo de motivação para a formação dos empreendimentos econômicos solidários leva a uma baixa participação dos trabalhadores nas reuniões, deliberações e decisões do grupo em torno do uso comum dos equipamentos, das compras coletivas ou da forma de fornecimento dos produtos ou da prestação de serviços pelos trabalhadores. Na maioria dos

empreendimentos a participação coletiva dos trabalhadores gira em torno de 30% dos associados, nomeadamente nas associações de produtores rurais dos assentamentos de reforma agrária. A participação expressiva nas decisões do grupo é maior nos empreendimentos urbanos, onde o próprio local de trabalho serve como lugar para as reuniões e deliberações coletivas, como no caso dos empreendimentos de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio e Porto Primavera, Distrito do município de Rosana.

Quando se considera que quase metade dos empreendedores associados apenas paga as contas ou está em situação deficitária, conclui-se que a economia solidária na região caracteriza-se como um movimento residual e complementar às formas dominantes de produção e circulação de mercadorias, tipicamente capitalistas, em contraposição às formas de organização solidárias caracterizadas como alternativas ao desemprego ou pelo desenvolvimento comunitário, social e religioso (3,7% de motivação para a criação do empreendimento solidário).

Vale sublinhar que em muitos empreendimentos econômicos solidários, os trabalhadores precisam se assalariar formalmente para complementar a renda e garantir a sobrevivência individual e familiar, num contexto de insuficiência dos financiamentos públicos e de impossibilidade de produção contínua e permanente, devido aos aspectos organizacionais, operacionais e técnicos de produção e distribuição das mercadorias desses empreendimentos.

Dito e posto de outra forma, as necessidades de inserção na lógica do mercado e a dependência do financiamento oficial, caracterizando um mercado cativo para os associados, além do interesse econômico e financeiro, típicos da sociedade capitalista concorrencial, levam os trabalhadores a praticarem a economia solidária não como alternativa ao desemprego ou como uma nova forma de organização social. Pelo contrário, o associativismo solidário é realizado de forma pragmática, sem intenções comunitárias, sociais ou religiosas, mas sim, como forma complementar de renda ou de obtenção de maiores ganhos financeiros com as atividades pretensamente solidárias.

No que tange às dificuldades encontradas pelos trabalhadores solidários, o acesso às linhas de crédito, infraestruturas para o escoamento da produção, acesso à água e à irrigação coletiva, construção de sede própria, assistência técnica e dificuldades de ampliar e comercializar a produção é comum

aos empreendedores dos assentamentos da reforma agrária. As dificuldades de acesso a linhas de créditos oficiais, juros subsidiados, mercados cativos para os produtos ou serviços e ampliação da escala de abrangência e participação, permeiam os empreendimentos econômicos solidários tipicamente urbanos, localizados nos municípios de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Rosana e Teodoro Sampaio, conforme declarações dos próprios trabalhadores nas entrevistas realizadas nos trabalho de campo.

Essas reflexões apontam indubitavelmente para a compreensão de que a economia solidária não age nas interfaces do mercado e do Estado ou nas lacunas deixadas pelo modo capitalista de produção, sendo uma alternativa a este e às formas perversas de precarização e exclusão do mercado de trabalho formal (SINGER, 2006), mas, contraditoriamente, os empreendedores solidários agem dentro da lógica do mercado e das regras monetárias dominantes na economia capitalista (QUIJANO, 2002), tendo configurado um mercado cativo para seus produtos, sem o qual os mesmos não conseguem sobreviver e acabam sendo desativados parcial ou totalmente, como no caso de um número relativamente significativo de empreendimentos solidários urbanos da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo que sucumbiram diante da concorrência com outros produtores e prestadores de serviços, diante da ausência de proteção estatal para suas atividades e do estabelecimento de mercados cativos para seus produtos.

3.4. Evolução e criação de empreendimentos com características solidárias na 10ª Região Administrativa

Entre os anos de 2010 e 2011, observou-se a formação de várias associações de agricultores familiares da reforma agrária, com o objetivo de fornecer alimentos para as entidades sociais locais, comunitárias ou municipais, através da participação no PAA. Entre essas associações, a maior parte se concentra nos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana, conforme quadro a seguir, com os dados sobre a evolução dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo nos três últimos anos²².

²² Na página virtual do MTE e do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária esses empreendimentos aparecem como cadastrados, mas aguardando reconhecimento legal para o enquadramento nos princípios da Economia Solidária, o que será efetivado somente após o segundo mapeamento oficial desses empreendimentos no Brasil. No entanto, as instituições regionais

Quadro 2: 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: evolução dos Empreendimentos Solidários entre os anos de 2010 e 2012

Municípios	Empreendimentos Solidários	Ano de criação/reorganização
Marabá Paulista	1	2010/2011
Euclides da Cunha Paulista	6	2010/2011
Mirante do Paranapanema	24	2010/2011
Dracena	1	2010/2011
Rancharia	1	2010/2011
Rosana	8	2010/2011
Teodoro Sampaio	2	2010/2011
Adamantina	3	2010/2011
Oswaldo Cruz	1	2010/2011
Paulicéia	1	2010/2011
Iepê	1	2010/2011
Total – 2010/2011	50	-
Total Geral dos Empreendimentos na Região	76	-

Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - 2012. Elaboração e organização do autor.

Da mesma forma, foram criadas associações de produtores rurais em Presidente Prudente (sendo uma originária de projeto de reforma agrária) e em Marabá Paulista. Também se verificou a criação de associações de trabalhadores em artesanato nos municípios de Dracena e Teodoro Sampaio, apontando para a evolução dos empreendimentos com características solidárias na região nos últimos anos, principalmente para a participação no Programa de Aquisição de Alimentos, do governo federal, como demonstram as associações de produtores rurais familiares da Reforma Agrária nos municípios da região.

A explicação para o aumento e expansão da economia solidária na região nos últimos anos está na ampliação e expansão do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, explicitando que o desenvolvimento local só é possível com essa articulação funcional e pragmática com outras escalas de financiamento e investimentos a partir de políticas públicas, da configuração de mercados cativos, de preços subsidiados advindos da esfera federal de governo e a necessidade inofismável de ampliação da produção e fornecimento para escalas geográficas mais amplas como forma de sobrevivência dos trabalhadores associados solidariamente na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Dito e posto de outra forma, somente o desenvolvimento local não basta, como atesta o fato de que a metade dos empreendedores solidários somente

visitadas nos trabalhos de campo (Itesp, Sebrae, entre outros), informaram que vários desses empreendimentos já estão operando, daí a inclusão dos mesmos na pesquisa de doutorado.

consegue pagar as contas ou está em situação deficitária. Vale ressaltar também que vários trabalhadores das associações precisam se assalariar nas usinas de cana-de-açúcar da região para sobreviver diante da exclusão social advinda do movimento de aceleração do desenvolvimento das forças produtivas das últimas décadas.

3.5. Considerações Finais ao Capítulo 3

A caracterização quantitativa dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo apontou para o aspecto residual e complementar dos mesmos à lógica capitalista dominante, apresentando reduzida participação e abrangência apenas local e comunitária das atividades solidárias. A análise qualitativa dessas atividades por município e por empreendimento possibilitará a confirmação da hipótese das características apenas pontuais dos mesmos, não tendo o poder de se generalizar para a toda a economia e nem desencadear o processo de desenvolvimento econômico na região analisada.

Da mesma forma, a economia solidária será analisada nos seus aspectos organizacionais, operacionais e técnicos de funcionamento, bem como suas relações com as políticas públicas e com as regras concorrenciais do mercado capitalista regional e até mesmo interestadual nos últimos anos. Todas essas reflexões e análises serão apreendidas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

ECONOMIA SOLIDÁRIA REGIONAL: PARA ALÉM DO DISCURSO, AS POSSIBILIDADES, AS LIMITAÇÕES E AS CONTRADIÇÕES DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

“Mas o sistema cooperativista, limitado às formas elementares que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder do Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios trabalhadores”

Karl Marx “O Capital: crítica da economia política”

Os empreendimentos econômicos com características solidárias apresentam-se como um fenômeno pouco significativo, abrangendo poucos municípios da 10ª Região Administrativa e configurando algumas formas associativas, cooperativas e de grupos informais nos mais diversos ramos de produção e de prestação de serviços. A abrangência das iniciativas solidárias fica relegada a apenas alguns municípios da Região de Governo de Presidente Prudente e fortemente concentrada nos assentamentos de Reforma Agrária, por meio da presença das associações de produtores rurais familiares que fornecem alimentos para entidades assistenciais, através do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Governo Federal.

Para os propósitos deste trabalho, segue uma análise qualitativa dos empreendimentos solidários por município, destacando-se o grau de abrangência dos mesmos, as formas organizacionais e as características solidárias desenvolvidas, como forma de reflexão dos impactos da economia solidária na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico.

4.1. Os empreendimentos econômicos solidários em Presidente Prudente

Em Presidente Prudente constata-se a existência de três empreendimentos solidários, nas áreas de artesanato, de coleta e reciclagem de resíduos sólidos e de produtos derivados do couro, conforme dados secundários do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, apresentados no site do Ministério do Trabalho e Emprego e de pesquisa de campo realizada nos meses de outubro e novembro de 2011.

No que tange ao empreendimento econômico solidário dos trabalhadores em artesanato de Presidente Prudente, observou-se a existência da associação desde 2003, com a participação de seis trabalhadores no processo de produção de mercadorias derivadas do bordado, do crochê e tricô, da pintura e do tear manual.

A associação sempre funcionou de forma precária, com os trabalhadores produzindo individualmente em suas próprias residências e com maquinário próprio, sem a compra e a venda coletiva das matérias-primas e das mercadorias, constatando-se ainda a inexistência da própria legalização da associação. Portanto, a união dos trabalhadores artesãos não pode ser caracterizada plenamente como solidária ou cooperativa, mas como uma organização com características solidárias e de autogestão, ocorrendo mesmo um esvaziamento nos últimos anos, por falta de apoio técnico e financeiro para a formalização do empreendimento e para o aumento da produção e venda dos produtos, tanto na escala local, quanto na escala regional e estadual (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A participação no empreendimento se restringe atualmente somente à presidente da cooperativa, porém, a produção é realizada nos finais de semana ou nos feriados, pois a mesma possui um emprego formal e a economia solidária funciona como uma forma de complementação de renda ou de obtenção de maiores ganhos financeiros. Isso representa a extensão da jornada e a exploração do trabalho, pois o trabalhador necessita complementar a renda de forma precária e atípica, sendo que o emprego formal não é suficiente para gerar um rendimento que possibilite a reprodução da força de trabalho de forma digna, apontando para um retorno da exploração do trabalho através do aumento constante da jornada em detrimento da redução da parte variável do capital, conforme destacou Marx (1988)

Em síntese, o empreendimento funciona de forma complementar a economia dominante e o emprego formal acaba representando a principal fonte de rendimento, sendo a economia solidária, neste caso, apenas um resíduo ou um apêndice social do modo capitalista de produção e sua forma fundamental de existência, ou seja, o assalariamento formal e a exploração do trabalho como meio de extração de mais-valia relativa para o processo ampliado de reprodução de capital.

Com relação aos empreendedores dos produtos derivados do couro, trabalham como cooperados 62 trabalhadores, sendo 38 mulheres e 24 homens, originários da escola de curtimento de couro de Presidente Prudente e apoiados pelo Rotary Club local. Os cooperados têm baixa escolaridade (ensino fundamental completo) e produzem carteiras, selas, sandálias, rasteirinhas e bolsas (as bolsas

são produzidas em grande parte por mulheres cooperadas, representando 80% da produção das mesmas).

O empreendimento não possui sede própria e nem financiamento dos órgãos públicos, sendo apoiado tecnicamente e financeiramente pelo Rotary Club local, que paga os custos de um barracão para guardar os equipamentos e maquinários de uso coletivo, servindo também de local para as reuniões mensais dos cooperados. A matéria-prima é fornecida por um curtume local e a produção é individual, sendo realizada manualmente pelos cooperados em suas residências.

A participação nas reuniões mensais é baixa (em torno de 25% dos cooperados participam das decisões) e a renda auferida é próxima do salário mínimo paulista²³. Portanto, a autogestão da produção, venda e divisão dos resultados financeiros da cooperativa é parcial, não havendo uma plena participação nas decisões e deliberações do grupo. Trata-se, por um lado, pois de características autogestionárias apenas e não de formas plenas e permanentes de autogestão e de decisões democráticas e participativas de economia solidária (GUIMARÃES; SALOMÃO, 2006).

Por outro lado, segundo observações de Benini (2003), devido à cultura dominante e hegemônica, que conforma nas pessoas a dependência e a subordinação a superiores, além da naturalização do ato de receber e executar ordens em processos de produção tipicamente capitalistas, a negação de participação nos atos decisórios pelos próprios empreendedores solidários, advindos da dificuldade de incorporar princípios de autogestão, leva à reprodução social na perspectiva da heterogestão, conformando a volta ou a permanência da figura do “coordenador” no lugar do “patrão” ou do “chefe” típicos da produção controlada e vigiada do modo de produção capitalista, que tem no controle dos movimentos dos trabalhadores e da regulação social fordista/taylorista seu maior instrumento de dominação ideológica (BRAVERMAN, 1987).

Não participar das decisões do grupo representa a deliberação de domínio e controle para uma figura central, que acaba por substituir, conscientemente ou indiretamente, o papel do chefe de seção ou do gerente de produção, sem as devidas atribuições autoritárias e compulsórias que os mesmos

²³ Em 2012, o salário mínimo paulista era de R\$ 690,00, passando para R\$ 755,00 mensais a partir de março de 2013.

desenvolvem em uma empresa tipicamente capitalista, mas apontando na mesma direção e com as mesmas características da heterogestão capitalista.

A venda da produção, por sua vez é local e totalmente dependente da Fundação Banco do Brasil (FBB), que compra as mercadorias e garante o mercado para os cooperados. A única forma de venda nacional é a participação anual em uma feira de artesanato em Brasília, que é financiada pela fundação ligada ao órgão público federal (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Assim sendo, a solidariedade entre os membros da cooperativa é baixa nas reuniões e decisões coletivas, ocorrendo a participação somente como forma de garantir a venda dos produtos em um mercado cativo ou a exposição em uma escala maior de abrangência, mesmo sendo uma única vez por ano. Nota-se a falta de união para o aumento da produção e das vendas, ausência de sede própria para o funcionamento da cooperativa e financiamentos públicos para a venda dos produtos em escalas geográficas mais amplas, o que aumentaria a renda dos cooperados, a inserção no mercado consumidor e facilitaria no enfrentamento mais efetivo com os produtos chineses, que são os maiores concorrentes dos produtos da cooperativa (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A cooperação, um dos pilares estruturantes das práticas solidárias, definida pelo estabelecimento de objetivos comuns na produção coletiva, na partilha igualitária e justa dos rendimentos, na união dos esforços produtivos e na propriedade coletiva dos meios de produção, fica restrita somente ao uso coletivo dos equipamentos de produção, sem a determinação coletiva e democrática das estratégias de produção e comercialização e a divisão igualitária dos rendimentos obtidos com a venda dos produtos. Por conseguinte, faz-se necessário ressaltar os aspectos pragmáticos do empreendimento solidário, voltado mais para a necessidade de sobrevivência e geração de renda do que necessariamente de estruturação de outros valores, pretensamente superiores de produção e comercialização de produtos para além da lógica de acumulação de capital, hegemônica nas relações econômicas e sociais no mundo contemporâneo.

Por fim, a cooperativa de produtos recicláveis funciona desde 2002 e se caracteriza pela participação de 44 trabalhadores, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 560,00 e vendem sua produção apenas no mercado local. A escolaridade é baixa (ensino fundamental incompleto) e a jornada

de trabalho é de aproximadamente oito horas diárias, com exceção dos sábados e feriados em que a jornada é de quatro horas de trabalho.

Na cooperativa as decisões são coletivas e o resultado financeiro da produção é dividido igualmente entre os membros, que tem voz e voto com o mesmo peso nas reuniões mensais do empreendimento. A participação resulta das dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho ou como outra opção de renda, com a maioria dos trabalhadores sendo originários do “lixão”, onde as condições de trabalho eram precárias e desumanas.

Os cooperados recebem apoio de diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, entre elas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (financiamento de caminhões para a coleta, trituradores de papel, esteira para a seleção e separação dos materiais, entre outros equipamentos), Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e UNESP (Universidade Estadual Paulista), que elaboram os projetos para a concessão de créditos e financiamentos públicos, a Igreja Católica e o Rotary Club local (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Conquanto a solidariedade entre os membros, a cooperação na produção, na venda e na divisão dos resultados financeiros e a democracia nas decisões, em torno de 10% dos cooperados não permanecem no empreendimento, pela não concordância com a renda auferida e com a divisão dos resultados obtidos através da venda dos materiais recicláveis. Ademais, o empreendimento depende do Estado para continuar funcionando, da assistência social para a obtenção de apoio, de instituições públicas e privadas de ensino superior e de campanhas de conscientização da população na separação do lixo doméstico para a coleta seletiva dos materiais para a reciclagem.

Essas informações contrariam a prerrogativa de que a economia solidária funciona nas interfaces deixadas pela ação do Estado e pela lógica perversa do mercado, como advogam seus teóricos, entre eles Paul Singer (2006). Pelo contrário, mesmo em um empreendimento em que as características solidárias são mais significativas, a dependência de investimentos e financiamentos públicos é explícita, assim como a necessidade de um mercado local para os produtos advindos da reciclagem no município.

Mesmo apelando para a configuração de um ambiente ecologicamente sustentável (SACHS, 1993), através da destinação correta dos

resíduos sólidos, o empreendimento solidário depende de um mercado para esses produtos, sendo que nem todos os materiais encontram compradores e os produtos originados da reciclagem dependem da lógica do mercado, isto é, os preços são ditados pelas empresas consumidoras e os materiais que são aceitos também passam pelo crivo do mercado, de acordo com a oscilação de preços ou da possibilidade de maiores ganhos com a transformação dos mesmos em novos produtos.

Como exemplo do exposto, pode-se destacar a variação mensal do preço pago aos derivados do plástico, como no caso das garrafas de refrigerante *pet*, que apresentam forte oscilação durante o ano e os materiais originários do vidro, que não encontram mercado consumidor em praticamente quase todo o ano, não sendo economicamente viável para os cooperados sua coleta, separação e venda às empresas recicladoras do município e da região de Presidente Prudente ((ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Na mesma linha de raciocínio, essas afirmações estão de acordo com as observações realizadas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável no capítulo 1 da tese, em que foi delimitada a necessidade de apreensão dos problemas ambientais de acordo com as reais situações do meio ambiente, não baseada em mitos e em falsas reflexões sobre as necessidades prementes de conservação dos recursos naturais e de preservação do ambiente ecológico em bases sustentáveis (LOMBORG, 2002) ou da limitação do desenvolvimento econômico, através da supervalorização do meio ambiente em contraposição aos princípios de crescimento econômico e redução das desigualdades sociais, impostas pelos atuais países desenvolvidos como uma nova agenda de desenvolvimento agora considerado sustentável (CHANG, 2004).

Da mesma forma, a reciclagem e a preocupação com o meio ambiente, obstruem a necessidade de se repensar o desenvolvimento econômico em outras bases, como forma de reinserir esses trabalhadores na sociedade, através de políticas públicas de educação, saúde, seguridade social, emprego assalariado, entre outros instrumentos de desencadeamento do desenvolvimento econômico nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Logo, a reciclagem de resíduos sólidos é tão somente um instrumento de resgate social dos trabalhadores excluídos ou vulneráveis

socialmente, através do reaproveitamento dos resíduos descartados diariamente pela população, como atestam os benefícios do trabalho cooperado em relação às formas desumanas, insalubres e precárias da antiga atividade desenvolvida no lixão pelos trabalhadores da cooperativa de recicladores de Presidente Prudente.

Assim, a economia solidária praticada na cooperativa está inserida na lógica de mercado (formação de preços, monopólio na aceitação dos materiais reciclados, oscilação de mercado, entre outros) e nas regras monetárias da sociedade capitalista (os “lucros” dependem da oscilação monetária dos preços pagos aos produtos reciclados, não dependendo tanto da produtividade da cooperativa, mas sim do montante colocado no mercado de recicláveis), como assinalou Quijano (2002), observando-se ainda a dependência explícita do Estado, para a continuidade das atividades da cooperativa.

Em resumo, os empreendimentos solidários desenvolvidos em Presidente Prudente, como possíveis instrumentos de enfrentamento do desemprego e da desestruturação do mercado de trabalho local, resultado do movimento geral de reestruturação capitalista das últimas décadas e seus impactos no mundo trabalho, apontam para a baixa abrangência da economia solidária no município, para a baixa geração de trabalho e para a renda mínima auferida pelos membros desses empreendimentos, caracterizando essas iniciativas como complementares ao emprego com carteira assinada ou como formas temporárias de inserção profissional e de sobrevivência diante das dificuldades impostas no mercado de trabalho local nas duas últimas décadas do século XX e neste início de século XXI.

Ademais nem todos os empreendimentos desenvolvem todas as características da solidariedade e da cooperação, com a união entre os membros ficando relegada apenas a alguns aspectos práticos da economia solidária, voltados a obtenção de juros subsidiados, mercados cativos e protegidos para os produtos e assistência estatal para a continuidade das atividades solidárias. Em outros termos analíticos, a luta pela sobrevivência cotidiana caracteriza esses empreendimentos, isto é, a ideologia da economia solidária como forma superior de produção e distribuição de bens e serviços passa inexoravelmente pela constatação de que os trabalhadores só querem sobreviver através da cooperação, da associação e da suposta solidariedade entre eles.

4.2. A Economia Solidária em Santo Anastácio

No município de Santo Anastácio a economia solidária é pouco abrangente e envolve a preparação de alunos para a participação em uma feira local de produtos derivados do bordado, da costura, de confecções diversas e do artesanato. A FEBISA (Feira do Bordado Industrial de Santo Anastácio) é anual e acontece desde 1985, sempre na primeira quinzena do mês de novembro.

O empreendimento é do tipo informal e a motivação para a criação do mesmo recai sobre a necessidade de complementação de renda e uma alternativa ao desemprego elevado no município e na região. Por ano são formadas aproximadamente 45 mulheres e 05 cinco homens na escola de artesanato e bordado industrial, que irão expor seus trabalhos na Feira anual ou serão empregados das empresas do setor de lingerie do município. Muitos desses formandos, no entanto, irão se transformar em trabalhadores domiciliares ou contratados por produtividade pelas empresas de bordado e costura do município, auferindo uma renda aproximada de R\$ 600,00 mensais (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A preparação na escola é incentivada pela Prefeitura local e pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e a venda dos produtos ocorre na Feira anual ou o fornecimento é feito para particulares do próprio município ou da região de Presidente Prudente. Entretanto, observa-se a ausência de incentivos para a compra da matéria-prima, crédito para a expansão da produção, apoio técnico, maquinário e sede própria para a venda dos produtos dos trabalhadores formados pela escola de bordado e costura industrial. Vale ressaltar que os trabalhadores são totalmente dependentes do espaço mantido pela Prefeitura e do maquinário para a produção das mercadorias que irão ser expostas na FEBISA.

As características da economia solidária desenvolvida ficam restritas à escola e à Feira anual, pois cada trabalhador produz individualmente e em domicílio, compra a matéria-prima separadamente e fornece também para empresas particulares do município, através do trabalho domiciliar, por contrato e por produtividade. Isso se deve à suspensão das atividades da cooperativa de trabalhadores em artesanato de Santo Anastácio, que funcionou até o ano de 2003 e

foi desativada por motivos legais, técnicos e funcionais (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Com isso, os trabalhadores formados pela escola passaram a expor esporadicamente na FEBISA, a produzir para particulares, através do trabalho em domicílio e por produtividade e ter sua produção realizada individualmente, sem cooperação e solidariedade entre os mesmos. Assim, a solidariedade e os princípios da economia solidária ficam relegados a apenas alguns aspectos práticos da escola, como a preparação técnica para o exercício da atividade artesanal, sem a motivação comunitária e solidária e sem a cooperação na compra coletiva de matérias-primas, na produção e na venda de produtos do bordado, da costura e do artesanato industrial (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Colocado em outros termos, a economia solidária no município de Santo Anastácio está associada à preparação de mão-de-obra para as empresas de bordado e artesanato locais ou para a produção domiciliar individual vendida para empresas locais ou regionais, descaracterizando as práticas solidárias, pois não há cooperação, solidariedade ou autogestão da produção, mas sim práticas individuais de inserção profissional e de assalariamento formal ou informal, tipicamente capitalistas e a exacerbação da precarização do trabalho, representada pelas atividades domiciliares, por contrato, por produtividade e pela característica temporária e parcial do trabalho realizado pelos trabalhadores artesanais do município de Santo Anastácio.

4.3. Empreendimentos Econômicos Solidários em Presidente Bernardes

Em Presidente Bernardes constatou-se a existência de apenas um empreendimento econômico solidário, localizado na área rural do município e constituído por trabalhadores assentados da reforma agrária, perfazendo 11 famílias participantes na associação, de um total de 65 famílias assentadas na antiga fazenda Rodeio.

A associação existe desde o ano 2000 e foi criada com o objetivo de complementar a renda dos produtores familiares e para torná-los donos coletivos de um empreendimento, configurada atendendo a exigência para a obtenção de financiamentos públicos, através do PAA. Os produtores familiares participam do Programa Federal desde o ano de 2009, produzindo individualmente para a Conab

(Companhia Nacional de Abastecimento) e vendem os produtos, também nas feiras livres e no comércio local (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A participação na associação é objetivada pela necessidade de utilização de máquinas e implementos agrícolas, através do pagamento do óleo diesel e da hora de trabalho do tratorista. Os associados não contam com uma sede própria e as reuniões trimestrais acontecem sempre na residência de algum membro da associação, contando com uma participação significativa (em torno de 90% dos associados participam das decisões e deliberações da associação).

A participação no PAA configurou um mercado cativo e protegido para os produtos da associação, pois os produtores não tinham para quem vender antigamente. Verifica-se também a complementação da renda obtida com a entrega dos alimentos produzidos para entidades assistenciais locais e a produção de leite que é fornecido para uma cooperativa local e o aluguel dos equipamentos da associação para terceiros, como forma de estabelecer um fundo de funcionamento das atividades associativas (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Se de um lado observa-se a configuração de um mercado cativo e protegido para os produtos agrícolas dos assentados, através do fornecimento local para entidades assistenciais, escolas, hospitais e creches, com a exigência de qualidade diferenciada daquela estabelecida pelo mercado, por outro lado, os associados afirmaram nas entrevistas que somente os programas federais de assistência às populações em risco social e em situação de vulnerabilidade alimentar, especialmente o PAA e o PNAE, não bastam para a expansão das atividades produtivas.

Os empreendedores associados, nas entrevistas de campo, apontaram a necessidade de novas linhas de financiamentos públicos na escala federal e estadual, aumento nos valores anuais dos programas federais e aumento da abrangência do fornecimento para outras escalas geográficas mais amplas, no intuito de possibilitar a sobrevivência no mercado e a superação da dependência do Estado na continuidade e permanência da associação em suas atividades produtivas (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Em suma, a economia solidária no município de Presidente Bernardes é pouco significativa e abrange apenas um empreendimento econômico

solidário. Mesmo no assentamento a participação é muito baixa, alcançando apenas 17% das famílias assentadas na antiga fazenda Rodeio. A solidariedade pode ser observada apenas na utilização coletiva dos implementos e máquinas agrícolas, sendo a produção individual e direcionada para o fornecimento de alimentos à Conab, através do PAA.

Mesmo com a participação significativa nas decisões e deliberações do grupo, a economia solidária se restringe ao aspecto prático e organizacional associado à configuração de um mercado cativo e protegido para os alimentos produzidos e a abrangência apenas local das atividades solidárias, que são caracterizadas essencialmente pelo uso comum dos equipamentos da associação (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Destarte, o empreendimento desenvolve apenas algumas características solidárias, associadas intrinsecamente ao fornecimento de alimentos para entidades assistenciais, escolas, hospitais e creches na escala local, sem o desenvolvimento pleno das características solidárias da autogestão, cooperação e solidariedade na produção, na venda e na distribuição dos resultados financeiros da associação. Pelo contrário, a economia solidária, nesse caso, apresenta-se como uma forma complementar e residual ao modo de produção capitalista dominante²⁴, altamente dependente do financiamento público federal e de um mercado cativo para continuar funcionando, sem causar impactos significativos na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico regional.

4.4. As atividades em economia solidária no município de Pirapozinho

No município de Pirapozinho observa-se a existência de dois empreendimentos de economia solidária, sendo uma associação de produtores rurais e uma cooperativa urbana de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, desativada temporariamente por motivos organizacionais, técnicos e financeiros.

No caso da associação de produtores rurais, a mesma existe desde 1993, mas a participação nos princípios solidários passou a ocorrer a partir do ano de 2010, por meio da mudança de estatuto para o fornecimento de alimentos para as escolas municipais, através do PNAE, que consiste no repasse de recursos do

²⁴ Somente o fornecimento de alimentos para as entidades assistenciais não basta, tendo os associados de complementar a renda com a venda de parte da produção nas feiras livres locais e/ou regionais, tornando as iniciativas solidárias residuais e complementares às formas capitalistas de obtenção de rendimentos e de sobrevivência individual e familiar.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para as prefeituras, exigindo-se no mínimo a aquisição de 30% dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, sobretudo no caso da agricultura familiar dos assentamentos de reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e das comunidades quilombolas.

Para o fornecimento dos alimentos à merenda escolar, a associação mudou a razão social, o estatuto jurídico interno e passou a apresentar a DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como exigência para a participação no programa federal, como forma de ajustamento às regras gerais para a destinação dos produtos e alimentos para a merenda escolar municipal.

A participação na associação é conformada pela presença de 75 famílias de produtores rurais do município, sendo aproximadamente 40% da agricultura familiar. Do total de famílias participantes, 60% mantêm mão-de-obra assalariada ou contratada na produção e colheita dos produtos agrícolas (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A associação dispõe de um trator, uma grade Roma, uma niveladora, um tombador, uma calcareadeira e uma roçadeira para uso coletivo dos associados, que pagam uma taxa para a utilização agendada previamente e uma contribuição simbólica mensal para a manutenção de um tratorista assalariado e mantido pela associação. Os implementos agrícolas ficam guardados na Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), que dispõe também de uma plantadeira para uso coletivo dos associados.

As reuniões da Diretoria são mensais e as assembleias gerais são realizadas uma vez por ano, contando com uma baixa participação, girando em torno de 30% dos associados. Mesmo com o fornecimento para a merenda escolar municipal, a associação vende os produtos e alimentos também nas feiras livres locais e regionais e fornece batata doce para um grupo atacadista de Promissão, no interior do estado de São Paulo (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A associação não possui sede própria e nem recebe apoio financeiro de órgãos estatais, sejam locais, estaduais ou federais, somente assistência técnica da Cati. Para os associados, o estabelecimento de sede própria, a contratação de um diretor de vendas, uma estrutura física e administrativa, o apoio municipal e a

desburocratização do financiamento agrícola são requisitos fundamentais para a expansão das atividades e a ampliação da escala de abrangência e venda dos produtos e alimentos advindos das atividades associativas e solidárias (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Todavia, no que tange às características solidárias, as mesmas são desenvolvidas parcialmente, especificamente na utilização dos implementos agrícolas e no fornecimento para a merenda escolar, sendo baixa a participação democrática nas deliberações e decisões coletivas. Vale frisar o fato indubitável do assalariamento formal em 60% das atividades produtivas, o que descaracteriza a prática solidária como uma atividade coletiva, autogestionária, cooperativa e solidária entre os associados. A escala de abrangência apenas local dificulta a inserção mais abrangente e a ampliação da produção, que carece de maior apoio técnico, financeiro e administrativo dos órgãos estatais de fomento à agricultura familiar.

No caso da cooperativa de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, observou-se a existência plena da mesma entre os anos de 1990 e 2003, sendo constituída como uma alternativa ao desemprego, como possibilidade de maiores ganhos financeiros e como uma forma de complementação de renda. A cooperativa deixou de funcionar por problemas técnicos, financeiros e organizacionais, pela ausência de apoio municipal para a aquisição de máquinas e equipamentos e pela inexistência de campanhas de coleta seletiva no município. Toda a coleta era feita manualmente e as vendas dependiam do mercado local de materiais reciclados, o que impossibilitou a continuidade das atividades de reciclagem de resíduos sólidos por parte dos cooperados (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Fica explícita também a necessidade da utilização das potencialidades locais de desenvolvimento em articulação com políticas públicas estaduais e federais, fundamentadas em projetos de desenvolvimento nacional e regional, sem o que a economia solidária fica relegada ao segundo plano, sendo os empreendimentos apenas constituídos por projetos pontuais e isolados de geração de trabalho e renda insuficientes para promover a inserção profissional e o desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, a economia solidária apresenta-se como uma possibilidade pouco significativa no município, ficando relegada aos aspectos

práticos de participação em um mercado cativo de fornecimento para a merenda escolar municipal, sendo dependente da manutenção de um programa federal de aquisição de alimentos e da utilização de implementos agrícolas para a atividade produtiva agrícola familiar, sem a possibilidade de ampliação dos princípios solidários para outras atividades econômicas, apresentando resultados pouco significativos na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico local e regional.

4.5. Associações solidárias no município de Presidente Venceslau

No município de Presidente Venceslau, a economia solidária está configurada pela presença de uma iniciativa na área rural, conformada pela produção de um assentamento da reforma agrária que fornece para o PAA.

Outras três iniciativas foram extintas há pelo menos quatro anos, devido à ausência de financiamentos públicos, linhas créditos para o empreendedor solidário e assistência técnica deficiente ou ausente. Nesse caso, a padaria comunitária de um assentamento de reforma agrária e um grupo de doces de mulheres assentadas de outro assentamento do município deixaram de funcionar por dificuldades na comercialização dos produtos na escala local, pela falta de legalização do grupo de trabalho, pela ausência do selo de inspeção sanitária municipal (exigência para fornecer para os supermercados e estabelecimentos comerciais maiores) e por problemas organizacionais e operacionais das associações comunitárias, a despeito de as mesmas terem sido fundadas e atuarem como alternativas ao desemprego, no intuito de obter maiores ganhos financeiros e na complementação da renda dos associados.

As dificuldades de produção em larga escala e a comercialização apenas local dos produtos, impossibilitou a continuidade das atividades solidárias e levou à desativação do empreendimento temporariamente, já que existe a possibilidade de reorganização dos associados para o fornecimento de alimentos diversos para o PAA ou para o PNAE.

Já no caso de uma cooperativa de trabalhadores da costura, a iniciativa solidária deixou de funcionar há três anos, após funcionar de forma precária por um ano. Eram 20 trabalhadores solidários, com faixa etária entre 18 e 60 anos de idade e escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, em sua

grande maioria formada por mulheres da comunidade, que auferiam uma renda estimada de R\$ 400,00 mensais.

Fundada como uma alternativa ao desemprego elevado no município e na região, pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, (devido à baixa escolaridade e à idade avançada da maioria dos membros), com o intuito de obtenção de maiores ganhos financeiros, para a complementação da renda e como forma de tornar os associados donos do próprio negócio, o grupo funcionou precariamente em um salão comercial com espaços reduzidos, por um período muito curto, não obtendo apoio financeiro, organizacional ou técnico para continuar operando (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

No que tange às características solidárias desenvolvidas, somente o espaço de produção era coletivo, a compra das matérias-primas, a venda das mercadorias e a divisão dos lucros por produtividade. O maquinário e a produção eram individuais e a venda dos produtos era local, comunitária ou municipal, o que dificultou sobremaneira a expansão dos negócios e a manutenção das atividades dos associados. Pelo despreparo técnico, espaço reduzido e falta de máquinas mais modernas, o grupo informal não conseguiu expandir a produção de confecções e concorrer com os preços mais baratos das grandes marcas ou oficinas de confecções do próprio município, da região de Presidente Prudente e de outras regiões do estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Mesmo com o apoio administrativo do Sebrae local, faltou aos trabalhadores solidários o acesso a meios técnicos mais eficazes, espaço maior para a produção, crédito público estadual ou federal, espaço para a exposição das mercadorias e preparo logístico e administrativo para a venda dos produtos em escalas geográficas mais abrangentes, para além do espaço local, comunitário e municipal.

A maioria dos ex-membros da atividade solidária está inserida no mercado de trabalho formal em outros setores de atividade econômica ou costumam em domicílio e por encomenda, como forma de complementação de renda, sendo a atividade de costura no primeiro caso, apenas uma atividade complementar ao emprego formal em outras áreas de atuação profissional e de sobrevivência pessoal,

familiar e comunitária (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Essas informações apontam para a constatação de que a economia solidária necessita do apoio estatal para sobreviver ou para expandir suas atividades, contrariando as prerrogativas advogadas pelos teóricos solidários de que os empreendimentos comunitários agem nas interfaces ou nas lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista e para além das determinações do Estado. Pelo contrário, a ausência de estímulo estatal, linhas de crédito especiais, mercados cativos e protegidos da concorrência capitalista, levam à falência da atividade solidária, como no caso do grupo informal urbano de Presidente Venceslau, que atuou temporariamente e precariamente no setor de confecções do mercado local, comunitário ou municipal.

A única atividade solidária funcionando plenamente no município está assentada numa associação de produtores da agricultura familiar de um assentamento de reforma agrária local, conformado pela participação de 45 famílias que auferem uma renda mensal aproximada de R\$ 600,00 mensais, através da entrega de mercadorias para o PAA, para o PNAE ou da venda de leite *in natura* para laticínios da região.

A produção é realizada individualmente e a entrega para as entidades assistenciais do município é coletiva. De uso comum os associados têm uma calcareadeira, uma roçadeira e um trator, cuja utilização é realizada por meio do pagamento da hora de produção e do pagamento mensal de uma taxa de funcionamento e manutenção da associação.

Mesmo com o apoio técnico e organizacional da Prefeitura Municipal e da Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP), contando com uma sede própria e com ampla participação dos membros da comunidade nas decisões e deliberações, os associados declararam dificuldades de acesso à água no assentamento, na comercialização dos produtos e na ampliação da produção. Segundo os mesmos, se produzir mais alimentos, não existe a possibilidade de venda, pois a outra opção, representada pela feira livre local, está saturada de mercadorias dos assentados e os preços são baixos, havendo também a concorrência com comerciantes que adquirem mercadorias de outras áreas da região de Presidente Prudente e até mesmo de outras regiões do estado de São Paulo (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Essas informações apontam para a necessidade de ampliação da escala de atuação e alcance dos produtos da associação, como forma de sobrevivência no mercado e de ampliação da produção. Indicam também a necessidade de linhas de crédito especiais, de apoio logístico e operacional por parte do poder público, pois somente o fornecimento para o PAA e para o PNAE não é suficiente para propiciar renda e trabalho para todos os associados, bem como o espaço local de venda dos produtos não é suficiente para manter os associados nas atividades solidárias.

Em termos conclusivos, a economia solidária no município de Presidente Venceslau necessita de apoio permanente dos órgãos públicos locais, estaduais e federais para continuar funcionando, sem o que as atividades entram em falência ou são suspensas temporariamente ou permanentemente (grupo informal de costura, grupo de doces e padaria comunitária) ou não conseguem expandir seus negócios e fornecer para outras regiões (produtores familiares de assentamento de reforma agrária), contrariando a teoria central da economia solidária que aponta que as iniciativas cooperativas e associativas atuam independentemente do Estado e das regras capitalistas de produção, circulação e lucratividade mercantil.

4.6. A Economia Solidária no município de Teodoro Sampaio

Em Teodoro Sampaio a economia solidária está representada pela existência de um empreendimento na área urbana do município, conformado por uma cooperativa de trabalho educacional, atuando na área de fornecimento de serviços de ensino e aprendizagem. Funcionando desde a década de 1990, o empreendimento se tornou solidário a partir do ano de 2000, mudando o estatuto para se enquadrar na motivação social e filantrópica e nos princípios cooperativos. A motivação alternativa ao desemprego e a possibilidade de configuração de um negócio onde todos são donos, também determinaram as mudanças rumo aos princípios econômicos solidários (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Participam do empreendimento 22 mulheres e 07 homens, que têm direito a voz e a voto nas decisões da cooperativa educacional. A escola emprega aproximadamente 45 trabalhadores, que são assalariados formais e se enquadram nas regras da legislação trabalhista em vigor no país. Do total de cooperados,

apenas 08 trabalham diretamente no empreendimento e a vantagem principal de participar da cooperativa é a de ter bolsa de estudos para os filhos.

As assembleias são mensais e contam com ampla participação nas decisões e deliberações da cooperativa. Todo o resultado financeiro é reinvestido na ampliação do espaço físico, na aquisição e renovação de equipamentos e na capacitação de mão-de-obra, visando à melhoria da prestação do serviço educacional, sendo que no último calendário jurídico e financeiro os resultados e os lucros obtidos foram direcionados para o pagamento das despesas e não possibilitou nenhuma sobra ou excedente financeiro (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Os serviços educacionais são fornecidos fundamentalmente para estudantes locais, comunitários ou municipais, notando-se a dificuldade de acesso a juros subsidiados e empréstimos mais baixos, impossibilitando a ampliação das atividades cooperativas e a abrangência dos serviços para a escala regional ou estadual. Ademais, a partir de maio de 2011, a cooperativa alterou o estatuto e passou a contribuir para o Simples (Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), medida decorrente dos altos custos, taxas e impostos cobrados do grupo na antiga forma de cooperativa de trabalhadores.

Portanto, no município de Teodoro Sampaio a economia solidária é pouco significativa, representada por apenas um empreendimento econômico solidário na área urbana e de prestação de serviços educacionais. As características solidárias desenvolvidas estão configuradas pela possibilidade de acesso a serviços de ensino e aprendizagem de melhor qualidade, por meio de bolsas de estudos para os cooperados. A contratação e assalariamento formal de trabalhadores que atuam nos serviços administrativos, financeiros, jurídicos, de limpeza e higienização e atuação profissional diretamente no processo de ensino e aprendizagem, descaracterizam a solidariedade e a cooperação no empreendimento, tornando-a uma iniciativa complementar às regras e leis do mercado capitalista, articuladas aos aspectos práticos e funcionais da economia solidária, assentadas na cooperação como forma de acesso a bolsas de estudos e a um ensino de melhor qualidade para os filhos dos cooperados.

Nesse caso, o assalariamento formal descaracteriza o empreendimento como sendo solidário, isto é, torna impraticável a autogestão

considerada como um atributo fundamental da prática solidária, permeada pela inexistência de patrões e empregados e de relações hierárquicas de dominação e de poder. Segundo as análises das afirmações intelectuais do próprio formulador teórico da economia solidária no Brasil, Singer (2002), o empreendimento educacional se enquadra na categoria de cooperativa mista, por separar o trabalho e o capital dos cooperados, não evitando, dessa maneira, as reivindicações de melhores condições de trabalho por parte dos trabalhadores assalariados, a exploração do trabalho como fonte formadora do capital e da luta de classes subjacente às relações hierarquizadas no interior da cooperativa prestadora de serviços educacionais.

4.7. A solidariedade e o associativismo rural em Mirante do Paranapanema

No município de Mirante do Paranapanema a economia solidária está representada pela existência de 04 empreendimentos rurais, atuando nas áreas de produção de leite, de doces diversos e de derivados da mandioca. Dos empreendimentos, 03 são associações de produtores rurais familiares assentados da reforma agrária e um é constituído por um grupo informal de assentados produtores de leite *in natura* e de seus derivados (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Observou-se a existência de uma associação comunitária no período de 2002 até meados do ano de 2007, composta por produtores familiares assentados da reforma agrária e atuando na liberação de área comunitária para o assentamento, na construção de um poço comunitário e no projeto do biodiesel para os assentados da Reforma Agrária da região.

Os associados se reuniam mensalmente e todos tinham voz e voto nas decisões e deliberações associativas. Participavam aproximadamente 30 famílias do assentamento, dentre as quais apenas 30% decidiam coletivamente nas reuniões da associação. Contavam com sede própria para as reuniões e nenhum apoio técnico, logístico ou financeiro para alcançar os objetivos propostos.

A suspensão das atividades da associação foi motivada pelo individualismo dos membros do grupo, pela ausência de um objetivo comum a todos e pela criação recente de novas associações direcionadas para a produção de alimentos para o PAA e para o PNAE, segundo entrevistas de campo com

trabalhadores da associação (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Essas afirmações confirmam as dificuldades de manutenção das práticas solidárias entre os trabalhadores delineadas por Lechat (2003), no que tange aos problemas de estabelecer laços sociais, de superação das individualidades e do gerenciamento de conflitos nos empreendimentos, características tipicamente capitalistas de relações sociais marcadas pela hierarquização de poder e da exploração do trabalho como fonte de rendas capitalizáveis acumuladas individualmente (BRUNHOFF, 1995).

No que diz respeito às associações em pleno funcionamento, nota-se a existência de uma associação de produtores familiares rurais do assentamento Santa Apolônia, participantes da economia solidária desde 2003, contando com a participação de 12 famílias assentadas, que auferem uma renda mensal aproximada de R\$ 500,00. Os associados se reúnem a cada dois meses em uma sede própria na casa do presidente, onde decidem coletivamente a produção, venda e divisão dos resultados financeiros das atividades associativas (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Cada família associada produz individualmente a matéria-prima dos produtos em seus lotes para, posteriormente, produzir doces de forma coletiva. Há a necessidade de aquisição de excedentes de produção de outros assentamentos do município para compor a matéria-prima dos produtos da associação. A produção é quase toda manual e alguns equipamentos são de uso coletivo, como a cozinha comunitária na sede da associação. Os custos com a água e a energia elétrica são divididos coletivamente e a jornada de trabalho é de seis dias semanais (oito horas diárias durante a semana e quatro horas nos sábados). A produção é direcionada para o Programa de Aquisição de Alimentos e o excedente é vendido nas feiras livres locais e, anualmente, na Fejupi (Festa Junina de Pirapozinho).

Sem embargo da entrega para o PAA, os associados estavam á aproximadamente 90 dias sem produzir, devido ao fato de terem atingido a cota anual de R\$ 5.500,00 de alimentos fornecidos a entidades assistenciais locais e não terem condições técnicas e operacionais para produzir em larga escala e redirecionar a produção para supermercados, quitandas ou grandes redes de varejo regionais. Colocado de outra forma, os associados não conseguem fornecer em grandes quantidades e concorrer no preço e na qualidade dos produtos. A ausência

de Selo de Inspeção Sanitária Municipal (SIM), para o caso dos derivados do leite, impossibilita a ampliação da produção e a abrangência maior de alcance das atividades associativas (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Os associados, nas entrevistas concedidas, afirmaram que não tiveram apoio estatal para a fundação da associação e para o funcionamento da mesma e reivindicaram linhas de crédito subsidiadas, maquinário e tecnologia moderna para a produção ampliada, apoio logístico para a comercialização e local próprio para a exposição dos produtos (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Em resumo, a associação funciona precariamente e depende de um mercado cativo e protegido para os produtos, representado pelo fornecimento para o PAA. Ademais, os associados não estão preparados tecnicamente para ampliar a produção e fornecer em larga escala, dependendo da tutela do Estado para continuar produzindo de forma associativa. A economia solidária, nesse caso, fica relegada aos aspectos práticos da associação como forma de participar de um mercado cativo, restrito a entrega de alimentos para entidades assistenciais locais, comunitárias ou municipais.

No mesmo assentamento, funciona outra associação formada por produtores rurais familiares que participam do PAA desde 2007, atuando na produção de derivados de mandioca (farinha, polvilho etc.). A associação existe desde 2003 e conta com a participação de 40 famílias assentadas da reforma agrária do município, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 500,00. As reuniões são trimestrais e contam com baixa participação dos associados (em torno de 30%), sendo a principal motivação para a iniciativa associativa a complementação de renda familiar (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A produção é realizada separadamente e em domicílio pelos associados e a entrega é coletiva, local e municipal, para as entidades assistenciais cadastradas no PAA. O único apoio que tem é do Itesp e os associados apontaram dificuldades de apoio técnico, ausência de sede própria, de espaço físico apropriado para a produção, de linhas de crédito especiais, de equipamentos de irrigação, entre outras condições técnicas e operacionais. Os associados afirmaram nas entrevistas de campo não ser possível a entrega de alimentos semanalmente para as entidades

assistenciais e a faixa de rendimento de R\$ 5.500,00 anuais é insuficiente para a manutenção das atividades associativas, sendo necessárias outras atividades econômicas complementares e subsidiárias ao Programa.

A produção de derivados de mandioca, nesse caso é direcionada mais para a sobrevivência familiar, configurando-se como uma forma complementar de renda. Observa-se que os princípios solidários ficam restritos à participação no PAA, através da entrega coletiva a partir das iniciativas associativas. A associação funciona de forma precária e complementar a lógica mercantil capitalista, sem a solidariedade dos associados na produção, venda e divisão dos resultados financeiros. Sobressai o individualismo (cada associado produz individualmente e em seu próprio lote), a desunião (não conseguem ampliar a produção agindo coletivamente) e a baixa participação nas decisões e deliberações associativas (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Em outro assentamento do município (Santa Carmen), cinco produtores rurais familiares se reuniram num grupo informal para fornecer leite para os laticínios da região. Funcionando desde 2004, o grupo produzia leite individualmente em seus lotes, a entrega era coletiva e facilitava na formação dos preços junto ao laticínio, possibilitando uma renda maior ao produtor, já que os laticínios pagam preços menores quando a produção e a entrega são realizadas individualmente.

Da mesma maneira da obtenção de preços maiores no produto, fornecendo coletivamente, a união dos produtores rurais familiares possibilitava também selecionar a empresa que pagava mais pelo leite e a manutenção na estabilidade dos preços nas épocas de forte oscilação na produção, como no período de estiagem na região, nos meses de junho, julho e agosto.

De uso comum, os membros do grupo tinham à sua disposição um resfriador de leite e a compra de insumos e rações era coletiva, facilitando a aquisição dos produtos com preços reduzidos. As reuniões eram mensais e o grupo contava com o apoio dos técnicos do Itesp para a realização das atividades e a melhoria da qualidade do leite. O fornecimento era local e regional para um laticínio do próprio município de Mirante do Paranapanema (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

As atividades do empreendimento solidário estão suspensas desde 2010, devido ao individualismo dos membros do grupo, a distância da sede e pelo

fato de que cada assentado queria ter o seu próprio resfriador, o que desarticulou as atividades coletivas, resultando na entrega individual do leite e na compra de insumos e rações para o gado também de forma individual, segundo os próprios associados afirmaram nas entrevistas de campo (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Não obstante a união dos assentados para o fornecimento coletivo de leite para os laticínios da região, a participação no grupo informal era baixa, perfazendo apenas cinco famílias produtoras rurais, num total de 37 famílias assentadas da reforma agrária. Como a maioria dos assentados é formada por aposentados e os jovens não querem trabalhar diretamente na terra, transformando-se em empregados assalariados nas usinas de açúcar e álcool da região, as atividades solidárias desenvolvidas estavam voltadas para a complementação da renda familiar (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Os membros do grupo informal reivindicam linhas de crédito federal e estadual para a produção familiar, apoio técnico e administrativo para elaborar projetos e taxas de juros subsidiadas para a ampliação da produção, possibilitando também a participação no PAA, na categoria de entrega de leite e seus derivados.

Em outro assentamento do município (Flor Roxa), outro grupo de produtores familiares fornece leite para o PAA desde o ano de 2011. Funcionando desde 2001, o grupo informal conta com a participação de 21 famílias assentadas da reforma agrária, auferindo uma renda mensal de aproximadamente R\$ 400,00.

O grupo não tem sede própria, nem equipamentos de uso coletivo, sendo que as reuniões acontecem duas vezes ao mês na casa de algum associado. O grupo conta com apoio técnico apenas do Itesp local e os trabalhadores reivindicam linhas de créditos especiais, taxas de juros subsidiadas, maquinários e apoio logístico e técnico para ampliar a produção e a escala de abrangência da entrega dos produtos do leite e seus derivados (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A produção de leite é individual e as atividades solidárias ficam relegadas somente à entrega coletiva para as entidades assistenciais do município. A produção rural familiar configura-se como um complemento de renda, voltado para a sobrevivência familiar, sem a solidariedade e cooperação na produção, compra de matérias-primas, venda coletiva e distribuição igualitária dos resultados financeiros do grupo informal. A existência do grupo é motivada pela entrega do leite *in natura*

em um mercado cativo e protegido, conformedo pela participação em um Programa federal de Aquisição de Alimentos, impossibilitando a ampliação da produção por motivos técnicos, financeiros e logísticos.

A economia solidária no município de Mirante do Paranapanema funciona de forma complementar e residual aos ditames da economia capitalista dominante, necessitando de um mercado cativo para os produtos dos assentados da reforma agrária, representado pelo PAA e da proteção do Estado para a permanência das atividades associativas, sem o que as mesmas não conseguem competir em quantidade e qualidade com os produtos mercantis e privados colocados à disposição dos consumidores. A abrangência apenas local da venda dos produtos também dificulta sobremaneira a expansão das atividades, que necessitam também de apoio técnico, administrativo, organizacional, financeiro e logístico do Estado para ser ampliada plenamente nos moldes solidários.

Assim, a economia solidária no município padece dos problemas de estabelecimento de laços sociais entre os trabalhadores associados, dificultando o rompimento da lógica capitalista de hierarquização e individualismo na produção e divisão dos rendimentos financeiros, assim como a dimensão econômica apontada por Lechat (2003), no que refere às determinações de custos adequados de produção, distribuição ou prestação de serviços comunitários, da organização produtiva para a obtenção de sobras e excedentes para a ampliação das possibilidades e opções para outras escalas geográficas de atuação e fornecimento dos produtos solidários.

4.8. Solidariedade e associativismo no município de Rosana

No município de Rosana constatou-se a existência de cinco empreendimentos com características solidárias, reorganizados ou formados fundamentalmente para o fornecimento de alimentos para as entidades assistenciais locais, através da participação no PAA.

Dessa forma, no assentamento Gleba XV de Novembro, as mulheres se uniram há 22 anos para a produção de doces, pães, frutas e bolacha, contando com a participação de 16 famílias assentadas da reforma agrária, que auferem uma renda aproximada de R\$ 500,00 mensais.

Os motivos para a formação da associação recaíram sobre a necessidade de complementação da renda familiar, para a obtenção de maiores ganhos financeiros e como uma possibilidade de formar um empreendimento onde todas seriam sócias ou donas dos meios de produção.

A associação não possui sede e as reuniões e assembleias acontecem uma vez ao mês na casa de algum associado ou do presidente, contando com participação de 100% dos membros do grupo, sendo 85% formada por mulheres aposentadas que produzem individualmente em seus lotes e comercializam ou entregam para a Merenda Escolar da rede municipal de ensino e, atualmente, passaram a fornecer para o PAA. Somente as compras de matérias-primas, o uso de instrumentos de trabalho e as decisões e deliberações do grupo são coletivos.

As mulheres unidas da Gleba XV de Novembro apontaram como as maiores dificuldades para a organização associativa o transporte e escoamento da produção para o centro urbano, devido às distâncias e a ausência de infraestrutura nos assentamentos para a ampliação da produção e a expansão da escala de fornecimento para outras áreas do estado ou para outras regiões do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Em outra associação do município de Rosana, fundada em 2005 e contando com a participação de 50 famílias assentadas da reforma agrária, a produção é realizada individualmente pelos trabalhadores associados, que produzem leite, verduras, milho e mandioca para o Programa de Aquisição de Alimentos. Todos os produtos são fornecidos localmente, somente o leite *in natura* é fornecido para um laticínio da região.

Como motivos para a criação da associação, sobressaem-se a necessidade de complementação da renda familiar e a possibilidade de obtenção de maiores ganhos financeiros, através do fornecimento de alimentos para as entidades assistenciais locais.

A associação não possui sede própria e a participação nas reuniões gira em torno de 70%, sendo realizada uma vez ao mês na casa de algum associado. Os trabalhadores auferem uma renda mensal de um a dois salários mínimos, variando ao longo do ano, devido à sazonalidade da produção, que apresenta queda nos meses de forte estiagem na região.

Mesmo com o fornecimento do excedente de produção para os programas federais de apoio à agricultura familiar, alguns associados apontaram a necessidade de complementação da renda familiar nos lotes vizinhos, através do trabalho como diaristas e a venda dos produtos nas feiras livres locais.

As dificuldades apontadas pelos associados foram direcionadas para a ausência de legalização do grupo, devido aos custos altos de formalização do empreendimento, burocracia nos financiamentos e na organização e funcionamento da associação.

Os trabalhadores apontaram a economia solidária e o trabalho associado como uma possibilidade de complementação da renda e a manutenção do trabalhador no meio rural, mas também questionaram sobre a necessidade de mais investimentos em infraestrutura nos assentamentos, para o escoamento da produção (melhorias nas estradas e meios de transporte mais eficientes), a formulação de projetos para aumentar a produtividade dos assentados, linhas de financiamentos estaduais e empréstimos com juros subsidiados, ou seja, somente os empreendimentos associativos não bastam para fortalecer a agricultura familiar e formular um projeto de desenvolvimento regional de longo prazo.

Outra associação de trabalhadores com características solidárias funciona desde 2004 e conta com a participação de 35 famílias assentadas da reforma agrária de Rosana, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 750,00, produzindo individualmente em seus lotes leite e hortifrutigranjeiros em geral, fornecidos para as entidades assistenciais do próprio município de Rosana. Somente o leite é vendido para um laticínio regional.

A participação nas decisões e deliberações da associação gira em torno de 30% dos associados, sendo a participação coletiva realizada apenas na compra de medicamentos, rações, sal, entre outros, e no uso de resfriadores de leite, que são espalhados em pontos estratégicos do assentamento, permitindo que todos os trabalhadores tenham possibilidade de escoar a produção, fornecendo o leite por preços adequados e diferenciados daquele fornecido individualmente pelos produtores ao laticínio.

Mesmo com a participação no PAA, os trabalhadores apontaram a necessidade de complementação da renda familiar nos lotes vizinhos, através do trabalho como diarista e a necessidade de venda do excedente de produção nas feiras livres locais e regionais.

As dificuldades apontadas pelos trabalhadores associados foram direcionadas para a ausência de assistência técnica no assentamento, necessidade de mais financiamentos públicos, através de linhas de crédito subsidiadas e a ampliação da participação do Itesp e do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), através de convênios e de mais recursos e investimentos financeiros nos assentamentos, principalmente na infraestrutura e no escoamento da produção. Essas reivindicações, segundo os assentados, viabilizariam a ampliação da produção e o fornecimento para toda a região, para outras áreas do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

4.9. Empreendimentos econômicos solidários e o associativismo no município de Euclides da Cunha Paulista

No município de Euclides da Cunha Paulista constata-se a existência de quatro empreendimentos econômicos solidários, formados como associações de produtores rurais familiares da reforma agrária, a saber.

No assentamento Santa Rosa, a associação existe desde 2007 e é formada por 20 famílias assentadas da reforma agrária. A produção de leite envolve 90% das atividades dos associados, sendo os 10% restantes de produtos hortifrutigranjeiros que são comercializados nas feiras livres locais e regionais. A produção é individual e a entrega é coletiva para um laticínio localizado no município de Teodoro Sampaio.

As reuniões são bimestrais e a participação dos associados nas decisões e deliberações gira em torno de 30% dos membros. Os associados possuem sede própria, dois resfriadores de leite e compram coletivamente insumos agrícolas, tais como ração, sal, medicamentos, arame, entre outros. Contam com o apoio de técnicos do Itesp e estão se organizando para fornecer para o PAA e para o PNAE (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Contudo, apesar da união na compra das matérias-primas e na entrega do leite *in natura* para o laticínio, os associados não conseguem produzir em larga escala para o mercado consumidor, nem ampliar a produção e a escala de abrangência dos produtos da associação, devido à ausência de apoio técnico e financeiro e da inexistência de um Selo de Inspeção Sanitária Municipal para os produtos derivados do leite.

Além disso, muitos associados precisam complementar a renda como trabalhadores assalariados em uma destilaria de álcool da região, pois não conseguem sobreviver apenas com os rendimentos da produção de leite e de hortifrutigranjeiros, sobretudo no período de forte estiagem na região que impossibilita a manutenção da produção nos mesmos patamares das outras épocas do ano. Vale frisar também, que a associação foi fundada com o intuito de participar do Projeto do Biodiesel, voltado exclusivamente para a produção do pinhão-manso, matéria-prima do biodiesel. A partir da derrocada ou da suspensão do Projeto do Biodiesel, os associados foram obrigados a optar pela produção de leite e atualmente estão se organizando para fornecer para as entidades assistenciais do município, através do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Em outro assentamento do município (Guana Mirim), 20 produtores familiares rurais se reuniram para fornecer alimentos para o PAA e para o PNAE, atuando desde 2010, na produção de mandioca, milho, verdura e legumes nos lotes do assentamento. A mandioca é fornecida para uma feclaria do estado do Paraná, distante aproximadamente 30 quilômetros do assentamento.

As reuniões da associação são bimestrais e contam com 85% de participação dos associados, que são orientados desde o plantio até a entrega dos produtos para as entidades assistenciais do município. A grande dificuldade dos associados está voltada para obtenção da água no assentamento e a ausência de apoio técnico dos órgãos estatais. Nesse caso, os associados só recebem apoio do Sindicato Rural do Município de Euclides da Cunha Paulista. (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Outra dificuldade apontada pelos associados nas entrevistas e visitas de campo é o não recebimento dos alimentos nas férias escolares dos alunos da rede estadual de ensino, comprometendo a entrega dos produtos para o PNAE e a forte oscilação do preço da mandioca em certas épocas do ano, devido ao monopólio da formação dos preços engendrado pelas empresas compradoras do produto. A ausência de apoio do poder público local, de sede própria para as reuniões e deliberações da associação, acesso ao crédito federal e estadual, maquinários modernos e investimentos e orientações técnicas do Itesp, são outras dificuldades apontadas pelos associados para a ampliação da produção e da escala de abrangência dos produtos dos trabalhadores.

Devido às variações sazonais da produção, mormente a instabilidade nos meses de estiagem, por um lado, muitos associados procuram complementar a renda em uma destilaria de álcool da região, através do assalariamento formal. Por outro lado, devido à escolaridade dos associados ser baixa e a configuração familiar ser formada por muitos membros, os associados são obrigados a complementar a renda também com a venda dos produtos nas feiras livres municipais e regionais (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A ausência de equipamentos e máquinas de uso coletivo dos associados os obriga a contratar serviços de terraplenagem de particulares, encarecendo os custos de produção e diminuindo a margem de “lucro” dos produtos. Portanto, a associação funciona de forma precária e depende do Estado para continuar suas atividades. Nesse caso, a economia solidária fica restrita a entrega coletiva de produtos para as entidades assistenciais do município, verificando-se o fato da necessidade de complementação de renda em outras atividades econômicas para a sobrevivência familiar e para a continuidade das atividades da associação.

No assentamento Gleba XV de Novembro, setor 5, funciona uma associação de produtores familiares rurais, atuando na produção de leite e mandioca. O leite é fornecido para um laticínio de Teodoro Sampaio e a mandioca para uma feccularia mantida pelo poder público municipal. Participam da associação 26 famílias assentadas da reforma agrária, sendo que somente 70% delas decidem e deliberam nas reuniões mensais do grupo solidário.

As compras de matérias-primas são coletivas (medicamentos, ração, sal e implementos agrícolas em geral) e a produção é realizada individualmente nos lotes dos assentados. Alguns associados precisam complementar a renda nas feiras livres locais, sendo que a associação está se organizando legalmente e operacionalmente para entregar alimentos para as entidades assistenciais do município, através do PAA (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Os associados declararam nas entrevistas que não tiveram apoio técnico, administrativo e financeiro para a formação da associação. Os mesmos reivindicam linhas especiais de crédito, maquinário moderno, apoio mais efetivo do poder público local, mais técnicos do Itesp e construção de uma sede própria para as reuniões, sem o que as atividades econômicas desenvolvidas ficam dependentes

do mercado cativo para os produtos e como um meio de sobrevivência, através da complementação de renda familiar.

Vale destacar a constatação dos trabalhadores com relação ao investimento e financiamento público de um laticínio situado na entrada do município de Mirante do Paranapanema. Os associados destacaram os valores altos dos empréstimos e dos diversos órgãos públicos financiadores do empreendimento capitalista, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como forma de demonstrar que as atividades dos assentados não são tão incentivadas assim como a propaganda oficial informa à opinião pública em geral e que os valores repassados funcionam como meio de sobrevivência das famílias assentadas e não como instrumento de desenvolvimento econômico, regional e social como aponta a placa propagandista com as siglas dos órgãos estatais financiadores da empresa regional (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

Nesse contexto, a economia solidária funciona apenas de forma residual e complementar à lógica econômica dominante, representada pela participação em um mercado cativo e a necessidade de complementação de renda, através da participação em uma associação e da entrega coletiva para um Programa federal de Aquisição de Alimentos e fornecimento para entidades assistenciais locais, comunitárias e municipais.

No assentamento Nova Esperança, funciona também outra associação de produtores familiares da reforma agrária. São 30 famílias associadas que fornecem para o PAA e para um laticínio do município, vendendo também os produtos nas feiras livres locais, para complementar a renda familiar.

A associação funciona há seis anos e conta com o apoio técnico do Itesp local, tendo como principais dificuldades a infraestrutura para o escoamento da produção, o acesso a água e à irrigação comunitária e a ausência de tecnologias modernas para a ampliação da produção. A produção é realizada individualmente e a entrega é coletiva, realizada para as entidades assistenciais do próprio município. A distância dos grandes centros consumidores e a atividade dos atravessadores, também são motivos que dificultam a ampliação da escala de abrangência dos produtos dos associados, segundo informações prestadas nas entrevistas de campo com os trabalhadores solidários (ENTREVISTAS DE CAMPO – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011).

A solidariedade é realizada somente na entrega dos alimentos para as entidades assistenciais e para o laticínio, sem a cooperação na produção, venda e distribuição dos resultados financeiros da associação, isto é, a economia solidária está voltada para os aspectos práticos de participação em um mercado cativo e protegido pelo Estado, possibilitando o desenvolvimento de atividades solidárias no assentamento.

A economia solidária no município de Euclides da Cunha Paulista é desenvolvida residualmente e complementarmente à lógica capitalista dominante, representada pela participação em um mercado cativo e protegido pelo Estado (Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal). As associações não conseguem competir com os produtores privados e, mesmo com a renda certa e permanente da entrega dos produtos às entidades assistenciais, alguns associados necessitam complementar a renda em atividades assalariadas, vender seus produtos nas feiras livres locais e entregar os produtos para empresas privadas que ditam os preços e as formas de participação em um mercado capitalista e concorrencial.

Assim, a economia solidária no município depende do Estado para continuar funcionando, através da associação dos produtores rurais familiares assentados para o fornecimento de alimentos para um programa federal de assistência alimentar às populações vulneráveis ou em risco de insegurança alimentar.

Em outros termos, no município de Euclides da Cunha Paulista, observam-se as mesmas dificuldades e problemas de socialização solidária entre os trabalhadores, de rompimento das correntes individualistas e hierarquizadas de poder capitalista e, de produção de excedente econômico, compatível com custos produtivos adequados para a obtenção de sobras para o (re)investimento na produção agrícola familiar, apontados por Lechat (2003). Com isso, fica restrita ao plano ideológico a perspectiva da economia solidária como conformação de uma nova forma de produção e distribuição, alternativa e superior ao capitalismo dominante e hegemônico neste início de século XXI, sejam em termos de padrões sociais, ecológicos, políticos ou tecnológicos (CATTANI, 2003).

4.10. Economia solidária regional, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico – superação dialética da tese central da economia solidária

A economia solidária nos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo caracteriza-se pela baixa participação e união dos trabalhadores em empreendimentos associativos e cooperativos com características solidárias, apontando para um reduzido impacto na geração de trabalho e renda e um instrumento pouco eficaz de combate ao desemprego, considerando que o conceito fundamental da solidariedade entre os trabalhadores tenta substituir o emprego formal assalariado pelo trabalho autônomo, associativo e cooperativo como forma de enfrentamento da crise do mundo do trabalho das últimas décadas e suas consequências para as organizações dos trabalhadores, tais como desemprego em larga escala, precarização do trabalho e informalização das condições e relações de trabalho.

Mesmo num contexto de concentração das iniciativas solidárias nos assentamentos de reforma agrária da região, assentada na produção familiar dos pequenos produtores direcionada para o fornecimento de alimentos às entidades assistenciais locais ou municipais, através do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, onde se verifica a possibilidade de geração de trabalho e renda em substituição ao trabalho assalariado, as associações de trabalhadores rurais foram estruturadas e consolidadas para a obtenção de maiores ganhos financeiros ou como complementação da renda familiar, contrariando a prerrogativa de que essas iniciativas são desenvolvidas exclusivamente para a resolução do grave problema do desemprego que assolou a região nas últimas décadas do século XX, como resultado do movimento de reestruturação capitalista contemporânea.

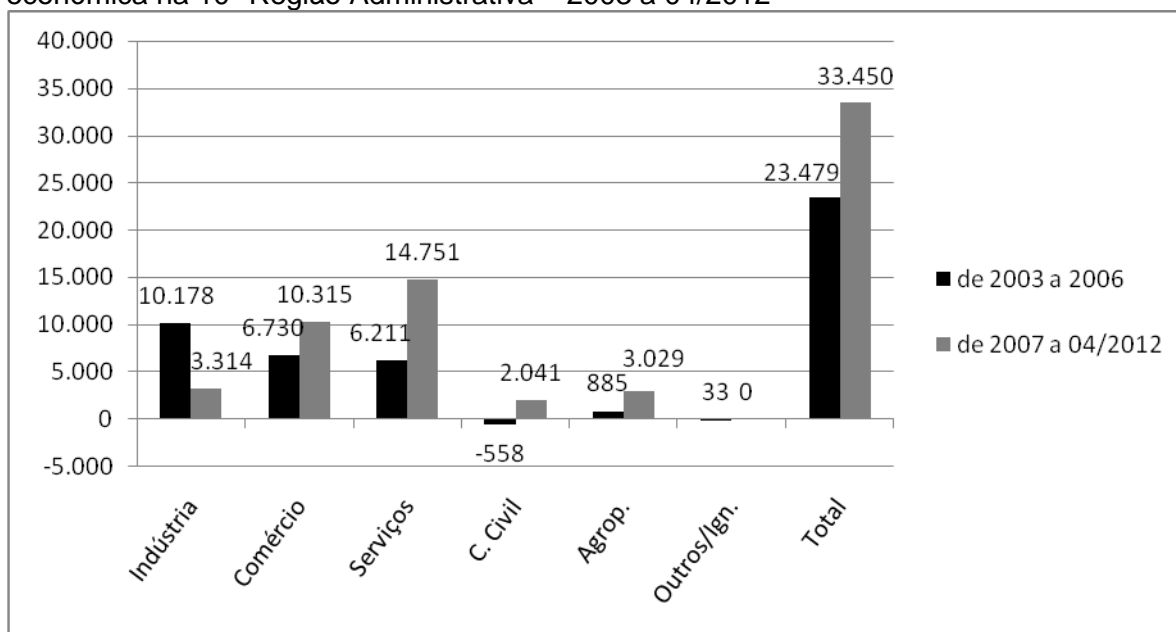
Nem todas as famílias assentadas participam das associações de trabalhadores, ficando o processo de geração de trabalho e renda permeado, apenas por uma pequena porcentagem de assentados da reforma agrária, sendo que os postos de trabalho gerados não são suficientes para a própria manutenção familiar, como atestam as formas de comercialização dos produtos nas feiras livres locais, nos laticínios regionais e nas fecculárias da região e de estados vizinhos, além da necessidade de complementação da renda familiar nas destilarias de açúcar e álcool da região, através do assalariamento formal e do emprego com registro em carteira de trabalho, expressando a subordinação direta do trabalho ao capital.

Ademais, apesar dos protagonistas intelectuais e orgânicos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, considerar o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo solidário como embriões de um projeto de transformação social e de determinação histórica de outra forma de desenvolvimento econômico e social, de cunho socialista, as políticas econômicas elaboradas e levadas a cabo nos últimos anos, especialmente nos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram direcionadas para a retomada do emprego com carteira assinada, expressão da visão contrastante das inúmeras secretarias e ministérios, com suas diferentes e antagônicas visões sobre os mesmos assuntos e problemas, as quais percebem, diferentemente da Secretaria Nacional de Economia Solidária, “o cooperativismo como algo “passageiro”, “transitório”, um “quebra-galho”, um instrumento de inclusão até o momento da carteira assinada retomar o seu papel histórico” (NOVAES, 2011, p. 172).

Na mesma linha de raciocínio, as políticas públicas de economia solidária, no âmbito do governo federal, estão vinculadas aos setores de geração de trabalho e renda e de assistência social, através de programas como o de “Segurança Alimentar” e do PAA, o que dificulta a consolidação e o aprofundamento da política de desenvolvimento socioeconômico, tido como objetivo fundamental da economia solidária no país. Pelo contrário, os empreendimentos solidários não contam com investimentos maciços em tecnologia, crédito, bens de capital para a ampliação da produção, entre outras medidas de políticas estatais, lutando para sobreviver dentro da lógica de desenvolvimento capitalista.

Torna-se imprescindível ressaltar, também que desde o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, tem se verificado uma significativa recuperação do assalariamento formal nos municípios que compõe a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, após a retração na geração de empregos formais na década de 1990 e a tímida recuperação do emprego com carteira assinada até o ano de 2002 (conforme pode ser verificado no gráfico 14), seguindo uma trajetória nacional de retomada dos estoques de empregos formais e do processo de formalização das relações de trabalho no Brasil, com base na expansão do crédito e do mercado interno, através de políticas de incentivo a propensão ao consumo como multiplicadoras do investimento, do crédito e do rendimento, consideradas políticas pós-keynesianas de aceleração da demanda efetiva e do crescimento econômico (BELLUZO; CARNEIRO, 2004).

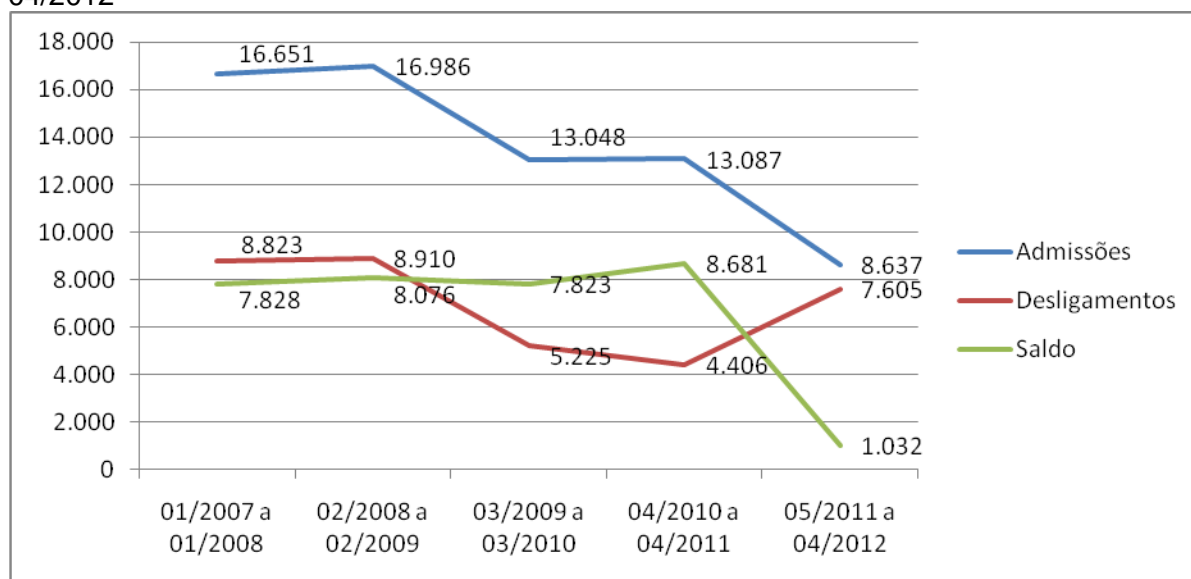
Gráfico 21: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na 10ª Região Administrativa – 2003 a 04/2012



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003– 04/2012.
Elaboração e organização do autor.

Vale frisar, no entanto, que mesmo diante dessa recuperação do assalariamento formal na Região Administrativa de Presidente Prudente na última década, verifica-se uma tendência de esgotamento do padrão de geração de empregos formais no período compreendido entre meados de 2011 até abril de 2012, conforme gráfico 22 da página seguinte, no bojo da desaceleração da economia nacional e da relativa contração do processo de formalização do trabalho no país nos últimos meses e, também a manutenção da alta rotatividade da mão-de-obra empregada nas atividades produtivas, expressão da precarização do trabalho, mesmo com a formalização e assalariamento formal dos últimos anos no mercado de trabalho regional.

Gráfico 22: Admissões e desligamentos por período na 10ª Região Administrativa – 2003 a 04/2012

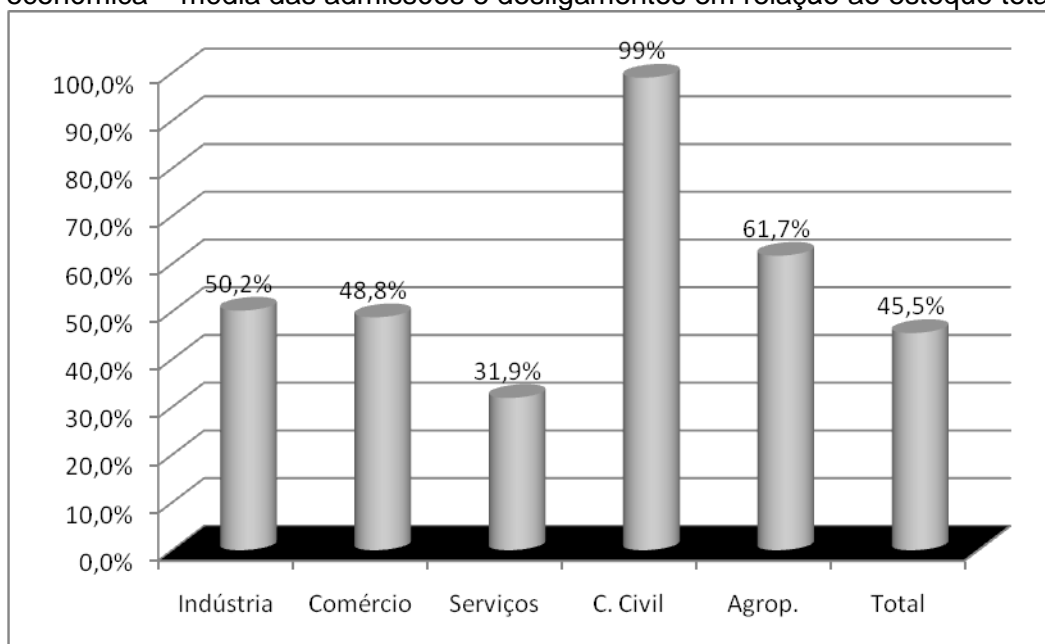


Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003– 04/2012.
Elaboração e organização do autor.

A alta rotatividade do trabalho, por sua vez, aponta para a instabilidade estabelecida no mercado de trabalho formal da economia, considerando-se a média de admissões e desligamentos em relação ao estoque total de empregos formais no ano de 2011, configurando o trabalho como um fenômeno contingente e fugaz, com aproximadamente 45 trabalhadores trocando de emprego ou sendo alijados do emprego com carteira assinada a cada 12 meses, para cada grupo de 100 trabalhadores empregados formalmente na economia regional.

A construção civil configura-se como o setor mais instável da economia, devido às características contratuais por empreita ou por tempo de trabalho (semanal ou quinzenal), apesar do significativo crescimento dos estoques de empregos formais dos últimos anos, apresentando uma elevada rotatividade, em torno de 99%. Em seguida, destacam-se a agropecuária, o setor industrial e o comércio, com 61,7%, 50,2% e 48,8%, respectivamente, de taxas de rotatividade do trabalho, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 23: Rotatividade no mercado de trabalho regional por grandes setores de atividade econômica – média das admissões e desligamentos em relação ao estoque total de 2011



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2011.
Elaboração e organização do autor.

Essa elevada rotatividade do trabalho na região pode ser explicada pela manutenção de um exército de reserva expressivo, mesmo que o emprego com carteira assinada tenha crescido significativamente nos últimos anos, pois a diferença entre o total da População Economicamente Ativa (PEA), representando aproximadamente 400.000 trabalhadores aptos para o trabalho em relação à População Total (848.124 habitantes) e, o estoque de empregos formais no final do ano de 2011 (174.438 empregos com carteira assinada na região), aponta para o fato de que grande parte dos trabalhadores contabilizados na PEA regional está excluída do mercado de trabalho ou inserida de forma precária, tendo o emprego com carteira assinada, uma característica apenas contingente, permeado pela baixa permanência no trabalho e uma elevada rotatividade da mão-de-obra empregada.

O expressivo exército de reserva constituído nas últimas décadas na economia regional, por sua vez, cumpre o papel histórico explicitado por Marx (1988), isto é, a manutenção da exploração do trabalho e da extração de mais-valia, através da pressão exercida sobre a parte ocupada do trabalho no setor produtivo, além da necessária formação de reserva de mão-de-obra para a utilização como fonte de mais-valia a qualquer tempo pelo capital, consubstanciando e possibilitando a continuidade da exploração capitalista do trabalho, colocada em novos termos

econômicos, financeiros e tecnológicos em tempos de reestruturação produtiva e econômica do capitalismo contemporâneo.

Dito em outros termos, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho são funcionais à lógica de acumulação ampliada de mais-valia, tornadas mais excludentes ainda em tempos de aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e permeadas pela necessidade de reordenar as relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, radicalmente desfavoráveis aos trabalhadores em tempos de globalização/mundialização do capital e desregulamentação das normas fordistas que regulavam o trabalho sob o modo capitalista de produção.

Em resumo, as políticas econômicas adotadas em âmbito federal estão assentadas na recuperação e na formalização das relações de trabalho, a despeito da permanência de problemas relacionados à manutenção de contingentes consideráveis da PEA fora do mercado de trabalho regional e da alta rotatividade do trabalho, expressão da precarização das condições e relações de trabalho das últimas décadas no país, no estado e na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Logo, a economia solidária regional apresenta-se como um fenômeno residual e complementar à lógica predominante do emprego formal, representada por iniciativas apenas pontuais e permeadas pela necessidade de obtenção de maior ganho financeiro e de complementação da renda familiar, sobretudo nos assentamentos da reforma agrária da região.

Se de um lado a manutenção de um expressivo exército de reserva e a precarização do trabalho são funcionais à lógica dominante de extração de mais-valia da parte ocupada do trabalho, por outro lado, os empreendimentos econômicos solidários também são funcionais a essa mesma lógica, ao possibilitar a contenção das contradições sociais engendradas pelo movimento de exploração do trabalho como fonte única de produção e reprodução do capital em tempos de acelerado desenvolvimento das forças produtivas. Tudo isso leva a somente uma constatação analítica como síntese de múltiplas determinações nas relações atuais entre o capital e o trabalho na economia regional e da explicação dialética da passagem da aparência para a essência do fenômeno, através de suas contradições: a economia solidária possibilita a contenção das massas excluídas do processo de reestruturação capitalista e, ao mesmo tempo e seguindo a mesma lógica, torna os

trabalhadores associados ou cooperados uma reserva de trabalho para uso a qualquer tempo pelo capital, de acordo com o avanço das forças produtivas capitalistas em tempos recentes.

Com relação aos aspectos do trabalho relacionados à precarização, os empreendimentos econômicos urbanos com características solidárias, desenvolvidos na região não conseguem reverter à lógica de desestruturação das condições e relações de trabalho, pois os postos de trabalho gerados são caracterizados pela subcontratação, pela contratação por encomenda e por produtividade, através do trabalho em domicílio e por produção realizada (trabalhadores artesãos de Santo Anastácio), funcionando muitas vezes como complemento ao emprego com carteira assinada (cooperativa de artesãos de Presidente Prudente) ou se subordinando diretamente aos ditames do capital, a partir da desmotivação com o trabalho cooperado de cunho solidário (cooperativa de trabalhadores da costura de Presidente Venceslau).

No caso da cooperativa de serviços educacionais (Teodoro Sampaio), os trabalhadores já abandonaram a lógica solidária e se enredaram pelos caminhos do emprego assalariado, contratando mão-de-obra e se enquadrando nos princípios capitalistas legais do mercado de trabalho brasileiro. Já os trabalhadores da coleta e reciclagem de materiais recicláveis e dos produtos derivados do couro de Presidente Prudente, se restringem a reprodução social capitalista, através da manutenção de mercados cativos e protegidos e da baixa geração de trabalho e renda nesses empreendimentos.

O baixo rendimento dos trabalhadores permeia praticamente todos os empreendimentos econômicos com características solidárias, representando a manutenção da precarização das condições e relações de trabalho nessas atividades, pois os trabalhadores necessitam complementar a renda em outras atividades, tais como o emprego assalariado nas destilarias de álcool da região, a venda nas feiras livres locais ou o emprego domiciliar ou por encomenda na produção de artesanato ou confecções, subordinando-se às renovadas formas de exploração do trabalho verificadas no capitalismo reestruturado contemporâneo.

Destarte, os empreendimentos econômicos solidários não têm a capacidade de substituir os 4.545 estabelecimentos ou empresas privadas declarantes do CAGED, no período de abril de 2011 a abril de 2012 na região analisada, com relação aos movimentos de admissão e desligamentos de

trabalhadores com vínculos trabalhistas legais, ou seja, a economia solidária não tem o poder de substituir os empregos formais, nem em termos de trabalho associado e nem em função dos postos de trabalho articulados ao próprio mercado de trabalho regional, sendo funcional à lógica reprodutiva capitalista (da mesma forma do emprego assalariado e das formas precárias de trabalho), constituindo uma reserva de trabalho a ser utilizada a qualquer tempo pelo capital, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade de mão-de-obra para a exploração de mais-valia no interior do processo produtivo.

Torna-se imprescindível e elucidativo ressaltar também que os trabalhadores da totalidade dos empreendimentos solidários aqui analisados em todos os municípios, desconhecem o termo economia solidária e suas características gerais de funcionamento e não sabem porque estão inseridos estatisticamente e oficialmente nos termos produtivos solidários. Isso remete a análise para a constatação de que os conceitos estão em construção e “nem sempre ou apenas parcialmente são claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar” (KRAYCHETE, 2000, p. 6).

As formulações teóricas tentam capturar e enquadrar o movimento da realidade dos trabalhadores que se associam para produzir e subsistir na economia e na sociedade, refletindo assim, ideologicamente e de forma utópica o desejo da construção de relações sociais superiores ao capitalismo de mercado que não permeiam efetivamente a prática econômica desses trabalhadores.

Os trabalhadores inseridos compulsoriamente nos inúmeros conceitos que tentam abarcar a lógica popular de produção alternativa (economia popular, economia solidária, economia do trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária), só querem, tão somente, sobreviver e, como não são absorvidos pela lógica capitalista estruturada deste início de século, em seu movimento de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, encontraram outras formas de sociabilidade e de produção econômica, que a teoria e a ideologia da economia solidária, com suas contradições teóricas e paradoxos analíticos, ancorados num caldeirão de teorias e correntes de pensamentos tão heterogêneos quanto às próprias práticas solidárias, tenta capturar e transformar em movimento social emancipatório contemporâneo.

Da mesma forma que a economia solidária desenvolvida na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo não tem a capacidade de substituir o emprego assalariado pelo trabalho associado e cooperado, sendo apenas uma forma pontual e complementar daquele, o desenvolvimento fundamentado nas potencialidades econômicas locais não basta e necessita de articulações funcionais e operacionais com outras escalas de financiamentos e de investimentos para sobreviver e continuar se reproduzindo na escala local, pois não é no nível local que se definem os principais instrumentos de política macroeconômica, os preços pagos aos produtores e o sistema de crédito e de subsídios à produção nos empreendimentos econômicos solidários regionais.

Nessa perspectiva, mesmo que o objetivo seja o desenvolvimento local de potencialidades econômicas a partir da produção e da prestação de serviços direcionada para o mercado local, comunitário e municipal, de forma contraditória, os empreendimentos econômicos com características solidárias dependem de políticas e de decisões econômicas realizadas na escala federal, seja em termos de repasse de verbas para os Programas Federais de aquisição de alimentos nos assentamentos de reforma agrária, seja na formação dos preços pagos aos produtores/trabalhadores solidários, através do estabelecimento de uma lista de preços e produtos determinada pela cotação no mercado nacional e não a partir da variação estabelecida pelo mercado local e regional dos produtos fornecidos pelos trabalhadores/empreendedores solidários, bem como a dependência do próprio mercado da aceitação de determinadas mercadorias, onde os preços são ditados pelas variações mercantis na escala estadual ou nacional e os rendimentos não dependem tanto da produtividade do trabalho, mas sim do montante colocado à disposição das empresas compradoras e da lei da oferta e da procura, sob regras estritamente capitalistas de concorrência e competitividade.

Esse é o caso dos produtores familiares assentados da reforma agrária dos municípios de Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana, que tem o repasse de verbas estabelecido na escala federal e a cotação dos preços determinado pela Conab, tendo como base os preços pagos na escala nacional. Também é o caso da cooperativa de recicladores de Presidente Prudente, onde os preços pagos pelos materiais reciclados variam de acordo com a oscilação do mercado comprador, com base na cotação dos produtos em escala estadual e nacional.

Da mesma forma, se o desenvolvimento local pressupõe a melhoria da qualidade da vida social geral da população, agindo como agente de transformação social, através do surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios, como destacou Sen (2000), a economia solidária regional não pode ser promotora da emancipação dos trabalhadores, pois se situa entre a sobrevivência individual e a reprodução familiar dos associados ou cooperados solidariamente e não como um instrumento de configuração de movimentos políticos e sociais de luta pela cidadania e por direitos políticos e sociais advindos agora, paradoxalmente, da escala local de desenvolvimento.

O desenvolvimento local também pressupõe a autonomia na tomada de decisões e a articulação permanente a um Projeto Nacional de Desenvolvimento, construído sob a determinação de regras democráticas e instituições sólidas e independentes, conforme vaticinou Sachs (1986). Nos empreendimentos econômicos solidários regionais, não há autonomia nas decisões, pois os preços pagos aos produtores são determinados na escala estadual ou nacional e o direcionamento da produção já é previamente estabelecido, isto é, toda a produção é direcionada especificamente para as entidades assistenciais no espaço local, comunitário ou municipal de atuação dos trabalhadores solidários. A mesma condição sendo observada no caso dos valores pagos ao longo do ano pela produção, que é de R\$ 5.500,00 anuais ou R\$ 458,33 se houver fornecimento todos os meses por parte dos associados ou cooperados da economia solidária regional.

Portanto, somente o desenvolvimento local não basta aos empreendedores solidários regionais, pois todo o resultado financeiro é utilizado para uma única finalidade, isto é, para a reprodução social dos trabalhadores, através da consolidação de mercados cativos para os produtos e da tutela do Estado para a continuidade das atividades solidárias, sendo necessária a articulação com outras escalas de atuação, por meio da ampliação da produção e fornecimento para escalas mais abrangentes, nos mercados estaduais, regionais e nacionais, como forma de manutenção dos princípios solidários e para a sobrevivência individual e familiar diante da concorrência capitalista e das grandes marcas, fazendo-se necessária ainda a diminuição da necessidade da subordinação direta ao capital, representada pelo emprego formal assalariado em complemento aos rendimentos dos empreendimentos econômicos solidários ou a subordinação indireta, por meio do trabalho subcontratado, por domicílio e por produtividade nas empresas de

confeções e de artesanato dos municípios de Presidente Prudente e de Santo Anastácio.

No que tange à problemática envolvendo as articulações do desenvolvimento sustentável com as práticas desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários regionais, observa-se que a preocupação com o meio ambiente aparece em segundo plano na maioria das associações de produtores rurais familiares dos assentamentos de reforma agrária, notando-se a utilização de fertilizantes, adubos químicos e rações industrializadas como forma de tornar a produtividade do trabalho mais rentável, especialmente nos meses de forte estiagem na região, comprometendo a manutenção da produção agrícola e pecuária (gado leiteiro) nos mesmos patamares dos outros períodos do ano. Isso confirma que a economia solidária regional se pauta mais pela necessidade de sobrevivência familiar dos trabalhadores associados ou cooperados (baseando-se num suposto desenvolvimento econômico), do que necessariamente na preocupação com a preservação dos recursos naturais e com a sustentabilidade ambiental.

Nos empreendimentos econômicos solidários urbanos, a motivação e a preocupação com a sustentabilidade ambiental, aparecem de forma mais expressiva, na forma de reutilização de sobras do processo industrial de preparação do couro para o mercado consumidor estadual, nacional e internacional (Cooperativa de Couro e União dos Produtores Artesanais de Presidente Prudente) e do trabalho direto com resíduos sólidos descartados e coletados pelo poder público municipal (Cooperativa de Reciclagem de Presidente Prudente).

Todavia, a reciclagem direta de resíduos sólidos no município está mais associada ao resgate social dos trabalhadores do antigo “lixão”, que sobreviviam em condições desumanas de trabalho e de sociabilidade, do que propriamente da preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais derivados do minério de ferro, do petróleo e da celulose, sendo que o que permeia essas atividades não é o montante coletado de resíduos sólidos descartados pela população e nem a produtividade do trabalho na cooperativa, mas sim a lógica concorrencial capitalista, expressa no monopólio na formação dos preços pagos pelo material reciclável e a aceitação de determinados materiais ao longo do ano, conforme a variação de preços no mercado estadual e nacional de resíduos sólidos.

Se a cooperativa de reciclagem de Presidente Prudente conta com o apoio maciço de órgãos públicos e de instituições públicas e privadas de ensino

superior, o mesmo não foi observado com os trabalhadores de resíduos sólidos do município de Pirapozinho, que não puderam continuar suas atividades pela ausência de apoio do poder público municipal e pelos meios técnicos obsoletos utilizados na coleta e venda de materiais recicláveis, o que confirma que a preocupação com o meio ambiente aparece em segundo plano, sobressaindo a necessidade de resgate social dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e das formas de sociabilidade contemporâneas, de acordo com as reais discussões sobre o desenvolvimento, assentadas na problemática do desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, derivadas da tensa relação entre o capital e o trabalho no capitalismo contemporâneo.

Faz-se necessário destacar também, que a própria reciclagem de resíduos sólidos encontra determinados limites para a aplicação do reaproveitamento econômico dos materiais descartados diariamente pela sociedade, a saber:

- a) limites econômicos: somente alguns materiais têm valor de mercado suficientemente atrativo e materiais secundários têm preço de mercado menor, como, por exemplo, as garrafas PET e o vidro e seus derivados;
- b) sociais: a reciclagem depende necessariamente de excluídos sociais ou de desempregados para a coleta seletiva desses materiais, isto é, a própria reciclagem é considerada um meio de sobrevivência e não uma opção de preservação ambiental;
- c) físicos: há um desgaste natural derivado do uso dos recursos naturais presentes nos produtos e mercadorias, ou seja, a reutilização e transformação dos recursos não são eternas, havendo um limite físico para a reciclagem dos resíduos sólidos;
- d) culturais: a sociedade não está habituada a reciclar e o imediatismo/individualismo reina como princípios societais.

Sob esses cânones analíticos, existem limites físicos e estruturais impostos pelo processo de produção, reprodução e acumulação de capital ao desenvolvimento sustentável, que impedem sua completa aplicação prática. Ademais, nos empreendimentos econômicos solidários a sobrevivência familiar e comunitária sobressai e coloca a preocupação com a sustentabilidade em segundo plano: o que está em jogo é a contenção das contradições sociais do capitalismo em sua fase de acelerado desenvolvimento das forças produtivas, resultante da necessidade de reordenar as massas e equilibrar as forças para a continuidade do

movimento de exploração do trabalho e de extração de mais valia a qualquer custo e de qualquer forma e natureza, expressando a contradição do conceito de sustentabilidade e sua utilização para as mais diversas finalidades e interesses políticos, econômicos e sociais.

A contradição essencial continua sendo a tensa relação entre o trabalho e o capital, exacerbada em tempos recentes pelo desenvolvimento das forças produtivas e a desregulamentação das normas sociais fordistas que regulavam as relações sociais. Nesse sentido, tanto o desenvolvimento sustentável, quanto o desenvolvimento local, em consonância e em articulação funcional e operacional com a economia solidária, servem ao mesmo propósito de evitar o debate sobre essas contradições e a luta de classes engendrada pelo movimento do capital em seu processo de produção e acumulação de mais valia, através da exploração da força de trabalho.

Da mesma forma analítica, se o desenvolvimento econômico ocorre a partir da passagem dialética do nível mais simples ao mais complexo ou do estágio inferior para o superior (CHEPTULIN, 1982), através do desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, que consubstanciam a transformação profunda de toda a estrutura econômica e social, através de modificações na distribuição da população, de alterações na complexidade das condições e relações de trabalho, nas formas de distribuição da riqueza socialmente produzida e de profundas mudanças nas técnicas de produção (RANGEL, 2005, p. 133), os empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo não têm a capacidade de se expandir para toda a economia e se conformar como um novo modelo de desenvolvimento, assentado na solidariedade, no associativismo e no cooperativismo dos trabalhadores excluídos do processo de reestruturação capitalista contemporâneo.

Pelas próprias características técnicas (na maior parte das vezes a produção é toda manual ou as tecnologias utilizadas são obsoletas), operacionais (não possuem sede e funcionam de forma precária) e financeiras (dependem de repasses contínuos e permanentes de verbas públicas) desses empreendimentos, os mesmos são constituídos como alternativas de reinserção de grupos excluídos socialmente. As características solidárias são conformadas através de formas pontuais e isoladas de organização dos trabalhadores para a produção realizada na maior parte das vezes de maneira individual e pragmática, com a coletividade sendo

executada apenas na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas da associação, do grupo informal ou da cooperativa.

Por essas condições operacionais e funcionais e sem o desenvolvimento de novas forças produtivas materiais ou da expansão da economia solidária para toda a economia, os empreendimentos econômicos solidários acabam por reproduzir os mesmos mecanismos de produção capitalista, mesmo que se observem inovações nas formas de organização do trabalho e na destinação do excedente de produção, direcionados para entidades assistenciais locais ou comunitárias e não para o mercado concorrencial, ainda que esses empreendimentos dependam da ampliação da produção e da concorrência com empresas capitalistas para continuar sobrevivendo para além da tutela do Estado.

A economia solidária regional não tem poder de engendrar o desenvolvimento de forças produtivas superiores e alternativas ao capitalismo para toda a economia e nem o poder de suscitar o desenvolvimento econômico, sendo pontual e atrelado somente às potencialidades locais e comunitárias, o que lhes impede a generalização para todos os ramos e circuitos econômicos e produtivos. As possibilidades de desenvolvimento econômico ficam relegadas, portanto, ao segundo plano, não apresentando condições de passagem de níveis inferiores para condições superiores de trabalho²⁵ e de produção, nem de alterar as bases técnicas produtivas, a distribuição da população regional e a redistribuição da riqueza produzida socialmente pelos trabalhadores associados ou cooperados solidariamente.

Não obstante o resgate social de grupos sociais vulneráveis, a economia solidária regional não está articulada em redes de distribuição e comercialização de produtos solidários e nem está associada a políticas de desenvolvimento econômico assentadas em investimentos em educação, saúde, infraestruturas, seguridade social, reforma agrária e urbana, entre outras políticas de fomento do processo de desenvolvimento nacional em articulação com o desenvolvimento regional.

²⁵ Pelo contrário, a precarização das condições e relações continua a caracterizar os empreendimentos econômicos solidários na região analisada, expressos através da existência do trabalho por encomenda, subcontratado e por domicílio e na subordinação direta do trabalho ao capital, através da necessidade de assalariamento formal nas usinas de álcool de vários municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

As características associativas ou cooperativas dos grupos de trabalhadores, permeadas pela união com o objetivo de obtenção de maiores ganhos financeiros e de ampliação da renda familiar, por sua vez, fazem com que a economia solidária não tenha nada de revolucionário ou de socialista, pois toda a produção é individual, direcionada para uma única finalidade, o valor de troca continua sendo realizado nos produtos e serviços oferecidos pelos grupos de trabalhadores e a união de classes sociais deixa de existir, ocorrendo apenas o uso coletivo de equipamentos de produção. Em outras palavras, a produção individual nega a possibilidade de estruturação de outras forças produtivas e impele para a lógica dominante capitalista.

A socialização da produção, o fortalecimento dos vínculos dos trabalhadores, através da organização política em sindicatos e partidos políticos, a constituição de agroindústrias coletivas controladas e dirigidas plenamente pelos trabalhadores e, a construção do socialismo, aparece distante dos princípios dos trabalhadores associados que apenas se associam para sobreviver e se reproduzir socialmente, percorrendo um caminho perdido e confuso, num limbo entre a necessidade e a ausência de alternativa de superação de sua condição de classe social desfavorecida no atual jogo de acumulação ampliada de capital em tempos recentes.

Não tendo capacidade de engendrar novas forças produtivas, alternativas e superiores ao capitalismo e sendo caracterizada pela complementaridade, pontualidade e pelo aspecto residual de suas iniciativas, a economia solidária regional funciona como um instrumento de contenção das contradições do capitalismo reestruturado das últimas décadas, que excluiu milhares de trabalhadores do processo produtivo ou precarizou as condições de trabalho da parte ocupada do exército de reserva (MARX, 1988).

Esses trabalhadores passam a compor o exército industrial de reserva, representando materialmente a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (reestruturação e revolução tecnológica) e as relações de produção (trabalhadores excluídos, desemprego e informalidade do trabalho). Nessa compreensão teórico-metodológica, a economia solidária regional representa o controle e a supervisão dessa massa de trabalhadores excluídos socialmente, através da qual mantêm o equilíbrio necessário para a reprodução ampliada do capital e a “paz” social, condizente com a manutenção do *status quo* e a

desmotivação/desinteresse para a organização social e política, para a luta de classes e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, conforme esquema explicativo abaixo.

**desenvolvimento das forças produtivas (novo paradigma tecnológico e reestruturação capitalista) → aumento do exército de reserva
→ movimento político e sindical na defensiva → pressão social → economia solidária para amenizar → desmobilização da luta de classes**

Logo, a economia solidária, isto sim, funciona como um instrumento de contenção das contradições sociais, ao tentar reconduzir ao circuito de reprodução do capital, via o associativismo e o cooperativismo dos excluídos do processo de reestruturação capitalista atual, tanto os “inempregáveis²⁶” de Singer (2006), quanto o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa de Marx (1988), resultando num processo de estagnação da luta de classes, ao impulsionar a união contraditória dos trabalhadores em empreendimentos em que eles próprios são, ao mesmo tempo e paradoxalmente, “empregados” e “donos” da força de trabalho e dos meios de produção.

Em suma, a economia solidária regional funciona como uma nova forma de regulação social complementar ao controle e vigília de cunho fordista/taylorista, realizado nas indústrias e fábricas regionais em articulação com a adoção de novos princípios de regulação social, assentados na transformação dos trabalhadores em “colaboradores”, colocando-os na condição de quase “sócios” do empreendimento capitalista e obrigando-os a assumir riscos, desenvolver sua empregabilidade e trabalhabilidade²⁷ e dividir as responsabilidades de aumento

²⁶ Singer (2006) considera os trabalhadores que foram demitidos muitas vezes ou que ficaram muito tempo sem emprego, passíveis de desemprego permanente, sendo considerados inempregáveis e excluídos em definitivo do mundo formal do trabalho. O mesmo desconsidera que o exército de reserva está sempre disponível ao capital a qualquer tempo, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade de acumulação de capital, através da exploração da força de trabalho sob novas e variadas formas.

²⁷ As condições atuais de flexibilização do trabalho, levam o trabalhador a desenvolver habilidades ligadas à busca de um trabalho e não mais necessariamente de um emprego (as atividades temporárias ou os bicos são exemplos disso) em substituição a empregabilidade (a aquisição de habilidades direcionadas para a inserção ou manutenção do emprego formal).

constante e permanente da produtividade do trabalho a serviço da acumulação de capital (MELO, 2008).

Nas associações e cooperativas, o trabalho continua sendo vigiado, agora por presidentes ou coordenadores e pelo Estado (via Programas Federais), que garante repasse de verbas permanentes e estáveis, desde que os trabalhadores não se organizem e não reivindicem a formação de outro tipo de Estado e nem a configuração de relações de produção inclusivas e socialmente mais adequadas aos interesses da classe trabalhadora, no controle das forças produtivas materiais da sociedade, sob novas formas e relações de produção socialistas.

4.11. Considerações Finais ao Capítulo 4

Os empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, não têm a capacidade de engendrar o desenvolvimento econômico e regional, nem tampouco configurar uma nova forma de organização dos trabalhadores suficientemente sólida para superar a desestruturação/precarização do mercado de trabalho regional das últimas décadas, seja através da geração de trabalho e renda no espaço rural, seja enquanto instrumento de recuperação do assalariamento formal, representando apenas formas pontuais, desarticuladas territorialmente e residuais às formas dominantes de desenvolvimento econômico e social de cunho capitalista.

As iniciativas de economia solidária regional funcionam como instrumentos de contenção das contradições sociais do capitalismo reestruturado, que exclui milhares de trabalhadores do processo produtivo e precariza as condições e relações de trabalho para a parte ocupada do capital variável. Ademais, o desemprego e a precarização do trabalho são funcionais à acumulação de capital, sendo a economia solidária uma reserva de mão-de-obra a ser explorada pelo capital a qualquer tempo e sob novas condições econômicas, produtivas e tecnológicas, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a extração de mais-valia em tempos de reestruturação produtiva e financeira do capitalismo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970, o modelo de acumulação fordista entrou em crise, devido ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas não ser mais compatível às exigências de controle e supervisão do trabalho de cunho taylorista e a produção em larga escala de caráter fordista no interior do processo produtivo. Esse movimento culminou na reestruturação do capitalismo, expresso na retomada do movimento de globalização/mundialização do capital, na aplicação de políticas neoliberais de restrição da participação do Estado na economia e de liberdade irrestrita para a regulação econômica pelo viés do mercado, na transformação do paradigma técnico produtivo através da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, no redimensionamento do processo produtivo e na reorganização do trabalho na produção, principalmente pela adoção de novas formas de gestão da força de trabalho.

A contradição fundamental do modo capitalista de produção, determinada pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, passou a ser exacerbada, configurando a crise do mundo do trabalho, permeada pelo aumento do desemprego, pela informalidade do trabalho, pelo ressurgimento de formas atípicas de trabalho, como expressão da exploração do trabalho sob novas formas (trabalho atípico, por tempo determinado, por tarefas, trabalho temporário, subcontratação, terceirização, etc.) e pela exasperação da precarização das condições e relações de trabalho. Todos esses fatores são concomitantes e complementares à lógica de reprodução ampliada do capital, seja sob a forma tradicional de extração de mais-valia relativa diretamente do processo produtivo, seja pelas novas e variadas formas de exploração da força de trabalho, através da manutenção de um exército de reserva abundante a ser utilizado pelo capital a qualquer tempo, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Ao mesmo tempo em que o movimento de reestruturação capitalista representou a desestruturação do mundo do trabalho, conformado também pela desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho sob regras neoliberais, o mesmo ensejou o questionamento das políticas keynesianas de desenvolvimento econômico, que defendiam a ampla participação do Estado nos assuntos

econômicos e na determinação da demanda efetiva, da propensão ao consumo e dos investimentos públicos como multiplicadores do crescimento econômico e da geração de empregos, além da constituição de um conjunto de medidas de proteção social, que culminou na configuração de *Welfare States* nas principais economias desenvolvidas no pós-guerra.

Decorrentes dessas transformações socioeconômicas, várias teorias do desenvolvimento foram engendradas, destacando-se a economia solidária, colocada na perspectiva da solidariedade, da cooperação e da associação entre os trabalhadores excluídos do processo produtivo e das condições formais de trabalho capitalistas, articulada também ao socialismo utópico do século XIX, ao desenvolvimento permeado pelas potencialidades locais e pelas características endógenas do crescimento (desenvolvimento local) e pela preocupação com a preservação ambiental em concomitância ao crescimento econômico e ao combate às desigualdades sociais (desenvolvimento sustentável). Todo esse conjunto teórico considerado neste trabalho como um instrumento de omissão da real discussão sobre a contradição fundamental do capitalismo, qual seja, a tensa relação entre o capital e o trabalho, configurada pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, que determinam a posição das classes sociais e o estágio da luta de classes, em tempos de reestruturação produtiva, econômica e tecnológica do capitalismo contemporâneo.

A implementação do conjunto de medidas reestruturantes do capitalismo, engendrou a desestruturação/precarização do mundo do trabalho no Brasil, no governo de Fernando Collor de Mello na presidência da república e nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao longo dos anos de 1990. Durante esses dois governos foi levada a cabo a aplicação das políticas neoliberais no país, determinada pelo processo de abertura comercial e financeira indiscriminadas, pela privatização e concessão do patrimônio estatal nacional, pela política de juros elevados para atrair o capital estrangeiro e pela política de valorização das importações, apontando para a ruptura com o processo histórico de formalização das relações de trabalho iniciada na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas e um redirecionamento das estruturas do Estado nacional, visando uma maior regulação econômica pela perspectiva do mercado. Por conseguinte, o mercado de trabalho brasileiro passou a ostentar marcas históricas e sem

precedentes de desemprego em massa, informalização e precarização das condições e relações de trabalho, nas mais variadas escalas geográficas, notadamente na escala local e regional, que apresentaram variações nos níveis de emprego, desestruturação funcional do trabalho, elevada rotatividade da mão-de-obra empregada, informalidade e periferização do desemprego, representada pela concentração dos trabalhadores desempregados na periferia da área urbana de Presidente Prudente.

Da mesma forma, o movimento de reestruturação capitalista nacional, ensejou o redirecionamento das prerrogativas do desenvolvimento econômico, representando a substituição do modelo caracterizado pela ampla participação do Estado, via industrialização substitutiva de importações e representada por maciços investimentos estatais em infraestrutura produtiva e distributiva, pela conformação das premissas estritamente mercantis na condução dos assuntos econômicos, determinando a privatização do aparato estatal, a aplicação de políticas monetaristas de controle da inflação e redução dos gastos públicos e, sobretudo, a configuração da Guerra Fiscal entre estados e municípios para atrair investimentos produtivos e financeiros, de acordo com as prerrogativas da livre circulação de capitais pelo território nacional.

Concernente a implementação de medidas de reestruturação capitalista, de redirecionamento das premissas do desenvolvimento econômico e da exacerbação do processo histórico de desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho (funcionais e complementares à lógica de reprodução ampliada do capital), observa-se a consolidação e a ampliação das experiências de economia solidária iniciadas em meados da década de 1980, nos Projetos Alternativos Comunitários desenvolvidos pela Cáritas Brasileira e pela cooperação agrícola realizada nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o território nacional.

No bojo do aumento dos projetos de economia solidária no país e da pressão popular para a institucionalização das práticas solidárias, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, no contexto da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores e da perspectiva da formação de um governo de base “popular”, a partir de políticas sociais de combate à pobreza e da ampliação do

Programa Bolsa Família em todo o país, mesmo com a manutenção de instrumentos de política macroeconômica neoliberal no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como por exemplo, as metas anuais de inflação, a geração de *superávits* primários nas contas públicas, a política de responsabilidade fiscal dos governos anteriores, um sistema de câmbio flexível, entre outras.

A partir daí a economia solidária se expandiu em todos os estados da federação nacional, representando aproximadamente 14.954 iniciativas solidárias em 41% dos municípios do país, conforme o primeiro mapeamento oficial da economia solidária realizado entre os anos de 2005 e de 2006 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Contudo, os dados e as informações sobre as iniciativas solidárias apontam para a característica apenas residual e complementar dos empreendimentos, formados para a complementação da renda familiar em detrimento de formas alternativas de associação comunitária, filantrópica e/ou religiosa, dependendo do mercado local e municipal para a realização das vendas dos produtos e da dependência do Estado para a expansão das atividades e da abrangência para escalas mais amplas de distribuição e fornecimento dos produtos da economia solidária, assim como a necessidade da formação de mercados cativos e protegidos para os produtos e serviços e do financiamento estatal para fazer frente à concorrência no mercado capitalista de trocas.

Nesses termos, no que tange ao processo de desenvolvimento econômico e à dinâmica e evolução do mercado de trabalho formal no interior do estado de São Paulo, mesmo com o processo de interiorização da indústria para estimular o desenvolvimento econômico, levado a cabo desde meados da década de 1960, a 10ª Região Administrativa apresentou a partir da década de 1970, perda de dinamismo industrial, baixa geração de riqueza e participação no PIB estadual, (colocando a região como uma das mais pobres do estado, mesmo apresentando melhorias significativas no Índice Paulista de Responsabilidade Social nas variáveis escolaridade e longevidade) e, em tempos de reestruturação produtiva e reordenamento industrial pelo território paulista, a desestruturação/precarização do mercado de trabalho, além do sucateamento da infraestrutura de transportes regional, a perda de importantes indústrias para outras áreas do estado e para outros estados da federação e a estagnação das atividades produtivas verificadas em todos os municípios da 10ª Região Administrativa ao longo das últimas décadas.

Todos esses fatores, concomitantes e complementares à perda de dinamismo no processo de desenvolvimento econômico, desencadearam o surgimento de algumas iniciativas de economia solidária na região, caracterizadas pela associação, pela cooperação e pela solidariedade entre os trabalhadores excluídos do processo produtivo ou com dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho, tanto nas áreas urbanas, quanto nas áreas rurais dos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Entretanto, a economia solidária desenvolvida na região se caracteriza pela baixa participação dos trabalhadores em empreendimentos com características solidárias, estando presente em apenas nove dos cinquenta e três municípios constituintes da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e perfazendo vinte e seis projetos solidários na região. Esses empreendimentos se caracterizam também pela ampla participação de associações de trabalhadores rurais familiares da reforma agrária, principalmente nos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Bernardes e Rosana. No espaço urbano, os empreendimentos econômicos com características solidárias estão presentes nos municípios de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio, através da atuação dos trabalhadores associados em atividades de artesanato, costura industrial, produtos derivados do couro, materiais recicláveis e ensino e aprendizagem.

Todos os empreendimentos com características solidárias, por seu turno, apresentam a necessidade de investimentos públicos para a permanência nas atividades solidárias, tendo peso maior o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal e, a necessária complementação de renda em atividades assalariadas formais ou através da venda do excedente de produção nas feiras livres locais e regionais e da entrega dos produtos em feccularias e laticínios regionais. Além disso, a maioria dos empreendimentos foi constituída com o objetivo de complementação da renda familiar (no caso das associações de produtores rurais familiares) e apenas alguns com o intuito de alternativa ao desemprego, apresentando reduzida forma de participação no quesito desenvolvimento de formas alternativas ao capitalismo dominante nas relações de produção e no mundo do trabalho.

Assim sendo, a economia solidária regional apresenta-se como um fenômeno pouco significativo na economia local e regional, sendo apenas pontual, residual e complementar à lógica predominante de acumulação de capital, configurando-se mesmo como uma reserva de mão-de-obra para o uso a qualquer tempo pelo capital, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade de força de trabalho para a extração de mais-valia, seja pela forma tradicional de exploração do trabalho ou pelas novas e precárias formas de extração de trabalho excedente necessário para a acumulação ampliada e a reprodução de capital nas escalas geográficas local e regional.

Em termos de mercado de trabalho, a economia solidária não tem a capacidade de suscitar a geração ampla de postos de trabalho para dar conta da grave crise do desemprego que assolou a região a partir da década de 1990, apresentando baixa participação dos trabalhadores nos empreendimentos urbanos e mesmo nas associações de trabalhadores rurais familiares, que foram estruturadas visando à complementação de renda e à formação de um “negócio” onde todos são sócios. Ademais, a precarização das condições e relações de trabalho permanece nos empreendimentos econômicos com características solidárias no espaço urbano, pois os postos de trabalho são caracterizados pela subcontratação, pela contratação por encomenda e por produtividade e pelo trabalho em domicílio, funcionando muitas vezes como complemento ao emprego com carteira assinada ou se subordinando diretamente aos ditames do capital, através da desmotivação com o trabalho cooperado e a adesão às regras de funcionamento de um empreendimento tipicamente capitalista.

Assim sendo, os objetivos que permearam a pesquisa foram amplamente alcançados, quer pela apreensão das características dos empreendimentos econômicos solidários nos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, quer pelo entendimento e compreensão dos impactos das políticas públicas de economia solidária no processo de desenvolvimento econômico regional e na geração de trabalho e renda, enfocando as possibilidades, as limitações e as contradições dessas iniciativas na região analisada nesta tese de doutorado.

Para tanto, o método de análise e investigação científica, determinado pelo materialismo histórico e dialético, possibilitou a apreensão da

essência do fenômeno estudado (a economia solidária como uma forma e um instrumento de contenção social) para além da aparência (os empreendimentos econômicos solidários considerados ideologicamente como instrumentos de superação do modo capitalista de produção, através da cooperação, da associação e da solidariedade dos trabalhadores em outra forma de desenvolvimento econômico) e o entendimento das características gerais de funcionamento da economia solidária no Brasil, para a singularidade dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Também possibilitou a compreensão das estruturas, das funções e das contradições das iniciativas solidárias regionais (numa análise do repouso relativo de suas formas concretas de existência por municípios analisados), superando a análise apenas quantitativa desses empreendimentos, através da análise das particularidades e singularidades de cada iniciativa solidária por município investigado ao longo da pesquisa empreendida. Com isto, foi possível superar a teoria central da economia solidária, através da negação dialética das aparências externas do fenômeno e de suas contradições essenciais permeadas por suas formas reais e concretas de existência.

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados, a coleta de dados e informações sobre os empreendimentos econômicos solidários na página virtual do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, na escala nacional, estadual e regional, possibilitou a caracterização das iniciativas solidárias no país, no estado de São Paulo e na economia regional, bem como a localização geográfica das mesmas na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo para posterior visita de campo e conhecimento *in loco*. Da mesma forma, a atualização dos dados e informações sobre a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho nas escalas geográficas analisadas, foi possível através de buscas e pesquisas no *site* do Ministério do Trabalho e do Emprego, no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e, a caracterização econômico/social da região analisada, por meio do Índice Paulista de Responsabilidade Social, foi realizada através de pesquisas na página virtual da Fundação Seade de análise de dados dos municípios paulistas.

A localização geográfica dos empreendimentos econômicos solidários regionais permitiu a visita *in loco* dos mesmos, a aplicação de

questionários aos trabalhadores associados e cooperados e a participação em assembleias e em reuniões das associações, das cooperativas e dos empreendimentos informais, possibilitando a apropriação de conhecimentos importantes e essenciais para a análise das formas, das estruturas e das funcionalidades da economia solidária nos municípios investigados, consubstanciando a interpretação das possibilidades, das limitações e das contradições das iniciativas com características solidárias na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Por conseguinte, com base no método de análise, na coleta secundária de informações e dados e nas pesquisas de campo realizadas, a confirmação da hipótese levantada, consubstanciada na negação da economia solidária regional como um instrumento de desenvolvimento econômico e de geração de trabalho e renda que possa superar a desestruturação e a precarização do mercado de trabalho regional das últimas décadas. Questionadas as possibilidades, as limitações e as contradições da economia solidária na região, tornou-se possível desvendar seus interesses e motivações concretas.

Destarte, a economia solidária desenvolvida nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, não tem a capacidade de engendrar postos de trabalho de forma suficiente para fazer frente ao problema do desemprego ou a reinserção produtiva dos trabalhadores excluídos do processo de reestruturação capitalista, nem suscitar medidas de desenvolvimento econômico, representando apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda, que não tem o poder de se generalizar para toda a economia e nem representar significativamente uma nova forma de organização econômica e social, servindo, sobretudo, a contenção das tensões sociais sob o capitalismo reestruturado em seu movimento de exacerbação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas atuais e as relações de produção subjacentes, tendo em vista a manutenção da exploração do trabalho e a acumulação de capital sob novas formas econômicas, sociais, tecnológicas e laborais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**, In: Pós neoliberalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena et al (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regionalização no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, p. 87 - 95.

AZZONI, Carlos Roberto. A lógica da dispersão na indústria no Estado de São Paulo. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE/USP, n. 16, especial, 1986.

AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, n. 58, 1986. (Séries Ensaios Econômicos).

BANCO MUNDIAL (1995). O trabalhador e o processo de integração mundial. Washington: BIRD In: POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; CARNEIRO, Ricardo. **Bloqueios ao crescimento**. São Paulo: Política Econômica em Foco, n. 3, janeiro/abril de 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado** – um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 589-694 (Estudos Econômicos e Sociais, 36).

BOUDEVILLE, Jacques Raoul. **Les programmes économiques**. 10ª Edição. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

BOUDEVILLE, Jacques Raoul. **Aménagement du territoire et polarization**. Paris: Éditions M. TII. Génin, 1972, 280 p.

BOUDEVILLE, Jacques Raoul. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973 (Coleção Saber Atual, n. 160).

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Relações de trabalho** – dissertação de mestrado analisa o fenômeno da flexibilização das relações de trabalho. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2001. Disponível em <<http://www.diap.org.br>>, acesso em setembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/home/alimentacaoescolar>> acesso no período de agosto de 2011 a fevereiro de 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS e CAGED**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> acesso no período de junho de 2007 e fevereiro de 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> acesso no período de junho de 2011 a fevereiro de 2013.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

BREITBACH, Áurea Correa de Miranda. **Estudos sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Teses), 1988.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

BUARQUE, Sérgio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de

multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CAGED – **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Lei nº. 4.923/65, Módulo I, Janeiro de 1997 à Outubro de 1998, Ministério do Trabalho, 1999 (CD-ROM).

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio** – Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 8. ed., 2009.

CASTELLS, Manuel. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 17, p. 5-23, 1986.

CASTRO, Armando Barros de. **Planejamento: avaliação crítica e redefinição institucional**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 5, nº 4, p. 13-17, out/dez. 1991.

CATTANI, Antônio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 9-14, 2003.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHEPTULIN, Alexander. **A dialética materialista: leis e categorias da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

COHEN, Gerald Allan. Forças produtivas e relações de produção. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, nº 31, p. 63-82, 2010.

COLE, George Douglas Howard. **A Century of Co-operation**. Manchester, Cooperative Union Ltda., 1944.

COMIN, Álvaro Augusto. Desregulação do mercado de trabalho e ação sindical no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **O Brasil não é mais aquele....Mudanças sociais após a redemocratização**. São Paulo: Cortez, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares á economia do trabalho. In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU Ideias**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, n. 47, ano 4, 2006.

COUTINHO, Luciano. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, agosto 1992.

DEDECCA, Claudio Salvadori; BRANDÃO, Sandra Marcia Chagas. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho, In: **Crise Brasileira: anos 80 e governo Collor**. CGIL/CUT/DESEP, São Paulo, 1993, p. 307-350.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Disponível em <<http://www.diap.org.br>> acesso entre novembro de 2007 e fevereiro de 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, Disponível em <<http://www.dieese.org.br>> acesso em janeiro de 2012.

DICEY, Albert Venn. **Lectures on the relation between law and public opinion in England during the nineteenth century**. London: Macmillan Co., 1914.

DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes**. Teoria de uma economia monetária. 6. ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

DINIZ, Clélio Campolina, LEMOS, Mauro Borges. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989, p. 161-99, v. 3.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente/Sp**, Presidente Prudente, FCT/Unesp, 1998, 288 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRAZ, Eduardo Maia de Castro. **A crise do planejamento**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: v. 5, nº 4, p. 2-4, out/dez. 1991.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Discussões sobre economia solidária**. Disponível em <<http://www.fbes.org.br>> acesso entre julho de 2009 e fevereiro de 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Disponível em <<http://www.fbes.org.br>> acesso em agosto/setembro de 2011.

FREEMAN, Chirstopher. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico. **Cadernos Ensaios FEE**. Porto Alegre, n. 5, 1984.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940, 1950,1960, 1970, 1980 e 1991.

FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro: IBGE/Ministério de Planejamento e Orçamento, 1997.

FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** Disponível em <<http://www.seade.sp.gov.br>> acesso em novembro de 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Atividade Econômica Paulista - PAEP**. Disponível em <<http://www.seade.sp.gov.br>> acesso em março de 2012.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento, enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em setembro de 2011.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Quantificação em geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2000, Dissertação (Mestrado em Geografia).

GONÇALVES, Reinaldo. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo. SALOMÃO, Inessa. **Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: características e instrumentos**. Brasília: ANPROTEC/SEBRAE, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1996.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 5. ed., 221 p., 1990.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina-SP**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1996, Tese (Doutorado em Geografia)

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In MENEGUETTE JUNIOR, Messias: ALVES, Néri (Orgs). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, p. 21 – 41, 1999.

HIRSCHAMN, Albert Otto. **The strategy of economic development**. New Haven, Connecticut: Yale, University Press, 1958.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em novembro de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário**. São Paulo: Boitempo, 1996.

JINKINGS, Nise. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1982.

KON, Anita. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KRAYCHETE, Gabriel. (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia Moral. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LEIS, Héctor Ricardo. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização.** São Paulo: Gaia, 1996.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luís. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995.

LEITE, José Ferrari. **Regiões em crise.** Marília: FEFCS/UNESP, 1980.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente: IPEA/UNESP, 256 p., 1981, Tese (Livre Docência).

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: Santos, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador: ano XII, n. 21, pgs. 4-19, julho 2010.

LIMA, Eurenice. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, n.º 25, NERU, São Paulo, Ano VIII, 1988.

LOMBORG, Bjorn. **O ambientalista cético: medindo o verdadeiro estado do mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LUKÁCS, George. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAMIGONIAN, Armen. **O processo de industrialização em São Paulo**. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 50. mar. 1976.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio, *et al.* **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, p. 65-76, 1995.

MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In: ARROYO, Mônica (org). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006.

MARX, Karl. Infraestrutura e Superestrutura: O prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política. In: IANNI, Octávio (org.). **Marx – sociologia**. 3. ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Ensaio, 1987.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon**. São Paulo: Centauro, 2001.

MATTOSO, Jorge Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MATTOSO, Jorge Levi. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MELO, Nildo Aparecido de. **Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição à análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local**. Monografia de Bacharelado, Presidente Prudente, UNESP/FCT, 1999.

MELO, Nildo Aparecido de. **Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente: subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal**. Dissertação de Mestrado, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2008.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local**: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, conceitos e princípios**. Textos de economia. V. 4, n. 1, Florianópolis: UFSC, 1993.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. DATALUTA – **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Acesso em 18/12/2013. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

NORTH, Douglass Cecil. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCWARTZMAN, J. **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

NOVAES, Henrique Tahan. Algumas notas sobre a concepção marxista do Estado capitalista no século XX. In: BENINI, Édi *et al.* **Gestão pública e sociedades**: fundamentos e políticas de economia solidária. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, p. 169-217, 2011.

OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Proposta para discussão sobre desenvolvimento local**: limites e possibilidades. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Osvaldo Luiz de. A região administrativa de Presidente Prudente. In: **Cenários da urbanização Paulista**. São Paulo: SEADE, p. 71-102, 1992.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PERROUX, François. **L'économie du XXème siècle**. 2. ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S.(org.), **Produzir para viver – os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. **Emprego no Brasil nos anos 90**, Rio de Janeiro: IPEA, 36p., março de 1997.

RANGEL, Ignácio. Intermediação financeira e crise. **Revista Ensaios**: Porto Alegre, p. 57-64, 1985.

RANGEL, Ignácio. **Economia brasileira contemporânea**. Campinas: Biental, 1986.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RICHARDSON, Harry. **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**, São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SÃO PAULO (ESTADO). **SERT** - Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho. Disponível em <<http://www.emprego.sp.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/Presidente Prudente. **Dados e Informações sobre desemprego**, Janeiro de 1997 à Maio de 1999.

SILVEIRA, Marcio Rogério. **Desenvolvimento econômico e transporte ferroviário – abordagem para o caso catarinense**. Ourinhos: GEDRI/UNESP, 2006.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às Parcerias Público-Privadas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas: impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (orgs). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Reestruturação dos sistemas de movimento e da logística e seus impactos regionais e urbanos no território paulista. **In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [Em línea].** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (23). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-23.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. In: HADDAD, F. (org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: SEADE, v. 12, p. 3-20, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Informações sobre projetos de economia solidária.** Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>> acesso entre julho de 2009 e março de 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1990 (Tese de doutoramento).

SPOSITO, Eliseu Savério. A formação histórica. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia – contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática.** Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Presidente Prudente e seu contexto de relações. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importação ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: Ibpex, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Uma discussão da “visão” schumpeteriana sobre o desenvolvimento econômico e a “evolução” do capitalismo. **Informe GEPEC**. UFSCAR, n.1, vol. 11, jan/jun 2007.

YUNUS, Muhammad; JONES, Alan. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

ANEXOS

Anexo 1 - Questionário sobre Economia Solidária (Pesquisa de Campo)

Nome do empreendimento:

Endereço:

Campo de atuação: _____

Desde quando desenvolvem os princípios solidários: _____

Quais os motivos para a união em empreendimentos econômicos solidários: _____

Como ocorreu a inserção na economia solidária: _____

Quais os aspectos da economia solidária são desenvolvidos no empreendimento: _____

Como ocorre a solidariedade entre os membros: _____

Como o grupo decide as estratégias de produção e venda dos produtos (serviços): _____

Quantos trabalhadores participam e as formas de trabalho desenvolvidas : _____

Onde são vendidos os produtos: _____

Qual a renda auferida: _____

Recebe (ou já recebeu) incentivos públicos? () sim () não. Se afirmativo, quais: _____

Quais dificuldades enfrentam: _____

Quais obstáculos enfrentam para vender os produtos em mercados estaduais, nacionais ou internacionais: _____

Quais os obstáculos para a ampliação da produção: _____

Se tivesse condições de optar entre um emprego formal e a economia solidária, qual seria a escolha: _____ Justifique: _____

Para o grupo o que é economia solidária: _____

Como o grupo se define? Trabalhadores, empreendedores econômicos ou donos (patrões) do seu próprio negócio: _____

Outras informações relevantes: _____

Anexo 2 – Empreendimentos Econômicos Solidários Analisados (Entrevistas de campo com Presidentes de Associações, com Trabalhadores e participação em reuniões/assembleias).

Município - Presidente Prudente

Cooperativa COOP-Couro

COOPERLIX - Cooperativa dos Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente

União Prudentina de Produtores Artesanais

Município – Santo Anastácio

FEBISA – Feira de Artesanato e Costura Industrial de Santo Anastácio

Município – Pirapozinho

Associação dos Produtores Rurais da Região de Pirapozinho

Cooperativa de Trabalho e Ajuda Mútua de Pirapozinho (desativada)

Município – Presidente Bernardes

Associação dos Produtores Assentados na Rodeio

Município de Presidente Venceslau

Associação Produtora do Assentamento Tupaciretã de Presidente Venceslau

Grupo de Doces das Mulheres da Tupaciretã (desativada)

Padaria Esperança do Assentamento Primavera (desativada)

Cooperativa dos Trabalhadores da Costura Bel-Mar (desativada)

Município de Mirante do Paranapanema

Associação dos Assentados da Santa Apolônia

Associação Pão de Mel

Associação Visão do Futuro (desativada)

Grupo de Produtores de Leite do Assentamento Santa Carmen

Grupo de Mulheres Associadas do Assentamento Flor Roxa

Associação Pecuária/Agrícola Mirante do Paranapanema

Município de Teodoro Sampaio

Cooperativa de Trabalho Educacional de Teodoro Sampaio

Município de Euclides da Cunha Paulista

Associação de Produtores/Agricultores Novo Tempo

Associação dos Produtores Rurais de Euclides da Cunha Paulista

Associação Vitória Viva

Associação Guana-Mirim

Município de Rosana e Distrito de Porto Primavera

Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Assentamento XV

Associação dos Produtores de Leite da Gleba XV

Associação Primaveraense dos Artistas e Artesãos

Cooperativa dos Produtores de leite, milho e mandioca

Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV

Anexo 3 – Empreendimentos Econômicos Solidários criados nos últimos anos, segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, no *link* Auto Declaração de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Município de Mirante do Paranapanema

Associação Comunitária de Comunicação Alternativo FM
Associação de Desenvolvimento União da Vitória
Associação de Mulheres Unidas do Marco II
Associação de Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema
Associação de Pequenos Produtores de Leite do Mirante do Paranapanema
Associação de Produtores Amigos da São Bento II
Associação de Produtores Rurais Canaã
Associação Desenvolvimento União da Vitória
Associação dos Assentados da Estrela Dalva
Associação dos Assentados da Reforma Agrária Roseli Nunes
Associação dos Assentados Pontal Produtivo
Associação dos Assentados Vale do Pontal
Associação dos Democráticos do Assentamento Arco-Íris
Associação dos Moradores Produtores Roseli Nunes
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Getúlio Vargas
Associação dos Produtores Rurais Assentados da União
Associação dos Produtores Rurais Assentamento do Oeste
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento King Meat
Associação dos Trabalhadores Rurais Unidos do Pontal do Paranapanema
Associação Haroldina
Associação Lua Nova
Associação Novo Horizonte
Associação Pecuária Agrícola Mirante do Paranapanema
Associação Portal Verde
Associação União do Município de Mirante

Município de Teodoro Sampaio

Associação Assentamento Alvorada
Grupo de Artesãos Teodoro Sampaio

Município de Euclides da Cunha Paulista

Associação dos Produtores de Leite de Cabra
Associação dos Produtores Rurais Santa Rita
Associação dos Produtores Unidos do Projeto Assentamento Córrego Azul
Comunidade Ecológica do Assentamento Tucano
Mulheres do Setor 5
Organização de Mulheres do Assentamento Tucano

Município de Rosana e Distrito de Porto Primavera

Associação Agropecuária André Franco Montoro
Associação Agropecuária Boa Esperança
Associação Agropecuária Vale da Pecuária
Associação Agropecuária Vale Verde
Associação de Mulheres Assentadas Nova Pontal
Associação dos Feirantes de Primavera
Associação Feminina Querer é Poder
Grupo Produtivo XV de Novembro

Município de Marabá Paulista

Assentamento Santo Antonio da Prata

Município de Rancharia

Associação de Artesãos de Rancharia

Município de Iepê

Associação dos Artesãos e Produtores de Iepê

Município de Paulicéia

Associação dos Produtores Rurais de Paulicéia

Município de Dracena

Associação dos Artesãos de Dracena

Município de Osvaldo Cruz

Associação dos Artesãos de Osvaldo Cruz

Município de Adamantina

Associação dos Artesãos de Adamantina
Associação dos Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região
Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região

